

Cadernos 07

Terras Quentes

Maio 10

Edições

Associação de Defesa do Património Arqueológico
do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes”
Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Índice

Editorial

Manuel Cardoso

Um Habitat Calcolítico em Trás-os-Montes
Oriental – O Arqueosítio de Xaires
(Taldas, Macedo de Cavaleiros).

José Manuel Quintã Ventura, Helder Alexandre Carvalho,
Patrícia Andrei Pinheiro

Armas, lugares e homens: Aspectos das práticas simbólicas
na Primeira Idade do Bronze.

João Carlos de Senna-Martinez

Fraga dos Corvos, resultados da Campanha de 2009

João Carlos de Senna-Martinez e Elsa Luís

Retratos do quotidiano no Concelho, hoje,
Macedo de Cavaleiros.

“De Nuno Martins de Chacim a Martim Gonçalves de Macedo”

Carlos Mendes

Arcas, Corujas, Lombo, Murçós, Olmos,
Soutelo Mourisco e Vilar do Monte –
Sedes de freguesias ausentes nas inquirições de D. Afonso III
e D. Dinis – Reflexões acerca da sua Omissão.

Rui Sousa

De Meirinho-Mor de D. Afonso III ao esquecimento,
com passagem pela tenência de Bragança, pela Rico-Homia
e por Mordomo-Mor de D. Dinis.

D. Nuno Martins de Chacim – Um Macedense como caso
singular na história medieval Portuguesa.

Rui Sousa

Vida e obra de Bento Coelho da Silveira

Frederico Oliveira Matos

A Figura do Cónego António Henriques Figueiredo Sarmento

Manuel Cardoso

-Notícias ATQ 2009 –

Carlos Mendes

Manuel Cardoso

A publicação de mais um Caderno Terras Quentes não é apenas o cumprir de mais uma rotina anual: é o colocar de mais um elemento nos sucessivos que vão constituindo os elos da cadeia do nosso conhecimento. E tal como os elos de uma cadeia servem para transmitir força, também cada um destes cadernos serve para transmitir aos vindouros o nosso conhecimento adquirido sobre a terra trasmontana e a sua história.

O conhecimento pode existir em abundância na cabeça de cada um dos homens de ciência ou de arte: se não for escrito, se não for transmitido numa forma moderna de informação, perder-se-á. É, por isso, relevante uma publicação como esta, simultaneamente testemunho do trabalho realizado e fonte de novos temas de investigação.

A Associação Terras Quentes e a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros têm sido parceiros fiéis neste compromisso de salvaguarda de património e de conhecimento científico. Este é já o sétimo caderno que se publica, fruto de tal espírito de colaboração.

O sétimo! E apesar disso, não se vislumbra perto do fim, antes pelo contrário! A tarefa de coligir dados, descobrir novas coisas e trazer à disposição de todos a história da região de Macedo de Cavaleiros. Longe disso. Se alguma coisa estes oito anos de actividade nos vieram demonstrar, foi a de que há imenso por fazer, por investigar e por revelar sobre esta terra, curiosamente uma terra que alguns diziam não ter história...

Para além do repositório de trabalhos, em que prossegue a publicação de resultados dos trabalhos de arqueologia do sítio de Xaires e

da Fraga dos Corvos, que é já uma estação de elevado interesse científico, bem como da actividade da Oficina de Conservação e Restauro, que este ano revela mais um pintor desconhecido entre nós, este caderno vem trazer luz sobre uma das figuras mais importantes da história de Portugal de berço trasmontano: D. Nuno Martins de Chacim. Na esteira dos artigos sobre Martim Gonçalves de Macedo e Nicolau Vergueiro, aparece-nos D. Nuno Martins de Chacim. Homem de D. Afonso III e de D. Dinis, deixou atrás de si uma lenda nebulosa que se confunde com os mitos fundadores da família dos Braganças. Depois deste número recortar-se-á mais nítido no horizonte dos que o vislumbrem a calcorrear ou a cavalgar com o seu séquito nestas terras que já foram suas.

E se alguns se notabilizam pela posição social e feitos da sua vida, outros há que se foram *da lei da morte libertando* pela luz que, mesmo depois de desaparecidos, o seu exemplo e a sua palavra mantêm contemporânea. É o caso do Senhor Cónego António Henrique Figueiredo Sarmento, notável e ilustre, homem de pensamento e homem de acção. Figura que merece uma outra abordagem mais profunda e completa, fica desde já aqui assinalada a intenção de não ser esquecido numa actividade em que, no seu tempo, dela também foi mentor e pioneiro.

Um dia chegará em que estes números destes cadernos serão olhados como coisa do passado. Esperamos que sim. E que venham a ser lidos e consultados então com o mesmo respeito com que hoje, os que os escrevem, se dedicam à consulta das suas fontes para levarem esta obra até aos olhos e à satisfação do leitor.

Um Habitat Calcolítico em Trás-os-Montes Oriental. O Arqueosítio de Xaires (Talhas, Macedo de Cavaleiros)

Helder Alexandre CARVALHO¹,
José Manuel Quintã VENTURA²,
Patrícia Andreia PINHEIRO³,
Colaboração de Cátia CARVALHO⁴

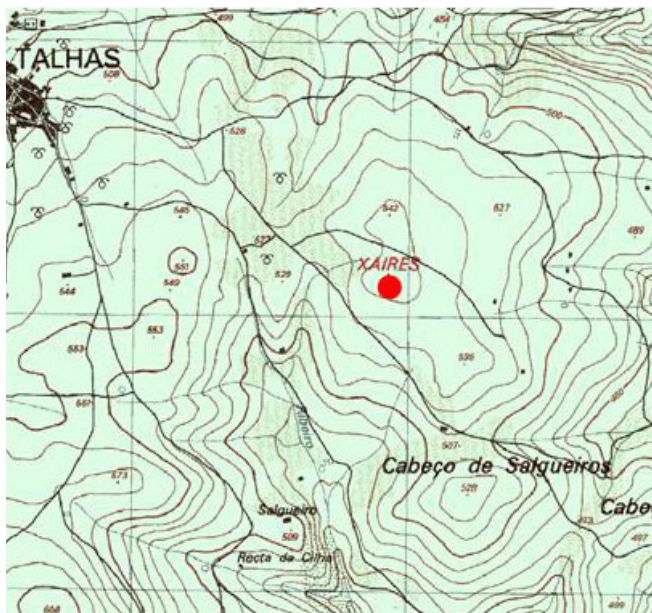


Figura 1 – Localização de Xaires na CMP 1/25000, Folha 79.

Introdução

Na sequência dos trabalhos realizados em 2008 desenvolveram-se durante o mês de Agosto trabalhos arqueológicos no sítio arqueológico de Xaires, freguesia de Talhas, concelho de Macedo de Cavaleiros.

O presente arqueosítio localiza-se numa elevação de suave declive, com o topo aplanado onde se encontra o marco geodésico de Xaires, a cerca de 1,5 Km a SSE da povoação de Talhas (Cf. Figura 1). O local apesar de não apresentar, aparentemente, condições naturais de defesa, possui um bom domínio visual da paisagem. Parte da elevação encontrava-se lavrada, nomeadamente devido ao plantio de oliveiras e de searas.

Os solos são constituídos maioritariamente por xistos anfíbolíticos, situando-se o sítio na bacia hidrográfica do rio Sabor, que se situa a cerca de 1,5 Km a Este em linha recta. Situa-se administrativamente na freguesia de Talhas, concelho de Macedo de Cavaleiros. As suas coordenadas são 6° 46' 46'' W e 41° 25' 34'' N, folha 79 da CMP 1:25000.

¹ Licenciado em História, Variante de Arqueologia pela F.L.U.L., Mestrando em Arqueologia, F.L.U.L., Investigador do Projecto Terras Quentes. haascarvalho@gmail.com

² Mestre em Pré-História e Arqueologia pela F.L.U.L., Investigador do PEABMAM - PAISAGENS e Investigador Exterior do Instituto «Alexandre Herculano» de Estudos Regionais e do Municipalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigador do Projecto Terras Quentes. jmqtventura@yahoo.com

³ Licenciada em Arqueologia e História, pela F.L.U.L., Mestranda em Arqueologia, F.L.U.L., Investigadora do Projecto Terras Quentes. tita_roxo@iol.pt

⁴ Licenciada em Arqueologia e História, pela F.L.U.L. Katia122@gmail.com

Esta estação arqueológica foi identificada pela primeira vez em 2004, durante os trabalhos de prospecção para a elaboração da Carta Arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros, por uma equipa liderada pelo primeiro dos signatários (Cf. MENDES, 2005: 48).

Foram então recolhidos, sobretudo na área aplanada a Leste do marco geodésico, muitos fragmentos de cerâmica manual, elementos de moagem, percutores em quartzo, entre outros.

Posteriormente entre 2005 e 2007 foi o arqueosítio revisitado para se depreender do seu estado de conservação e potencial arqueológico, tendo sido então recolhidos mais alguns artefactos, dos quais salientamos: uma goiva, um machado e uma enxó, todos eles em anfibolito polido, para além de vários fragmentos de cerâmica manual entre os quais vários bojos decorados e bordos.

Em 2008 realizou-se uma primeira intervenção arqueológica com vista a determinar o estado de conservação, e a potência estratigráfica do arqueosítio. Na sequência destes trabalhos foi possível identificar um fundo de cabana em bom estado de conservação, bem como um conjunto de artefactos que permitiram a sua inserção cultural num Calcolítico Final regional (Cf. CARVALHO, VENTURA & PINHEIRO, 2009).

A Intervenção Arqueológica de 2009

Os trabalhos da presente campanha referentes a este relatório decorreram entre 17 e 29 de Agosto de 2009, tendo participado para além dos signatários o Sr. Manuel Sebastião Rodrigues, da freguesia de Talhas, bem como familiares do mesmo, aos quais agradecemos a sua colaboração.

Prevía-se para esta campanha o alargamento da área interveniçionada em 2008 com o objectivo de determinar a extensão da área habitacional detectada, bem como identificar outros núcleos habitacionais. No entanto, na nossa primeira visita ao arqueosítio em Agosto de 2009 deparámos com o terreno totalmente lavrado, restos retalhados do geotêxtil colocado no final da campanha anterior à superfície, bem como a destruição de todos os referenciais (Cf. Fotografia 1).

Assim, tendo em conta a actual situação do terreno, a falta de referenciais e a necessidade de avaliar a natureza e profundidade dos danos provocados ao arqueosítio pela lavra mecânica, procedemos a um novo levantamento topográfico (Cf. Estampa I) que incluísse



Fotografia 1 – Vista do arqueosítio antes dos trabalhos da presente campanha; note-se a lavra recente.



Fotografia 1 – Vista do arqueossítio antes dos trabalhos da presente campanha; note-se a lavra recente.

a anterior área intervencionada, num total de 25 m² correspondentes aos quadrados F/G-5/16 e H10.

Todas as terras removidas da área escavada durante os trabalhos foram devidamente crivadas num crivo com uma malha metálica de 3mm.

Numa primeira fase, foram removidas todas as terras soltas da área intervencionada, que foram identificadas como [UE 0] – terras soltas de coloração castanho-avermelhado (Munsell 5YR 4/4) -que englobavam materiais geológicos, orgânicos, bem como alguns artefactos, dos quais destacamos: dois fragmentos de barro de cabana [XAIRES-1 67/09] de G-5 e [XAIRES-1 111/09] de F-5; uma ponta de seta em xisto de G-8 [XAIRES-1 96/09]; de H-2 uma conta de colar em xisto [XAIRES-1 83/09]; um fragmento de bojo com decoração interior e exterior [XAIRES-1 86/09] de H-8 e por último um fragmento de mó de F-13 [XAIRES-1 113/09].

Sob a [UE 0] eram visíveis as seguintes realidades (Cf. Planta P1):

- No topo norte (F/G-5 a F/G-10) da área intervencionada detectámos os restos do geotêxtil aí colocado por nós no final da campanha anterior. Apesar de bastante danificados foi possível determinar que a lavra não foi suficientemente profunda para afectar irremediavelmente os estratos arqueológicos já identificados. Atingiu no entanto uma profundidade suficiente para eliminar a interface superior da [UE 19] – terras soltas de coloração castanho-amarelado claro (10YR 6/4) imediatamente sob a [UE 0], que corresponderia à [UE 1] identificada na campanha anterior;

- Nos restantes quadrados (H-10 e F/G-11/16) foi possível identificar uma interface superior de terras de consistência média com uma coloração similar à [UE 19], mas distinguindo-se desta pela sua consistência [UE



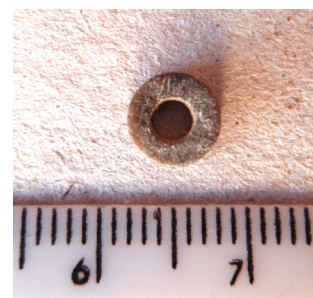
Fotografia 3 – Fragmento de barro de cabana (Xaires 67/09).



Fotografia 4 – Ponta de Seta em xisto (Xaires 96/09).



Fotografia 5 – Fragmento de bojo cerâmico, com decoração incisa (Xaires 81/09).



Fotografia 6 – Conta de colar em xisto (Xaires 83/09).



Fotografia 7 – Vista de F/G-9/16, após a decapagem da UE.0. São visíveis os negativos das lavras agrícolas.



Fotografia 8 – Superfície da área escavada, após decapagem das UEs.19 e 20

20]. Na sua superfície eram visíveis um conjunto de negativos de uma série de sulcos, uns no sentido NW-SE [UE 21] e outros NE-SW [UE 22] que parecem corresponder às marcas do arado utilizado para as lavras do olival (Cf. Fotografia 7).

Procedeu-se de imediato ao registo fotográfico e gráfico da área intervencionada para em seguida se proceder à decapagem das [UE 19] e [UE 20] na sua totalidade tendo sido possível recuperar da [UE 20] vários artefactos dos quais destacamos: um fragmento distal de lâmina em quartzo de G-14 [XAIRES-1 94/09] e um fragmento de bojo decorado de H-10 [XAIRES-1 56/09].

Sob estas unidades foi possível determinar (Cf. Planta P2):

- Ocupando a maioria dos quadrados F/G-5/9 identificou-se uma camada de terras extremamente compactas cuja interface superior se encontrava lisa que identificámos serem as [UE 4] e [UE 6] da campanha anterior, tendo por isso recebido a mesma designação, configurando-se como um piso de habitação. Este piso encontrava-se perturbado nos quadrados F/G-7/8 possivelmente por acção antrópica (Cf. Planta P2).
- No topo norte de G-5 encostado ao limite exterior do piso identificámos uma fossa [UE 23] preenchida por elementos pétreos em xisto, preenchidas por uma matriz de terras castanho-avermelhadas (5YR 5/4) de consistência média, que julgamos ser o negativo de um buraco de poste.
- No topo norte de G-9 foi também detectada uma outra fossa [UE 25], preenchida por uma matriz terras castanho-avermelhadas [UE 26], configurando-se como um



Fotografia 9 – Negativo de buraco de poste UE.23.

buraco de poste. Assim, no total foram detectados dois buracos de poste exteriores ao piso (UE 23 e UE 12) e um outro [UE 25] no interior do piso. (Cf. CARVALHO, VENTURA & PINHEIRO, 2009)

Nos quadrados F/G-11/13 não foi detectado piso, mas sim uma interface de terras duras [UE 27], de matriz vermelha-amarelada (5YR 5/6) onde eram visíveis a continuação dos negativos dos arados. Nesta interface superior em F/G-12 detectámos uma pequena língua de terras [UE 29] de matriz amarelo-avermelhado (7,5 YR 7/8), de consistência dura, que preenchia uma pequena fossa [UE 28]. Não encontramos explicação para esta formação, mas julgamos estar associada à acção dos arados, já que durante a decapagem não se recuperou qualquer artefacto.

- Para determinar a potência estratigráfica efectuámos uma sondagem em F-12 desmontando a [UE 20] que atingia nesse quadrado uma espessura média entre os



Fotografia 11 – Fragmento distal de lâmina (Xaires 94/09).



Fotografia 12 – Fragmento de bojo cerâmico decorado com incisões (Xaires 56/09).

15 e os 20 cm, assentando directamente sobre o xisto de base [UE 18] em clara descontinuidade.

Demos por concluídos os nossos trabalhos, pelo que toda a área interveniada foi coberta por geotêxtil, sendo depois preenchida por pedra e terra de crivo.

Os materiais recolhidos na presente campanha, bem como os resultantes das recolhas de superfície, encontram-se depositados provisoriamente no Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, prevendo-se a sua integração após estudo, na Sala de Arqueologia do Museu Municipal de Macedo de Cavaleiros, instalada no Complexo do Parque Natureza do Azibo.

As conclusões possíveis...

Após a realização de duas campanhas neste arqueosítio foi possível determinar:

- A existência de um piso de habitat com uma dimensão média no sentido N-S de 4,5 m, e de pelo menos 2,5 m no sentido W-E, faltando ainda determinar os limites nessa área;
- Esta estrutura habitacional – muito possivelmente uma entre várias nesta plataforma – seria possivelmente coberta por um sistema de ramagens, sendo as suas paredes revestidas com ramos entrelaçados e cobertas por argila seca. Não foi possível até ao momento detectar estruturas de combustão;
- Os materiais recolhidos até ao momento, durante as intervenções arqueológicas e de prospecção parecem indicar a existência de um único momento cultural consubstanciado por um conjunto bastante homogêneo, dominando a cerâmica lisa sobre a decorada;

- No que diz respeito às gramáticas decorativas estas variam entre o puncionamento simples e a incisão, dominando as organizações decorativas complexas sobre as simples, das quais destacamos os triângulos preenchidos, motivos paralelos e mais raramente os estilos metopados. Em todos eles encontram-se presentes uma variedade de estilos e técnicas.
- Até à presente campanha não foi possível detectar fragmentos cerâmicos com decorações utilizando a técnica de puncionamento arrastado, vulgo «penteados», bem como a existência de elementos plásticos como asas, cordões e botões, nem tão pouco foi identificado um único fragmento de base plana, típicos dos ambientes da Idade do Bronze regional (Cf. SENNA-MARTINEZ, VENTURA & CARVALHO, 2004, 2005, 2006 e 2007).

Após a análise detalhada dos artefactos recolhidos até à intervenção de 2009 é possível encontrar paralelos com outros conjuntos artefactuais provenientes de contextos do Calcolítico Final, dos quais destacamos pela sua proximidade regional a realidade detectada no nível II do Buraco da Pala (Mirandela) e alguns materiais do nível III do mesmo arqueosítio (Cf. SANCHES, 1997), estando ausentes elementos que consideramos definidores de momentos mais tardios, como os que detectámos no Abrigo e Habitat da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros), atribuídos por nós a uma Primeira Idade do Bronze (Cf. SENNA-MARTINEZ, VENTURA & CARVALHO, 2004, 2005, 2006 e 2007; SENNA-MARTINEZ & LUIS, 2009).

Até ao presente não foi possível recuperar elementos que permitam uma datação cronométrica do presente arqueosítio, no entanto é possível estabelecer paralelos recorrendo às datações C^{14} existentes para o Nível II do Buraco da Pala. Podemos considerar que uma inserção entre 2800 e 2400 cal AC não seria totalmente descabida para o presente Habitat.

Perante os dados disponíveis consideramos estar perante um povoado aberto sem estruturas defensivas artificiais, o que articulado com o conjunto artefactual recuperado, torna-o um caso raro na realidade regional e supra-regional, constituindo um elemento fundamental para a continuação do seu estudo.

Rio de Mouro, 30 de Janeiro de 2010

BIBLIOGRAFIA:



Fotografia 10 – Pormenor do buraco de poste UE.25.



Fotografia 13 – Pormenor da sondagem em F-12.



Fotografia 14 – A zona interven-
 cionada após preenchimento com
 geotêxtil e terra de crivo.

- BOTELHO, I. J. (1997) – “Dos cacos e dos vasos. O «Castelo Velho» de Freixo de Numão, na charneira do III^o - II^o mil. a.C.”, in: *II Congreso de Arqueología Peninsular*, II. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, p. 401-416
- CARVALHO, A.F. (2004) – “O povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa)”, in: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7(1), pp.185-219.
- CARVALHO, H. A.; VENTURA, J. M. Q. & PINHEIRO, P. A. (2009) – “Xaires (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Pré-História Recente em Trás-os-Montes Oriental. A Sonda-gem (2008)”, in: *Cadernos «Terras Quentes»*, 6, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.91-96
- JORGE, S. O. (1986) – *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar*, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP, 3 Vols.
- MENDES, C. A. S. (Coord.) (2005) – “Carta Arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros. Campanha 1/2004”, in: *Cadernos «Terras Quentes»*, 2, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.5-49
- SANCHES, M.J. (1997) – *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 2 Vols.
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; Luís, E. (2009) – “A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 6 (2008). *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 6, pp.69-79
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2004) – “A Fraga dos Corvos : Um caso de Arqueologia e Património em Macedo de Cavaleiros”, in: *Cadernos «Terras Quentes»*, 1, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.32-58
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2005) – “A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat do “Mundo Carrapatos” da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental”, in: *Cadernos «Terras Quentes»*, 2, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.61-81
- SENNA-MARTINEZ, J.C. *et alii*. (2006) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 3 (2005). *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 3, pp.60-85
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2007) – “A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 4 (2006)”, in: *Cadernos «Terras Quentes»*, 4, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.84-110

Armas, lugares e homens: Aspectos das práticas simbólicas na Primeira Idade do Bronze

João Carlos de SENNA-MARTINEZ*

Resumo:

Segundo Susana Oliveira Jorge (AAVV, 1995), as duas Idades do Bronze peninsulares (a primeira e a segunda ou Bronze Final) distinguem-se, em última instância, de outras etapas da Pré-História das Sociedades Camponesas pela sucessão de diferentes “discursos de poder”.

Argumentamos aqui, esperando demonstrá-lo, que tais “poderes” mais do que traduzidos numa imposição coerciva resultam, numa lógica de “violência sem violência”, da aceitação de sucessivas formas de regulação e expressão simbólica – os tais “discursos” – tornados visíveis não só através das formulações iconográficas deles derivadas, mas também perceptíveis e identificáveis a partir da análise do todo sociocultural das respectivas sociedades.

Palavras-Chave: 1ª Idade do Bronze, Práticas e Simbólica de Poder.

Abstract:

According to Susana Oliveira Jorge (AAVV, 1995), the two peninsular Bronze Ages (first and second or Late Bronze Age) are distinguished, in last instance, of other stages of prehistoric Peasant Societies by the succession of different “discourses of power”.

We argue here, hoping to demonstrate it, that such “powers” more than being expressed as a coercive imposition result, in a logic of “a violence without violence”, of the acceptance of successive forms of regulation and symbolic expression – the “speeches” – made visible not only through their iconographic expressions, but perceivable and identifiable through the socio-cultural analysis of the respective societies.

Key-words: First Bronze Age, Practices and Symbolic of Power.

1. PREÂMBULO

A 1ª Idade do Bronze¹ (c. 2400/2300-1300/1200 cal BC²) assiste na Península Ibérica a um conjunto de rupturas com o universo mental neolítico-calcolítico, numa perspectiva todavia matizada por algumas diferenças de ritmo regionais de que os espaços hoje portugueses são bom exemplo.

As três principais alterações verificadas dizem respeito à desestruturação/restruturação das redes de povoamento, à individualização do ritual de enterramento e ao desvanecer das figurações da “grande deusa neolítica” e sua substituição por uma simbólica que privilegia as representações masculinas e/ou de armas (Senna-Martinez, 2007, p.120). As duas rupturas referidas por último dizem respeito à temática que aqui nos ocupará.

2. A INDIVIDUALIZAÇÃO DO RITUAL DE ENTERRAMENTO

Evidente para o Sudoeste Português, bem como para outras áreas culturais do sul peninsular, a individualização do ritual de enterramento é menos clara para a Estremadura e Beiras, não só por falta de evidência contextual adequada, mas também pela continuada utili-

zação (ou parasitagem?) dos monumentos megalíticos de construção neolítica. Ou ainda, na Estremadura, por utilização em continuidade de cavidades naturais³.

Contudo, os exemplos estremenhos de Montelavar, Sintra (HARRISON, 1974) e do enterramento da Gruta das Redondas, no Carvalhal de Aljubarrota (NATIVIDADE, 1901) e alguns outros casos de inumação individual conhecidos na Beira Alta são indicadores de que, paralelamente à reutilização dos monumentos megalíticos de construção neolítica (ou parasitagem?) – cf. JORGE, *et alii.*, 1997) – caso do enterramento individual do corredor da Orca de Seixas, por exemplo (Senna-Martinez, 1994a) – novas formas tumulares provavelmente individuais e complementares daquelas e que começamos a conhecer (conquanto sob *tumulus* – cf. Cruz, 1998; Cruz, Gomes & Carvalho, 1998a e b), principiam a ocupar um papel nas práticas funerárias.

No Norte Português, em particular no Minho, é clara a individualização da morte, com exemplos que vão de alguns enterramentos de exceção – caso, por exemplo, da cista da Quinta da Água Branca – a situações mais simples do ponto de vista do espólio como a necrópole de Vale Ferreiro (BETTENCOURT, LEMOS e ARAÚJO, 2002; BETTENCOURT *et al.*, 2005). Neste espaço regional, além de uma óbvia generalização da individualização do ritual funerário, é claro um grande polimorfismo das soluções construtivas, desde a parasitagem das anteriores necrópoles megalíticas, passando pela variedade interna detectada em necrópoles como a já citada de Vale Ferreiro ou a do Tapado da Caldeira (Jorge, 1980a e b).

Perdida a monumentalidade construtiva dos megálitos neolíticos, com a consequente perda de visibilidade exterior, quase que desaparece igualmente a evidência arqueográfica de rituais pós-inumação. Contudo, importa aqui matizar esta observação pois podemos, em parte, estar apenas a reflectir alguma “invisibilização” dos mesmos. De facto, para a área argárica são já bastantes as evidências de rituais de comensalidade associados aos diversos tipos de inumação praticados (ARANDA JIMÉNEZ e ESQUIVEL GUERRERO, 2006, 2007). Do mesmo modo, dados obtidos para as necrópoles do

* Centro de Arqueologia (Uniarq) e Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo «Alexandre Herculano» da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1600-214 LISBOA. smartinez@iol.pt

1 As antigas designações de Bronze Antigo e Bronze Médio têm vindo a perder operacionalidade no contexto peninsular sendo normalmente utilizadas em termos comparativos meramente tipológicos e sem recurso a cronometria radiocarbónica calibrada (CASTRO MARTÍNEZ, LULL e MICÓ 1996), até porque não parece possível propor qualquer solução de continuidade social entre elas (Veja-se o texto já clássico de Marisa Ruiz-Gálvez, 1984). A designação que actualmente privilegiamos é a de 1ª Idade do Bronze, preferentemente à mais ambígua (porque desmentida pela própria evolução das práticas metalúrgicas) de Bronze Pleno, conquanto a nossa argumentação (Senna-Martinez, 2002) siga de perto a do texto citado de Marisa Ruiz-Gálvez, ou a solução de periodização escolhida para a exposição *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder* (AAVV, 1995).

2 Com as incertezas próprias da datação radiocarbónica este é hoje o intervalo mais provável para a 1ª Idade do Bronze peninsular (cf. Castro Martínez, Lull e Micó 1996).

3 Apenas como exemplo refiramos o recentemente estudado e republicado conjunto das Furnas do Poço Velho (Cascais – cf. Gonçalves, 2009, p.135-137).

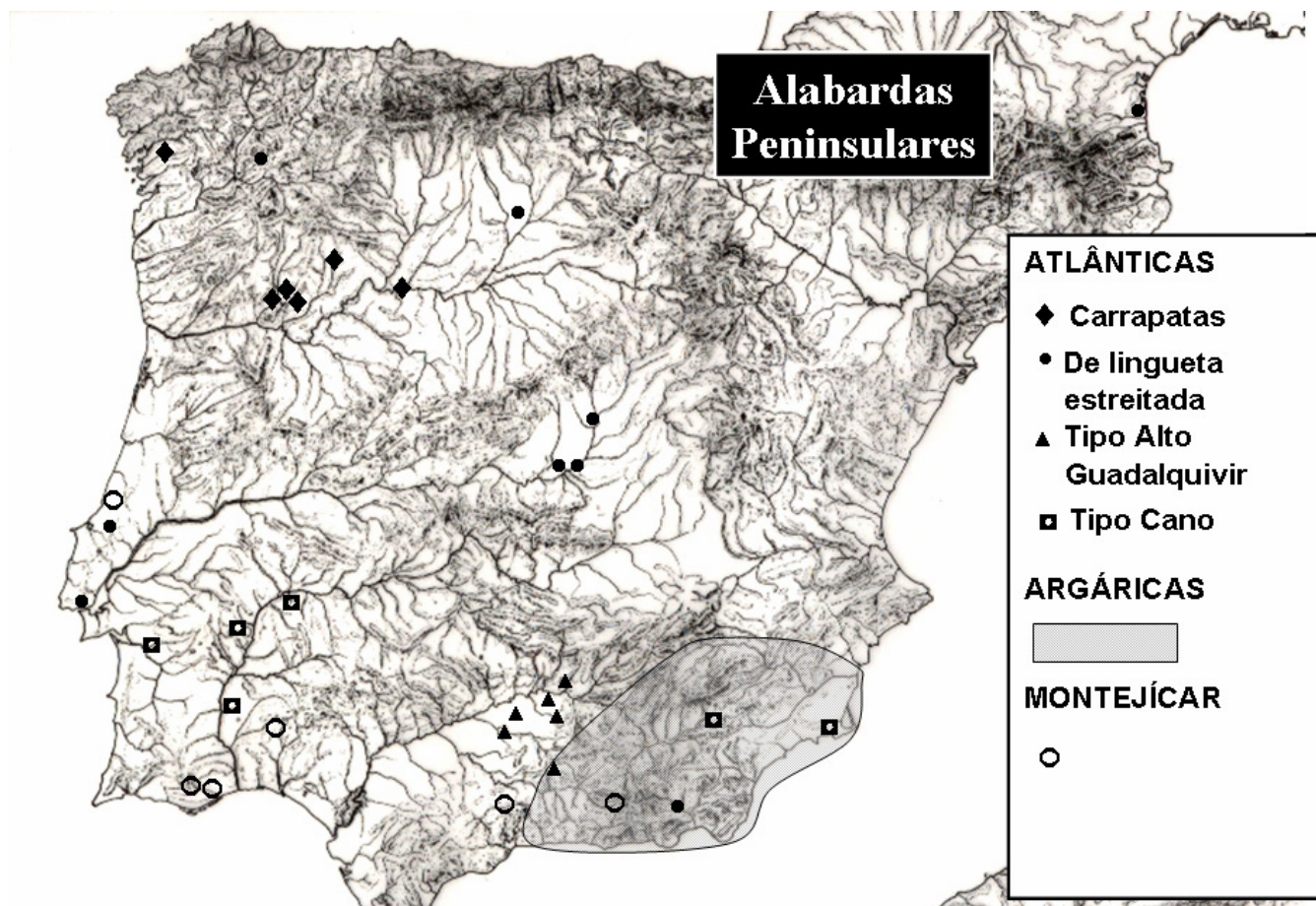


Fig. 1 – Distribuição das alabardas peninsulares segundo os respectivos tipos e sub-tipos.

Bronze do Sudoeste da Vinha do Casão (GOMES *et al.* 1986) e de Alfaroibeira (GOMES, 1994) podem ser lidos nesse sentido.

Para o Noroeste apenas o caso do Monumento 1 de Outeiro de Gregos (JORGE, 1990) com a sua estrutura periférica abre a porta a considerarmos igual possibilidade.

Acompanhando a individualização do ritual funerário, outra transformação generalizável ao âmbito peninsular tem a ver com os materiais de acompanhamento dos inumados. Passamos aqui de uma situação em que, enquanto no mundo funerário megalítico do Neolítico Final e Calcolítico, as necrópoles constituem como que um prolongamento dos espaços domésticos – em que o “pacote artefactual funerário” replica, na sua constituição, o utilizado naqueles (SENNA-MARTINEZ & VENTURA, 2008: 342; SENNA-MARTINEZ, LÓPEZ PLAZA & HOSKIN, 1997: 666)⁴ ou seja, praticamente todos os conjuntos artefactuais de utilização diária em vida encontravam o seu lugar nas deposições funerárias – para outra em que apenas alguns conjuntos artefactuais, nomeadamente algumas formas de olaria, são elegíveis para deposição funerária, por vezes sendo prioritariamente utilizadas em tal papel⁵.

Na Primeira Idade do Bronze na Península Ibérica é perceptível, de um modo geral, estarmos perante sociedades hierarquizadas, variando de escala conforme os espaços regionais considerados, em que o caso de maior complexidade é certamente o argárico e a grande distância dos restantes.

Recentemente começaram a ser produzidos para a área argárica dados contextuais que vão no sentido da existência de sepulturas infantis e juvenis cuidadas e com espólios complexos incluindo ar-

tefactos metálicos. São os casos de:

- Uma sepultura infantil de Peñalosa (sepultura 5 - CE VIIa), com uma pequena faca ou punhal de cobre, duas contas pétreas de colar e dois recipientes de olaria (Baños de la Encina, Jaén – cf. CONTRERAS CORTÉS, SÁNCHEZ RUIZ & NOCETE CALVO, Eds. 2000: 212);

- E dos túmulos 8 e 10 de Cerro de la Encina, o primeiro um enterramento infantil em fossa com um vaso de olaria, um punhal longo e cinco rebites de cobre, quatro cravos de prata e um bracelete de ouro em espiral, o segundo um enterramento triplo em covacha (homem, mulher e criança) contendo 12 vasos de olaria, um punhal de cobre com três rebites de prata, um furador de cobre, um bracelete de prata e dois de cobre e um anel de prata e outros dois de cobre (Granada – cf. ARANDA JIMÉNEZ & MOLINA GONZÁLEZ, 2006: 52-53 e Table I).

Estes casos associados a uma clara espacialização dos estatutos dos inumados – com as áreas habitacionais das elites e respectivas tumulações ocupando as acrópoles dos povoados – testemunham, por um lado, a provável hereditariedade dos estatutos sociais nesta área cultural, por outro a existência de uma evidente hierarquização social (ARANDA JIMÉNEZ & MOLINA GONZÁLEZ, 2006; JARAMILLO JUSTINICO, 2004)⁶.

A virtual inexistência de sepulcros infantis e juvenis nas restantes áreas peninsulares⁷ – pese embora a existência de bastantes casos de enterramentos de excepção – por um lado indicia a presença maiori-

⁴ Tal replicação, particularmente visível no dispositivo cerâmico, equipando os mortos para uma “outra vida”, contrasta com praticado no Neolítico Médio, em que apenas algumas componentes artefactuais, de entre as então disponíveis, integravam os escassos espólios funerários dessa etapa.

⁵ Casos, por exemplo, da forma 6 argárica (CASTRO MARTÍNEZ, *et alii.*, 1993: 94: 102), dos “vasos tronco-cónicos invertidos” na área Centro e Norte portuguesa (SENNA-MARTINEZ, 1993 e 2000: 107) e dos pequenos “vasos de colo estrangulado” (“rippenvase” ou “zonenvase” de SCHUBART, 1975: 46-49) do Bronze do Sudoeste.

⁶ Não sendo aqui o local para uma discussão alargada do tema, tendemos a alinhar com a posição recentemente expressa por Aranda e Molina de que o espaço argárico mais do que corresponder a uma única entidade política de tipo estatal deveria apresentar-se dividido em múltiplas “...political units of a regional nature controlled by power centres such as Cerro de la Encina, El Cerro de la Virgen or El Argar itself...” (ARANDA JIMÉNEZ & MOLINA GONZÁLEZ: 58), as quais, quanto a nós, se enquadrariam mais num modelo de “chefados”, ainda muito próximos de uma base “tribal” ou “segmentar” (FOWLES, 2002), do que numa pretendida, por alguns (RISCH & LULL, 1995), estrutura estatal.

⁷ Com apenas um caso bem conhecido na Motilla del Azuer (cf. NÁJERA COLINO, *et al.* 2006).



Fig.4 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Ídolo em talcoxisto polido [FCORV-A 1822] da Cabana 13 (Foto original cortesia de V.S. Gonçalves, modificadas).

tária de estatutos sociais adquiridos em vida e não-hereditários, por outro reforça a importância dos casos conhecidos na área argárica e a provável diferença substancial de complexidade social entre o “grupo argárico” e os restantes “grupos regionais” da primeira Idade do Bronze peninsular.

3. O DESVANECER DA “GRANDE DEUSA NEOLÍTICA” E O EMERGIR DE SIMBÓLICAS DE CARIZ ANDRIARCAL

O desaparecimento, conquanto com tempos e modos diferenciados regionalmente, do tratamento colectivo da morte deverá ser considerado em estreita conexão com a rareficação das figurações da “grande deusa neolítica” e sua substituição por simbólicas de cariz andriarcual, seja por uma iconografia “masculina e das armas” nas áreas regionais onde existem representações rupestres ou em estelas, seja por deposição destas (das próprias armas) como espólio funerário em tumulações normalmente de excepção. De facto e como já tivemos ocasião de fazer notar, “...associar ao defunto armas reais, produzidas em metal, ou gravar na tampa da sepultura a respectiva figuração não nos parece essencialmente diferente, do ponto de vista da simbólica do poder...” (SENNA-MARTINEZ, 2007: 126).

Num primeiro momento da 1ª Idade do Bronze (c. 2300-1750 a.C. – por vezes ainda referido mais tradicionalmente como Bronze Antigo) dão testemunho desta viragem a deposição funerária de conjuntos de armas (pontas Palmela, punhais de lingueta e alabardas) e jóias metálicas ditos de “tradição campaniforme”, embora por vezes já sem a respectiva olaria, bem como as primeiras situações de “depósito” de alguns destes tipos artefactuais em “portelas” terrestres e fluviais (SENNA-MARTINEZ, 2007).

É durante esta etapa que se consolida e generaliza uma metalurgia, ao serviço quase exclusivo da produção de tais equipamentos, que utiliza preferencialmente cobres arsenicais para as armas e ouro (mais raramente a prata) para a joalharia.

Paralelamente àquelas deposições emerge uma iconografia em

que estes equipamentos metálicos de excepção, de *per se*⁸ ou (mais raramente) integrando as primeiras “figuras de poder”⁹, são indicadores de mudanças de mentalidade que anunciam novas complexidades sociais.

Conforme tivemos já ocasião de propor (SENNA-MARTINEZ, 1994b e 2007), se quisermos identificar um tipo artefactual que – transversalmente às várias áreas regionais peninsulares, quer em si próprio, como espólio funerário ou nos primeiros “depósitos”, quer em representação iconográfica – ilustre este novo “discurso de poder” da 1ª Idade do Bronze, tal é o caso das alabardas (Fig.1).

Símbolo transversal, é certo, mas com diferenciados tratamentos nos vários âmbitos regionais em que ocorre, as alabardas metálicas da 1ª Idade do Bronze reflectem a um tempo como que um estar “à la page” das elites regionais bem como diferentes idiossincrasias de representação em cada uma das áreas em que ocorrem. Assim, por exemplo e sem pretensões de exaustividade: Galiza e Minho vêem coexistir situações de “depósito” em portelas terrestres ou fluviais (por exemplo Leiro, Rianxo – MEIJIDE, 1989) com as representações em petroglifos; em Trás-os-Montes Oriental e parte da Província de Zamora conhecemos exclusivamente depósitos em portela terrestre ou fluvial (SENNA-MARTINEZ, 2006), a que haverá que juntar, até pela proximidade geográfica, a representação da estela de Longroiva, uma clara “figura de poder”; no Bronze do Sudoeste coexistem casos de um provável “depósito” (Cano, Sousel – CARREIRA, 1996), com deposições funerárias em cista (Vale de Carvalhos – cf. ARRUDA *et alii.*, 1980 – e o conjunto, que temos em estudo, de Antas, Tavira) e com representações em “tampas de sepultura” e “estelas” (SENNA-MARTINEZ, 2007: 124-5, fig.4); a área argárica

⁸ Tal é o caso, nomeadamente, das tampas de sepultura do Bronze do Sudoeste (Barceló, 1991; Gomes & Monteiro, 1977) bem como dos petroglifos Galegos (COSTAS GOBERNA, *et alii.*, 1997.).

⁹ Caso de algumas estelas/estátuas-menir da Beira Alta e Trás-os-Montes (SANCHES & JORGE, 1987; JORGE & JORGE, 1990) e estelas do Bronze do Sudoeste (BARCELÓ, 1991; GOMES, 1994; GOMES & MONTEIRO, 1977).

ca, conquanto com alguma variabilidade sub-regional, vê privilegiar as deposições funerárias (CASTRO MARTÍNEZ, *et alii*. 1993-94).

Quando, num segundo momento da 1ª Idade do Bronze peninsular (c. 1750-1250 a.C. – o que tradicionalmente se designava como Bronze Médio) as alabardas cedem o passo a machados de gume esvasado, seja em deposição funerária tal como no “Mundo Argárico” (CASTRO MARTÍNEZ, *et alii*. 1993/1994), seja em depósitos na proximidade de portelas como no Noroeste (onde são designados como de tipo “Bujões-Barcelos”), não cremos que em nada se altere o respectivo significado enquanto “símbolos de poder” como adiante se verá.

4. A 1ª IDADE DO BRONZE NO FEMININO

Desde há algum tempo que temos vindo a discutir a transformação de género na simbólica, ocorrida durante a 1ª Idade do Bronze, sob títulos que referem seja o “...*esbater da iconografia feminina da fertilidade/fecundidade*...” (SENNA-MARTINEZ, 2007: 120) seja, como aqui, o “...*desvanecer da ‘grande deusa neolítica’*...” (realces nossos). Tais não são, assumidamente, qualificativos inocentes. De facto, embora seja para nós clara esta transformação ideológica, não nos parece possível considerar que este processo de invisibilização arqueográfica da componente simbólica feminina, durante a 1ª Idade de Bronze, seja em última instância correlativo de um “desaparecimento” desta. Tal tornaria particularmente difícil de explicar o emergir de divindades femininas no âmbito das populações pré-clássicas peninsulares¹⁰, como o estudo da teonímia de época romana pressupõe.

A rarificação de representações não é contudo total. Várias representações femininas são conhecidas no Noroeste Peninsular em ambientes culturais da 1ª Idade do Bronze, nomeadamente:

- A estátua-menir da Ermida, Ponte da Barca (Fig. 2 – cf. BAPTISTA, 1983);
- O “idoliforme feminino” da Rocha 1 da Bouça do Colado (a cerca de 6km de distância da Ermida – cf. BAPTISTA, 1983: 38, fig.13);
- A estátua-menir da Serra da Boulhosa, Paredes de Coura (Fig. 3 – cf. ANATI, 1968);
- Os “idoliformes femininos” da Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros (Figs. 4, 5 e 6 – virtualmente inéditos, cf. SENNA-MARTINEZ & LUÍS, 2009: 73).

Começemos pelos últimos, até porque perfeitamente contextualizados em ambiente “doméstico”.

A Fraga dos Corvos é um esporão rochoso constituído por xistos anfíbolíticos situado na vertente noroeste da Serra de Bornes na elevação conhecida localmente como Monte do Vilar, sobranceira à povoação de Vilar do Monte, sede da freguesia do mesmo nome, concelho de Macedo de Cavaleiros (Fig. 7).

O cabeço possui domínio visual sobre a quase totalidade da bacia de Macedo de Cavaleiros nomeadamente sobre as portelas tradicionais de trânsito em direcção a nordeste e noroeste (Abreiro, Carrapatas, Vale Benfeito e Vimioso), célebres pelos depósitos de alabardas aí encontrados (BÁRTHOLO, 1959).

É limitado a poente e nascente pelos vales relativamente profundos de duas pequenas ribeiras, respectivamente a de Vale de Nogueira e a Ribeirinha. A Norte desenvolve-se uma plataforma em declive suave que constitui a área que designámos como Sector A, correspondendo à parte norte do topo do cabeço, o qual é limitado a noroeste por uma vertente bastante abrupta de rocha onde se abrem dois abrigos.

Ao fim da sexta campanha (cf. SENNA-MARTINEZ E LUÍS, 2008) o Sector A deste arqueosítio é caracterizável como parte de um povoado de cabanas sub-circulares ou elipsoidais. Duas áreas se encontram aí em intervenção, resultantes da expansão de duas sondagens iniciais: a Sondagem 2 com 73m² escavados e a Sondagem 3 com 36m² escavados.

À Sondagem 3 (Fig. 8), com uma única fase estratigráfica identificada, correspondem restos de 3 estruturas de uso doméstico: uma pequena, elipsoidal e com eixos de 3mx2m, limitada por 13 buracos de poste perimetrais e um maior central (Cabana 2); outra de maiores dimensões, eixos de 4mx3m, limitada por 20 buracos de poste perimetrais e um maior central (Cabana 4), integra no seu extremo sul uma estrutura negativa de planta elipsoidal delimitada por pequenas pedras, com 88cmx77cm, preenchida por areias escuras e com restos de cinzas; anexa a oeste da Cabana 4, encontramos uma outra estrutura sub-retangular, com 2,4mx1,8m, em que quatro buracos de poste sustentariam um alpendre (designado C. 6) que protegia uma “lareira” exterior à Cabana 4.

Em torno da estrutura oval e entre esta e o “alpendre” foram recolhidos diversos restos de actividade metalúrgica incluindo: 3 nódulos de redução em bronze, um fragmento de cadinho com aderências incluindo vestígios de cobre e estanho, 71 fragmentos de pedras vitrificadas sem traços de cobre ou estanho, 2 fragmentos de moldes em xisto e um fragmento de lâmina de bronze (cf. SENNA-MARTINEZ, *et al.* 2007). Este conjunto de dados permitia assim interpretar a estrutura negativa elipsoidal como uma “caixa-de-areia” e a extremidade sul da Cabana 4 como uma “área de fundição”. Da “lareira” sob o alpendre (C.6) provém um grande fragmento de uma tampa de molde em talcoxisto.

Quanto à Sondagem 2, permitiu já estabelecer quatro fases estratigráficas, sendo que as duas intermédias permitiram já identificar conjuntos de estruturas domésticas também de plantas sub-circulares ou elipsoidais:

- A Fase 2 (Fig. 9), a primeira a partir da superfície com quatro estruturas com pisos conservados¹¹, uma pequena cabana sub-circular, com cerca de 2,5m de diâmetro (Cabana 12), outra um pouco maior, com cerca de 3m de diâmetro e possíveis reconstruções (Cabana 3) e outras duas cujas plantas, ainda incompletas, apontam para configurações elipsoidais com eixos maiores entre os 3m e 3,5m (Cabanas 8 e 10).

- À Fase 3 (Fig. 10), mais antiga e a que aqui mais nos importa, correspondem quatro estruturas domésticas elipsoidais, a grande Cabana 5, aparentemente a maior de todas, com eixos de 4,6m por 4,3m e limitada por 21 buracos de poste perimetrais e seis interiores, e outras três, com plantas ainda incompletas, sub-circulares ou elipsoidais, mas manifestamente mais pequenas (Cabanas 9, 11 e 13).

É a esta fase que é possível atribuir um conjunto importante de materiais com incidência na temática aqui abordada:

- Entre a Cabana 5 e a Cabana 11 (no quadrado M9, cf. Fig. 10), recolheu-se um fragmento de molde em talcoxisto, para machados de tipo “Bujões-Barcelos” (Harbinson, 1968) e cinzéis [FCORV-A 2220], muito semelhante a um exemplar completo do Museu de Ourense (Fig.11);

- No exterior da Cabana 13, no seu lado nascente (em J11, cf. Figs. 10 e 12), apareceu um “ídolo” em talcoxisto [FCORV-A 1822], de formato paralelepípedo achatado e com uma perfuração junto a um dos topos que pelo anverso conserva vestígios de incisões radiais que o envolvem (Fig. 4)¹²;

- Foram ainda recolhidos em contextos da Fase 2 fragmentos de outros dois “ídolos” em talcoxisto: um fragmento da parte superior [FORV-A 2309] de um exemplar, de formato arredondado e com duas perfu-

¹¹ A Fase 1 corresponde à Cabana 7, apenas identificada pelo arco de alguns dos respectivos buracos de poste, à qual, não restando nada do respectivo piso, não se podem atribuir quaisquer materiais (SENNA-MARTINEZ E LUÍS, 2009: 72).

¹² Agradecemos ao nosso colega Prof. Doutor Victor Gonçalves o tratamento fotográfico em alta resolução desta peça, que permitiu que a interpretemos desta forma, bem como a discussão que conosco manteve sobre a problemática deste conjunto de peças.

¹⁰ Certamente como processos de longa duração.

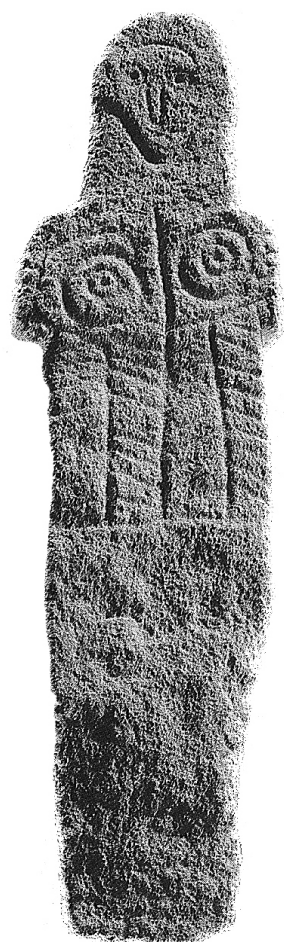


Fig. 2 – Estátua-menir da Ermida, Ponte da Barca
(sg. Baptista, 1983, modificada)

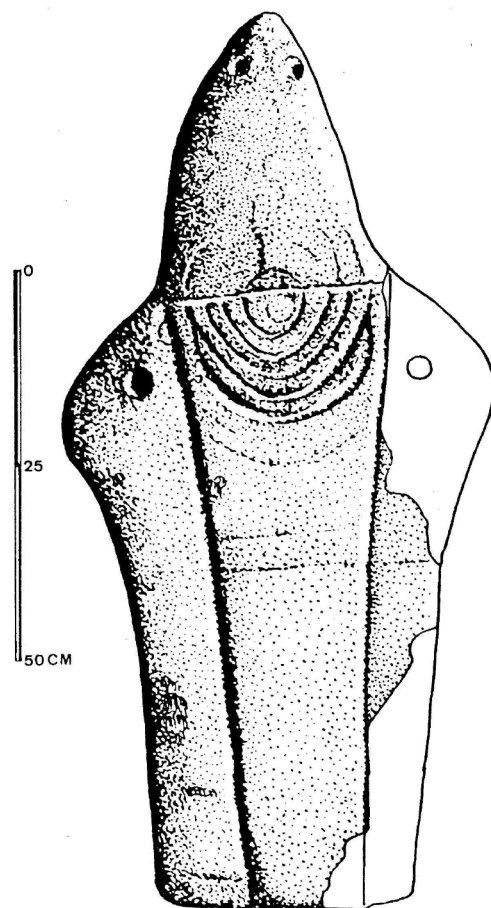


Fig. 3 – Estátua-menir da Boulhosa, Paredes de Coura
(sg. Jorge e Jorge, 1990, modificada).

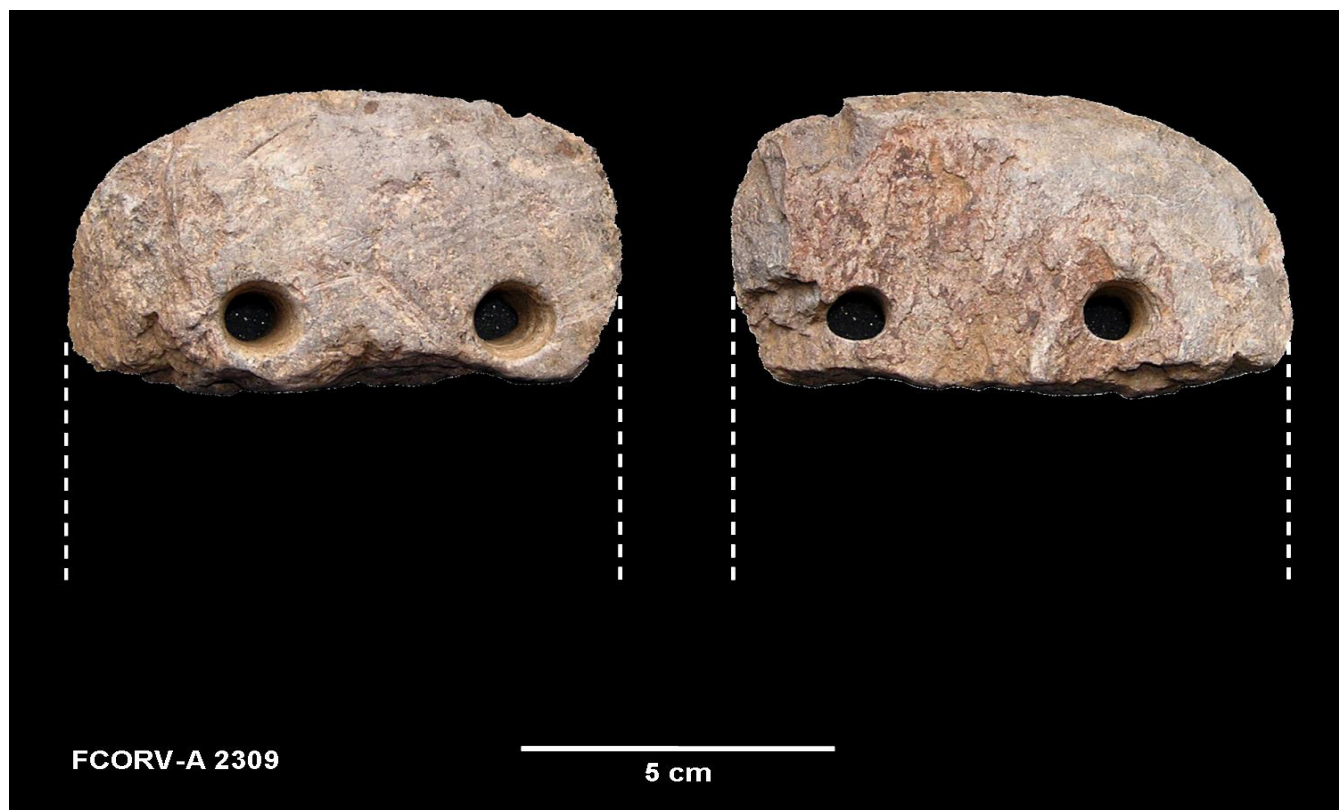


Fig. 5 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Ídolo em talcoxisto polido [FCORV-A 2309] da Cabana 9.

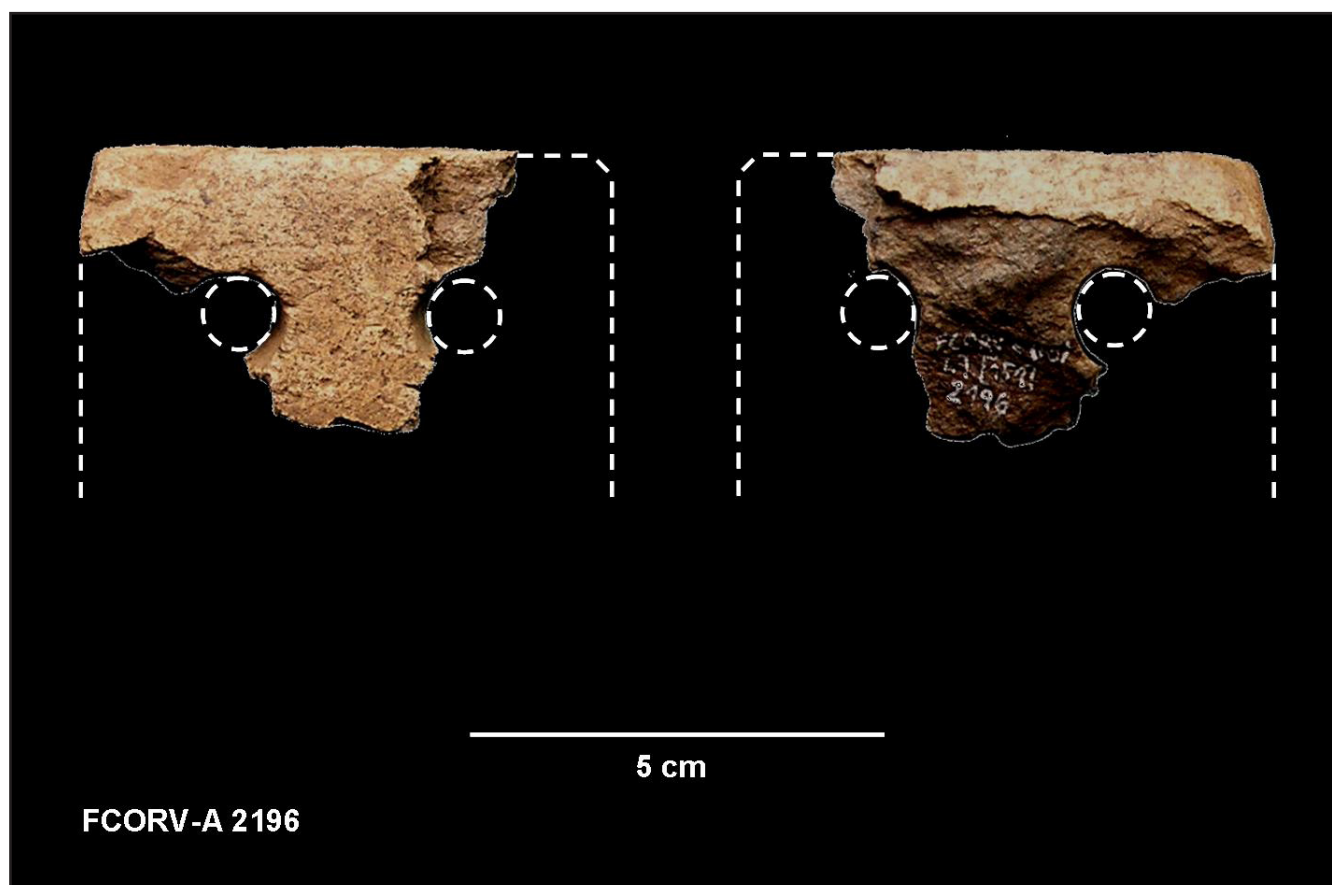


Fig.6 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Ídolo em talcoxisto polido [FCORV-A 2196].

rações (Fig. 5), recolhido em H14 e associado ao “pavimento” da Cabana 9 (cf. Fig. 10); outro foi recolhido entre as Cabanas 5 e 11, um fragmento [FCORV-A 2196] da parte superior de um exemplar de formato paralelepípedo achatado e com duas perfurações (Fig. 6), proveniente de L7 (cf. Fig. 10).

A afinidade destes elementos ideotécnicos com mundos culturais mais meridionais é quanto a nós clara, nomeadamente com os ídolos-placa calcólíticos de xisto da Estremadura Atlântica e Sudoeste, o que nos conduz a considerá-los como representações femininas, interpretação quanto a nós particularmente evidente no caso do exemplar mais completo (cf., por ex., GONÇALVES, 2008).

O material de que este conjunto de peças é feito, bem como os fragmentos de moldes de fundição recuperados (a tampa do “telheiro” da Sondagem 3 e o fragmento de molde para machados de tipo “Bujões/Barcelos” acima citado) existe a menos de um dia de distância da Fraga dos Corvos. Referimo-nos aos talcoxistos do Azibo que hoje alimentam a produção de uma empresa local.

Além destes dois tipos de peças, moldes e “ídolos”, esta matéria-prima foi utilizada para produzir algumas raras contas esféricas e um cossoiro [FCORV-A 858] da Cabana 4. Esta última peça, de provável utilização feminina, é a única em pedra de um conjunto a que há juntar dois exemplares cerâmicos [FCORV-A 1728 e 2090] recolhidos em contexto da Fase 3 respectivamente em P8 e P7 (Fig. 12).

Ao cariz excepcional das categorias de peças produzidas em talcoxisto – moldes, ídolos, cossoiros e raros adornos – junta-se o provável significado feminino de todos estes artefactos, a que nem sequer escapam os elementos de molde, uma vez que a simbólica associada às metalurgias primitivas faz dos moldes “o ventre” onde nascem os artefactos metálicos (ELIADE, 1977).

Na Beira-Alta conhecemos também um outro pequeno ídolo, provavelmente feminino, proveniente de um contexto seguro da 1ª Idade do Bronze, que foi recolhido no recinto/santuário da Fraga da Pena (Fornos de Algodres, cf. VALERA, 2007: 249-250 e Est. 5-3, 1).

Podemos agora repensar as estátuas-menir da Ermida e Boulhosa

como representando situações em que figuras femininas partilham, já, dos “estatutos de poder” masculinos, agora talvez como “consortes”. Algo que os enterramentos femininos argáricos de “*ranking* alto” (individuais ou com o “companheiro masculino” – cf. ARANDA JIMÉNEZ & MOLINA GONZÁLEZ, 2006) nos fazem perceber que pode existir nestes contextos de 1ª Idade do Bronze. As presenças de “*idoliformes*” em painéis com armas da arte rupestre dita “Atlântica” (cf. PEÑA SANTOS, 2005) podem também ser lidas como representações “femininas”¹³ concorrendo para uma leitura como a que propomos. Como exemplo e pela proximidade com o achado da estátua-menir da Ermida importa aqui referir o “*idoliforme feminino*” da Rocha 1 da Bouça do Colado (BAPTISTA, 1983: 38, fig.13), também ele integrável na 1ª Idade do Bronze.

Se, com Lara Bacelar Alves, aceitarmos que “...o significado da Arte Atlântica, com origem no Neolítico, se dilui durante a Idade do Bronze mediante uma re-orientação do ritual para o “culto” das materialidades associadas à metalurgia, como propõe Bradley (e.g. 1997)...” (ALVES, no prelo: 30), então esta presença feminina na 1ª Idade do Bronze ganha novos níveis de compreensão graças ao achado dos “ídolos” da Fraga dos Corvos em contexto habitacional directamente conectado com actividades metalúrgicas (SENNA-MARTINEZ & LUÍS, 2009: 76). Também, no caso da estátua-menir da Ermida, a figuração dos respectivos seios é comparável às duas aplicações áureas discoidais que, com uma lúnula também em ouro martelado, integram o “depósito” de Bucos (Cabeceiras de Basto – ARMBRUSTER & PARREIRA, 1993:) – tendo, tal associação, sido realçada no contexto da exposição “A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder” (cf. AAVV, 1995: p.28) – reforçando esta provável conexão entre práticas metalúrgicas e um novo “discurso de poder”.

O facto de ser no Centro e Norte Atlântico Peninsulares (Português e Galego) que adquire maior visibilidade arqueográfica esta

¹³ Inclusive para os chamados “escutiformes”, caso os interpretemos como femininos, no que concorre a possível simbólica dos triângulos cortados com o vértice para baixo.

presença de uma simbólica feminina, conquanto que em posição subalterna, não deve espantar-nos. Efectivamente, é neste conjunto de espaços peninsulares que, no decurso da 1ª Idade do Bronze, maiores continuidades encontramos com etapas anteriores. Aqui, os dados da escavação recente de sítios de habitat – Buraco da Moura de S. Romão (SENNA-MARTINEZ, 1993 e 2000; CARDOSO, SENNA-MARTINEZ & VALERA, 1995/1996), Fraga da Pena (VALERA, 2007), Fumo (CARVALHO, 2004), Sola (BETTENCOURT, 2000) e, nomeadamente, a Fraga dos Corvos (SENNA-MARTINEZ, *et al.* 2007; SENNA-MARTINEZ & LUÍS, 2009) – têm vindo a demonstrar grandes proximidades organizativas e manifestas continuidades em relação com as comunidades (também elas camponesas) antecedentes.

Espaço desde longa data associado a grande conservadorismo cultural, é, contudo, no Noroeste Peninsular que primeiramente encontramos a presença de ligas de bronze e consequente substituição das alabardas Carrapatas por machados “Bujões/Barcelos” (SENNA-MARTINEZ, 2007). Mas também nos parece claro que tal aparecimento – algures entre o final do primeiro e inícios do segundo quartel do 2º milénio a.C. em meados da 1ª Idade do Bronze – não afecta a estrutura de base das respectivas comunidades e, por consequência, os “discursos de poder” vigentes (*Id.*). Também na área argárica, a substituição das alabardas por machados de gume esvaziado não afecta o restante da estrutura social e o “layout” dos povoados e, no Bronze do Sudoeste, a convivência iconográfica de machados e alabardas na lage do Assento (Fig. 13 – cf. ALMAGRO, 1966: Lám. XXVI) estabelece uma clara associação e equivalência formais entre este dois “símbolos de poder”.

5. SIMBÓLICA DE PODER VERSUS SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA

Temos vindo a defender que os materiais metálicos têm, no âmbito dos grupos regionais da Idade do Bronze Peninsular, um cariz de “elementos de prestígio”, nomeadamente porque, na generalidade dos casos – trata-se aqui fundamentalmente de questões de escala – a produção dos artefactos metálicos, quando contraposta aos restantes artesanatos, reveste um cariz de pequena escala e mesmo “doméstico” (para auto consumo), sem que em qualquer dos casos conhecidos vislumbremos algum indício de “circulação mercantil” ou mesmo de “troca generalizada equivalente”, pelo que tais produções não podem ser entendidas no âmbito de qualquer valia técnica (cf. SENNA-MARTINEZ, 2007: 121).

Exceptuando o caso dos prováveis “chefados” argáricos, a imagem que nos fica da vida económica e social das sociedades peninsulares da 1ª Idade do Bronze é ainda algo muito próximo das sociedades segmentares (tribais? – cf. Parkinson, 2002.) neolíticas. Pesem embora as diversidades regionais que se registam, a inexistência de evidências arqueográficas de armazenagem centralizada em quase todos os grupos regionais peninsulares da 1ª Idade do Bronze (incluindo o argárico, sendo que a única excepção são as *Motillas* da Mancha¹⁴) é bem uma evidência de que as elites nascentes disporiam de recursos limitados para fundamentar o seu poder.

¹⁴ Onde o verificado na *Motilla* do Azuer (ARANDA, *et al.* 2008) pode ser encarado mais como resultado da necessidade das comunidades protegerem das inundações sazonais (que condicionam a própria escolha dos locais para a edificação dos sítios de habitat) as reservas para consumo e sementeira do que como concentração de excedentes.

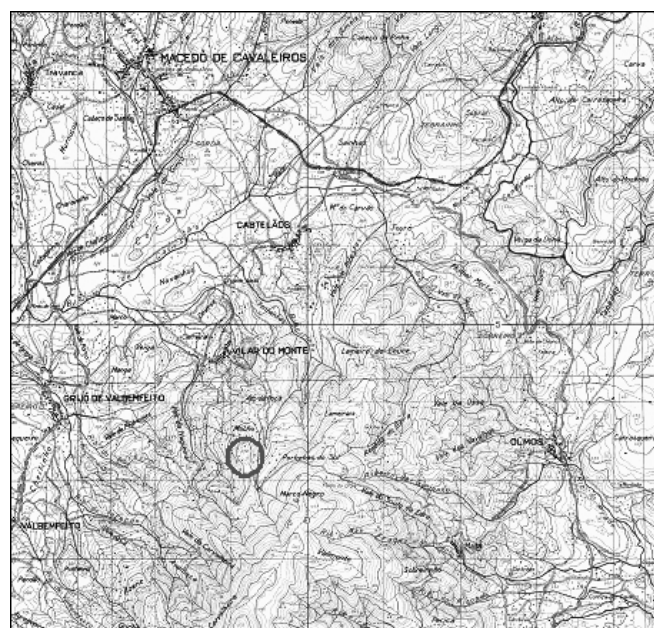
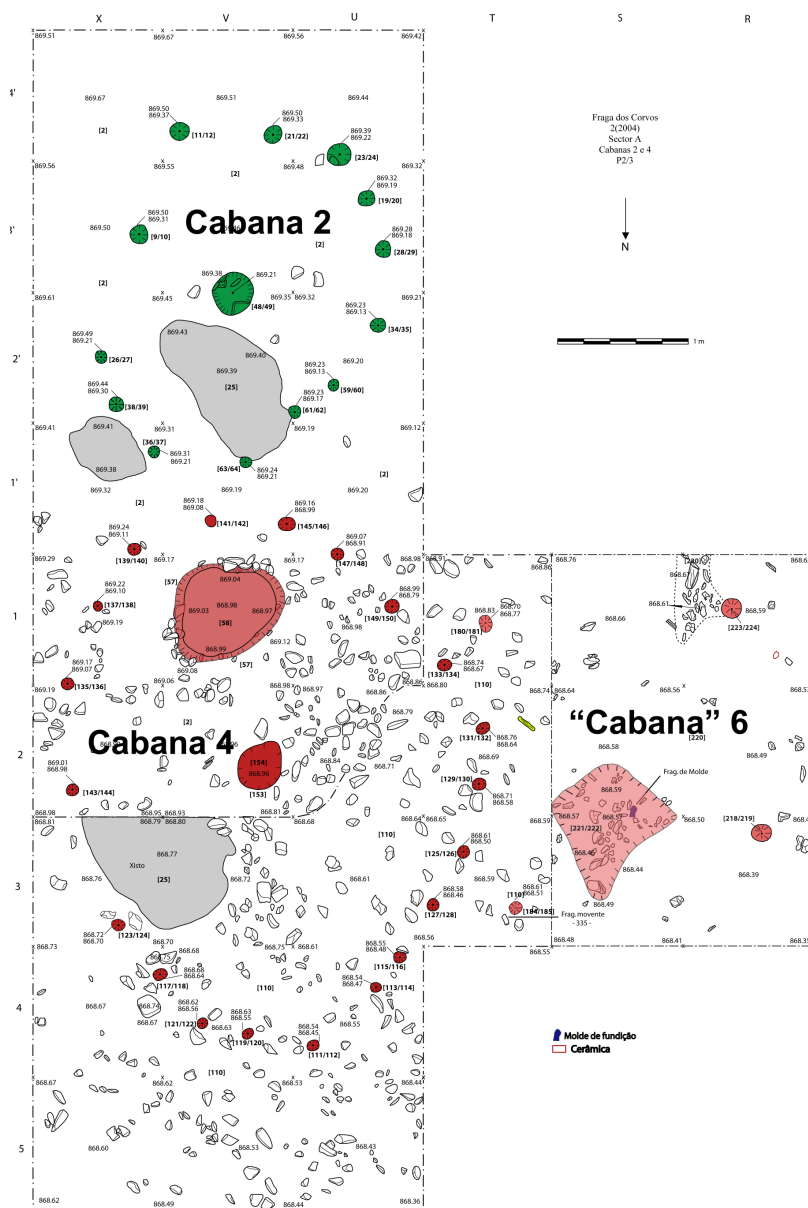


Fig. 7 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Localização na folha 78 da CMP 1:25000.

Fig. 8 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Planta ao nível de detecção das estruturas da área de fundição da Sondagem 3.



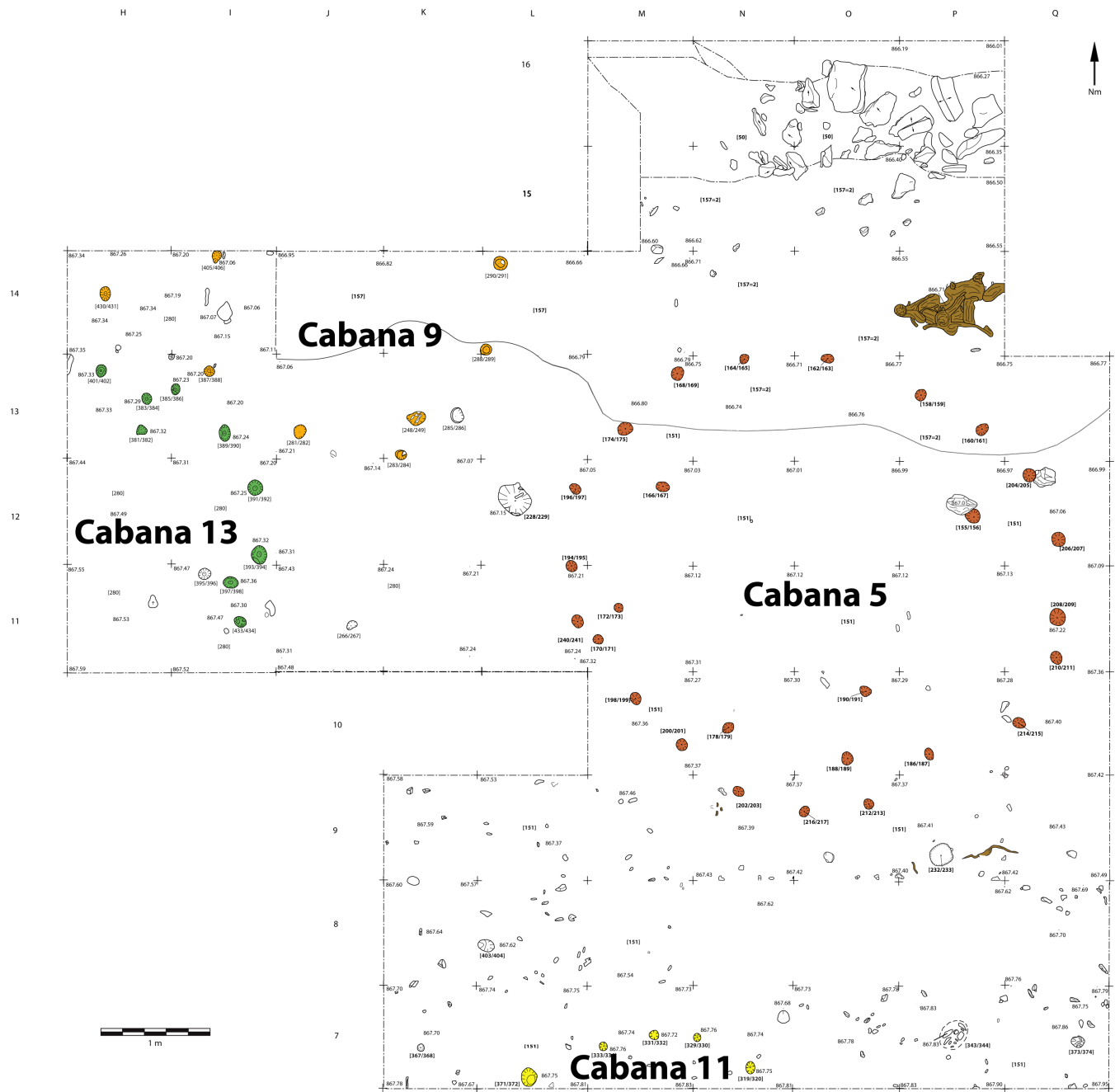


Fig. 10 - Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Planta ao nível de detecção das estruturas da Fase 3 da Sondagem 2.

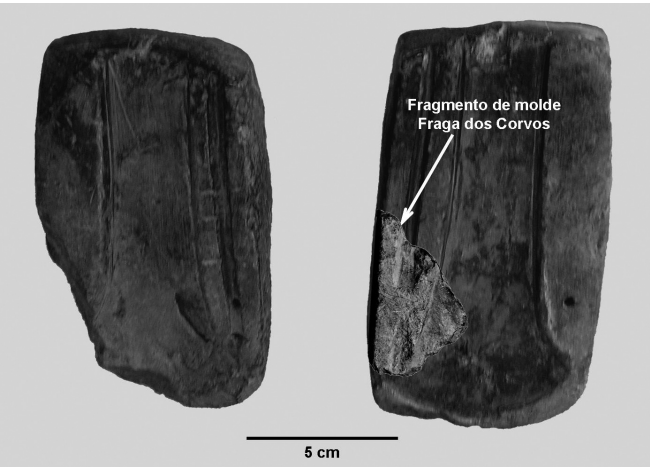


Fig. 11 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Fragmento de Molde para machados Bujões/Barcelos e cinzeis [FCORV-A 2220] sobreposto ao molde completo do Museu de Orense.



Fig. 12 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Cossioiros associados à fase 3.

O problema fundamental da sustentabilidade dos fenómenos de complexificação social consiste, de facto, na existência ou não do correlativo suporte económico. Financiar a complexidade é algo que passa pela emergência e desenvolvimento de sistemas de “*staple finance*”¹⁵, “*wealth finance*”¹⁶ ou mistos (BRUMFIEL & EARLE, 1987). No primeiro caso (*staple finance*) é fundamental o desenvolvimento de produções de subsistência acumuláveis e manipuláveis sendo que, por razões de facilidade de intensificação de produção, manipulação e armazenagem, os cereais desempenham aí papel de primeiro plano e não é por acaso que todos os casos conhecidos de emergência de “estados de primeira geração” se localizam em áreas do globo onde se desenvolveram plantios extensivos e irrigados de cereais (REDMAN, 1978; HARLAN, 1992).

Os espaços regionais peninsulares em que se tem vindo a propor produções cerealíferas em extensão como suporte do desenvolvimento das sociedades camponesas do Calcolítico e Idade do Bronze abarcam grande parte do sul peninsular, nomeadamente o Sudoeste e a Andaluzia. Um estudo recente (ARAUS, *et al.* 1997) veio documentar – com base na discriminação de isótopos de carbono em análises extensivas efectuadas sobre amostras carbonizadas de cevada, trigo e fava – a improbabilidade de, entre o Neolítico e o Bronze Final, ter existido irrigação de cereais e admitem apenas a irrigação de hortícolas¹⁷.

A vulnerabilidade de tal esquema produtivo é realçada por outro estudo sobre o sudeste peninsular, que coloca a possibilidade de que “...nas áreas mediterrânicas (peninsulares) os primeiros sistemas agrícolas provavelmente não serem sustentáveis, estando expostos a uma progressiva perda de eficiência. Tal conclusão baseia-se no decréscimo de tamanho, rentabilidade de colheitas e conteúdo total de azoto por grão...” observada em amostras do arqueossítio de Montefrío, numa sequência estratigráfica representando cerca de 1500 anos (Neolítico e Calcolítico – cf. AGUILERA, *et al.* 2008: 1662). Acresce que “...tal padrão não parece estar relacionado com mudanças na disponibilidade hídrica durante o cultivo, mas antes com um decréscimo de fertilidade do solo, particularmente para o trigo, o principal cultivo neste sistema agrícola...” (Id., *Ibid.*)¹⁸.

Este estudo pode contribuir não só para a compreensão dos processos de colapso dos “ensaios de complexidade calcolíticos” que caracterizam a transição para a Idade do Bronze, mas também, se extrapolável, o que pensamos possível, alguns dos colapsos que marcam, de modo semelhante, o final da 1ª Idade do Bronze.

À dificuldade em sustentar processos com alguma componente de “*staple finance*” nas áreas com maior potencial para tal do sul peninsular, somam-se os dados existentes sobre as restantes paleoeconomias regionais peninsulares que vão no sentido de aí ser ainda mais precário propor tal tipo de desenvolvimento, nomeadamente naqueles espaços em que tão só o gado se afirma como potencialmente importante em tal qualidade. Contudo, são conhecidas as limitações para a utilização de gado como meio de financiamento social, nomeadamente os problemas da sua multiplicação, apascentamento e gestão que limitam o crescimento dos rebanhos e manadas, limitações que, em vários âmbitos regionais, se associam à sazonalidade imposta pela necessidade da transumância.

Deste modo, garantida a subsistência de base (condição prévia da própria existência das comunidades), admitindo uma componente de “*staple finance*” fraca ou instável, restam os mecanismos de “*wealth finance*” para explicar o crescendo de complexificação, ainda que de uma forma limitada nas respectivas expressões arqueográficas, regis-

¹⁵ Financiamento a partir de “bens de consumo alimentar acumuláveis”.

¹⁶ Financiamento a partir de “bens de prestígio”.

¹⁷ “...In summary, except for faba bean at some sites, results do not support the existence of irrigation practices in the south-east of the Iberian Peninsula from the beginning of agriculture (about 7000 BP) to the Iron Age (2400 BP). It can be assumed that the water requirements of these crops were met by virtue of the existence of a more humid climate (or naturally wetted soils), although the conditions were far below full irrigation...” (ARAUS, *et al.* 1997: 739)

¹⁸ Tradução e interpolação nossas.



Fig. 13 – Bronze do Sudoeste. Tampa de sepultura do Assento, Beja: 1- Machados encabados; 2- Alabarda tipo Cano encabada (seg. Almagro, 1966: Lâm.

tada entre o “mundo neolítico” e a 1ª Idade do Bronze.

É neste âmbito que pensamos se enquadra a produção de armas e jóias metálicas cujo monopólio da produção, circulação e utilização a um tempo sustenta e explica a emergência das elites da Idade do Bronze. Estes equipamentos são parte de um novo “discurso de poder”, associado a uma estrutura simbólica em que, agora, predomina um sentido andriarcal. Como é que este poder se afirma?

Pensamos que se trata aqui de poderes emergentes muito mais “imaginados e consentidos” do que efectivamente exercidos de forma coerciva (SENNA-MARTINEZ, 2006: 113), razão porque a respectiva fundamentação simbólica se torna fundamental.

Enquanto regulador da nova ordem social (da 1ª Idade do Bronze) o “aparelho simbólico” que vimos discutindo deverá ser entendido como parte de uma “violência sem violência” – no sentido que Maurice Godelier atribui a esta expressão (GODELIER, 1977: 236-7) – como uma ideologia partilhada entre elites e subordinados e, portanto, legitimadora da autoridade daqueles. Perdido(s) o(s) significado(s) profundo(s) de tal ideologia resta-nos a sua expressão material sobrevivente e analisável do ponto de vista arqueológico.

As sociedades camponesas, tal como antes os caçadores-recolectores, produzem um discurso sobre a natureza, alterando-a, conformando a percepção da paisagem à sua realidade social (SENNA-MARTINEZ & VENTURA, 2008: 343). A emergência de poderes reguladores centrais à sociedade, por limitados e incipientes que sejam, implica uma nova conformação do espaço/território¹⁹. Pensamos, já há algum tempo (SENNA-MARTINEZ, 1994c), que o citado monopólio da produção, circulação e utilização de artefactos metálicos pelas elites da Idade do Bronze se traduz na necessidade de estas controlarem, pelo menos em termos visuais e simbólicos, o território envolvente aos respectivos sítios de habitat.

É em termos de controlo simbólico do território e no âmbito da nova simbólica de poder emergente na 1ª Idade do Bronze que podemos entender o surgimento de um fenómeno bem característico desta

¹⁹ Convertido em território já desde etapas plenas da neolitização das várias áreas regionais peninsulares (SENNA-MARTINEZ & VENTURA, 2008: 341).



Fig. 14 – Machados do “depósito” de Bujões, Vila Real. Museu Nacional de Arqueologia.

nalguns espaços regionais peninsulares: os primeiros “depósitos” de artefactos metálicos.

A manipulação e deposição de armas e jóias metálicas na Primeira Idade do Bronze envolve não só os já referidos aspectos de “depósito como oferta funerária” como também os primeiros casos regionais de “depósito como marcador de território”. De notar que, também neste caso, a ocorrência desta nova forma de “sacrifício artefactual” se localiza, predominantemente, no Centro e Norte Atlântico Peninsulares.

Os primeiros depósitos conhecidos são os que envolvem as alabardas atlânticas ditas de tipo “Carrapatas” ou de “lingueta estreitada” (SENNA-MARTINEZ, 2007: 122). O conjunto de situações identificadas no Nordeste Transmontano e áreas envolventes, nomeadamente em torno à Bacia de Macedo de Cavaleiros (BÁRTHOLO, 1959: 431-432), mostra que as mesmas foram encontradas em locais próximos de antigas vias de trânsito (os *puntos de paso* de M. RUÍZ-GÁLVEZ, 1995):

- As duas de Vale Benfeito são provenientes da margem de uma linha de água próxima da via natural de saída a sul-oriental da Bacia de Macedo de Cavaleiros, hoje reaproveitada pelo IP2;

- As duas de Abreiro resultam de obras de alargamento da trincheira da EN 314, junto a um vau num pequeno afluente do Tua²⁰;

- As de Carrapatas, segundo tradição ainda viva na povoação, teriam aparecido em resultado de igual actividade, próximas da via natural de saída a ocidente da Bacia de Macedo de Cavaleiros;

- A de Senhora das Pereiras (Vimioso) deve provir do alargamento da estrada de acesso ao santuário, ponto dominante da paisagem envolvente, nomeadamente sobre Vimioso e em direcção ao vale do Sabor;

- O depósito de Leiro (Rianxo, Galiza – contendo 5

punhais de lingueta e uma alabarda – MEIJIDE, 1989) foi recolhido na vertente do Monte da Pena, sobranceiro à Ria de Arousa, próximo da foz do rio Ulla (COMENDADOR REY, no prelo);

- A alabarda de El Arribanzo (Fariza, Zamora) pela sua provável associação a um “punto de paso” de acesso ao Douro e a um vau fluvial pode, com outras duas peças hoje perdidas, configurar também um depósito (LÓPEZ PLAZA & SANTOS, 1984/85: 255-56).

No caso do depósito de Leiro importa referir que, na mesma vertente do Monte da Pena, no local designado Foxa Vella, existe um penedo gravado com representações que incluem duas alabardas e dois punhais (CALO LOURIDO & GONZÁLEZ REBOREDO, 1980).

Paralelamente a estes mas de tipo diferente, com jóias em vez de armas, são também conhecidos alguns depósitos em todo o Noroeste Peninsular (por ex. cf. COMENDADOR REY, 1997: 429, sgs.), contudo as associações a “portelas” são aqui menos claras.

Fora do Noroeste Peninsular, outras situações configuram igualmente possibilidades de serem consideradas como integrando “depósitos” desta fase. Pelo particular interesse de que se revestem debruçar-nos-emos sobre três:

- Espada do Pinhal dos Melos (Fornos de Algodres – PAÇO & FERREIRA, 1956) – Trata-se do único caso seguro que conhecemos de uma espada de lingueta, fabricada num cobre arsenical, enquadrável nas armas (Pontas Palmela, punhais de lingueta e alabardas) que podem surgir sós ou acompanhando campaniformes de 2ª geração, seja em contexto funerário (Por exemplo nas sepulturas da Quinta da Água Branca e Fuente Olmedo²¹) ou, como vimos, em depósitos.

- O Conjunto de La Paloma, Pantoja, Toledo, com duas alabardas de lingueta estreitada, um punhal de lingueta, uma faca espatulada, quatro pontas Palmela e um

²⁰ Situado na base do monte onde se localiza o povoado do Cemitério dos Mouros, com níveis de transição Calcolítico/1ª Idade do Bronze datados de entre 2460-1950 cal AC (SANCHES, 1995:29).

²¹ Com duas datas de radicarbono – CSIC-483 3620 ± 50BP = 2340-1943 cal a.C. e OxA-2907 3730 ± 65BP = 2340 1943 cal a.C. – cuja soma de probabilidades, também a 2σ, é 2296-1831 cal a.C.

diadema áureo de fita que, até pelo vaso carenado que o acompanha (contê-lo-ia?), pode configurar um depósito²² (LÓPEZ-ASTILLEROS, 2002: 82), também numa zona de cruzamento de importantes vias tradicionais de passagem (*Id.* 83, fig.2).

- Finalmente o “depósito” de Cano (Sousel - CARREIRA, 1996).

Quando, no Noroeste Peninsular, os primeiros bronzes acompanham a substituição das alabardas pelos machados de tipo Bujões (Fig. 14) e Barcelos (Fig. 15) também estes vão, frequentemente, surgir em situações de depósito.

Deste modo, o depósito de materiais metálicos junto a vias de passagem terrestre ou fluvial configura, quanto a nós, uma forma de apropriação do território e, sobretudo, uma provável forma de “regulação simbólica” de direitos de passagem e de trânsito neste, indissociável do monopólio destes equipamentos fundamentais como expressão simbólica dos poderes das novas elites sociais da Idade do Bronze.

A emergência e manutenção deste *status quo* social fundamentar-se-ia então, muito mais do que em processos de domínio económico ou de coerção física, no desenvolvimento desta(s) ideologia(s) partilhada(s) entre elites e subordinados forma de, através de uma “coerção simbólica”, a tal “violência sem violência”, gerir e regular as inevitáveis contradições sociais.

Armas, lugares e Homens, ou o que destes elementos resta arqueograficamente preservado, são, assim, outras tantas “janelas” abertas para a compreensão destas sociedades. Jornada começada mas certamente longe de estar concluída.

Lisboa, Julho de 2009



Fig. 15 – Machado tipo Barcelos de Gonça, Guimarães. Museu Nacional de Arqueologia.

²² Posição para que crescentemente nos inclinamos.

REFERÊNCIAS

- AAVV (1995) – *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*. Lisboa. Secretaria de Estado da Cultura. Instituto Português de Museus.
- AGUILERA, M. *et al.* (2008) – “Stable carbon and nitrogen isotopes and quality traits of fossil cereal grains provide clues on sustainability at the beginnings of Mediterranean agriculture”. In: *Rapid Commun. Mass Spectrom.* 22, p.1653–1663
- ALMAGRO, M. (1966) – *Las Estelas Decoradas del Suroeste Peninsular*. Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. *Bibliotheca Praehistorica Hispana*, Vol. VIII.
- ALVES, L. B. (no prelo) – “O sentido dos signos - reflexões e perspectivas para o estudo da arte rupestre do pós-glaciar no Norte de Portugal”. In: R. de Balbín Behrmann (ed.). *Arte Prehistórica al aire libre en el Sur de Europa*. Junta de Castilla y León. (http://webpe.sapia.uminho.pt/abettencourt/index_ficheiros/Page301.htm).
- ANATI, E. (1968) – “Arte rupestri nelle regioni occidentali della Penisola Iberica”. In: *Archivi*. Capo di Ponte. 2.
- ARMBRUSTER, B. & PARREIRA, R. *Eds.* (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria. 1º Volume - Do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa. Instituto Português de Museus.
- ARANDA JIMÉNEZ, G. e ESQUIVEL GUERRERO, J. A. (2006) – “Ritual Funerario y Comensalidad en las Sociedades de la Edad del Bronce del Sureste Peninsular: La Cultura de El Argar”. In: *Trabajos de Prehistoria*. 63(2), p.117-133.
- ARANDA JIMÉNEZ, G. e ESQUIVEL GUERRERO, J. A. (2007) – “Poder y Prestigio en las Sociedades de la Cultura de El Argar. El consumo comunal de bóvidos y ovicápridos en los rituales de enterramiento”. In: *Trabajos de Prehistoria*. 64(2), p.95-118.
- ARANDA JIMÉNEZ, G. e MOLINA GONZÁLEZ, F. (2006) – “Wealth and Power in the Bronze Age of the South-East of the Iberian Peninsula: The Funerary Record of Cerro de La Encina”. In: *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. Oxford University Press. 25(1), p.47-59.
- ARANDA JIMÉNEZ, G. *et al.* (2008) – “Water Control and Cereal Management on the Bronze Age Iberian Peninsula: La Motilla del Azuer”. In: *Oxford Journal of Archaeology*. 27(3), p.241–259.
- ARAUS, J. L. *et al.* (1997) – “Identification of Ancient Irrigation Practices based on the Carbon Isotope Discrimination of Plant Seeds: a Case Study from the South-East Iberian Peninsula”. In: *Journal of Archaeological Science*. 24, p.729–740.
- BAPTISTA, A. M. (1983) – “A estátua-menir da Ermida (Ponte da Barca, Portugal)”. In: *O Arqueólogo Português*. Série IV. 3, p.7-44.
- BARCELÓ, J. A. (1991) – “El Bronce del Sudoeste y la cronología de las estelas alentejanas”, in: *Arqueologia (GEAP)*. Porto. 21, p.15-24.
- BÁRTHOLO, M.L (1959). “Alabardas da época do bronze no Museu Regional de Bragança”. In: *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa. Instituto de Alta Cultura. Vol. I, p.431-39.
- BETTENCOURT, A. M. (2000) – *O Povoado da Idade do Bronze da Sola, Braga, Norte de Portugal*. Braga. Universidade do Minho. Cadernos de Arqueologia. Monografias. 9.
- BETTENCOURT, A. M.; LEMOS, F. S. e ARAÚJO, M. T. (2002) – “The young man of Vale Ferreiro (Serafão, Fafe, Northern Portugal): a Late Prehistoric Burial”. In: *Journal of Iberian Archaeology*. 4, p.131-151.
- BETTENCOURT, A.M. *et alli.* (2005) – “The ceremonial site of Vale Ferreiro, Fafe, in the context of the Bronze Age in North-western Portugal”. In: *Journal of Iberian Archaeology*. 7, p.159-175.
- CALO LOURIDO, F. e GONZÁLEZ REBOREDO, X. M. (1980) – “Estación de arte rupestre de Leiro (Rianxo, A Coruña)”. *Gallaecia*. 6, p.207-216.
- CARDOSO, J. L.; SENNA-MARTINEZ, J. C. & VALERA, A. C., (1995/96) – “Aspectos da Economia Alimentar do Bronze Pleno da Beira Alta: A fauna de grandes mamíferos das «Salas 2 e 20» do Buraco da Moura de S. Romão (Seia)”. In: *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. Colibri. 3/4, p.253-261.
- CARREIRA, J. R. (1996) – “O Conjunto metálico de Cano (Sourel)”. In: *Vipasca*. Aljustrel. 5, p.59-70.
- CARVALHO, A.F. (2004) – “O povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa)”. In: *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7(1), p.185-219
- CASTRO MARTÍNEZ, P. V.; LULL, V. & MICÓ, R. (1996) – *Cronología de la Prehistoria Reciente de la Península Ibérica y Baleares (c. 2800-900 cal ANE)*. Oxford. TEMPVS REPARATVM. «BAR International Series», 652.
- CASTRO MARTÍNEZ, P. V. *et alii.* (1993-94) – “Tiempos sociales de los contextos funerarios argáricos”. In: *AnMurcia*. Murcia. 9-10, p.77-105.
- COMENDADOR REY, B. (1997) – *Los inicios de la Metalurgia en el noroeste de la Península Ibérica*. Tese de Doutoramento em Pré-História. Universidad de Santiago de Compostela. PDF em CD-Rom.
- COMENDADOR REY, B. (no prelo) – “Space and Memory at the mouth of the River Ulla (Galicia, Spain)”. In: A. M. S. BETTENCOURT, M. J. SANCHES, L. B. ALVES & R. FÁBREGAS VALCARCE *eds.* *Spaces and Places for Agency, Memory and Identity in prehistoric and protohistoric Europe*. Proceedings of the 15th Congress of the International Union for Prehistoric and Protohistoric Sciences. Lisbon. September 2006.
- CONTRERAS CORTÉS, F.; SÁNCHEZ RUIZ, M. e NOCETE CALVO, F. *Eds.* (2000) – *Proyecto Peñalosa*. Granada. Junta de Andalucía. Consejería de Cultura.
- CRUZ, D. J. (1998) – “Monumento 2 da Serra de Muna (Campo, Viseu). Resultados preliminares dos trabalhos de escavação”. In: *Actas do Colóquio 'A Pré-História na Beira Interior'*. Viseu. «Estudos Pré-Históricos», 6, p.375-395.
- CRUZ, D. J.; GOMES, L. F. & CARVALHO, P. S. (1998a) – “O grupo de *tumuli* da Casinha Derribada (Concelho de Viseu)”. In: *Conimbriga*. XXXVII, p.5-76.
- CRUZ, D. J.; GOMES, L. F. & CARVALHO, P. S. (1998b) – “Monumento 2 da Serra da Muna (Campo, Viseu)”. In: *Actas do Colóquio 'A Pré-História na Beira Interior'*. Viseu. «Estudos Pré-Históricos». 6, p.375-395.
- ELIADE, M. (1977) – *Forgerons et Alchimistes*. Paris. Flammarion.
- FOWLES, S.M. (2002) – “From Social Type to Social Process: Placing ‘Tribe’ in a Historical Framework”. In: W. A. PARKINSON, Ed. *The archaeology of Tribal Societies*. Ann Harbour (Michigan). International Monographs in Prehistory. «Archaeological Series». 15, p.13-33.
- GODELIER, M. (1977) – “Vers une théorie marxiste des faits religieux”. *Horizons. Trajets marxistes en Anthropologie*. Paris. Maspero. Vol. 2, p. 229-241.
- GOMES, M. V. (1994) – *A necrópole de Alfarozeira (S. Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no Concelho de Silves*. Silves. Câmara Municipal de Silves. «XELB», 2.
- GOMES, M.V. & MONTEIRO, J.P. (1977) – “As estelas decoradas da herdade de Pomar (Ervidel - Beja) - Estudo comparado”. In: *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. Junta Distrital de Seúbal. 2/3, p.281-343.
- GOMES, M.V. *et al.* (1986) – *A Necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular*. Lisboa. IPPC. *Trabalhos de Arqueologia*, 2.
- GONÇALVES, V. S. (2008) – “Na primeira metade do 3º milénio a.n.e., dois subsistemas mágico-religiosos no Centro e Sul de Portugal”. In: M. HERNÁNDEZ PÉREZ, J. SOLER DÍAZ e J. LÓPEZ PADILLA, *eds.* *Actas del IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Alicante. MARQ. Tomo II, p.112-120.

- GONÇALVES, V. S. (2009) – *As Ocupações Pré-Históricas das Furnas do Poço Velho (Cascais)*. Cascais. Câmara Municipal de Cascais. CTA-3.
- HARLAN, J. R. (1992) – *Crops & Man*. Madison, WI. American Society of Agronomy, Inc. & Crop Science Society of America, Inc. 2ª Ed.
- HARRISON, R. J. (1974) – “A closed find from Cañada Rosal, Prov. Sevilla and two Bell Beakers”. In: *Madriider Mitteilungen*. 15, p.77-94.
- JARAMILLO JUSTINICO, A. (2004) – “Aproximación a la Vida Cotidiana de las Poblaciones Argáricas: El Caso de Peñalosa”. In: *@rqueología y Territorio*. 1, p.83-99.
- JORGE, S. O. (1980a) – “A Necrópole do Tapado da Caldeira”. In: *Arqueologia*. Porto. 2, p.36-44.
- JORGE, S. O. (1980b) – “A estação arqueológica do Tapado da Caldeira, Baião”. In: *Portugalia (NS)*. I, p.29-50.
- JORGE, V. (1990) – “Escavação da mamoa 1 de Outeiro de Gregos. Serra da Aboboreira, Baião”. In: *Portugalia*. I, p.9-28.
- JORGE, V. O. & JORGE, S. O. (1990) – “Statues-Menhirs et Stèles du Nord du Portugal”. in: *Revista da Faculdade de Letras (Porto)*. II Série. VII, p.299-324.
- JORGE, V. et alli. (1997) – *As mamoas do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço)*. Porto. SPAE
- LÓPEZ-ASTILLEROS, K. M. (2002) – “El hallazgo metálico de «La Paloma» en el contexto de la Edad del Bronce del Tajo central”. In: *Estudios de Prehistoria y Arqueología Madrileñas*. Madrid. 12, p.79-93.
- LÓPEZ PLAZA, S. & SANTOS, J. (1984-85) – “Alabarda y puñales de lengüeta y remaches procedentes del S. O. de la Cuenca del Duero”. In: *Zephyrus*. Salamanca. XXXVII-XXXVIII, p.255-266
- MEIJIDE, G. (1989) – “Un importante conjunto del Bronce Antiguo de Galicia: el depósito de Leiro (Rianxo, A Coruña)”. *Gallaecia*. 11, p.151-164
- NÁJERA COLINO, T. et al. (2006) – “Un Enterramiento Infantil Singular en el Yacimiento de la Edad del Bronce de la Motilla del Azuer (Daimiel, Ciudad Real)”. In: *Trabajos de Prehistoria*. 63(1), p.149-156.
- NATIVIDADE, M.V. (1901.) – *Grutas de Alcobaça*. Porto. Imprensa Moderna.
- PAÇO, A. e FERREIRA, M. (1956) – “Espada de cobre do Pinhal dos Melos (Fornos de Algodres)”. In: *Actas XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Coimbra, p.357-64.
- PEÑA SANTOS, A. (2005) – “Arte Rupestre En Galicia”. In: José Manuel Hidalgo Cuñarro, Ed. *Arte Rupestre Prehistórica do Eixo Atlântico*. Vigo. Eixo Atlântico. «Textos para el debate». 9, p.3-82
- REDMAN, C. L. (1978) – *The Rise of Civilization: From Early Farmers to Urban Society in the Ancient Near East*. San Francisco, CA. Freeman.
- RISCH, R. e LULL, V. (1995) – “El estado argárico”. In: *Verdolay*. 7, p.97-109.
- RUIZ-GÁLVEZ, M. (1984) – “Reflexiones terminológicas en torno a la Edad del Bronce Peninsular”. In: *Trabajos de Prehistoria (NS)*. Madrid. 41, p.323-42.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. Ed. (1995) – *Ritos de paso y puntos de paso: La ría de Huelva en el mundo del Bronce Final Europeo*. Madrid. Editorial Complutense. «Complutum Extra». 5.
- SANCHES, M. J. (1995) – “Alabardas de Tipo Carrapatas”. In: Jorge, S. O. ed. *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. p.29-30
- SANCHES, M. J. & JORGE, V.O. (1987) – “A «Estátua-Menir» da Bouça (Mirandela)”. In: *Arqueologia (GEAP)*. Porto. 16, p.3-7.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin. Walter de Gruyter. 2 Vols.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1993) – “Duas contribuições arqueométricas para o estudo do Bronze Antigo/Médio do Centro e Noroeste de Portugal”. In: *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. Colibri. 1, p.77-91.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994a) – “Notas para o estudo da génese da Idade do Bronze na Beira Alta: o fenómeno campaniforme”. In: *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. Colibri. 2, p.163-190.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994b) – “Subsídios para o estudo do Bronze Pleno na Estremadura Atlântica: (1) A alabarda de tipo «Atlântico» do Habitat das Baútas (Amadora)”. In: *Zephyrus*. Salamanca. XLVI, p.161-182.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994c) – “Entre Atlântico e Mediterrâneo: algumas reflexões sobre o Grupo Baiões/Santa Luzia e o desenvolvimento do Bronze Final Peninsular”. In: *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. Colibri. 2, p.215-232.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (2000) – “O Bronze Pleno. Uma Transformação na Continuidade?”. In: J. C. SENNA-MARTINEZ & I. PEDRO, Eds., *Por Terras de Viriato: Arqueologia da Região de Viseu*, Viseu, Governo Civil do Distrito de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia, pp.105-114.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2006) – “Depósitos metálicos versus economia política das práticas metalúrgicas na Idade do Bronze em Portugal”. Comentário a Raquel Vilaça, “Depósitos de Bronze do Território Português. Um debate em aberto”. In: *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 24, p.109-114
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2007) – “Aspectos e Problemas das Origens e Desenvolvimento da Metalurgia do Bronze na Facha da Atlântica Peninsular”. In: *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal. 15, p. 119-134.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. e LUÍS, E. (2009) – “A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 6 (2008)”. In: *Cadernos «Terras Quentes»*. Macedo de Cavaleiros. 6, p.69-79.
- SENNA-MARTINEZ, J.C., LÓPEZ PLAZA, S. e HOSKIN, M (1997) – “Territorio, ideología y cultura material en el megalitismo de la plataforma del Mondego (Centro de Portugal)”. In: *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo. Actas del Coloquio Internacional (Santiago de Compostela, 1-6 de Abril de 1996)*. Santiago de Compostela. «Cursos e Congressos da Universidade de Santiago de Compostela». 101, p.657-676.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. e VENTURA, J. M. Q. (2008) – “Do mundo das sombras ao mundo dos vivos: Octávio da Veiga Ferreira e o megalitismo da Beira Alta, meio século depois”. In: *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira. Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal. 16, p.317-350.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. et alii. (2007) – “Bronze Melting and Symbolic of Power: The Foundry Area of Fraga dos Corvos Bronze Age Habitat Site (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal)”. In: *Proceedings of the 2nd International Conference “Archaeometallurgy in Europe”*. Aquileia, Italy.
- VALERA, A. C. (2007) – Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3º milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda). Fornos de Algodres. Município e Associação Terras de Algodres.

A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 7 (2009)

João Carlos de SENNA-MARTINEZ* e Elsa Luis**

1. Localização e Ambiente

A Fraga dos Corvos é um esporão rochoso constituído por xistos anfibolíticos situado na vertente noroeste da Serra de Bornes na elevação conhecida localmente como Monte do Vilar, sobranceira à povoação de Vilar do Monte, sede da freguesia do mesmo nome, concelho de Macedo de Cavaleiros.

O cabeço possui domínio visual sobre a quase totalidade da bacia de Macedo de Cavaleiros nomeadamente sobre as portelas tradicionais de trânsito em direcção a sudeste e noroeste (Abreiro, Carrapatos e Vale Benfeito), célebres pelos depósitos de alabardas aí encontrados (Bártholo, 1959).

rencial altimétrico que implantámos num ponto dos afloramentos do topo desta vertente são: Longitude 99 122,194 e Latitude 203 403,721 GAUSS, para uma altitude de 870,856 m, na folha 78 da CMP 1/25000 (figs. 1 e 2).

A Nor-Noroeste desenvolve-se uma plataforma em declive suave que constitui a área que designámos como Sector A onde implantámos um referencial ortogonal com o eixo dos y orientado segundo o norte magnético cobrindo uma área de 15m por 20m correspondente à parte norte do topo do cabeço.

O cabeço é limitado a poente e nascente pelos vales relativamente profundos de duas pequenas ribeiras, respectivamente a de Vale de Nogueira e a Ribeirinha.

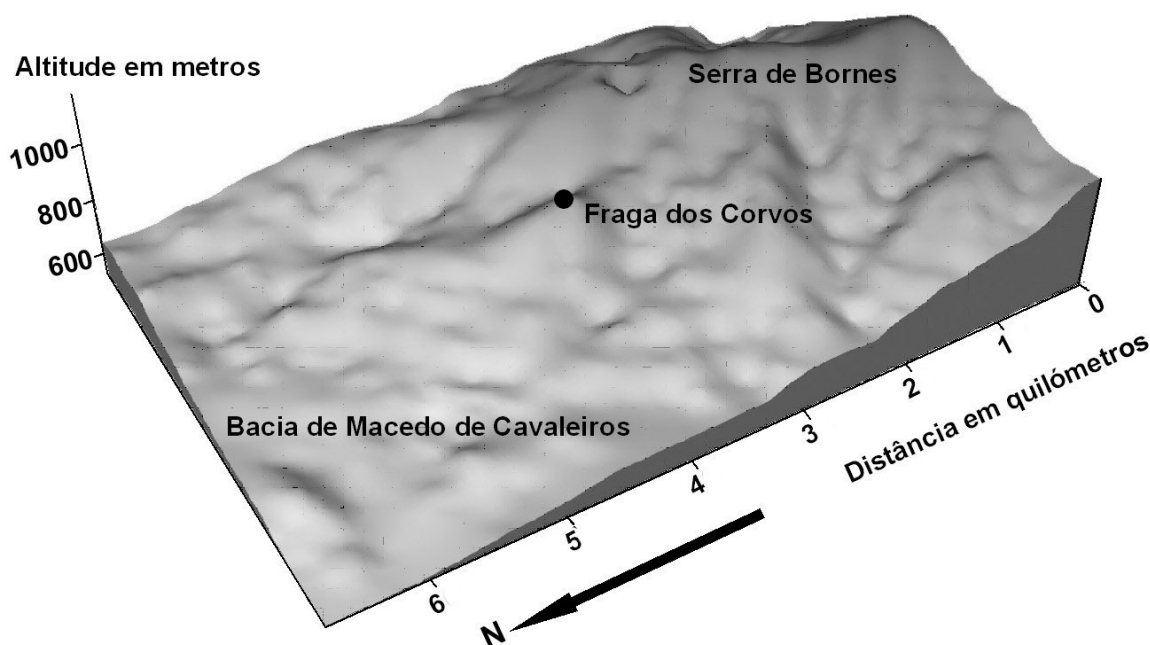


Fig. 1 – Bloco diagrama de parte da Bacia de Macedo de Cavaleiros com a localização da Fraga dos Corvos.

Na base de dados do IPA, sob o CNS 6650, consta como um “... povoado fortificado de grandes dimensões, situado no topo de um grande monte, sobre a aldeia de Vilar do Monte, nos contrafortes ocidentais da serra de Bornes...”.

O cabeço é limitado a Noroeste por uma vertente bastante abrupta de rocha onde se abrem dois abrigos. As coordenadas do refe-

2. Antecedentes da intervenção de 2009

O sítio da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos foi descoberto em 2003 em resultado de trabalhos de desmatação que o puseram em perigo e que justificaram uma primeira intervenção (Senna-Martinez, Ventura & Carvalho, 2004).

O Sector A – Ao fim da sexta campanha (2008) o Sector A deste arqueosítio era caracterizável como um povoado de cabanas sub-circulares ou elipsoidais. As primeiras (Cabanas 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10 e 12) apresentam cerca de três metros de diâmetro, sendo delimitadas por 13 a 14 buracos de poste perimetrais e um central, de maior diâmetro; as de tipo elipsoidal (Cabanas 4 e 5) são maiores, a Cabana 4, com eixos de 4m por 3,2m, é delimitada por 20 buracos de poste

* Professor Associado do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Centro de Arqueologia (Uniarq) e Instituto «Alexandre Herculano» de Estudos Regionais e do Municipalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Cidade Universitária, Campo Grande, 1600-214 LISBOA. smartinez@iol.pt

** Licenciada em Arqueologia e História pela F.L.U.L., Mestranda em Arqueologia, F.L.U.L. elsavluis@gmail.com



Fig. 2 – Localização da Fraga dos Corvos na Folha 78 da CMP 1/25000.

perimetrais, apresentando também um central, equivalente aos das demais cabanas, a Cabana 5, aparentemente a maior de todas, com eixos de 4,6m por 4,3m e limitada por 21 buracos de poste perimetrais e seis interiores, apenas foi totalmente definida na campanha de 2006.

Na área da Sondagem 3 foi possível identificar, junto ao limite sul da Cabana 4, uma estrutura negativa de planta ovalada, cheia por terras obscurecidas e restos de cinzas, a oeste da qual foram recolhidos três “nódulos” metálicos, posteriormente identificados pela equipa de Arqueometalurgia do ITN¹ como tratando-se de prováveis nódulos de redução (“prills”) num bronze binário (Cu+Sn), bem como um fragmento de cadinho com aderências incluindo igualmente vestígios destes metais, tendo assim servido para a fundição de bronze, 71 fragmentos de elementos vitrificados sem traços de cobre ou estanho, 2 fragmentos de moldes em xisto e um fragmento de lâmina de bronze (cf. Senna-Martinez, et al. 2007). Este conjunto de dados permitia assim interpretar a estrutura composta pelas UEs.57/58 como uma “caixa-de-areia” e a extremidade sul da Cabana 4 como uma “área de fundição”.

Já no lado oeste da Cabana 4, foi identificado um espaço sub-quadrangular que enquadrava uma estrutura negativa de planta irregular [UE.221] preenchida por terras argilosas avermelhadas, com abundantes termoclastos (lareira) incluindo três fragmentos de moldes, um dos quais uma tampa de molde rectangular quase completa. Desta área provêm igualmente alguns elementos pétreos vitrificados.

A Cabana 4 juntamente com este “alpendre” a que chamámos “Cabana 6” configura assim um espaço dedicado a actividades de fundição de bronze, em pequena escala, com uma fornalha/lareira exterior (sob alpendre), onde os cadinhos poderiam ser aquecidos, e uma caixa de areia no interior da Cabana 4 onde os moldes poderiam ser preenchidos com metal em fusão. Naturalmente, o espaço entre “fornalha” e “caixa de areia” encontrava-se “pingado” de restos diversos, incluindo os nódulos de metal e elementos não-metálicos vitrificados que atestam temperaturas da ordem dos 1200° (Geirinhas, et al. no prelo).

A Cabana 5 configurava-se também como outra área evidenciando algumas possíveis actividades ligadas à metalurgia. Nomeadamente, pela concentração no seu lado oeste de elementos não-metálicos vitrificados e um fragmento de arame metálico (Cu).

A oeste desta Cabana foram identificadas duas novas estruturas

habitacionais: a Cabana 8, posterior à Cabana 5 e a Cabana 9, possivelmente contemporânea da Cabana 5. Foi igualmente nesta área que se recolheram dois bordos de “vasilha-forno”, analisados pela equipa do ITN, tendo um deles revelado vestígios de cobre e estanho, ou seja, possibilitando considerar a co-redução de minérios de cobre e estanho e, consequentemente, a produção local de bronze.

A uma primeira proposta de faseamento e compreensão sincrónica dos momentos de utilização das cabanas, seguiu-se à campanha de 2008, a qual, através do alargamento da área da Sondagem 2 para 72m² (quadrados HI/11-14 a oeste e KLM/9-7 a sul), permitiu um mais assertivo estabelecimento de uma sequência de ocupações.

A primeira ocupação identificada do sítio (Fase I) é apenas constituída pelos restos dos buracos de poste que definem a Cabana 7, que cortam a UE.109=278 e de que não resta qualquer vestígio de pavimento.

Segue-se uma ocupação com estruturas mais preservadas, a Fase II, correspondendo à utilização das Cabanas 3, 8, 10 e 12, todas elas identificadas ao nível da UE. [109=278]. A Cabana 10, situada no extremo oeste da área aberta, apresenta-se como uma estrutura sub-circular delimitada por 7 buracos de poste [UEs. 321, 323, 325, 327, 339, 341, 345] que se devia prolongar a oeste para a área então ainda não aberta, uma vez que um buraco de poste [UE.416] localizado junto ao corte limite parece constituir o respectivo central. Definimos as respectivas estruturas e enchimentos [UEs. 322, 324, 326, 328, 340, 342, 346 e 417] – terras soltas entre o castanho-escuro (10YR3/3) e o castanho-amarelado escuro (10YR3/4). A Cabana 12, na zona sul da área de escavação, de planta sub-circular, foi definida por um conjunto de 11 buracos de poste perimetrais [UEs. 347, 349, 351, 353, 355, 357, 359, 361, 365, 369 e 399] e um central [UE.363]. Também aqui são a respectiva estrutura e enchimento [UEs. 348, 350, 352, 354, 356, 358, 360, 362, 364, 366, 370 e 400] – terras soltas entre o castanho escuro (10YR3/3) e o castanho amarelado escuro (10YR4/4) – que permitem a sua fácil identificação.

A Fase III é constituída pela UE.151=280 na qual se integram algumas estruturas habitacionais: as Cabanas 5, 9, 11, 13 e 14. A Cabana 11 apenas apresenta um conjunto de 5 buracos de poste [UEs. 319, 329, 331, 333 e 371] que encostam ao limite sul da área aberta. A Cabana 13, parcialmente delimitada através de um arco de 9 buracos de poste perimetrais [UEs. 381, 383, 385, 389, 391, 393, 397, 401, 433] situa-se a sul da Cabana 9 e esconde-se sob os limites oeste e sul da área escavada. Por último, a Cabana 14 apresenta um pequeno arco de 4 buracos de poste cortando o ângulo NE da periferia da Cabana 12 [UEs. 418, 420, 422, 424], revelados a partir da respectiva forma e enchimentos – [UEs. 419, 421, 423 e 425] terras soltas castanho escuras (10YR3/4) – não tendo sido possível detectar-lhes qualquer continuidade podendo, aparentemente, pensar-se que terá sido destruída pela Cabana 5.

Uma possível outra fase de ocupação poderá ser constituída pela UE. [157], que inclui a área ocupada pela Cabana 1, ainda por escavar.

Foi ainda possível, no decurso de 2008, desenvolver um primeiro estudo de proveniência para o cobre utilizado neste arqueosítio (Geirinhas, et al. no prelo) que nos permite afirmar a existência de duas fontes com assinaturas isotópicas diferenciadas, uma das quais poderá corresponder a mineralizações estudadas na área da Foz do Azibo a um dia de marcha da Fraga dos Corvos.

Na campanha de 2009 procurámos, através do alargamento a oeste da área aberta da Sondagem 2 do Sector A, continuar a investigar as novas estruturas identificadas e sua extensão.

3. A Campanha 7 (2009)²

Esta campanha tinha como objectivo principal o alargamento da Sondagem 2 de forma a compreender eventuais continuidades estra-

¹ A equipa é formada pelos investigadores: Prof.ª Doutora Fátima Araújo, Mestre Pedro Valério e Dr.ª Elin Figueiredo que integraram o Projecto Metabronze (POCI/HAR/58678/2004) financiado pela FCT (2006/2009) e por nós coordenado.

² Participaram desta campanha, além dos signatários, um conjunto de alunos da Universidade de Lisboa: Ana Sofia Martins Viana, Bruno Miguel Martins da Costa Rebelo, Daniela Filipa Mirote de Matos, Débora Bettencourt Mota, Dóron Araújo, Liliana Paixão dos Anjos, Maria Helena Lopes Barbosa.

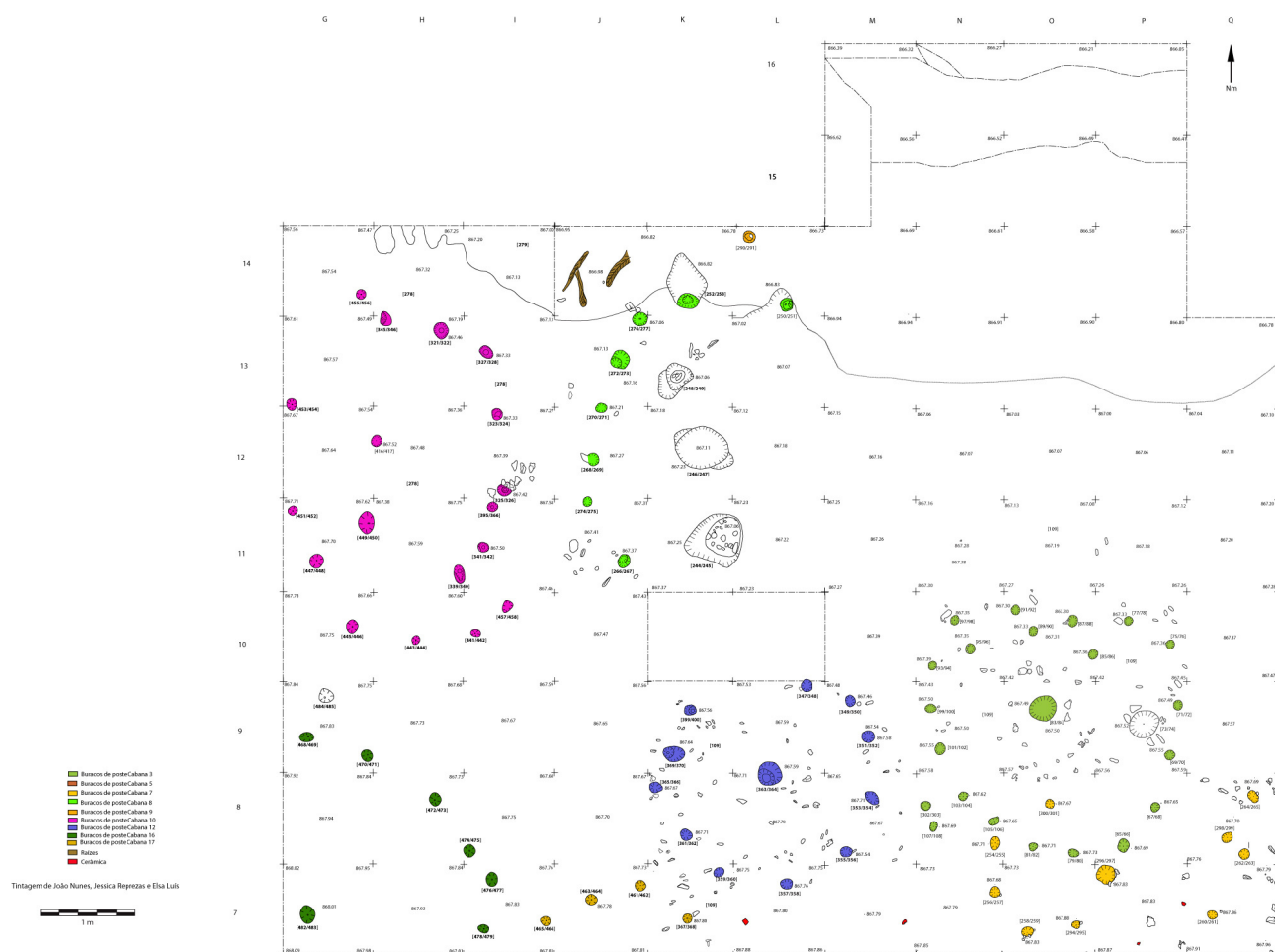


Fig. 3 – Planta ao nível da interface superior da UE. 109=278, com as estruturas negativas das Fases 1 e 2 detectadas. “Cabanais”, 3, 7, 8, 10, 12, 16 e 17.



Fig. 4 – A área aberta na Campanha 7(2009), vista de Norte para Sul.



Fig. 5 – A interface superior da UE. UE. 109=278, com os buracos de poste das “Cabras” 10, 16 e 17 escavados e preenchidos a poliuretano expandido.

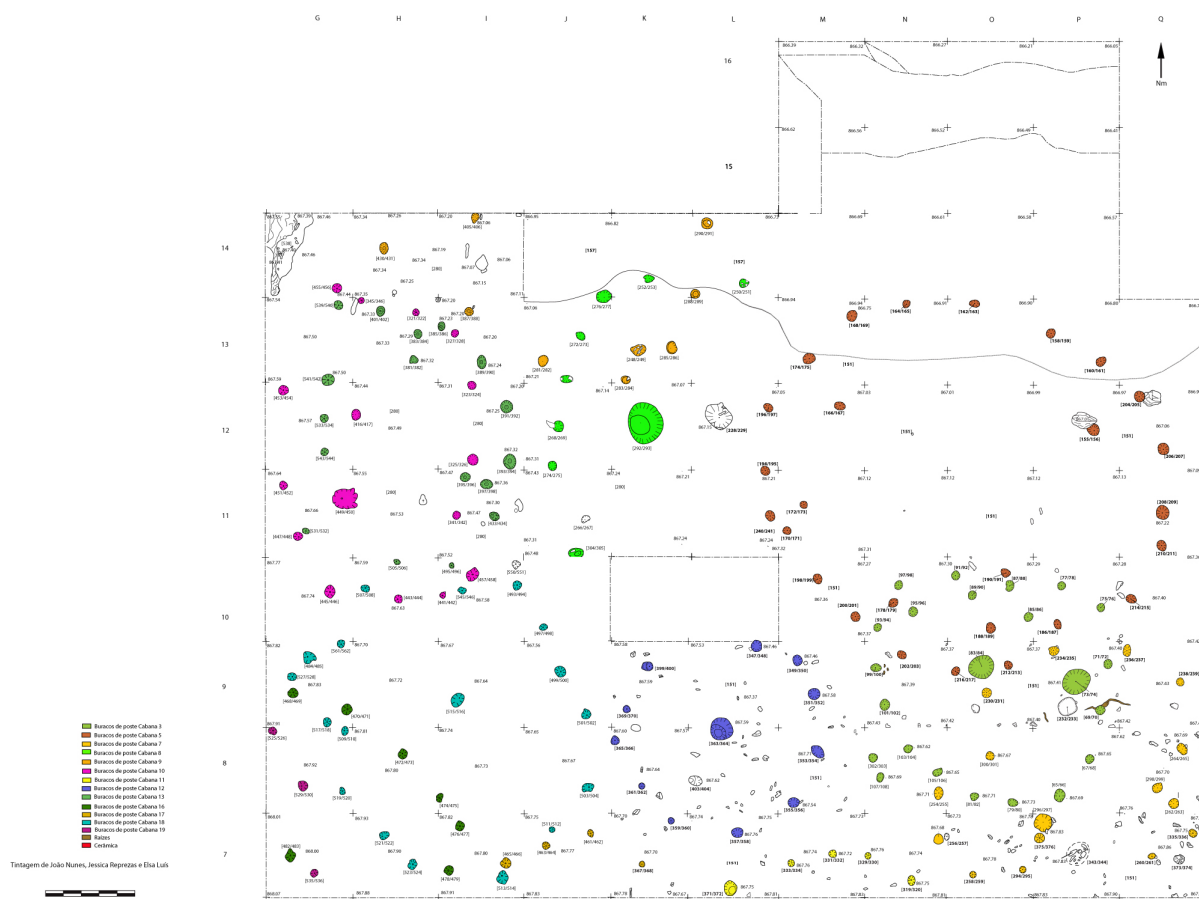


Fig. 6 – Planta ao nível da interface superior da UE. 151=280, com as estruturas negativas da Fase 3 detectadas. “Cabras”, 5, 9, 11, 13, 18 e 19.

tigráficas para oeste, procurando uma leitura sincrónica dos momentos de utilização das Cabanas respectivas.

A área intervencionada da Sondagem 2 foi assim ampliada a oeste para os quadrados G/H/I/J/7/8/9/10 (16m²) e G/11/12/13/14 (4m²), passando a área total desta sondagem para 93m².

3.1. As duas primeiras fases identificadas.

Removida a UE.0 e alcançada a interface para a UE.109=278, pudemos verificar que não havia evidência, na nova área aberta, de qualquer estrutura correlacionável com a Fase 1. Imediatamente sob a UE.0, definindo-se a partir da interface superior da UE.109=278, começaram a desenhar-se arcos de novos buracos de poste, configurando o restante perímetro da Cabana 10 bem como de outras duas estruturas semelhantes, Cabanas 16 e 17 (Figs. 3 e 4).

Cabana 10 – Esta estrutura ficou assim definida por um conjunto de 15 buracos de poste, 15 perimetrais [UEs. 321, 323, 325, 327, 339, 341, 345, 395, 441, 443, 445, 447, 451, 453 e 457] e um central [UE. 416], configurando um espaço elíptico com aproximadamente 3,5 m de comprimento N/S por 2,5 m de largura W/E.

A respectiva detecção foi possibilitada pelas respectivas estruturas e enchimentos [UEs. 322, 324, 326, 328, 340, 342, 346, 396, 442, 444, 446, 448, 452, 454, 458 e 417] – terras soltas entre o castanho-escuro (10YR3/3) e o castanho-amarelado escuro (10YR3/4).

As cotas médias do fundo dos respectivos buracos de poste aproximam-se dos da Cabana 3 confirmando a respectiva pertença a uma mesma fase.

Cabana 16 – Definida a partir de um arco de seis buracos de poste [UEs. 468, 470, 472, 474, 476 e 478] e correspondendo ao ângulo sudoeste da área aberta (Fig. 5), quadrados GHI7/9, o buraco de poste [UE. 482] poderá ser o respectivo central pelo que poderá ter forma sub-circular com cerca de 2,5 m de diâmetro, estendendo-se para sudoeste da área aberta.

A respectiva detecção foi possibilitada pelas respectivas estruturas e enchimentos [UEs. 469, 471, 473, 475, 477, 479 e 483] – terras soltas castanhas escuras (10YR3/3).

Cabana 17 – Um pequeno arco de quatro buracos de poste [UEs. 367, 461, 463 e 465], no limite sul da área aberta, quadrados IJK7, configura uma nova estrutura que designámos como Cabana 17. Preenchem-nos terras soltas entre o castanho-escuro (10YR3/3) e o castanho-amarelado escuro (10YR3/4) [UEs. 368, 462, 464 e 466].

Uma vez desenhadas as plantas de interface superior da UE.109=278, os buracos de poste das Cabanas 10, 16 e 17 foram preenchidos com poliuretano expandido de modo a possibilitar a obtenção do respectivo molde e prosseguir com o desmonte daquela UE.

A desmontagem da [UE.109=278] permitiu recolher diverso material, nomeadamente olaria fragmentada, em tudo comparável ao recolhido em anteriores campanhas.

3.2. A fase 3.

Desmontada a UE.109=278, foi exposta a interface superior da UE.151=280 (tal como a UE.109=278 também já identificada em anteriores campanhas) a partir da qual pudemos identificar novas estruturas negativas correspondentes a buços de poste que permittem definir o lado poente da Cabana 13 e dois novos conjuntos que consideramos corresponderem a duas novas Cabanas a 18, com a respectiva planta já completa e a 19 de que apenas localizámos um pequeno arco com três buracos de poste, no limite sul ocidental da área aberta (Figs. 6 e 7).

Cabana 13 – Esta cabana, de planta elíptica com cerca de 3m no sentido N/S e 2,5m no sentido E/W, é delimitada por 17 buracos de poste [UEs. 381, 383, 385, 389, 391, 393, 397, 401, 433, 495, 505, 531, 533, 539, 541 e 543].

Os enchimentos – [UEs. 382, 384, 386, 390, 392, 394, 398, 402, 434, 496, 506, 532, 534, 540, 542 e 544] terras soltas entre o castanho-escuro (10YR3/3) e o castanho-amarelado escuro (10YR3/4) – e as formas dos buracos de poste respectivos permitiram uma detecção fácil destas estruturas negativas.

Cabana 18 – Na extensão sudoeste da área aberta este ano, quadrados GHIJ7/10, um arco elíptico de 16 buracos de poste pe-



Fig. 7 – A interface superior da UE. UE. 151=280, com os buracos de poste das “Cabanas” 13, 18 e 119 escavados e preenchidos a poliuretano expandido.



Fig. 8 – O “ravinamento” [UE. 537] após remoção do respectivo enchimento [UE. 538].

rimetrais [UEs. 493, 497, 499, 501, 503, 507, 509, 511, 513, 517, 519, 521, 523, 527, 545 e 561] e um central [UE. 515], facilmente detectáveis a partir da respectiva forma e enchimentos – [UEs. 494, 498, 500, 502, 504, 508, 510, 512, 514, 518, 520, 522, 524, 528, 546, 562 e 516], terras soltas de cor castanho-escura (10YR3/3) – definem nova cabana.

Cabana 19 – Um pequeno arco de apenas três buracos de poste [UEs. 525, 529 e 535], preenchidos por terras soltas de cor castanho-escura (10YR3/3), localizados no limite sudoeste da área aberta nesta campanha, indiciam nova estrutura complexa deste tipo que se prolongará para além dos limites sul e ocidental da área já escavada.

No ângulo noroeste da área escavada detectámos o que inicialmente pensámos fosse uma fossa [UE. 537], preenchida por terras [UE. 538] pouco compactas castanho-escuras (10YR3/3), contendo pedra miúda e alguns cacos rolados. O facto de se prolongar para norte da área aberta, no sentido do maior declive do terreno, e a sua própria configuração uma vez escavado o preenchimento, levam-nos a interpreta-la como resultado de um ravinamento devido a erosão e posteriormente preenchido (Fig. 8).

A Fase 3 nesta sondagem (Fig.6) engloba deste modo as **Cabanas 5, 9, 11, 13, 14, 18 e 19** com os respectivos solos integrados na UE.151=280.



Fig. 9 – Contas discoidais em xisto FCORV-A 2530 e 2304 da UE. 151=280.

Após o preenchimento dos novos buracos de poste com poliuretano expandido, a desmontagem deste “solo” [UE.151=280] permitiu recolher diverso material: nomeadamente olaria fragmentada; duas contas pequenas discoidais em xisto (Fig. 9); um fragmento de talcoxisto com evidência de polimento, parte de um provável idoliforme; um pendente em talcoxisto quebrado pela perfuração e gravado com uma cabeça de cavalo (Fig. 10).

Sob a UE.151 e limitada ao lado oeste da área aberta da Sondagem 2, quadrados GH7/12, I8/14 e J8/13 (Fig. 11) aflora uma camada [UE.287] de terras castanho-amareladas escuras e compactas (10YR4/4). Contém oito estruturas negativas próprias – os buracos de poste UEs. 559, 565, 567, 569, 571, 573, 583 e 585, preenchidos pelas UEs. 560, 566, 568, 570, 572, 574, 584 e 586 (terras soltas castanho-escuras – 10YR3/3).

Na extremidade norte a UE.287 é cortada por uma fossa não muito profunda [UE.579], centrada em G13/14, e preenchida por terras castanho-acinzentadas escuras pouco compactas [UE.575], com alguma pedra miúda, incluindo termoclastos.

Após o preenchimento dos buracos de poste com poliuretano expandido, a desmontagem da UE.287 revelou alguns materiais arqueológicos significativos no seu interior, incluindo um fragmento de bordo de uma provável taça tipo “Cogeces” (Fig. 12 – FCORV-A 2841).

O número restrito de estruturas negativas identificadas e a sua dispersão não permite tecer grandes considerações contextuais, para além do facto desta camada se apresentar restringida ao lado ocidental da área aberta na Sondagem 2 e de ser muito pouco espessa no limite oriental dificultando a definição precisa da respectiva extensão. Aumenta de espessura para oriente mas raramente ultrapassando os 2 cm.



Fig. 10 – Fragmento de “pendente” em talcoxisto polido com uma cabeça de cavalo gravada no anverso [FCORV-A 2699].

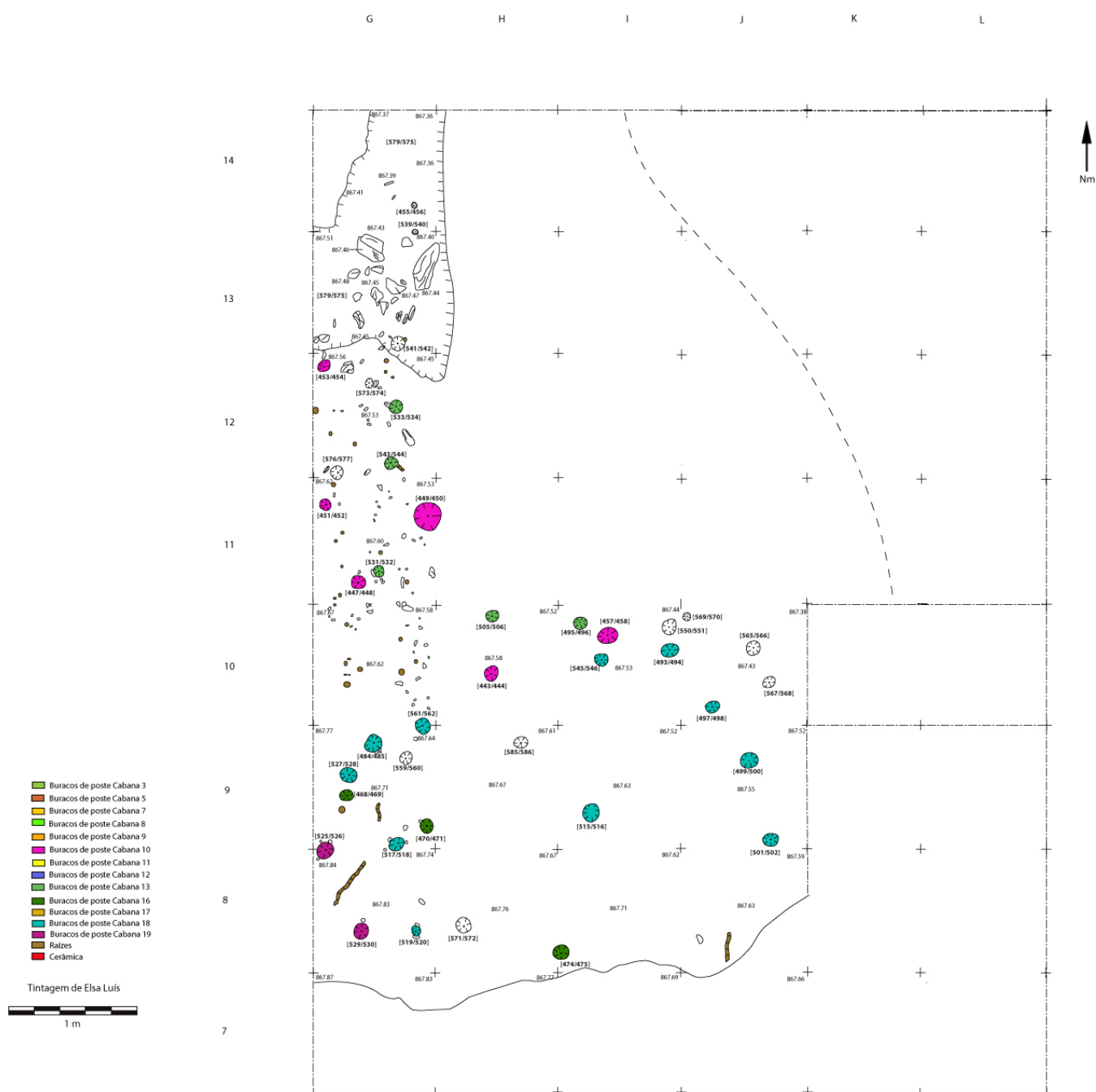


Fig. 11 – Planta de interface superior da UE. 287.



Fig. 12 – Fragmento de bordo de taça tipo “Cogeces” (FCORV-A 2841).

3.4. A Fase 5.

Sob a UE.287 surgiu então a UE.152, já anteriormente descrita, corresponde a terras castanho-escuras (10YR3/3) argilosas e compactadas que em toda a parte oriental da área aberta recobrem o empedrado de base (Fig. 13).

Ainda na campanha de 2008, tinha sido detectada, na interface superior desta UE e junto ao limite ocidental da área então aberta, quadrado K8, parte de uma zona de barro cozido [UE. 437] configurando um fundo de lareira. De facto, a extensão para ocidente da área então aberta veio revelar a respectiva continuidade para J8. Constitui assim uma área com 80 cm no sentido oeste/este por 60 cm no sentido norte/sul, provavelmente correspondendo ao pavimento de uma zona de lareira, delimitada por um arco pétreo que aflora a ocidente e no lado oriental é recoberto pela UE.152 que aqui apenas tem escassa espessura (Fig.16). A superfície cozida e rubefacta [UE. 437] apresenta-se razoavelmente conservada, sobretudo na respectiva metade oriental. Após registo, esta superfície foi consolidada com uma solução de paraloide e gaze para moldagem e levantamento em posterior campanha.

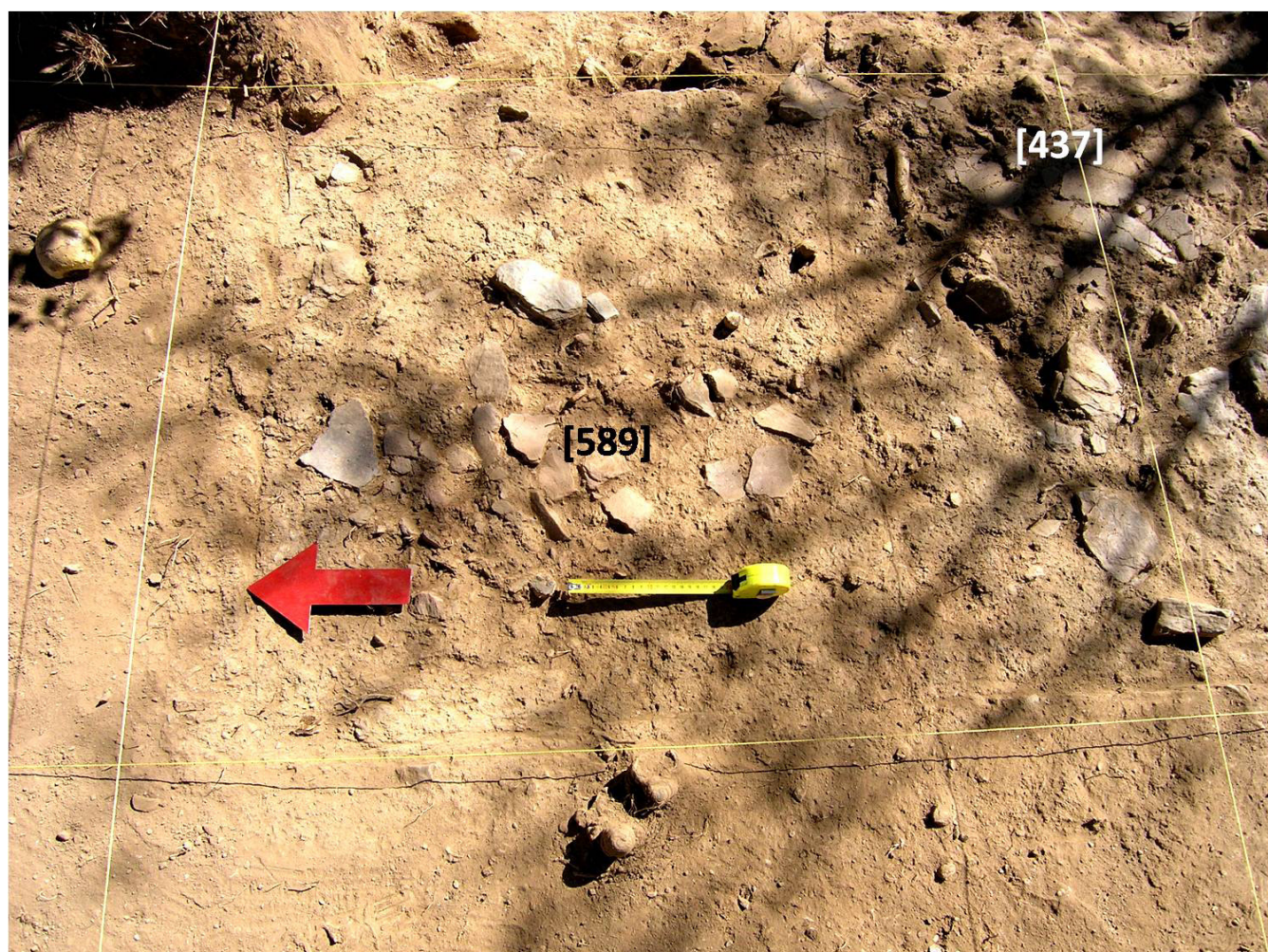


Fig. 16 – Momento de detecção da “lareira” UE.437 e da fossa UE.590/589.



Fig. 17 – Fase final de escavação da fossa UE.590 com o dormente de mó[FCORV-A 2869]

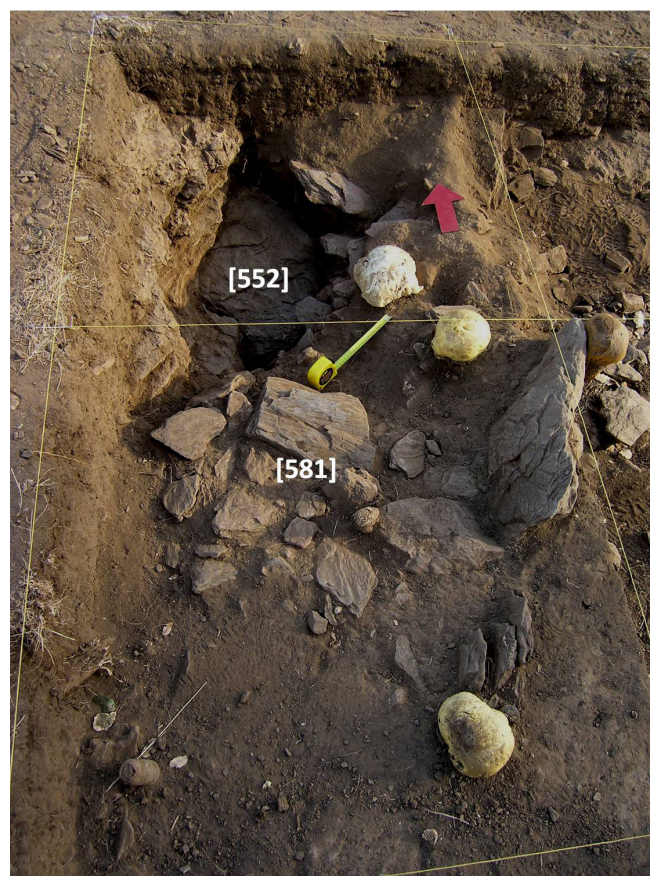


Fig.18 – As estruturas sob a UE.275, no final da campanha.

estas terras poderão constituir um piso conservado, semelhante à UE.467 localizada em KL8/9, igualmente sob a UE.152 (Fig. 20).

UE. 467 – Camada de terras argilosas castanho claras (10YR4/4) muito compactas, localizada em KL8/9, englobando alguns termoclastos e raros nódulos de argila queimada (restos de barro de revestimento? – cf. Fig. 19). Apresenta-se desagregada e remexida na sua zona central [UE. 592].

UE. 490 – Estrutura pétrea formando parte de um arco disposto no sentido sudoeste/nordeste em H12/13. É constituída por blocos de xisto de médias dimensões dispostos na horizontal e ligeiramente inclinados.

UE. 490 – Estrutura pétrea formando parte de um arco disposto no sentido sudoeste/nordeste em H12/13. É constituída por blocos de xisto de médias dimensões dispostos na horizontal e ligeiramente inclinados.

UE. 491 – Estrutura pétrea aparentemente sub-circular em IH11, formada por pedras de xisto de dimensões médias a pequenas, contendo termoclastos de xisto e quartzo numa matriz de terras compactas castanho-amareladas escuras (10YR4/4), com manchas rubefactas [UE. 549]. Pode tratar-se de uma base de lareira.

UE. 486 – Estrutura pétrea sub-rectangular, em J11/12, com 80 cm no sentido WSW/ESE por 50 cm no sentido SSW/ENE, limitada por blocos de xisto de médias dimensões dispostos tanto na horizontal como na vertical, preenchida por blocos de xisto de pequenas e médias dimensões e termoclastos de quartzo.

UE. 487 – Estrutura pétrea sub-circular, em K11, constituída por blocos de xisto de médias dimensões dispostos na horizontal.

UE. 488 – Buraco de poste estruturado por três calços de xisto de médias dimensões e colocados verticalmente, em K11, preenchido por terras muito soltas argilosas e orgânicas [UE. 489] cinzentas-acastanhadas (10YR3/2).

A caracterização e compreensão das diferentes relações entre estas estruturas dependem da continuação da sua escavação uma vez que nos limitámos a defini-las superficialmente.

A Fase 6 identificada neste espaço corresponderá à Cabana 1 cujo solo [UE.157] ainda não foi desmontado.

3.5. Os materiais recolhidos e o respectivo enquadramento cronocultural.

O ambiente cultural documentado na escavação das Fases 2, 3, 4 e 5, únicas com materiais associados até à data, caracteriza-se por produções cerâmicas que, para além das formas correntes, apresentam recipientes com decorações de “tradição Campaniforme”, impressas a pente, juntamente com taças de “tipo Cogeces ou Protocogotas” que por vezes combinam decorações, conjugando estilos, pontilhadas geométricas e impressas a punção ocasionalmente com preenchimento a pasta branca.

A indústria lítica talhada³, incide sobretudo em quartzo e xisto anfibólico e engloba elementos de foice denticulados, pontas de projectil, furadores e raspadores.

A fauna, representada pelos restos osteológicos recuperados nas Cabanas 5 e 9 em ambiente da Fase 3, engloba *Bos taurus*, *Ovis/ Capra*, *Cervus elaphus* e *Sus sp.* (porco ou javali, mais provavelmente o segundo). Com claro predomínio das espécies domésticas sobre as selvagens, mesmo atribuindo a totalidade dos restos de *Sus* ao javali.

³ Em estudo preliminar por Daniela Matos.

Quadro I			
Restos de Fauna identificados			
Cabana 5		Cabana 9	
Género / Espécie	Nº	Género /Espécie	Nº
Ovis / Capra	3	Ovis / Capra	2
Bos Taurus	4	Bos Taurus	1
Sus sp.	2	Sus sp.	1
		Cervus Elaphus	1

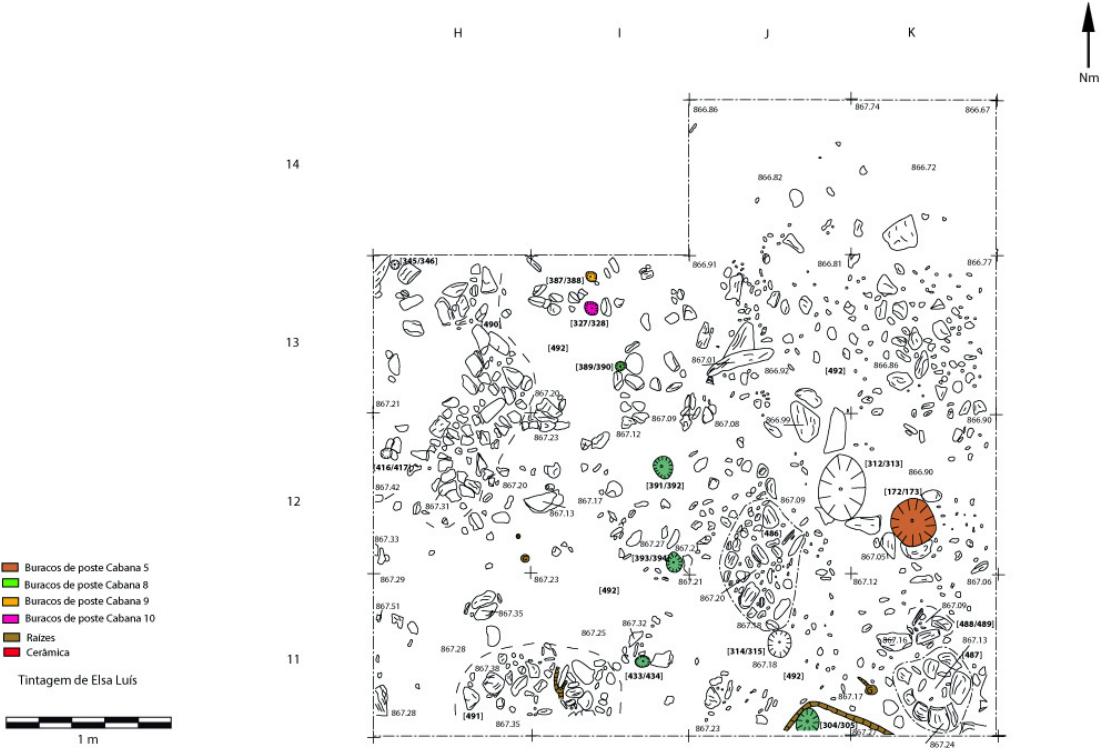


Fig. 19 – Planta, ao nível de detecção nos quadrados HIJK11/13, do conjunto de estruturas pétreas sob a UE.152.

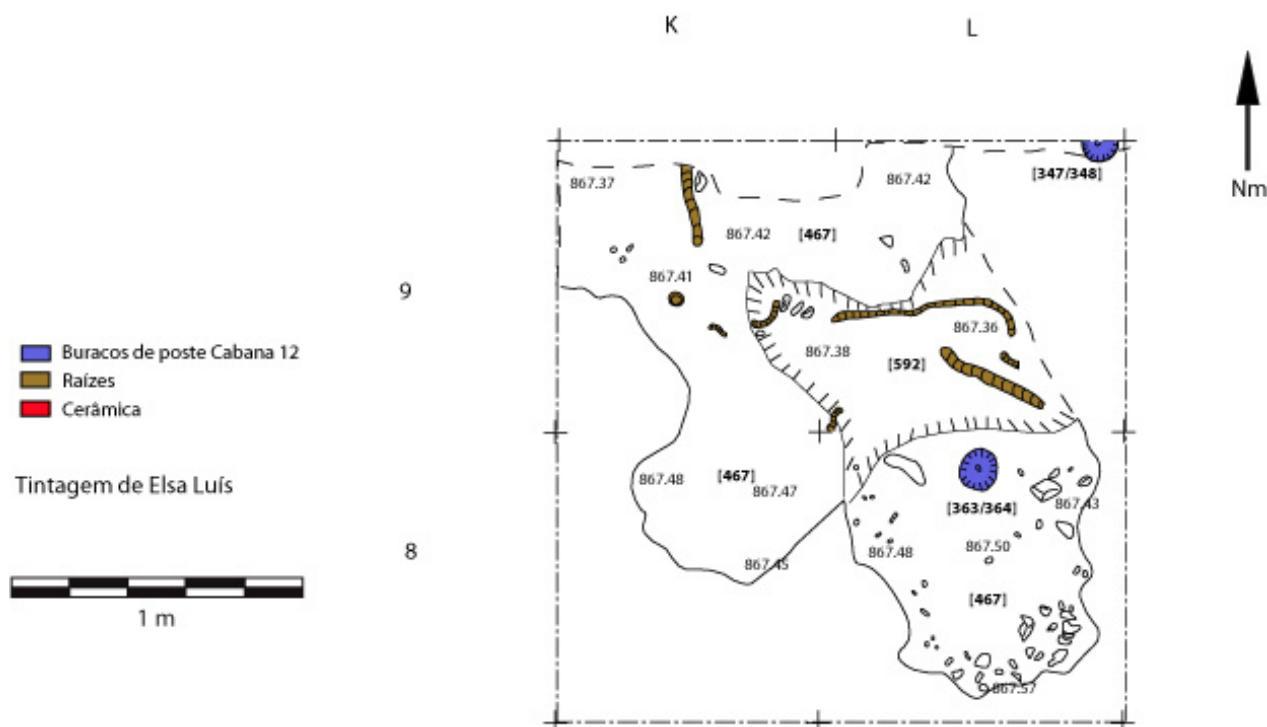


Fig.18 – As estruturas sob a UE.275, no final da campanha.

Sem que a quantidade de restos recolhidos permita ir muito mais longe, parece-nos contudo de salientar que estes dados podem ser paralelizados com os obtidos para as faunas da ocupação da 1ª Idade do Bronze do Buraco da Moura de S. Romão (Cardoso, Senna-Martinez e Valera, 1995 e 1995/1996).

A associação de olaria decorada de tradição campaniforme, até à data identificada em todas as fases e praticamente todas as cabanas escavadas, juntamente com formas e decorações típicas do “Mundo Cogeces” constitui um argumento poderoso para enquadrar este povoado num momento relativamente antigo da Primeira Idade do Bronze, eventualmente no segundo quartel do segundo milénio a.C.

À evidência contextual disponível, que nos permite considerar a Cabana 4 e o Alpendre anexo – uma vez confirmados, para os restantes elementos metálicos descobertos, os resultados analíticos obtidos para o primeiro pinga de fundição recuperado em 2004 – como uma área de fundição de bronze (“*melting*” – Senna-Martinez, *et al.* 2010), somam-se agora as evidências recuperadas para a Fase 3 que nos fazem suspeitar de que além da fundição talvez possa encarar-se que também a redução de minérios de cobre e estanho (“*smelting*”) possa aí ter tido lugar.

Assim, a ser correcta a nossa proposta de cronologia, estaremos em presença de um dos mais antigos povoados com evidência de produção de bronzes conhecidos no território português e, eventualmente, peninsular.

O que este local nos documenta, pela própria modéstia dos dados disponíveis, é uma produção que pode interpretar-se como de “tipo doméstico” e em pequena escala (Senna-Martinez, *et al.* 2007).

Esperamos, desta forma, que a continuidade de estudo deste arqueossítio nos permita enquadrar o mundo dos depósitos da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental já não só como achados avulsos de conjuntos metálicos mas também como parte de um todo social caracterizado multidimensionalmente.

Bibliografia:

- AAVV, (1995) – *A Idade do Bronze em Portugal*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus
- BÁRTHOLO, M.L (1959.) “Alabardas da época do bronze no Museu Regional de Bragança”, in: *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Vol. I, pp.431-39
- CARDOSO, J. L.; SENNA-MARTINEZ, J. C. & VALERA, A. C., (1995) - “Um indicador económico para o Bronze Pleno da Beira Alta: A fauna de grandes mamíferos da Unidade Estratigráfica 4 da ‘Sala 20’ do Buraco da Moura de S. Romão (Concelho de Seia)”, in: *Actas do III Encontro do Quaternário Ibérico*, Coimbra, pp. 457-460
- CARDOSO, J. L.; SENNA-MARTINEZ, J. C. & VALERA, A. C., (1995/96) - “Aspectos da Economia Alimentar do Bronze Pleno da Beira Alta: A fauna de grandes mamíferos das «Salas 2 e 20» do Buraco da Moura de S. Romão (Seia)”, in: *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 3/4, Lisboa, Colibri, p.253-261.
- CARVALHO, A.F. (2004) – “O povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa)”, in: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7(1), pp.185-219
- CASTRO MARTÍNEZ, P. V.; LULL, V. & MICÓ, R. (1996) – *Cronología de la Prehistoria Reciente de la Península Ibérica y Baleares (c. 2800-900 cal ANE)*, Oxford, TEMPVS REPARATVM, «BAR International Series», 652
- GEIRINHAS, F.; GASPAS, M.; SENNA-MARTINEZ, J.C.; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M.F.; SILVA, R.J.C (no prelo) - Copper isotopes on artifacts from Fraga dos Corvos First Bronze Age habitat site and nearby Cu occurrences: an approach on metal provenance. *V Symposio Internacional «Minería y Metalurgia Históricas en el Suroeste Europeo»*, León (España), 19-21 June 2008
- SENNAMARTINEZ, J.C. (2002) – “Aspectos e Problemas da Investigação da Idade do Bronze em Portugal na segunda metade do século XX”, in: *Arqueologia 2000: Balanço de um século de Arqueologia em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.103-124
- SENNAMARTINEZ, J.C. (2007) – “Aspectos e problemas das origens e desenvolvimento da metalurgia do bronze na Fachada Atlântica Peninsular”. In: *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15, Oeiras, Câmara Municipal, p.119-134
- SENNAMARTINEZ, J. C. e Luís, E. (2009) – “A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 6 (2008)”. In: *Cadernos Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros. Câmara Municipal*. 6, p.69-79.
- SENNAMARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2004) – “A Fraga dos Corvos : Um caso de Arqueologia e Património em Macedo de Cavaleiros”, in: *Cadernos «Terras Quentes»*, 1, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.32-58
- SENNAMARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2005) – “A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat do “Mundo Carrapatos” da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental”, in: *Cadernos «Terras Quentes»*, 2, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.61-81
- SENNAMARTINEZ, J.C. et alii. (2006) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 3 (2005). *Cadernos Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC*. 3, pp.61-85
- SENNAMARTINEZ, J. C. et alii. (2007) – “Bronze Melting and Symbolic of Power: The Foundry Area of Fraga dos Corvos Bronze Age Habitat Site (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal)”. In: *Proceedings of the 2nd International Conference “Archaeometallurgy in Europe”*. Aquileia, Italy, 17-21 June 2007
- SENNAMARTINEZ, J. C. et alii. (2010) – “«Melting the Power» – The Foundry Area of Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal)”. In: A. M. S. BETTENCOURT, M. J. SANCHES, L. B. ALVES e R. FÁBREGAS VALCARCE (Eds.) *Conceptualising Space and Place. On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe*. BAR International Series 2058. Oxford. Archaeopress. p.111-117.

A horse! A horse! My kingdom for a horse!*

João Carlos Senna-Martinez** e Manuel Cardoso***

Resumo – Assim como hoje, pelas brumas da manhã, perpassam entre as árvores os garranos do Gerês, há 3700 anos passariam cavalos semelhantes pelo Norte Peninsular e, nomeadamente, pelo Nordeste Transmontano.

Na “1ª Idade do Bronze” emerge uma iconografia em que equipamentos metálicos de excepção, armas e adornos – de *per se* ou (mais raramente) integrando as primeiras “figuras de poder” – são indicadores de mudanças de mentalidade que anunciam novas complexidades sociais.

A presença – em contexto habitacional, no sítio da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros) – de um “amuleto” gravado com uma cabeça de cavalo, contendo linhas que lembram uma cabeçada, evoca todo um universo mental andriarcal em que, também a montada, coloca, aquele que a monta, no topo da incipiente pirâmide social.

Palavras-chave – Primeira Idade do Bronze, Nordeste Transmontano, Cavalos.

A Fraga dos Corvos é um esporão rochoso constituído por xistos anfíbolíticos situado na vertente noroeste da Serra de Bornes na elevação conhecida localmente como Monte do Vilar, sobranceira à povoação de Vilar do Monte, sede da freguesia do mesmo nome, concelho de Macedo de Cavaleiros (Fig. 1).

O cabeço possui domínio visual sobre a quase totalidade da bacia de Macedo de Cavaleiros nomeadamente sobre as portas tradicionais de trânsito em direcção a nordeste e noroeste (Abreiro, Carrapatos, Vale Benfeito e Vimioso), célebres pelos depósitos de alabardas aí encontrados (BÁRTHOLO, 1959).

É limitado a poente e nascente pelos vales relativamente profundos de duas pequenas ribeiras, respectivamente a de Vale de Nogueira e a Ribeirinha. A Norte desenvolve-se uma plataforma em declive suave que constitui a área que designámos como Sector A, correspondendo à parte norte do topo do cabeço, o qual é limitado a noroeste por uma vertente bastante abrupta de rocha onde se abrem dois abrigos.

Ao fim da sétima campanha (cf. SENNA-MARTINEZ E LUÍS, 2010) o Sector A deste arqueossítio é caracterizável como parte de um povoado de cabanas sub-circulares ou elipsoidais. Duas áreas se encontram aí em intervenção, resultantes da expansão de duas sondagens iniciais: a Sondagem 2 com 93m² escavados e a Sondagem 3 com 36m² escavados.

A terceira das seis fases identificadas na Sondagem 2 (Fig.2) engloba vestígios de sete “Cabanas” (5, 9, 11, 13, 14, 18 e 19) com os respectivos solos integrados na UE.151=280.

É a esta fase que estão associados alguns artefactos que consideramos terem sentido “ideotécnico” e dos quais alguns já foram objecto de anterior publicação (Senna-Martinez, 2009: 472-479):

- No exterior da Cabana 13, no seu lado nascente (em J11, cf. Fig.2), apareceu um “ídolo” em talcoxisto [FCORV-A 1822] cuidadosamente polido, de formato paralelepípedo achatado, com 9,56cm x 8,1cm x 2,66cm e com uma perfuração junto a um dos

Abstract – Like the Gerês “garranos” today, 3700 years ago similar horses would have passed through the trees in the morning mists of the peninsular northlands, namely in North-eastern Trás-os-Montes.

In the First Bronze Age a new iconography appears where metallic weapons and jewellery – *per se* or sometimes being part of the first “power figures” – reveal changes in mentality that announce new social complexities.

The finding – in habitational context at the archaeological site of Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros) – of a horse head engraved amulet, with lines that hint at a halter, leads us to think of an andriarcal mental universe where the mount puts the rider up in the social pyramid.

Key-words – First Bronze Age, North-eastern Trás-os-Montes, Horses.

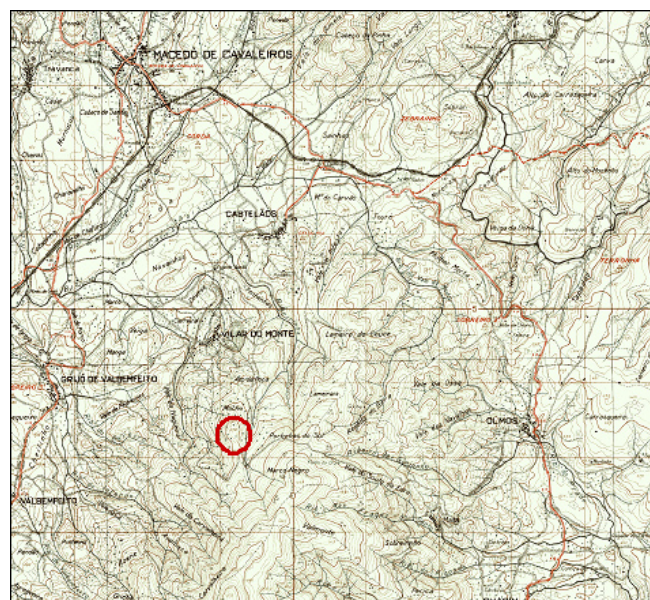


Fig. 1 – Localização da Fraga dos Corvos na Folha 78 da CMP 1/25000.

topos, que, pelo anverso conserva vestígios de incisões radiais que o envolvem (Fig. 3)¹;

- Em H14 e associado ao “pavimento” da Cabana 9 recolhemos um fragmento da extremidade superior de outro exemplar [FORV-A 2309], possivelmente de maiores dimensões (o fragmento conservado tem 9,03cm de largura, por 5,38cm de altura conservadas e 2,57cm de espessura) e com os topos arredondados, e que se encontra quebrado pelas duas perfurações que possuía (Fig. 4);

- Entre as Cabanas 5 e 11, em L7, foi recolhido um fragmento [FCORV-A 2196] da parte superior de um exemplar de formato paralelepípedo achatado (com 5,24cm x 3,47cm x 2,01cm) e com duas perfurações (Fig. 5);

* W. Shakespeare (1594) – *Richard III*. Act 5. Scene IV, 7-10

** Centro de Arqueologia (Uniarq) e Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo «Alexandre Herculano» da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1600-214 LISBOA. smartinez@fl.ul.pt

*** Docente da ESAB-Instituto Politécnico de Bragança; mcardoso.mmacedo@gmail.com

¹ Agradecemos ao nosso colega Prof. Doutor Victor Gonçalves o tratamento fotográfico em alta resolução desta peça e, sobretudo, do pendente gravado que serve de pretexto a estas linhas, que permitiu que as interpretamos desta forma, bem como a discussão que conosco manteve sobre a problemática deste conjunto de peças.

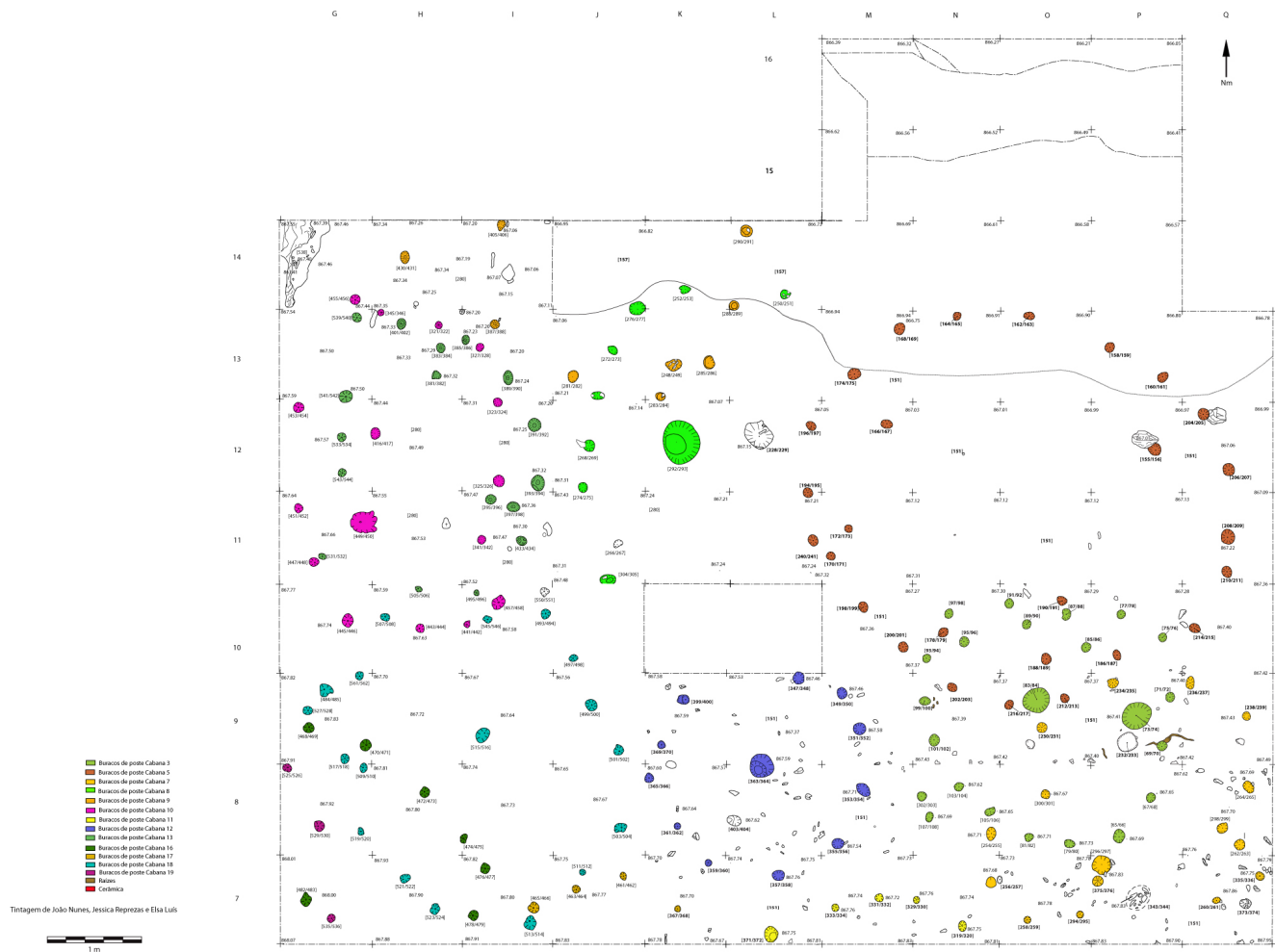


Fig. 2 – Planta ao nível da interface superior da UE.151=280, com as estruturas negativas da Fase 3 detectadas. “Cabanas”, 5, 9, 11, 13, 18 e 19.



Fig. 3 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Ídolo em talcoxisto polido [FCORV-A 1822] da Cabana 13
(Fotos originais cortesia de V.S. Gonçalves, modificadas).

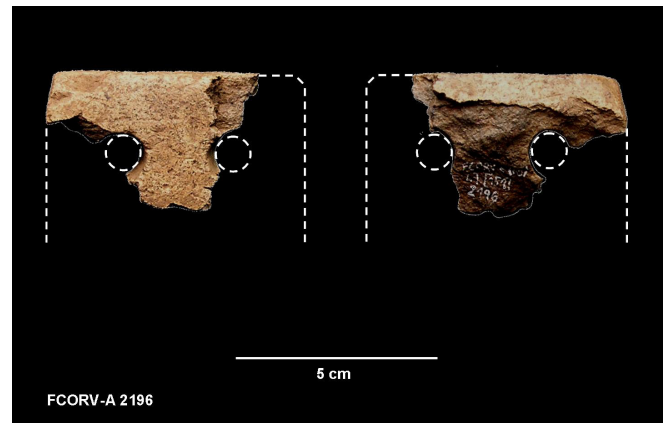


Fig. 4 Fig. 5 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Fragmento de Ídolo em talcoxisto polido [FCORV-A 2309] da Cabana 9.

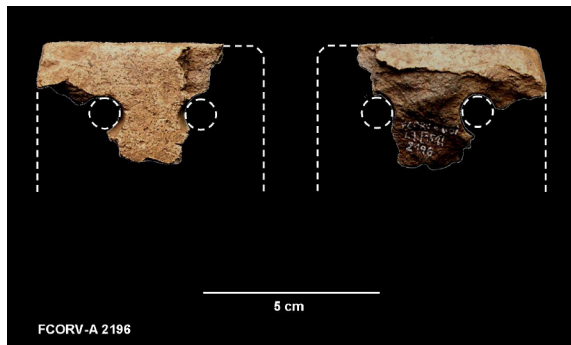


Fig. 5 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros.
Fragmento de Ídolo em talcoxisto polido [FCORV-A 2196].



Fig. 6 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros.
Fragmento de possível Ídolo em talcoxisto polido [FCORV-A 2750].



Fig. 7 – Fragmento de “pendente” em talcoxisto polido com uma cabeça de cavalo gravada no anverso [FCORV-A 2699]. (Foto original cortesia de V.S. Gonçalves)

- Já na campanha de 2009, em G7, apareceu um fragmento de talcoxisto com evidência de polimento, parte de um provável idoli-forme [FCORV-A 2750] (Fig. 6).

Pensamos que estes elementos ideotécnicos se podem relacionar com mundos culturais mais meridionais, nomeadamente com os ídolos-placa calcolíticos de xisto do Sudoeste e da Estremadura Atlântica (cf., por ex., Gonçalves, 2008). Tal conduz-nos a considerá-los como representações femininas, o que parece particularmente evidente no caso do exemplar mais completo.

Na campanha 7(2009), em G11, recolhemos nova peça cujo sentido ideotécnico, conquanto diverso das anteriores, se afigura deves sugerente. Trata-se de um pequeno pendente (com 2,85cm de comprimento conservado por 2,05cm de largura e 0,92cm de espessura) em talcoxisto polido [FCORV-A 2750], quebrado pela perfuração, e com o anverso gravado com a representação de uma cabeça de um equídeo (Fig. 7).

Parece-nos que o animal em questão, aparentemente um cavalo, poderá tratar-se de um cavalo selvagem capturado. A crina erecta com que está nitidamente inscrito é típica de um cavalo selvagem. Foi a domesticação que fez aparecer os cavalos com crinas pendentes.

Por outro lado apresenta um conjunto de linhas gravadas em sobreposição à cabeça que podem figurar um equipamento de sujeição algo semelhante aos arreios de uma cabeçada. Tal permite supor que se tratará de um exemplar capturado a manadas que se encontrariam em deambulação livre por estas terras, eventualmente em processo de domesticação.

A existência de tais manadas selvagens, hoje reduzidas ao núcleo de Garranos do Gerês, tem correspondência nalguns topónimos sobreviventes na região de Macedo de Cavaleiros (Mendes, 2005: 684, 708): Vale de Zebro, Vale de Cavalinhos, Vale de Asnes,

Lamas de Cavalo, Vale da Égua, Fraga do Cavalo, Carreira do Cavalo, Poço do Cavalo, Patas do Cavalo (apud Alves, 2000: , vol. IX e X).

Por outro lado investigação recente sugere fortemente uma domesticação local e muito antiga do cavalo na Península Ibérica (Oom e Cothran, 1996), com clara continuidade de utilização até ao chamado cavalo “Lusitano” (Lira, *et alli*. 2010: 76)².

Acresce que a presença do cavalo como montada no “mundo argárico” da primeira Idade do Bronze (Ayala Juan e Jiménez Lorente, 1997-98) torna igualmente possível tal presença no Noroeste Peninsular. Tanto mais que outras evidências sugerem que a manipulação de équidos na Península Ibérica possa remontar ao Calcolítico (Driesch e Boessneck, 1981) ou mesmo a momentos anteriores (Ayala Juan e Jiménez Lorente, 1997-98: 35).

Enquanto o conjunto de “idoliformes” atrás referidos são evocadores de uma simbólica feminina da fertilidade/fecundidade, remanescente de um fundo neo-calcolítico (Senna-Martinez e Ventura, 2008: 327-332), este “pendente”, sobretudo pela figura nele gravada, evoca todo um outro universo mental, de cariz andriarcal, em que, também a montada, coloca aquele que a monta no topo da incipiente pirâmide social. Esta iconografia parece assim poder inserir-se plenamente no novo universo mental que nos surge com a Primeira Idade do Bronze (Senna-Martinez, 2009).

O aparecimento desta peça num contexto doméstico claramente associado à produção de alguns dos mais antigos objectos de bronze do norte português (Senna-Martinez, *et alli*. 2010), nomeadamente

² “...The DNA sequences recovered from Iberian Neolithic and Bronze Age horses indicate that ancient horses from Iberia were incorporated into the domestic stocks. This is supported by the sharing of haplotypes by the Neolithic Cova Fosca, Bronze Age Portalo’n and modern horses of Iberian origin. The low nucleotide diversity present in Bronze Age Portalo’n horses could reflect the presence of horses from a geographically restricted population. These results suggest the possibility of an independent domestication episode or the use of Iberian maternal lineages in a restocking process from the wild...” (LIRA, *et alli*. 2010: 76).

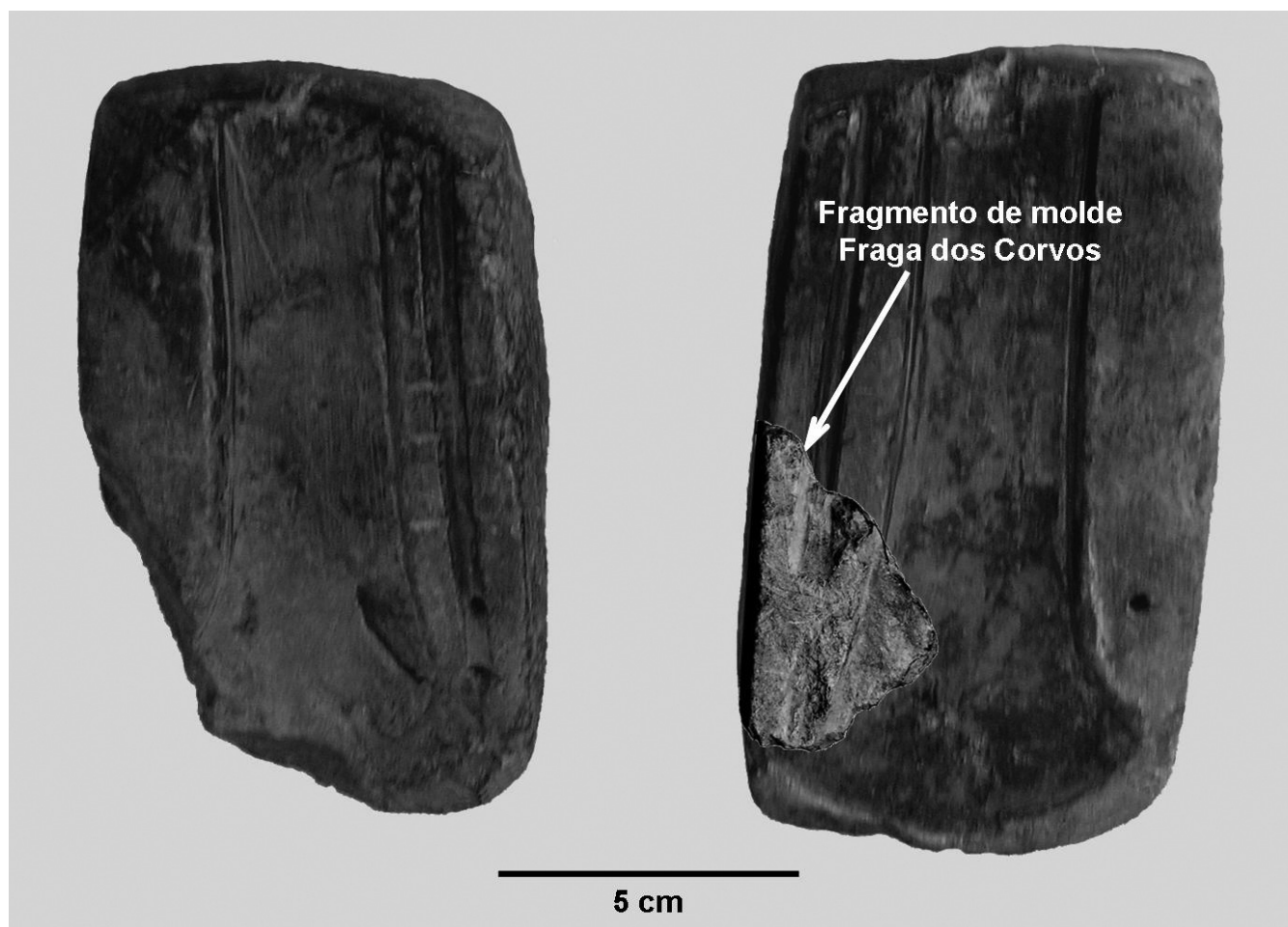


Fig. 8 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Fragmento de Molde para machados Bujões/Barcelos e cinzeis [FCORV-A 2220] sobreposto ao molde completo do Museu de Orense.

de machados de tipo Bujões/Barcelos³, coloca-a inequivocamente no mesmo ambiente cultural que assiste ao aparecimento dos primeiros “depósitos” de artefactos metálicos.

Quanto a nós, o depósito de materiais metálicos junto a vias de passagem terrestre ou fluvial configura uma forma de apropriação do território como provável forma de “regulação simbólica” de direitos de passagem e de trânsito neste, indissociável do monopólio destes equipamentos, fundamentais como expressão simbólica dos poderes das novas elites sociais da Idade do Bronze (Senna-Martinez, 2009: 483).

O material de que o conjunto de peças que vimos discutindo é feito, bem como os fragmentos de moldes de fundição recuperados – o fragmento de molde para machados de tipo “Bujões/Barcelos” acima citado e uma tampa de molde do “telheiro” da Sondagem 3 (cf. Senna-Martinez, 2010: 113) – existe a menos de um dia de distância da Fraga dos Corvos. Referimo-nos aos talcoxistos do Azibo que hoje alimentam a produção de uma empresa local.

O talcoxisto foi utilizado como matéria-prima para produzir – além de moldes e “ídolos” – um outro pendente (Fig. 9) cujo fabrico falhou [FCORV-A 2156], pertencente à fase 2 (Senna-Martinez e Luís, 2009: 72) e um cossoiro [FCORV-A 858] proveniente da Cabana 4, na Sondagem 3. Esta última peça é a única em pedra de um conjunto (Fig. 10) a que há juntar dois exemplares cerâmicos [FCORV-A 1728 e 2090] recolhidos em contexto da Fase 3 respectivamente em P8 e P7.

As categorias de peças – ídolos, moldes, cossoiros e raros adornos – produzidas em talcoxisto assumem um carácter de excepção



Fig. 9 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Pendente inacabado [FCORV-A 2156] da Sondagem 2, pertencente à fase 2

³ Também atribuível à fase 3, entre a Cabana 5 e a Cabana 11 (no quadrado M9), recolheu-se um fragmento de molde em talcoxisto (Fig.8), para machados de tipo “Bujões/Barcelos” (Harbison, 1968) e cinzeis [FCORV-A 2220], muito semelhante a um exemplar completo do Museu de Orense.

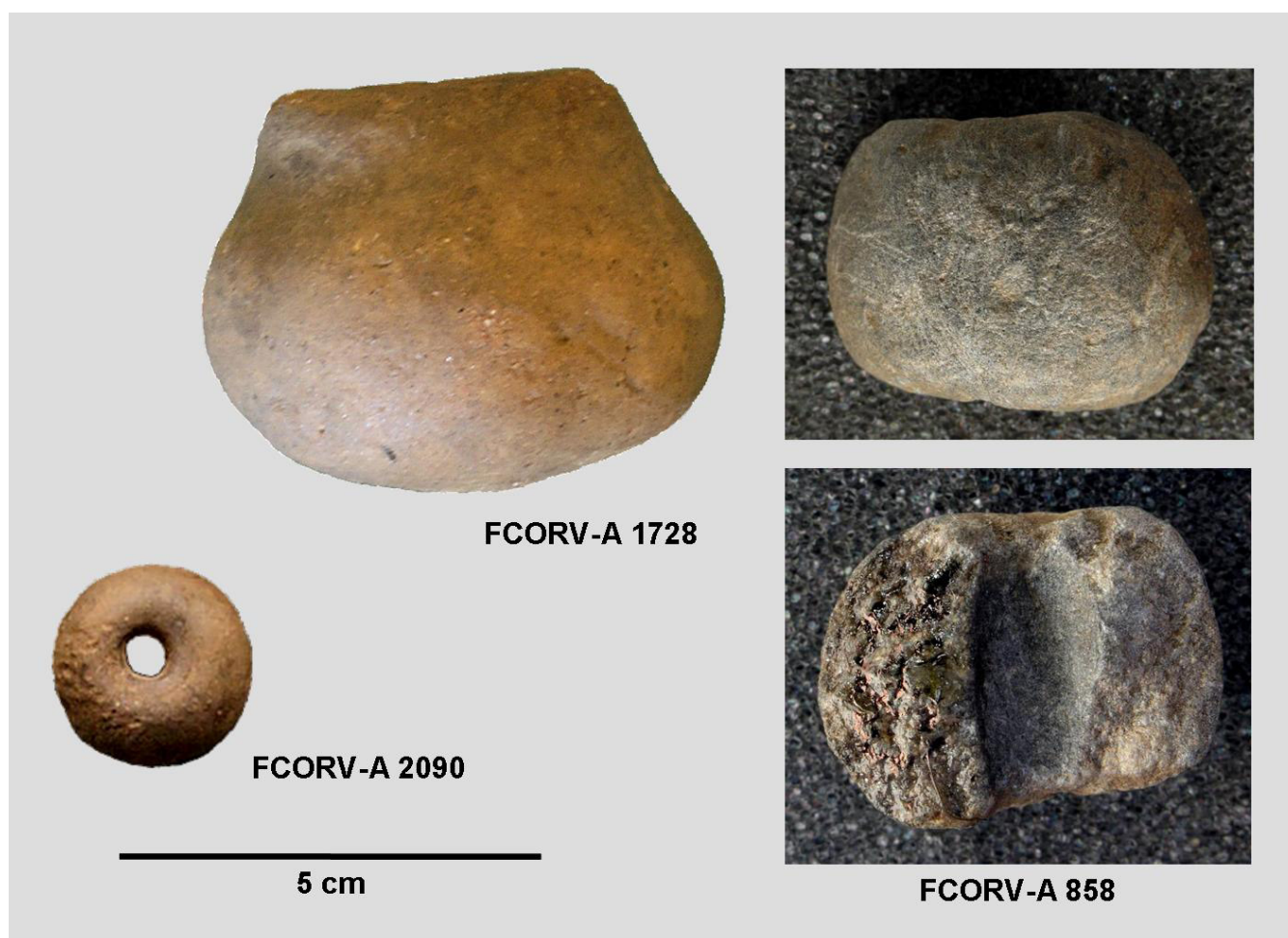


Fig. 10 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros.
Cossoiros, cerâmicos e em talcoxisto, associados à fase 3.

(Senna-Martinez, 2009: 479) no cômputo geral das produções artefactuais deste arqueosítio.

Propusemos já, para a maioria das peças que vimos discutindo, um provável significado feminino (Senna-Martinez, 2009: 472-479). Inclusive, os próprios moldes podem ser encarados desse forma uma vez que a simbólica associada às metalurgias primitivas faz dos moldes “o ventre” onde nascem os artefactos metálicos (Eliade, 1977).

Como integrar neste conjunto o pendente gravado com a cabeça de cavalo? Se este, como montada, reflecte a nova simbólica andriarcal, parece-nos possível pensar que a sua presença iconográfica num objecto que pode ter tido um uso feminino não destoaria, pelo contrário, por exemplo na “companheira” do possuidor de tal montada. Qual símbolo de poder viril, “fecundador”?

Deste modo, o imaginário ligado ao “herói” guerreiro, que dominará toda a Idade do Ferro, parece apresentar-se como forma desenvolvida a partir de protótipos antigos de que a evidência recolhida na Fraga dos Corvos constitui um precedente bastante sugerente.

*“Four things greater than all things are,
Women and Horses and Power and War”.*

Rudyard Kipling, *“The Ballad of the King’s Jest”*

Bruxelas e Lisboa, Páscoa de 2010.

Bibliografia:

- ALVES, F. M. (Abade de Baçal) (2000) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Bragança. Câmara Municipal de Bragança e Instituto Português de Museus.
- AYALA JUAN, M.M. e JIMÉNEZ LORENTE, S. (1997-98) – “Los Équidos en el Arte Prehistórico de la Región de Murcia”. In: *Anales de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Murcia*. 13-14, p.29-38.
- DRIESCH, A. e BOESSNECK, J. (1981) – „Die Fauna von Zambujal“. In: E. SANGMEISTER e H. SCHUBART. *Zambujal, die Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz am Rhein. Verlag Philipp Von Zabern. *Madri der Beiträge*, 5(1), vol.1, p.303-314
- ELIADE, M. (1977) – *Forgerons et Alchimistes*. Paris. Flammarion.
- LIRA, J. *et alli*. (2010) – «Ancient DNA reveals traces of Iberian Neolithic and Bronze Age lineages in modern Iberian horses». In: *Molecular Ecology*. 19, p.64-78.
- MENDES, C. A. S. (2005) – *Macedo de Cavaleiros, Cultura, Património e Turismo*. Macedo de Cavaleiros. Associação Terras Quentes e Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.
- OOM, M.M. e COTHRAN, E.G. (1996) – “Preliminary study of genetic variation of feral pony from Portugal: the Garrano”. In: *Animal Genetics*. 27 (Suppl. 2), p.35
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2009) – “Armas, lugares e homens: Aspectos das práticas simbólicas na Primeira Idade do Bronze”. In: *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal. 17, p. 467-488.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. e LUÍS, E. (2009) – “A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 6 (2008)”. In: *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. Câmara Municipal. 6, p.69-79.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. e LUÍS, E. (2010) – “A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 7 (2009)”. In: *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. Câmara Municipal. 7, p.XXX
- SENNA-MARTINEZ, J. C. e VENTURA, J. M. Q. (2008) – “Do mundo das sombras ao mundo dos vivos: Octávio da Veiga Ferreira e o megalitismo da Beira Alta, meio século depois”. In: *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira. Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal. 16, p.317-350.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. *et alli*. (2010) – “«Melting the Power» – The Foundry Area of Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal)”. In: A. M. S. BETTENCOURT, M. J. SANCHES, L. B. ALVES e R. FÁBREGAS VALCARCE (Eds.) *Conceptualising Space and Place. On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe*. BAR International Series 2058. Oxford. Archaeopress. p.111-117.

Retratos do quotidiano no Concelho, hoje, Macedo de Cavaleiros.

“De Nuno Martins de Chacim a Martim Gonçalves de Macedo”

Carlos Santos Mendes*

Os protagonistas.

Nuno Martins de Chacim (n. 1218? - f. 1284).

Nuno Martins de Chacim, apesar de esquecido nos manuais da história deste país e também dos seus conterrâneos, marcou, de forma indelével, os reinados de D. Afonso III e D. Dinis. Homem da estirpe dos Braganços, por via bastarda, legítimo representante dos “Chacins”. A sua biografia dá-nos relato de usurpações e abusos, mas, por outro lado atingiu os superiores cargos de Mordomo-mor e Meirinho-mor.

Martim Gonçalves de Macedo (n. 1350? – f.1420?)

Macedo de Cavaleiros é a cidade do País legítima herdeira dos acontecimentos mais marcantes e decisivos da chamada crise de 1383-1385.

O feito notável do Macedense “Martim Gonçalves de Macedo” (escudeiro real e cavaleiro) ao salvar a vida ao Rei D. João I, fez com que o curso da Batalha de Aljubarrota fosse alterado e Portugal conservasse a sua independência.

A tomada posterior das 56 comarcas que estavam com voz por Castela, implicou a célebre “Campanha do Norte” com a tomada da praça de Chaves e posteriormente a de Bragança levou a que se concentrassem em Macedo de Cavaleiros (Castelãos), todas as tropas do reino. Os acontecimentos aí passados foram marcantes.

De que Identidade Nacional falamos?

O que para todos nós, hoje, é demasiadamente óbvio, se se nasceu no espaço territorial Portugal, é Português, do início da Nacionalidade até aos finais do século XIV não era assim tanto. De que Portugueses falamos, que Portugalidade era sentida? A historietta que se segue ilustra bem as dúvidas, mas perfeitamente crível, ainda sentidas, já bem adiantado ia o século XIX, contada pelo rei D. Luís.

*Licenciado em Arqueologia e História, Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Doutorando em Arte e Património, Presidente da Associação “Terras Quentes” e responsável pelo projecto com o mesmo acrónimo.

Quando em andanças náuticas ia com o seu iate pelas costas norte do País perguntou a uns pescadores que passavam por perto se eram Portugueses, a resposta foi: Não, meu senhor, somos da Póvoa do Varzim.

D. Afonso Henriques assumiu-se com *rex portugalensium*, reis dos portugueses. Mas que grupos sociais se identificariam com tal noção? Se, seria óbvio que os redactores da sua Chancelaria, seriam talvez, conjuntamente com alguns clérigos, os que teriam a noção de abrangência do todo, somos em crer que mesmos os nobres mais ligados à corte com um vínculo que decorria mais da vassalagem do que propriamente de habitar em conjunto o mesmo espaço territorial, não o tivessem.

* Licenciado em Arqueologia e História, Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Doutorando em Arte e Património, Presidente da Associação “Terras Quentes” e responsável pelo projecto com o mesmo acrónimo.

Muito diferente seria o que se passava com o resto da nobreza e senhoriado, que provavelmente se consideravam como vivendo em comunidades autónomas e que viam no Rei um senhor com o qual quase nenhum relacionamento havia. Naturalmente para o povo a sua terra era a sua pátria. Como diria Bernard Guenée; para um monge a sua pátria era o mosteiro, para um camponês a sua aldeia, para um nobre a sua cidade¹

Durante os séculos XI até finais do século XIV assiste-se a uma evolução muito lenta em que se cristaliza a ideia que o reino é propriedade do Soberano, por outro lado a “naturalidade” vai-se afirmando pela obrigação de fidelidade para com um determinado soberano, pelo facto de ter nascido nos seus domínios.

O processo de centralização régia verificado no reinado de D. Dinis e a obrigação de fidelidade ao Rei, por parte do senhor feudal, à custa de muitas lutas e contestação acabou por triunfar.

Temos como modelos identitários o escudo de armas do Rei a moeda e a bandeira quanto à noção de fronteira era mais uma realidade humana que geográfica pela sua mutabilidade e imprecisão, era por norma, uma zona de combate ou uma área de ninguém, o país geográfico foi uma construção de homens não da natureza²

Será nos grandes momentos épicos nacionais, que a identidade colectiva se começará a erguer. Sem dúvida que esse primeiro grande momento será a crise 1383-1385 onde a participação popular/colectiva se faz sentir mais notoriamente na defesa dos interesses da comunidade, entenda-se reino.

Da mesma forma, por serem declaradamente intervenções militares de carácter nacional, as guerras Fernandinas terão um efeito parecido mas necessariamente menos galvanizadoras, pelos resultados desastrosos das contendidas.

A geografia da região, hoje, concelho de Macedo de Cavaleiros.

É, e será sempre, um exercício extremamente difícil de efectuar, pela aridez da bibliografia disponível, saber-se com algum grau de precisão, as povoações existentes no espaço geográfico que contempla o actual Concelho de Macedo de Cavaleiros, tendo em conta o período que medeia a cronologia a que nos propusemos, nascimento de Nuno Martins de Chacim à morte de Martim Gonçalves de Macedo, (isto é cerca de +/-1200 a +/-1420).

Existem três documentos que relatam essas existências, povoações entretanto desaparecidas e que existiam, dentro da cronologia proposta, e que fazem alguma luz sobre o assunto, trata-se das três inquirições gerais levadas a cabo durante o século XIII, e nos reinados de D. Afonso II. (1220), (não abrangendo esta inquirição, a região em análise) D. Afonso III (1258) e D. Dinis (1284). Acresce-se ainda a documentação foraleira Dionisina ou ainda cartas de sentença entre Castro Vicente e Chacim ou o aforamento colectivo de Vilarinho de Agrochão³.

A partir da análise efectuada aos resultados vertidos da carta arqueológica do Concelho, infere-se que desde o período romano existe um palimpsesto nas existências de assentamento para a região em estudo, isto é, existiram em tempo romano 34 locais de habitat situados na sua quase generalidade dentro dos termos das actuais fre-

Outro dado importante, se bem que também subjectivo, aconteceu nos finais do século XIV, foi o facto de terem estado acantonadas, cerca de um mês⁷, em Macedo de Cavaleiros as tropas de D. João I e de Nuno Álvares Pereira, cerca de 8.000 indivíduos⁸, sabendo-se que, entre outros factores, a escolha dos locais de acantonamento de tropas, durante a Idade média, tinha muito a ver com alguma disponibilidade de víveres para essas mesmas tropas, logo pode conjecturar-se que o concelho de Macedo de Cavaleiros nessa época, teria um número substancial de habitantes, presumivelmente entre 3.000 a 6.000 habitantes. É muito difícil e especulativo avançar com qualquer número,

aproximado que seja, para um censo populacional para o concelho de Macedo de Cavaleiros, motivado pelo facto de haver à época grandes flutuações populacionais devido a grandes surtos epidémicos, as guerras, que faziam deslocar grandes massas de gentes e outros fenómenos migratórios. Dá-se conta do pedido efectuado ao rei D. Fernando em 1377, de escusa do pagamento de impostos devido ao surto de peste no termo de Bragança, que teria dizimado “a sexta parte dos omees de cavalo e de pee”, seja como for os números avançado reportam-se ao último quartel do século XIII, e aos dados conseguidos pela análise às inquirições efectuadas nesse período.

**Nome de pessoas existentes nas freguesias de Macedo ao tempo das inquirições.
Século XIII. (entre 1258 e 1284).**

Nome da Paróquia ao tempo das inquirições	Localidade (nome actual)	Nome da Pessoa
Sancte Eolaaya de Sancta Aala	Ala	Petrus Pelagii
	Ala	Donnus Sabastianus
	Ala	Gonsalvus Johannis
	Ala	Martinus Rodereci
	Ala	Pelagius Johannis
	Ala	Garsie Salvatoris
Sancte Nicolau Amendoeira	Amendoeira	Menendus Gonsalvi
	Amendoeira	Dominicus Petri
	Amendoeira	Johannis Michelljs
Bagueixi	Bagueixe	Pero Lopiz / Pero Lopez
	Bagueixe	Dom Matheus
	Bagueixe	Joham Martijnz
	Bagueixe	Johannes Rodericj
	Bagueixe	Pelagius Rodericj
	Bagueixe	Lupus Rodericj
	Bagueixe	Dominicus Andree
	Balsemão	Egidio Martinj
Sancti Giraldi de Venreses	Banreses	Miguel Dominguíz
	Banreses	Martim Fernandez
	Banreses	Martinus Menendj
	Banreses	Martinus Fernandi
	Banreses	Petrus Martinj
Bornes	Bornes	Dominicus Reymundj
	Bornes	Affonso Meendiz
	Bornes	Pedro Camondo
	Bornes	Donnus Petrus Maurus
	Bornes	Egidius Martinj
	Bornes	Petrus Gordo
	Bornes	Donnus Lupus
	Bornes	Dominicus Petri
	Bornes	Petrus Gois
	Bornes	Johannes Barreto

	Bornes Bornes Bornes Bornes Bornes Bornes Bornes Bornes	Menendus Petri Petri Vicencij Garsia Martinj Egidius Menendj Petrus Vicencij Dominicus Niger Petrus Iohannis Perro Iohannis
Burgaa	Burga	Alfonsus Lupi (Afonso Lopes Baião)
Sancti Giralddi de Carrapatas	Carrapatas Carrapatas Carrapatas Carrapatas	Afonso Meendez Martinus Petri Menendus Petri Petrus Alfonsi
Sancte Marie de Castelaos	Castelãos Castelãos	Donnus Durandus Petrus Dominici
Sancti Marie de Castro Roupal	Castro Roupal Castro Roupal Castro Roupal Castro Roupal Castro Roupal Castro Roupal Castro Roupal Castro Roupal Castro Roupal Castro Roupal	Ruy Fernandez / Roy Fernandez Pedro Perez Maria Gonçalves Meen Gonçalves Martim Fernandez Martim Domjnguez Rodericus Fernandy Petro Ayrie Menendus Pelagij Martinus Laurencij
Sancti Michaelis de Cernadela	Cernadela Cernadela Cernadela	Egidius Roderici Laurencius Martinj Johannes Petri
Sancte Columbe de Chasim	Chacim Chacim Chacim Chacim Chacim Chacim Chacim	Johannis Petri Ffernandus Eannes Petrus Camano Fernandus Cogomyo (Fernão Fernandes Cogominho) Donnus Ciprianus Menendus Garsie Martinnus Petri
Comunhas	Comunhas	Fernandestevez
Sancti Nicolay de Valle de Cortisis	Cortiços Cortiços Cortiços Cortiços	Alfonsus Petri Sancius Petri Petrus Iohannis Ffernandus Iohannis

	Cortiços Cortiços Cortiços	Johannes Martinj Johannes Iohannis Ffernandus Cipriani
Aldeya de Crastelos	Crastelos Crastelos Crastelos Crastelos Crastelos Crastelos Crastelos	Afonso Gonçalvez Pero Viriz Pero Fernandez Durandus Roderici Ffernandus Froyle Ffernandu Ferveis Fernandus Gonsalvi
Sancte Marine de Idroso	Edroso Edroso Edroso	Garsia Pelagii Donnus Salvator de Idroso Donnus Gees de Idroso
Sancti Michaelis de Spadanedo	Espadanedo	Donnus Durandus
Sancte Marie de Ferreyra	Ferreira	Joham Gonçalvez
	Ferreira Ferreira Ferreira	Petrus Andree Petrus Petri Martinus Gees
Gradissimo	Gradíssimo Gradíssimo Gradíssimo Gradíssimo	Johannes Garcie Johannes Andre Donnus Michel Donnus Vicentius
Sancti Cipriani de Gralaes	Gralhós Gralhós Gralhós Gralhós	Donnus Geens Donnus Ciprianus Michael Petri Dominicus Petri
Sancte Marie Mgdelenne de Ecclesiola	Grijó Grijó Grijó Grijó	Petrus Martinij Petrus Iohannis Ffernandus Iohannis Durandus Pelagij
Sancti Marie de Lamis	Lamas Lamas Lamas Lamas Lamas	Dom Andres Pero Andres Durandus Petri Johannes Nuniz Donnus Leonardus
Sancti Crestophani	Malta Malta	Johannes Menendj Johannes Petri
Moiymenta Sant'Andre de Moraes	Moimenta	Joham Dominguez
Sancte Marie de Moraes	Morais Morais Morais	Roy Martijnz / Roy Martynz Afonso Rodriguiz Pero Vivaees

	Morais Morais Morais Morais Morais Morais Morais Morais Morais Morais Morais Morais Morais Morais Morais	Viviã Astrariz Pero Moraes Maria Lourenço Maria Andre Viviam Perez Dom Estevam Domingos Minguiç Petro Ayrie Michael Fernandj Menendus Petri Donna Ffruylhi Martinu Petri Petrus Iohannis Andreas Petri Johanes Martinj
Monçoãaes	Murçós	Fernandestevez
Sancte Marie de Nuzelos	Nozelos	Petrus Ayrie
	Nozelos Nozelos Nozelos Nozelos Nozelos Nozelos	Alfonsus Lupi Johannes Iohannis Martinus Garsie Petrus Menendj Petrus Gees Andreas Michaelis
Sancti Vincencii de Paxom Villa donna Vaasquida ?	Paixão Paixão Paixão Paixão Paixão	Pedro Camondo Martinus Velasci Donna Vaasquida Martinus Nuniz Petrus Michaelis
Sancte Marie de Piunero	Pinhovelo Pinhovelo	Ffernandus Micael Ffernandus Dominicj
Sancte Marie de Podinti	Podence Podence Podence Podence Podence Podence Podence	Ffernandestevez Fernandus Pelagij Menendus Gonsalvi Petrus Ayrie Ffernandus Menendj Martinus Ayrie Dominicus Iohanis
Prado Redondo Reguengeira do Rei e Vilar Vedro	Vilar de Prado Redondo	Viviam Astaris/Clérigo
Sancte Laurencii de Salselas	Salselas Salselas	Menendus Garsie Johanes Petri

	Salselas Salselas	Petrus Garsie Fernandus Petri
Sancti Giraldi de Sancya Columba Nova	Santa Combinha Santa Combinha Santa Combinha Santa Combinha	Michael Ayrie Ffernandus Petri Petrus Petri Donnus Benedictus
Sesulffe	Sesulfe Sesulfe Sesulfe Sesulfe Sesulfe Sesulfe Sesulfe Sesulfe	Johannes Michaelis Dominicus Petri Andreas Vicencij Ffernandus Martinij Petrus Martinij Dominicus Corzo Domnus Gees Vincencius vicencii
Sam Miguel de Talhas	Talhas Talhas Talhas Talhas Talhas Talhas Talhas Talhas Talhas	Ruy Fernamdez Roy Martinz Viviam Astrariz Martim Astrariz Affonso Rodriguiz Roy Garçia (clérigo) Pero Viviãaez Domingos Bertolameu Roy Garcia (cavaleiro)
Sancte Maria de Tealinas	Talhinhas Talhinhas Talhinhas Talhinhas Talhinhas	Martinus Garsie Garsia Fernandj Andreas Domingo Johannes Petri Michael Petri
Sancti Martim de Travanca	Travanca Travanca Travanca Travanca Travanca Travanca Travanca Travanca	Alfonssso Menendj Petrus Dominicj Donnus Facundus Andreas Petri Petrus Geens Donnus Giraldu Petrus Pelagij Alfonsus Menendj
Sancte Marie de Valle Bene Facto	Vale Benfeito Vale Benfeito Vale Benfeito	Domingos Garcia Roy Nunis (trata-se do filho bas- tardo de Nuno Martins de Chacim, Pai da Barregã do Rei D. Dinis, Maria Rodrigues de Chacim) Miguel Johanes

	Vale Benfeito Vale Benfeito Vale Benfeito Vale Benfeito Vale Benfeito Vale Benfeito Vale Benfeito Vale Benfeito Vale Benfeito Vale Benfeito Vale Benfeito Vale Benfeito Vale Benfeito	Martim Perez Pero Gees Joham Gonçalves Domingos Meendez Johannes Ayrie Menendus Fernandj Johannes Pelagij Lupus Alfonssy Petrus Martinj Fernando Moozino Donnus Geens Stephanus Vivianj
Sancti Vincencii de Valle de Porcas	Vale da Porca Vale da Porca Vale da Porca Vale da Porca Vale da Porca Vale da Porca Vale da Porca Vale da Porca	Johannes Martinj Donnus Sancius Johannes Fernandj Martinus Fernandi Guymara Iohannis Michael Roderici Michael Petri Salvator Petri
Vinhaes	Vinhas Vinhas Vinhas Vinhas Vinhas Vinhas	Martim Fernandez Meen Gonçalves Dom Duram Martim Domjngues Dom Andres Roy Fernandez

Se pensarmos que estes 218 vizinhos (as pessoas mais representativas dos lugares inquirido) caracterizariam, por estimativa alta, 15% dos vizinhos existentes no espaço, hoje, concelho de Macedo, teríamos então, multiplicando pelo número de localidades inquiridas (40) expressas na tabela atrás indicada (e não pelas 87 conhecidas), aplicando o quociente de 4,14, proposto por Manuela Mendonça para o Termo de Bragança, contados 5.465 habitantes para o Concelho em 1284. O que nos parece um número pouco aceitável por defeito, visto termos considerado menos de 50% das povoações conhecidas, mesmo que, aquelas em falta sejam, na sua maioria, menos expressivas, do que as consideradas nas inquirições.

O Dia-a-dia das gentes Macedenses (centúrias de 1200/1300) Sobre a organização social

A sociedade medieval organizava-se hierarquicamente por classes. Na sua base, estava a maior parte da população, o trabalhador braçal. Da sua sujeição aos trabalhos da terra evolui para a adscrição à vilanagem, condição que vigora nos finais do século XIV com a designação de arraia-miúda, peonagem, gente de baixa sorte, designações que nos indicam o menosprezo com que era tida pelas leis e pelos costumes.

Estes eram subordinados, pelo que podemos chamar hoje, por uma classe média, aqui se englobam os que empregavam a arraia-miúda, na agricultura na indústria e no comércio. Nesta classe classificavam-se os mesteirais, o pequeno proprietário, o colono ou foreiro, o mercador, o negociante, em suma os chamados “homens bons”.

Estas duas classes eram as produtoras dos bens materiais, ajustando essas necessidades às necessidades dos locais onde residiam.

Continuando a subir a pirâmide social encontramos todos aqueles que ocupavam lugares na administração pública, Magistrados, encarregados da administração das leis da justiça e da fazenda, equiparando-se ainda nesta classe se bem com alguns privilégios distintos os homens das letras das ciências e das artes.

Mais subidos privilégios eram reservados aos homens das armas, os defensores da independência e da honra da terra, a Nobreza e os Fidalgos.

O Clero depositário da doutrina religiosa e do moral, tinha as mais altas prerrogativas sociais. A todas estas classes eram chefiadas pelo Rei, caudilho e principal togado do reino.

Pela análise ao quadro dos nominas encontrados para o concelho de Macedo de Cavaleiros, nos finais do século XIII, todas estas classes tinham representantes no terreno.

O Ambiente o carácter e características das gentes

Como hoje, é-nos difícil desenhar o carácter e as características das gentes de uma região do País, Um minhoto dificilmente se confunde com um alentejano, um Transmontano pouco tem a ver com um Algarvio, se assim é, como poder caracterizar as gentes que viveram em Macedo de Cavaleiros há 800 anos! Logo as fontes existentes, na maioria dos casos, trata-se de relatos de viajantes estrangeiros ao nosso país, assim, essas informações, em regra, são pouco fidedignas, pois estão dependentes na maioria das vezes de encontros imprevistos e sujeitas a transitórias disposições de espírito.

Na viagem que o barão bohemio Leão de Rosmthal de Blatna fez por Hespanha e Portugal séc. XV descreve assim a região de Trazos-Montes; *É coberta de chavascaes e onçada de feras, algumas das quais, vista a sua descrição, existiam apenas na imaginação do viajante: largamente espaçadas se destacavam raras culturas e arvoredos de castanheiros, figueiras e amendoeiras.*⁹

Os Ursos de que ainda no reinado de D. Fernando não havia carências, já escasseavam no de el-rei D. Duarte que, para os preservar, determinou; quem quer que matasse algum, sem licença regia, em qualquer parte do paiz solvesse a multa de mil libras. (livro da ensinanças de bem cavalgar toda a sella, parte V cap XI).

Ao rei assistia o direito de proibir e reservar para si a caça em qualquer ponto do reino (Ordenações afonsinas liv V tit XLVI) onde essa defesa se referia aos javardos, pressupunha a existência de extensas brenhas, habitações e guarida d'essas e outras bestas feras.

Bem escasso e precário havia ahi de ser o lavor da agricultura¹⁰

Ruy de Pina¹¹ informam-nos que as população aggreimavam-se em cidades vilas e aldeias, sendo raríssimos os casais distantes desses centros, as terras fabricadas circundavam as populações e forneciam a subsistência dos moradores, toda a região intermédia era um deserto. As cidades, vilas e aldeias, existentes nos séculos XIII/XIV, na sua maioria perduram nos nossos dias, sendo que na maioria dos casos tem variado a sua importância relativa.

Em "Viajes de extranjeros por España e Portugal em los siglos XV e XVI". Nicolas de Popielovo¹² retrata-nos o tipo de construção das habitações existentes no reino, desta forma: Uma grande parte das habitações do paiz, e até de Lisboa, eram construções de adobes "Os cristãos de Lisboa e de Portugal assim como os da galliza empregam segundo o estylo dos infieis, muito barro nas suas edificações. (a construção de taipa, quer dizer, de barro amassado e seixo entre taboados é um género usado na Península desde o tempo dos romanos).

Quem não conhece aquella casa e torre do Senhor de Bastos – essa antiga casa e torre eram construções de taipa, segundo nos informa o coetâneo recenseamento do Minho de 1527.» Cabeceiras de Basto, não têm villa nem castelo salvo as casas de taipa. Já Eannes de Azurara na sua crónica da Guiné a pág. 2 nos refere que em Portugal predominava a construção das casas em madeiras

"Esses solares da fidalguia do Minho, bem como da Beira e de Trás-os-Montes haviam de ser habitações construídas pelo mesmo sistema, alguns de que havia memória e vestígios no século XV eram humildes choças de lavradores

A telha é de immemorial antiguidade todavia até ao meio do século XIV, pelo menos, havia habitações reaes que eram cobertas de giestas. No século XV as casas de lavradores de Trás-os-Montes cobriam-se de colmo ou tabúa, conforme se vê nos desenhos das casas no livro de Duarte de Armas"¹³

Mais tarde, nos inícios do século XVI, aparece-nos uma narrativa de viagem a Portugal, e enviada ao soberano de Florença pelo seu embaixador Guicciardini, onde afirma: *A maior parte das moradas são construídas de barro e cheias de imundices. Os fidalgos em casa vivem em extrema penúria, mas fora alardeiam grande estado. Mes-teiraes e lavradores são pouco propensos ao trabalho. Todos têm na cabeça grandes fumos de fidalgo (tutti hanno nel capo uno fumo di fidalgo). A pobreza é grande. São adictos às armas «nas armas estimam muito a honra da sorte que, para a não macularem, não cuidam*

da morte»¹⁴

O desconforto da vida motivado pela insalubridade da habitação ao que se juntava a escassez dos alimentos e a doença eram a sorte do homem dos séculos XIII, XIV e XV.

Esta sorte é-nos relatada por vários testemunhos que nos chegaram ao que se acrescenta em alguns casos as suas características anatómicas. Para o cavaleiro sileciano Nicolau de Popplau¹⁵ "os portugueses são mais feios, que os ingleses, de cor morena e cabelos pretos. Dados ao folgar não gostam do trabalho, não dão hospedagem para ganhar dinheiro nem a nacionais nem a estrangeiros. São grosseiros, gente sem bondade nem misericórdia, incluindo a própria corte do rei. Usam capas pretas e largas que lhes pendem pelas costas até baixo, como os frades agostinhos. Em viagem envolvem a cabeça em lenços brancos de lã e põem por cima um chapéu largo, Muitos vivem unicamente de pão e água. Há poucas mulheres belas que parecem mais homens, porém têm olhos geralmente negros e formosos. Penteiam-se sem exagerados adornos no cabelo, cobrem o colo com um pequeno laço de lã ou com um lenço de seda, deixam mirar livremente a cara e trazem o vestido e a camisa decotados de maneira que se pode ver metade do seio, da cintura para baixo trazem muitas saias por isso o revés do corpo parece garboso e grande como um ganso de S. Martinho, é tão volumoso que deveras o digo, não hei jamais visto cousa assim maior". *O portuguez do século XV era fragueiro, abstémio, de imaginação ardente, propenso ao mysticismo. O carácter independente não constringido pela disciplina ou contrafeito pela convenção. Como em toda a idade média a personalidade do homem do século XV ainda se patenteia com toda a clareza.*

*O seu falar era livre não conhecia rebuscos nem euphemismos de linguagem. Ninguém pensava acobertar factos notoriamente públicos quaisquer que fossem. Essas eras incultas sobrelevam-se pelo contraste que oferecem com as envolturas disfarces, artificios dos séculos subsequentes*¹⁶.

Do livro dos copos da ordem de Santhiago a fls 13 retiramos a seguinte apreciação às características do homem dos séculos XIV e XV; À dureza de tèmpera correspondia exteriormente um aspecto agreste. As guedelhas longas, caindo sobre as espaldas e por diante são recortadas a meio da testa. D. Manuel foi o último dos reis que assim as usou, compridas por detrás, já Garcia de Resende no seu livro sobre a vida de D. João II Cap. CLXXXIV, dá-nos conta que os fidalgos começavam a rapar a barba no reinado de D. João II. Naquele tempo o valor da vida humana não se estimava em alta conta. Estavam sempre prontos para a luta, endurecidos pela rudeza e agruras da vida, *"enlevados na contemplação das phantasias e imagens que lhes offereciam as portadas as cimalthas as naves os presbyterios das cathedrais e santuários – de taes homens o temperamento mental era de todo avesso às nossas concepções de vida"*¹⁷.

A rudeza dos costumes que assinalou aqueles tempos, a segurança de própria pessoas família e haveres dependia em grande parte da força e energia individual.

No início da Nacionalidade, em 1187, na atribuição do foral velho a Bragança, este impunha o "maninhádego" postura régia que consistia em atribuir ao senhorio uma parte (metade) da herança do morador defunto, usual que só vem a ser alterado no século XV pelo 1º Duque de Bragança.

A religiosidade e a Morte

Poucas são as referências físicas, hoje existentes no concelho de Macedo de Cavaleiros e que se reportem aos séculos XIII/XIV. Damos conta de duas. A primeira uma peça de imaginária, em pedra de Ança, representando S'Ana ensinando a virgem a escrever, pertencente a uma capela privada na localidade de Limãos, fazendo parte do espólio da exposição "do espírito à imagem" a decorrer no Museu de Arte Sacra do Município

A segunda, trata-se da necrópole medieval do Sobreirinho, situada perto da povoação de Comunhas, pertencente à Freguesia de



Fig.1- Povoações desaparecidas (a vermelho), mas existentes à data das inquirições 1258/1284

Ferreira. É uma necrópole que inequivocamente, pelos resultados já obtidos nas intervenções arqueológicas efectuadas, se encaixa dentro do período em análise.

Estes e outros sinais, herdados do judaísmo destinavam-se, como ainda hoje, a expressar de forma sintetizada e sugestiva as verdades da fé cristã, marcando profundamente a cultura ocidental e expressam dum modo inequívoco e condicionante a tradição cristã primitiva medieval¹⁸.

O Ocidente medieval cristão conheceu profundas mutações durante os séculos XII e XIII. Se, as manifestações desse processo, se deram de forma mais explícita a nível das condições de vida material das populações, também se assistiu, paralelamente, a uma predisposição mental que, subterraneamente, impulsionou e acompanhou as dinâmicas sócio-económicas ligadas ao renascimento urbano, iniciado ainda durante o século XI, e que se afirmou nas duas seguintes centúrias. Uma nova concepção do mundo acompanhou as transformações das condições materiais do homem medieval, influenciando-as, e por elas sendo influenciada.

As alterações na forma de conceber o mundo do invisível e das relações entre mortos e vivos acompanharam este processo. Fruto de um fenómeno de longa duração, emergiu uma nova concepção da morte, baseada na consciencialização de que ela era um acto individualizado, com que os homens se confrontavam no momento de passagem do mundo terreno para o do Além, mediante um julgamento que iria determinar o seu futuro post-mortem¹⁹.

O estabelecimento teológico da existência da vida para além da morte condicionou fortemente a vida do homem medieval, o surgimento do julgamento divino após a morte, levou-o à total dependência religiosa, debilitando-o por um lado e, fortalecendo-o (pelo lado da fé), por outro. Havia que garantir a sua salvação e a quietação dos pecados cometidos em vida.

A Igreja Católica estava no centro do mundo medieval. Era uma instituição poderosa e governava a vida das pessoas, desde os aspectos mais práticos do dia-a-dia aos espirituais, fenómeno transversal a todos os estratos da sociedade medieval. Assim, Macedo de Cavaleiros, englobado no Trás-os-Montes cristão não fugiu à regra. Ainda hoje, na sua grande maioria, as suas gentes abrigam-se nesta doutrina. Sabemos, pelos resultados do inventário da Diocese Bragança-Miranda da existência nas 65 localidades que compõem hoje o Concelho de 151 locais de culto cristão.

Os cuidados médicos e medicamentosos

Para as centúrias em análise não encontramos nenhuma bibliografia disponível que se interessasse especificamente pelos cuidados assistenciais disponíveis para as populações e, especificamente para o território português. Existem algumas referências genéricas sobre as instituições destinadas à prestação de cuidados médicos e sanitários, bem como algumas técnicas médicas utilizadas.

A centúria de 300 foi muito penalizadora, em termos sanitários, para os habitantes do termo de Bragança, onde todo o Concelho de Macedo de Cavaleiros se integrava na época. Assim, no ano de 1377 os “representantes do Concelho” apresentaram uma petição ao Rei D. Fernando dizendo:

“que ante da pestenença primeira avya na dita vylla muytos omees de cavalo e de pee e que ora nom há hy a sexta parte da companhia que soia daber por razom da pestenença e outro sy desta pestenença segunda que ora ffoy despovorada”²⁰

Com o fim de os libertar do pagamento de impostos em todo o termo, no intuito de evitar maior “desfalque” na população e que servisse de incentivo ao seu restabelecimento.

O Rei D. Fernando outorgou o pedido por carta de 25 de Maio de 1377.

Poderá querer dizer que, à falta de reivindicar medidas sanitárias, exigiam-se medidas financeiras, mas porventura porque as medidas sanitárias não existiriam mesmo.

Um dos maiores avanços tecnológicos verificados no século XIV verificou-se com o aperfeiçoamento do fabrico do sabão o que veio trazer, por um lado grandes proveitos para a coroa, por outro lado, ganhar-se hábitos higiénicos pouco usuais. Em 1376 o Almirante Lançarote da Franca, doou a D. Fernando as saboarias de Tavira Castro Marim, Alcoutim e Aldeia de Martim Longo²¹.

Para termos uma ideia mais aproximada da qualidade e disponibilidade da assistência médica existentes nos séculos XIII e XIV, iremos reportarmo-nos a análise, da que era considerada a melhor escola médica, que ditou as normas dos estudos médicos na Europa ocidental entre o século IX e o início do século XIV, a escola médica Salernitana.

Este ensino de carácter cenobiático fazia-se sentir noutros países do ocidente europeu; A escola de Sevilha, fundada por S. Isidoro, a escola de Tours em França, criada por Alcuino, e em Portugal a de Santa Cruz de Coimbra.

Esta medicina eclesiástica foi despertando e fez surgir uma corrente laica, até ao surgimento das universidades.

O tratamento dos doentes fazia parte dos deveres dos monges, dentro e fora dos claustros. Assim as igrejas amiúde eram providas

de hospícios ou "xenodóquio".

A sua doutrina foi sempre isenta de qualquer influxo mágico ou astrológico, demonstrando a continuidade do inalterado método hipocrático²².

Do "regime sanitatis salernitanum" retirámos a exemplo, a forma era, medicamente aconselhável, o tratamento contas as dolorosas dores de dentes:

"Contra dolorem dentium" fala expressamente o aforismo LXX-XII, recomendando queimar meimendo junto a grãos de porro e dirigir o fumo sobre os dentes doentes.

*"Sic dentes servas: porrorum collige grana
Nec cares jure, cum jusquiamo simul ure:
Sique per embotum fumum cape dente remotum"*²³.

Também é referido na sua "Cirurgia", a afamada "Rolandina" do ano de 1240, pelo Mestre Rolando de Parma, que fez parte da Escola Salernitana, para dirigir o fumo sobre o dente doente, para isso o "Regimen" aconselhava um funil especial:

A evolução dos conhecimentos na assistência médica e medicamentosa foi, por certo muito lento na em toda a Idade Média, mostrando alguma evolução com o advento dos descobrimentos. Todavia atentemos a como se via e se tratavam as maleitas há pouco mais de 150 anos atrás.

No Jornal "Panorama" (Jornal litteraro e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos conhecimentos úteis), editado pela Imprensa Nacional em 1853.

No seu nº 11 de 17 de Julho desse ano transcreve-se algumas passagens do artigo intitulado, "Preceitos geraes da Hygiene Medica e Moral"²⁵

"Mais vale respeitar um habito antigo, por mau que seja, do que affronta-lo de golpe. Os principaes obstáculos, que se oppoem à propagação e vulgarização dos preceitos da hygienia, são: a ignorância dos pobres, o descuido dos mancebos; a leveza dos ricos, os hábitos já radicados dos velhos, as preocupações do vulgo, as paixões e a sensualidade de todos: só aos abastados cabe praticar á risca os preceitos da hygienia – Os excessos são por ventura mais damnosos á opulência, do que as privações o são á miséria. Por falta do preciso muitas vezes adoeece o pobre; o opulento por abusar do supérfluo.

- Sangrias e evacuações intempestivas são menos nuczivas ao habitante das cidades ocioso, por fraco e valetudipario que seja, do que ao camponez robustíssimo e laborioso.

-Enfermidades há, de que seria arriscado sarar, por exemplo uma empigem geral e envelhecida num corpo fraco e delicado, antigas chagas num velho refeito e sedentário.

Sobre o banho, A.H. de Oliveira Marques, in "A sociedade Medieval Portuguesa", afirma; ideologia cristã, no entanto, viria a instaurar, durante a idade média, preconceitos e a impor uma outra moral. Não que a igreja não se ativesse à limpeza dos corpos. Mais temia, contudo, pela sujidade das almas: os hábitos promíscuos eram uma porta aberta ao pecado. Havia assim que evitar os banhos públicos, locais «propícios à devassidão e ao amolecimento dos costumes». No artigo a que estamos a fazer referência ainda se notam (1873) as reminiscências dessa ideologia cristã

- O uso frequente de banho enfraquece muito e produz várias doenças, pode gerar moléstias de pelle, exasperar as paixões, suscitar doenças nervosas

nas pessoas desocupadas, insomnias, ataques de sangue, e ás vezes uma comichão exasperante por todos os membros, principalmente naquellas pessoas que se dão a trabalhos mentais.

-Os prazeres vividos encurtam a vida, dores leves a prolongam.

- No goso consiste quasi metade da hygienia das mulheres: priva-las delle em quanto teem saúde, é expo-las a enfermidades; e até quando estão doentes prohibir-lh'o é muitas vezes abrir-lhe a cova.

-Não há vida mais estragada do que a dos que dizem que a querem curta, mas regalada.

-- Quem com a própria indústria provê amplamente as suas necessidades, deve casar-se. Duas pessoas prudentes gastam menos do que um homem devasso.

-Sobre as vantagens comparativas de usar a barba crescida, ou cortada, não é fácil decidir. A favor das barbas tem-se argumentado com dizer que, se a natureza nos deu este adorno é para que o usemos. Certo é que uma barba povoada e bem penteada acrescenta a gravidade do aspecto, se compararmos retratos barbados a outros sem barba, acharemos que a vantagem toda fica nos primeiros. Entre nós as barbas se usaram desde o começo da monarchia até ao tempo de el-Rei D. Duarte, em cujo reinado, parece as traziam só os que eram militares e os que andavam de lucto.

-Pais e mães deviam sempre reger-se bem, quando mais não fosse, por interesse dos seus filhos. As doenças e um tropel de vícios moraes e physicos são coisas que também se herdam.



Foto 3 - necrópole do Sobreirinho

-A pobreza gera a ignorância, o desaceio e às vezes a servidão, arreiga a servidão e multiplica as doenças.²⁶

-A gente do campo é susceptível de instrução, mas descuidada de instruir-se, e tarda em aprender; deviam tratar-lhe da inteligência, como a gente ociosa das cidades tracta dos seus estômagos delicados. O aldeão carece de alimentos intellectuaes já preparados, e que não exijam nenhuma digestão. Preceitos concisos, substanciaes, claros, expressos e estremos, aphorismos, apólogos e provérbios, eis o que lhe convém.

-A civilização transviou insensivelmente o homem da senda que de principio lhe foi prescrita, pouco a pouco o espirito tomou passo á força corpórea. Raro é hoje haver quem trate de ser mais forte. O essencial é ser mais ilustrado e mais hábil. Ser sadio é coisa que se tem em menos conta. Assim é proposto o necessário ao supérfluo.²⁷

O primeiro e único Papa nascido em Portugal foi João XXI, Pedro Julião, ou Pedro Hispano, nascido em Lisboa, não se sabendo a data certa mas seguramente antes de 1226. Homem de vastíssima cultura científica, estuda teologia, física e também medicina, actividade onde deixa largo registo. É de sua autoria, o ‘Thesaurus Pauperum’ (Tesouro dos pobres), em que trata de várias doenças e suas curas, obra com cerca de uma centena de edições e traduzido para 12 línguas.

É dessa obra, recensada por Maria Helena da Rocha Pereira, que retirámos alguns exemplos de preceitos medicamentoso para a cura de certas maleitas. São exemplos que ilustram bem o tipo de medicina praticada no século XIII/XIV, não só em Portugal como no resto da Europa.

Começa por nos dizer Pedro Hispano no prólogo da sua obra²⁸:

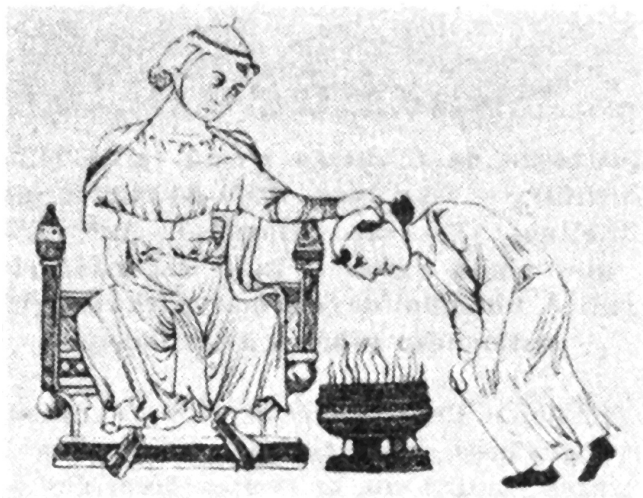


Fig 4 – Desenho a pena de um manuscrito Francês século XIII, mostrando o sufumígio contra o “verme dentário” 24

Encontram-se nesta obra remédios fáceis e eficazes para quase todas as enfermidades.

Importa referir que grande número desse receituário não era de sua autoria, todavia sempre que assim acontece Pedro Hispano refere-os; Sixto, Galeno, Dioscórides, Aviceno, Dinamídis, Plínio, Pedro Lurcrator Constantino e tantos outros: Alguns exemplos de receituário:

Contra a queda do cabelo ²⁹, apresenta-nos vinte e três medicamentos, talvez, melhor dizendo, receitas, 3 exemplos;

- 1) - Se os cabelos caírem, faça-se uma lixívia de cinzas de excrementos de pomba e lave-se a cabeça.
- 2) Para evitar a queda do cabelo coçam-se em água avelãs moídas com gordura de urso. Restituem o cabelo.
- 3) Moa-se salsa com sangue de porco, ferva-se em vinho branco e depois coe-se através de um pano sobre água fria e apanhe-se a gordura que sobrenadar, prepare-se com uma

gema de ovo cozido, mástique e cominhos e unte-se o lugar. Em breve nascerão os pêlos.

Contra a caspa, sugerira:

- 1- Coza-se um decocto de raiz de malva em água, levando a cabeça com isso a cabeça, imediatamente faz cair a caspa.

Mas contra o nascimento dos pêlos também havia remédio:

- 1- Para os pelos nunca nascerem, arranque-se e unte-se o lugar com sangue de morcego ou sangue de rã pequena.

Para as pústulas da cabeça³⁰, sugeria:

- 1- Para curar as pústulas na cabeça, lave-se muitas vezes a cabeça com água na qual se tenha cozido camomila moída e não há nada melhor.
- 2- Aplique-se mastruço moído com gordura de pato. Cura a rasca e a tinha.
- 3- Coisa muito eficaz para o mesmo. Dilua-se pez de navios durante uma noite inteira em vinagre forte, pela manhã adicione-se óleo de nozes, ouro-pigmento e brasas de carvalho; agite-se bem e acrescente-se um pouco de mercúrio e unte-se a cabeça, rapada e limpa.

Contra a Letargia³¹, referindo-se aos aconselhamentos de Constantino e Galeno extraído da obra “Passionário” Pedro Hispano dá-nos conta da seguinte terapêutica:

- 1- Para a letargia aplique-se nas narinas arruda e agrião com vinagre fortíssimo. É admirável.
- 2- Prepare-se uma confecção dos cabelos do próprio com vinagre e um pouco de pez e aplique-se nas narinas; excita poderosamente.
- 3- Pôr na cabeça pulmão de porco, faz um bem admirável.
- 4- Aplicar nas narinas fumo de gálbano (planta da família das umbelíferas donde se extrai resina e óleo volátil, usado como expectorante) e de chifre de veado. Vale mais que tudo.
- 5- Ponham-se debaixo do travesseiro ou na cama, os olhos o coração e a língua de um rouxinol; mantém insone quem estiver deitado e quem beber disto nunca dormirá.

Em contraponto, para o frenesi³², Pedro Hispano propõem, por exemplo:

- 1- Na ocasião do ataque ponham-se substâncias e vaporantes sobre a cabeça, com uma esponja mergulhada em água de decocto³³ de meimendo³⁴ ou um cachorrinho aberto pelo ventre, ou um galo, ou pulmão de porco; atem-se com força os braços ao mesmo tempo, até causar ferida nas pernas ou tíbias.

São inúmeras, setenta, as recomendações e estratégias indicadas para o combate às dores de cabeça, a exemplo escolhemos 5 receitas:

Para tirar dores de cabeça.

- 1- Um emplastro de alhos com fava descascada e moída, tira a dor de cabeça.
- 2- Moam-se excrementos de pombo, mostarda, mentastro³⁵, semente de arruda torrada; aplique-se na cabeça. Secam muito o catarro frígido e tiram uma dor antiga.
- 3- Miolo de pão moído com sumo de coentros, tira toda a dor.
- 4- A Flebotomia³⁶ da veia da testa, estripa muitas enfermidades da cabeça.
- 5- Uma pele de carneiro fresca e quente enrolada todo o dia e toda a noite à volta da cabeça, tira a dor.

As doenças mentais também não são esquecidas, assim para a epilepsia³⁷, receitava, Chifre de veado pulverizado e bebido com vinho, curava a dita.

Para as dores de olhos indicava 113 receitas medicamentosas, 4 exemplos:

- 1- Clara de ovo agitado e espumado, deitada nos olhos, tira o ardor e picadas.
- 2- Queijo fresco lavado muitas vezes em água e confectionado com clara de ovo e água de rosas, deitado nos olhos ensanguentados ou carregados de humores quentes, em breve faz bem.
- 3- Em quarto mingunte arranque-se uma raiz de corriola³⁸ e traga-se; não deixará adoecer os olhos.
- 4- Se os olhos sofrem de ardência, unte-se com leite de cadela com sumo de corriola.

Os ouvidos também são merecedores de uma atenção especial, encontramos 39 receitas para combater as maleitas auditivas, 2 a exemplo:

- 1- Sumo de folhas de pepino bravo tira as dores de ouvidos.
- 2- Coem-se minhocas, ovos de formiga e folhas de arruda moídas, juntamente e fervidas em azeite; deite-se no ouvido uma gota tépida daquele azeite, obture-se o ouvido com algodão e unte-se por fora, à volta da orelha; restitui a audição perdida.

Para as dores de dentes e das gengivas³⁹ encontramos 76 receitas:

- 1- Se se lavar a boca uma vez por mês com vinho de decocto de raiz de maleiteira⁴⁰, manter-se-á a boca sã.
- 2- Unte-se o dente com medula de cavalo. É certo que cura.

Para as lesões pulmonares⁴¹ faz uma introdução deixando depois a fórmula da cura.

Diz. Algumas vezes as lesões pulmonares provém do fumo, outras vezes da poeira, outra do calor seco, como acontece nas febres agudas e depois de se passar muita sede.

Outras vezes de gritar, outras vezes do estilicídio do catarro, outras de queimaduras de coisas salgadas, que secam demasiado, outras das azedas que exasperam. Ora a lesão proveniente do clamor, fumo, poeira e calor cura-se facilmente se se der a beber ao entrar para a cama, água fria na qual se tenha cozido alcaçuz⁴² e o engolir junto com a água e assim permaneça toda a noite e pela manhã seguinte quando se levantar dê-se-lhe um pouco de pão nessa mesma água: extingue-se a sede. Esta é minha (Pedro Hispano).

Para soltar o ventre⁴³, Pedro Hispano receitava um supositório de sabão duro, untado com manteiga e polvilhado com sal-gema. Fazia trabalhar do ventre. Mas se se verificasse o contrário, Fluxo do ventre⁴⁴, receitava excrementos de cão que só coma ossos, o que restringia fortemente o ventre, ou então leite no qual se tivesse cozido sebo de cabra prende muito o ventre.

Para finalizar, referimos que a atenção do Médico/Papa, Pedro Hispano ia até aos problemas sexuais, assim:

Para excitar o coito⁴⁵, recomendava:

- 1- Quem quiser estar sempre a praticar o acto, beba uma onça de medula de leopardo. Fá-lo-á desmedidamente.
- 2- Afirmava ainda que, o testículo de raposa, excita muito.

Para a dureza e apostema da madre⁴⁵ receitava:

- 1- Raiz de açucena cozida com azeite comum, nas brasas amole a madre e abre-a
- 2- Misturem-se gordura de ganso e sumo de alhos-porros e unte-se o colo da madre, depois da menstruação; relaxa a madre contraída.

A obra de Pedro Hispano termina com um tratado sobre as febres⁴⁶, referindo os cuidados preventivos a seguir: *O seguinte faz mal às mãos, pés, memória e ouvidos, causando febres. Dormir calçado ou andar com sapatos rotos ou de sandálias em tempo de chuva, por lugares lodosos e pantanosos, ou ir descalço por cima de excrementos de animais ou de galinhas. Dormir sobre os sepulcros dos mortos, calcar urina de cão ou sangue menstrual ou aproximar-se de tinha, fistula, lepra e todas as doenças contagiosas.*

Sem dúvida que ao ler-se esta obra de Pedro Hispano ficamos a respirar o ambiente das centúrias em análise que podemos sem grandes momentos evolutivos extrapolar para uma centúria antes ou uma centúria depois. Como já se disse a evolução técnica e científica aos cuidados de saúde sofreram evoluções lentas, com alguma evolução verificado a partir do século XVI com os descobrimentos e porventura a grande revolução científica ir-se-á verificar já em pleno século XX. Assim o que se passaria na região transmontana a que se refere este escrito, poderá se extrapolado a partir do que se escreveu sobre a matéria, isto é, os cuidados de saúde, poder-se-iam resumir às mezinhas e à fé em Deus. Não queremos nem devemos, contudo, menorizar ou caricaturar, com os olhos de hoje, os preceitos médicos utilizados há 800 anos atrás, devemos isso sim e esse é o nosso objectivo, através da sua análise entender o modos vivendi de quem nos antecedeu servindo este tomo sobre a assistência de um modo muito particular para nos apercebermos da rudeza e da dureza da vida do homem medieval, e, por isso mesmo, vergar a nossa cerviz, em seu agradecimento pelos espantosos feitos realizados em prol de uma nação, hoje passados mais de oito século, orgulhosa do seu passado, melhor dizendo dos seus antepassados.

Dos estabelecimentos assistenciais.

Até ao final do século XV, advento das misericórdias, coexistiram em Portugal. Vários tipos de estabelecimentos assistenciais nos chegaram por via da influência bizantina e das cruzadas, havendo uma grande imprecisão na sua terminologia, verificando-se por vezes os mesmos objectivos, para nomenclaturas diferentes.

Referimo-nos às Albergarias; Gafarias, Hospitais, Confrarias, Mercearias, Capelas e casas dos órfãos. "Criadas originalmente para assistência aos peregrinos e demais viajantes, mas servindo também de albergue para doentes e mendigos, eram sustentadas sobretudo pelas ordens religiosas e militares, sendo algumas dotadas de pequenas enfermarias; Desenvolveram-se com as peregrinações a Santiago de Compostela; muitas delas limitavam-se a oferecer uma simples refeição e uma enxerga aos viandantes;

Nalgumas terras, eram conhecidas como a "casa dos passantes"⁴⁷.

Grandes partes das albergarias situavam-se junto a mosteiros e igrejas, povoações e estradas mais importantes, nomeadamente ao longo do caminho de Santiago, e em particular a norte do Mondego.

Iria Gonçalves dá-nos conta da existência de uma dessas unidades, em Bragança, sede do termo, em durante o primeiro quartel do século XV.⁴⁸

Hospitais (*ou Espritaís*) "*Feitos e ordenados principalmente para a cura e gasalhado dos pobres e enfermos*"; No Séc. XII, o seu número era inferior ao das albergarias;

Equivaliam às *nosocomia* existentes em Bizâncio⁴⁹.

Os Hospícios, Sanatórios e Maternidades, são realidades inexistentes na idade média, somente quase na metade do século XIX, com a Rainha Maria Pia é que se tornam realidade em Portugal.

Existiam ainda, durante a idade média, as Gafarias, lugares destinados a acolher os gafos (leprosos) mais tarde conhecidos por lazaretos. Existentes já no Império Romanos do Oriente sob a designação de lobotrophia. Por fim existiam as Mercearias destinadas originalmente às pessoas da nobreza empobrecida ou *envergonhada*; em geral, funcionavam junto a *capelas*.

"*As mercearias (nome que deriva da palavra mercês, "graças, benefícios, tenças, donativos, favores") destinavam-se a recolher pessoas de ambos os sexos, de "bons costumes, de boa fama, e vergonha", de boa condição mas caídas na pobreza ("homes bons e mulheres q houverem honra e houverem algo de seu, e boa vivenda, e cairão della, non por maos feitos que fizesse, nem por más manhas, nem por maos costumes q houvessem")*, e geralmente idosos ("*non sejam de menor idade de cincoenta annos*", salvo se forem deficientes ou doentes crónicos), como se pode ler no testamento de

D. Afonso IV (ca. 1345) (cit. por Lemos, 1991, Vol. I. 99): “As mercearias (nome que deriva da palavra *mercês*, “graças, benefícios, tenças, donativos, favores”) destinavam-se a recolher pessoas de ambos os sexos, de “bons costumes, de boa fama, e vergonha”, de boa condição mas caídas na pobreza:

(“homes bons e mulheres q houverem honra e houverem algo de seu, e boa vivenda, e cairão della, non por maos feitos que fizesse, nem por más manhas, nem por maos costumes q houvessem”), e geralmente idosos (“non sejam de menor idade de cincoenta annos”, salvo se forem deficientes ou doentes crónicos), como se pode ler no testamento de D. Afonso IV (ca. 1345) (cit. por Lemos, 1991, Vol. I. 99).

De qualquer modo, e até ao final do Século XIV, não parece haver ainda uma clara distinção semântica (nem muito menos conceptual) entre *gafarias*, *albergarias*, *mercearias*, *hospícios*, *hospitais* e *estabelecimentos assistenciais* similares. Algumas *gafarias*, como a de Lisboa (fundada provavelmente pelos Hospitalários, por volta de 1220) e a de Coimbra eram também conhecidas como *hospitais de S. Lázaro*, mas na prática não prestavam quaisquer tipos de cuidados, limitando-se pura e simplesmente a segregar os doentes em relação ao resto da população (Pina, 1981; Neto, 1981; Lemos, 1991)⁵⁰.

A Idade Média foi em toda a Europa cristã uma época de caridade intensa, baseada e impulsionada pelos preceitos evangélicos, ela consubstanciou-se, principalmente a partir do século XII, em consequência do aumento das peregrinações religiosas na criação de centenas destas instituições, sendo que em meados do século XV, muitas delas já se encontravam em decadência⁵¹.

A dieta Medieval

A gastronomia será um dos melhores reflexos para encontrarmos a rotina e costumes medievais.

Pensa-se que por questões que tem a ver, não só com hábitos, que até há pouco tempo perduraram na vida campesina, mas também, devido à vida quotidiana se reger pela claridade sobrevivida do dia solar, repartiriam-se assim, no decorrer da jornada diária, o horário das refeições: As duas refeições principais seriam o jantar e a ceia. Jantar-se-ia entre as 10h00 e às 11h00 da manhã e a ceia entre as 18h00 e as 19h00.

Numa mesa abastada não faltariam as carnes de caça; Urso, javali, gamo, corça, lebre, ou as de capoeira já domesticadas, como o faisão, o pavão, galinha, porco, ovelha, cabra, pato etc. O peixe fresco seria raro porventura mais utilizado o peixe seco, salgado ou fumado.

Como hoje, a dieta alimentar variava consoante as posses de cada um, se as iguarias que acabámos de referir se aplicariam às classes mais abastadas, a cozinha das pessoas comuns era bem mais restrita. Comiam pão de centeio ou trigo, alguns legumes e os porcos e aves da sua criação, ou ainda, por vezes peixe salgado ou de rio e lácteos compostos a partir de leite de vaca, cabra ou ovelha. Nas refeições comuns, o prato diário era um espesso caldo de legumes e de alguma carne.

A partir do relato minucioso efectuado por Pedro Álvares de Rada no verão de 1352, em jornada de Castela a Sevilha, enviado pelo infante D. Luís, regente de Navarra, conseguimos saber ao pormenor o conteúdo de todas as refeições efectuadas durante o período de tempo em que decorreu essa viagem.

A par do pão de centeio ou trigo e do vinho, invariavelmente presentes a todas as refeições, como alimentos base que eram da nutrição medieval, o cardápio dos viajantes navarros conheceu uma variedade bastante grande⁵².

A carne para todas as meses abastadas, constituía o prato forte da refeição, dela só se privaram os emissários do Infante chegada a sexta-feira, o preceito religioso a isso os obrigava⁵³. Nesse caso

a dieta era peixe e se bem que na maioria das vezes as notas só a isso se referem, em algumas se fala de trutas, sardinhas, sabogas, camarões.

A acompanhar o prato principal comiam vulgarmente uma salada de alface, outros vegetais foram servidos, com maior ou menor frequência, rábanos, couves, abóboras, favas, lentilhas.

Muitas vezes comeram as carnes e os peixes simplesmente cozidos, assados ou fritos, mas não faltaram também as iguarias mais elaboradas se atendermos à variedade de temperos que necessitaram de adquirir; alho, vinagre, açaço, toucinho, azeite, cebola, orégãos, sal, cominhos, banha, coentros, gengibre, manteiga, salsa⁵⁴. Uma ou outra vez a preparação do alho combinado com a cebola e o azeite também indicou a preparação de um refogado.

A viagem verificou-se durante os períodos primavera e verão. A sobremesa seria em grande parte resumida a fruta; damos conta de, peras, maçãs, cerejas, ginjas, ameixas, amoras assim como alguns frutos secos; amêndoas, avelãs e nozes.

A cozinha

A cozinha era muitas vezes construída no pátio em edifício separado, como precaução contra os incêndios. O equipamento de cozinha dessa época incluía o almofariz, panelas e frigideiras de cabo comprido. A maior parte dos pratos eram confeccionados em grandes panelas de ferro.

Os potes de 3 pernas, ainda hoje usadas em algumas casas transmontanas que podiam ser colocado sobre o fogo ou suspenso por um gancho.

Os cozinheiros tinham de ter talento para disfarçar o sabor de alguns alimentos. Por isso, a cozinha medieval usava e abusava de ervas aromáticas como os coentros, a salsa e a hortelã para condimentar os pratos. *Cultivava-se o tomilho, o alho, a mostarda e o açafrão e utilizava-se também o sal e ainda que raramente a pimenta vinda do Oriente.*

*A carne, guardada em despensas, nem sempre se mantinha fresca. O peixe cozinhado com salsa e funcho era um prato popular*⁵⁵.

A mobilidade nos séculos XIII/XIV

Viajar foi uma constante de todos os tempos. Com maior ou menor facilidade, com mais ou menos frequência, por caminhos mais ou menos cómodos, utilizando meios de transporte mais ou menos rápidos, a pé, em montada, em algum veículo ou até em barco, com os mais diferentes motivos, o homem medieval viajava bastante. *Eram os mercadores que se deslocavam de feira em feira, eram todos a que elas afluíam para compra e suprir as suas necessidades, os senhores que percorriam os seus domínios para inspeccionar, para administrar a justiça, para cobrar as rendas, para caçar. Eram os pedintes andantes, eram os prelados que se deslocavam dentro da sua diocese, os almocreves, constantemente em marcha, os peregrinos, diplomatas, embaixadores, os corregedores, os meirinhos, tantos e tantos outros, mas acima de todos, o Rei que com a sua corte itinerante percorria constantemente o país*⁵⁶. Recuperando o relato efectuado por Pedro Álvares de Rada na viagem que fez de Navarra, Estella a 26 de Maio e chegou a Sevilha na manhã de 9 de Junho, fazendo no total 821km, tendo uma jornada de 104km, fazendo uma média de 55km/dia.

Curioso é atentarmos aos custos da viagem e à sua distribuição. Assim, Rada gastou 59,6% na alimentação dos homens, 26,8% na alimentação dos animais, 7,5% no alojamento e os restantes 6,1% em gastos extraordinários (pagamento ao ferrador, gastos médico e medicamentosos, arranjo de objectos vários e transporte por barco).

Conclusões possíveis

Falar-se do que seria o quotidiano de Macedo de Cavaleiros, mesmo equacionando todo o seu, hoje, território Concelhio, nos sé-

culos XIII e XIV, não sendo um exercício impossível é decerto de extrema dificuldade, pelo facto de haver muito pouca informação, da época, disponível e mesmo a pouca existente, não se refere em concreto ao espaço geográfico em estudo.

O caminho seguido foi, fazendo extrapolações regionais, a partir das quais pudesse-mos obter uma imagem o mais aproximadamente possível, do que seria o dia-a-dia das populações existentes neste Concelho à data. Partimos do princípio que os usos e costumes regionais confeririam em grande parte com a mesma realidade Macedense.

Estamos em tempos de consolidação da Nacionalidade, num período de transição do *rex portugalsium* (rei dos Portugueses) de Sancho I, para um entendimento diverso com Afonso II que passa a denominar-se *rex Portugalensis* (Rei de Portugal). Esta nuance que aos olhos de hoje seria fundamental, para o campesinato do coração nordestino não passou de um conceito abstracto que, somente entrado o século XIX, se vai compreender e assimilar a assumpção do colectivo. Entretanto são várias as influências recorrentes para essa construção. Com D. Dinis denota-se uma preocupação com as definições e defesa da fronteira, outros casos que podemos considerar esporádicos; as guerras Fernandinas e sobretudo a crise 1383-1385, com D. João I. Podemos pensar em momentos altos, de corporização colectiva, mas não devemos esquecer que ainda se sobrepunham os interesses pessoais aos interesses colectivos. Arrolemos um exemplo macedense para ilustrar a ideia. Que interesses no colectivo poderiam ter os irmãos de Manuel e Gonçalo Rodrigues de Bornes, que viriam a morrer na peleja de Aljubarrota lutando ao lado de D. Juan de Castela, ou lembremo-nos dos irmãos de Nuno Álvares Pereira também falecidos no mesmo local e pelos mesmos propósitos. Mas em contraponto, que sentimentos de nacionalidade ocorreu a Nuno Álvares Pereira, quando por diversas vezes foi coagido para lutar por Castela?

Balizámos o nosso estudo até aos acontecimentos dos finais do século XIV, os momentos vividos no início do século XV irão por certo trazer alterações, não diremos radicais mas significativas, na vida do dia-a-dia de todos os portugueses, com o impacto que teve o começo da expansão portuguesa, com todos os novos contactos e novos horizontes rasgadas para os portugueses desse século, sendo que uma das evidências seria por certo o reforço do sentimento nacional.

Os séculos XIII e XIV, foram talvez, uma continuidade que se observou desde o início da “nacionalidade” sob os vários aspectos vivenciais, os quais não se deviam distinguir muito em todo o mundo campesino português, mormente, considerando a área regional transmontana.

Na análise feita às existências populacionais para os cerca de 700km² que compõem hoje o concelho de Macedo de Cavaleiros, verificamos que existiriam, mais 29 outras, provavelmente, pequenas povoações do que hoje (fig1). Por outro lado pensamos que existiriam entre 5.000 a 6.000 pessoas a habitarem esses espaços populacionais.

Como viviam essas pessoas, quais os seus hábitos os seus costumes? Partimos do princípio que não terão havido muitas flutuações de hábitos e costumes entre os consulados de Nuno Martins de Chacim e de Martim Gonçalves de Macedo.

A sociedade Macedense por certo não fugiria à regra da organização social de então.

Como se disse a sociedade medieval era organizada hierarquicamente por classes e se analisarmos os quadros das pessoas referidas nas inquirições com facilidade chegamos a esse entendimento. O poder senhorial estava bem presente, mais que não fosse com os Senhores de Chacim e de Macedo, mas sabemos que á data existiam outros poderes senhoriais, os Senhores de Travanca, os senhores de Vale de Prados, os de Bornes entre outros. Por outro lado detecta-se a presença do clero, dos mesterais e claro do povo, podemos afirmar que existiriam representantes de todos os extractos sociais a viver em Macedo de Cavaleiros durante os séculos XIII e XIV.

Só a genética nos poderá dizer se esta gente possuía algumas características que os diferenciassse anatomicamente ou em carácter

dos povos das outras regiões do país. Estamos em crer que não, contudo o seu acantonamento a um pedaço de terra rija, agreste e tenaz, moldaria por certo o seu carácter, como bem ilustra Miguel Torga “*Á solta por estas brenhas, em perfeito equilíbrio de alma e corpo sinto-me na plenitude do ser normal, casado e harmonizado com o meio*”⁵⁷. E acrescenta, *Sou realmente monolítico, mas composto de vasas diversas, de escórias diversas, carreadas pelas circunstâncias e por elas conglomeradas. Vasas friáveis separadamente e que juntas, acabaram por endurecer à prova de picareta*⁵⁸. É neste ambiente, como retrata o Barão Rosmihal de Blatna, a região de Trás-os-Montes é coberta de chavascaes e onçada de feras, que se afeiçoaram os transmontanos e que tanto contribuíram para a emergência do País.

As suas habitações não fugiriam por certo aos modelos construtivos indicados por Eannes de Azurara ou os desenhados por Duarte d’Armas, para o século XV. As casas dos lavradores de Trás-os-Montes, eram casas em taipa⁵⁹, cobertas de colmo ou tábua, as casas senhorias não fugiriam aos mesmos métodos de construção⁶⁰.

O desconforto da vida motivado pela insalubridade da habitação a que se juntava a escassez dos alimentos e às doenças, marcavam a sorte da vida do homem macedense dos séculos XII e XIV. O refúgio estava no transcendente no espiritual na fé em Deus, o condicionamento teológico da existência de vida para além da morte marcou fortemente a vida deste homem medieval.

A igreja católica era o centro do mundo que governava a vida das pessoas desde os aspectos espirituais ao condicionamento do seu dia-a-dia. O melhor das escolas médicas o que tinham para transmitir, pouco mais seria, do que qualquer outro barbeiro/cirurgião ou feitiçeiro local poderia oferecer. Recorria-se à medicina popular, baseada nas mesinhas e nas existências botânicas locais, com todas as eficiências e deficiências que se possa imaginar.

Vida difícil e dura, levada ao extremo da luta pela sobrevivência, nos limites físicos, mas, mesmo assim, com todas essas mínguas o homem medieval não deixou de lutar e de conseguir trazer-nos até hoje o País que temos a gente que somos.

Notas

- 1-Matoso, José, A Identidade Nacional, PP 30
- 2- Idem pp. 44
- 3- Santana, Maria Olinda Rodrigues, Documentação foraleira Dionisina de Trás-os-Montes, pp. 98, 115, 118, 143, 145 e 176.
- 4- Mendes, Carlos Alberto Santos, Macedo de Cavaleiros, Cultura Património e Turismo, contributos para um programa integrado, p48.
- 5- Mendonça, Manuela, Cidades, Vilas e Aldeias de Portugal, p 246
- 6- O Numeramento de 1527-1532, Galego, Júlia e Daveau, Suzanne, pág 93
- 7- Barbosa, Pedro Gomes, e Mendes, Carlos Santos, De Macedo a Macedo dos Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martin Gonçalves de Macedo, p 66
- 8- Mendes, Carlos Santos, Apostilas sobre a presença de D. João I, Nuno Álvares Pereira e Martin Gonçalves de Macedo em Castelãos, pp. 14/15
- 9- Lobo, A de Sousa Silva Costa, História da sociedade em Portugal no século XV, p 79
- 10- Idem, p 78
- 11- Idem, p 96
- 12-Idem, p 103
- 13- Opus cit pág 106
- 14- Idem, 241
- 15-Idem, pp. 239/240
16. Opus cit pág. 235
17. Idem, pág.112
- 18-Feuillet, Michel, Léxico dos símbolos cristãos, prólogo.
- 19- Chambel, Pedro, Marcas do Quotidiano nos monumentos funerários. A representação de animais na tumularia medieval do Entre-Douro-e-Mínho, p 1
- 20- Alves, Francisco Manuel, Memórias Arqueológicas do Distrito de Bragança. Tomo I pág 285.
- 21-Dir, Serrão, Joel e Marques. A.H. de Oliveira, Nova História de Portugal – Portugal na crise dos séc. XIV-XV, pág 53.
- 22- Bibbio, Amedeo, O regimen Sanitatis Salernitanum, e os seus preceitos higiénicos e estomatológicos, p7
- 23- Idem, p14.
- 24- Opus cit., pág. 15
- 25- O Panorama “ Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos conhecimentos úteis, nº 11 pág. 87
- 26- Opus cit, pág. 88
- 27- Idem, pág. 88 e 243
- 28- Pereira, Maria Helena da Rocha, Obra médica de Pedro Hispano, pág. 2
- 29- Opus, cit. pág. 80
- 30- Opus cit, pág. 84
- 31- Idem, pág. 90
- 32- Idem, pág 92
- 33- Água de cozimento.
- 34- Meimendro. Planta (*Hyoscyamus niger*) da fam. das solanáceas, com flores amareladas e frutos ovóides, nativa da Europa e da Ásia e naturalizada na América do Norte, outrora cultivada para extração de alcalóides muito venenosos das folhas secas, us. como narcóticos e hipnóticos; hioscíamo, jusquiame, meimendro-negro, meimendro-preto, velenho, in dicionário Houaiss da língua Portuguesa, tomo IV, pág 2441
- 35-Mentastro; Hortelão do mato
- 36 – Flebotomia; incisão ou sangria venosa.
- 37- Pereira, Maria Helena da Rocha, Obra médica de Pedro Hispano, pág. 104
- Nota:
- 38- Corriola: Planta vivaz (*Convolvulus arvensis*), da fam. das convolvuláceas, nativa da Europa, de folhas inteiras e flores brancas ou róseas, in Dicionário Houaiss da língua Portuguesa, tomo II, pág. 1100.
- 39- Pereira, Maria Helena da Rocha, Obra médica de Pedro Hispano, pág. 140.
- 40- Maleiteira: designação comum de várias plantas do gên. *Euphorbia*, da fam. das euforbiáceas, a maioria venenosa, com látex branco e cáustico, cujas raízes e folhas são amplamente us. na medicina popular, esp. por suas propriedades purgativas.
- 41- Opus cit. Pág 172.
- 42- Alçacuz - designação comum a plantas do gên. *Glycyrrhiza* e *Periandra*, da fam. das leguminosas, subfam. papilionoidea, e a outras de diferentes gên. e fam., por alguma semelhança àquelas, esp. quanto às raízes ou aos rizomas adocicado.
- Arbusto (*Glycyrrhiza glabra*) de folhas penadas e flores azuis, nativo da Europa mediterrânea ao centro da Ásia e esp. cultivado pelo rizoma, rico em glicirrizina e do qual se extrai uma pasta ou xarope us. em confeitaria, em remédios para tosse, na produção de cerveja preta etc.; regalice, regaliz, regoliz, rigoliz, In dicionário Huais, tomo I, pág. 182.
- 43- Pereira, Maria Helena da Rocha, Obra médica de Pedro Hispano, pág. 180.
- 44- Opus cit, pág 179.
- 45- Idem, pág. 234
- 46- Idem. pág. 472
- 47- Graça, Luís – Hospitais e outros estabelecimentos assistenciais até ao final do século XV p1
- 48- Gonçalves, Iria, Imagens do Mundo Medieval, pg. 145
- 49- Graça, Luís – Hospitais e outros estabelecimentos assistenciais até ao final do século XV p2
- 50- Opus cit p4.
- 51- Gonçalves, Iria, opus cit., pág. 53
- 52- Gonçalves, Iria, imagens do mundo medieval, pág. 203
- 53- Opus cit., pág. 203.
- 54- Opus cit., pág. 206
- 55- Freitas, Maria João, Dias Medievais em Castro Marim
- 56- Gonçalves, Iria, imagens do mundo medieval, pág. 158
- 57 – Miguel Torga, Comemorações do centenário do nascimento, pág. 98
- 58 – Idem, pág. 170
- 59- Casa de taipa - processo de construção de paredes que utiliza barra amassado para preencher os espaços criados por uma espécie de gradeamento, geralmente de paus, varas, caules de arbustos etc.
- 60- Como dizemos atrás; A telha é de imemorial antiguidade, todavia até ao meio do século XIV, pelo menos, havia habitações reais que eram cobertas de giestas.

Bibliografia

- Alves, Francisco Manuel,
Memórias Arqueológicas do Distrito de Bragança. Reedição do Museu do Abade Baçal, 2ª edição, Tomo I, Bragança, 1975, pág. 285.
- Barbosa, Pedro Gomes, e Mendes, Carlos Santos.
De Macedo a Macedo dos Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo, Edições CMMC/ATQ, Macedo de Cavaleiros, 2006
- Bibbio, Amedeo, O regímen Sanitatis Salernitanum, e os seus preceitos higiénicos e estomatológicos, separata da Revista Acção Médica, Gouveia, 1965
- Chambel, Pedro.
Marcas do Quotidiano nos monumentos funerários. A representação de animais na tumularia medieval do Entre-Douro-e-Minho.
<http://www.rotadoromanico.com/SiteCollectionDocuments>.
- Galego, Júlia e Daveau, Suzanne
O Numeramento de 1527-1532, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa 1986.
- Graça, Luís
Hospitais e outros estabelecimentos assistenciais até ao final do século XV, Textos sobre saúde e trabalho UNL- Escola Nacional de Saúde Pública, Lisboa 2000- in www.ensp.unl.pt/graca/textos.
- Gonçalves, Iria
Imagens do Mundo Medieval, Edições Livros Horizonte, Lisboa, 1988
- Houaiss, António
Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Tomo I, Circulo dos Leitores, Lisboa 2002
- Houaiss, António
Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Tomo II, Circulo dos Leitores, Lisboa 2002
- Houaiss, António
Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Tomo IV, Circulo dos Leitores, Lisboa 2002
- Lobo, A de Sousa Silva Costa.
História da Sociedade em Portugal no século XV, prefácio de José Matoso, Edições rolim, Lisboa, 1984
- Marques, A. H. R. de Oliveira Marques.
A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana, ed. Sá da Costa, Lisboa 1964.
- Matoso, José
A Identidade Nacional, 4ª edição, Fundação Mário Soares, Gradiva, Publicações SA, Lisboa Out. 2008.
- Mendes, Carlos Alberto Santos.
Macedo de Cavaleiros, Cultura Património e Turismo, contributos para um programa integrado, Edições CMMC/ATQ, Minerva Transmontana, Vila Real, 2005
- Mendes, Carlos Santos.
Apostilas sobre a presença de D. João I, Nuno Álvares Pereira e Martim Gonçalves de Macedo em Castelões, Cadernos Terras Quentes, nº 6, Edições CMMC/ATQ, Macedo de Cavaleiros, 2009
- Mendonça, Manuela,
Cidades, Vilas e Aldeias de Portugal, Estudo de História Regional Portuguesa, Edições Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa, 1995
- Pereira, Maria Helena da Rocha
Obra Médica de Pedro Hispano, in Actas Universitatis Coninbrigensis, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1973.
- Santana, Maria Olinda Rodrigues.
Documentação foraleira Dionisina de Trás-os-Montes, Estudos e Ensaio UTAD, Ed. Colibri, Janeiro 2008, Lisboa
- Serrão, Joel e Marques, A.H. de Oliveira (direcção)
Nova História de Portugal – Portugal na crise dos séc. XIV-

XV, pág 53

Editorial Presença, Lisboa s.d.

Torga, Miguel

Comemorações do centenário do nascimento. Ed. Ministério da Cultura, Vila Real, 2007

Entradas electrónicas

www.fundacao-aljubarrota.pt; Foto 6: iluminura, refeição medieval

www.ensp.unl.pt/graca/textos. Hospitais e outros estabelecimentos assistenciais até ao final do século XV.

www.rotadoromanico.com; Marcas do Quotidiano nos monumentos funerários

Arcas, Corujas, Lombo, Murçós, Olmos, Soutelo Mourisco e Vilar do Monte - Sedes de freguesia ausentes nas inquirições de D. Afonso III e D. Dinis – Reflexões acerca da sua omissão

Rui Sousa

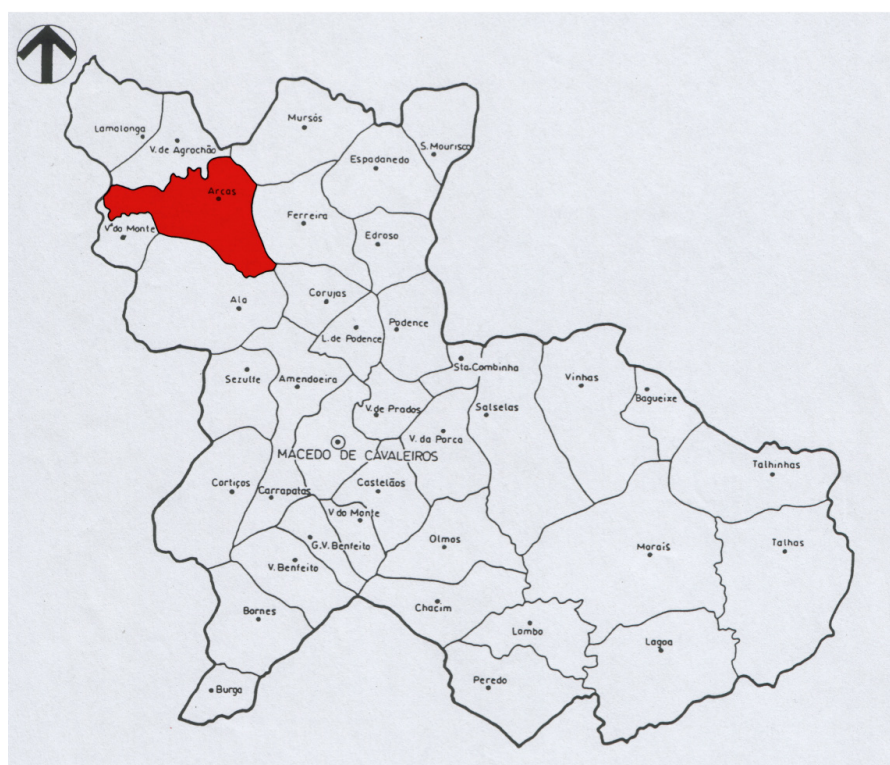


fig. 1 – Mapa do Concelho de Macedo de Cavaleiros

A conjuntura advinda do conturbado reinado de D. Sancho II, reflexo ainda das atribulações geradas pelo antecessor seu pai, D. Afonso II, culminou com a guerra civil 1245-1247 e, consequentemente, com a deposição do monarca cognominado de *O Capelo*. A substituição deste pelo seu irmão, D. Afonso III, congeminada a partir de influências geradas no seio da Igreja, liderada por Inocêncio IV, em conjugação com uma facção onde imperava um sector importante da Nobreza senhorial, foi um reflexo da incapacidade de D. Sancho II face às investidas de sectores importantes da sociedade de então, lideradas pelo Clero e pela Nobreza, que, sem oposição e indiscriminadamente, se apoderavam de bens reguengos. As usurpações e abusos cometidos ocasionaram a criação de monopólios territoriais, concentrando o poder nas mãos de um reduzido grupo de privilegiados. D. Afonso III, com o claro intuito de obstar à anarquia provinda dos seus antecessores e num evidente esforço de reposição dos direitos régios perante uma forma de oligarquia senhorial, através do reforço do poder régio, ordenou a realização de Inquirições em 1258. A novidade das mesmas, já que anteriormente D. Afonso II ordenara as de 1220, residiu no alargamento do âmbito territorial, incluindo o mesmo a área actualmente ocupada pelo concelho de Macedo de Cavaleiros. Algo semelhante se voltaria a verificar nas

Inquirições ordenadas por D. Dinis em 1290. A partir da compilação de informações geradas por este inquérito a uma selecção de habitantes de cada uma das freguesias de então, não só nos foi legado um precioso auxiliar na compreensão da história medieval, como também no entendimento do complexo desenho populacional através do qual se arquitectava a distribuição de aglomerados no actual concelho.

Sem menosprezar a inegável contribuição do Abade de Baçal, o qual, através da compilação constante nas suas “Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança”, trouxe luz à densidade da composição medieval do actual concelho, a publicação, em 2004, de “Macedo de Cavaleiros – Da Terra de Lampaças ao Concelho – Os forais e a sua época” de António Maria Balcão Vicente, constituiu um passo de indelével importância como contributo para a percepção do esboço territorial do qual sairia, mais de seis séculos após, o actual concelho de Macedo de Cavaleiros. Contudo, um pouco à semelhança de todos os estudos históricos e geográficos que versam sobre o tema, as observações incidem apenas, de forma que parece lógica, nas povoações mencionadas nas Inquirições, incluindo correspondências entre as mesmas com as actualmente existentes ou, em alternativa ou concomitantemente, com anotações aos aglome-

rados populacionais que, entretanto, se extinguíram por ausência de povoamento. Invertendo um pouco a lógica, e contrariando a “ordem estabelecida”, este estudo debruçar-se-á, não na percepção das povoações que constam das referidas Inquirições, mas, pelo contrário, na tentativa de compreender a ausência das que são omissas.

Esta tentativa basear-se-á na busca de enquadramento histórico e cronológico, dentro dos recursos disponíveis, das actuais povoações do concelho de Macedo de Cavaleiros que, aparentemente, não existiriam na abrangência temporal em que decorrem as Inquirições, procurando, em simultâneo, justificações que possam sustentar a sua ausência.

“A AUSÊNCIA DE PROVAS NÃO É PROVA DA SUA AUSÊNCIA”

Da constituição do concelho de Macedo de Cavaleiros fazem parte, na actualidade, 38 freguesias, através das quais se repartem as 67 povoações que desenham a distribuição populacional do concelho. No que concerne, de forma restrita, às povoações que constituem sede de freguesia, a leitura e posterior análise do constante nas Inquirições, torna indubitável que, 31 das mesmas já eram detentoras de existência no séc. XIII.

DENOMINAÇÕES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS ENCONTRADAS ENTRE 1258-1290

Nome actual			
Ala	Ala		
Amendoeira	Sam Nicolao	Damendoeira	Amendoeira
Bagueixe	Bagueixi	Bagrexi	Bagaixe; Bagueixe
Bornes	Sancte Marie de Bornes		
Burga	Burgaa		
Carrapatos	Sam Giraldo de Carapatas	Sancti Giralddj de Carrapatos	Carrapatos
Castelãos	Sancte Marie de Castelaos		
Chacim	Chasin	Sancte Columbe de Chasin	
Cortiços	Vallis de Cortisis	Sancti Nicolay de Valle de Cortisis	Valle de Cortisis
Edroso	Santa Maria de Hedroso	Sancte Marine de Idroso	
Espadanedo	Spadanedo	Sancti Michaelis de Spadanedo	
Ferreira	Santa Maria de Ferreira	Sancte Marie de Ferreyra	
Grijó	Ecclesie Sancte Marie Magdalene	Sancte Marie Magdellene de Ecclesiola	
Lagoa	Alagoa		
Lamalonga	Lama Longa		
Lamas	Santa Maria de Lamas	Sancte Marie de Lamis	Lamis
Macedo de Cav.	Sam Pedro de Maçaedo	Villar de Masaedo	
Morais	Moraes	Santandre de Moraes	Moraes
Peredo	Peredo	Villar de Peredo	
Podence	Santa Maria de Podenti	Sancte Marie de Podintj	Podincj; Pudincj
Salselas	Sam Lourenço de Salsselas	Sancti Laurecij de Salselas	Salsellas
Santa Combinha	Santi Giralddi de Santa Columba Nova		
Sesulfe	Sisulfi	Sancti Johannis de Sisulfi	Sisulfy
Talhas	Sam Miguel de Talhas	Villar de Taalas	Villar de Tealas
Talhinhas	Santa Maria de Talhiãs	Sancte Marie de Tealinas	Villar de Tealyãs
Vale Benfeito	Santa Maria de Val Bemfeyto	Sancte Marie de Valle Bene Facto	
Vale da Porca	Sancti Vicencij de Valle de Porcas		
Vale de Prados	Vallis de Prado	Vilarem de Prados	Valle de Pradis
Vilarinho Agrochão	Villarino (Agro Chano)		
Vilarinho do Monte	Villarino		
Vinhas	Villa de Vinas	Vinhaes	

As restantes 7 poderão ser divididas em dois grupos distintos. No primeiro deles, incluem-se as freguesias de Arcas, Corujas, Lombo, Olmos e Vilar do Monte, correspondendo às que não possuem qualquer tipo de referência directa nas Inquirições levadas a cabo no séc. XIII. O segundo grupo é composto por Murços e Soutelo Mourisco, par de freguesias em relação às quais, no entanto, é passível de inferência a sua existência através de nomenclaturas que, sendo distintas da sua actual designação, podem ser indutoras, com alguma segurança, de atribuição às actuais localidades.

Contudo, a inexistência de detecção das referidas povoações, actualmente sedes de freguesia, no rol constante das Inquirições, não possui equivalência na negação da sua existência à data em que as mesmas ocorreram. Ao efectuarem-se análises deste género não podem deixar de ser equacionadas as circunstâncias que poderão ter conduzido à omissão destes aglomerados populacionais, independentemente do seu tamanho à altura. Uma atenção especial deve ser, de igual forma, dedicada à conjuntura em que decorreram os inquéritos, marcada por uma época conturbada, como anteriormente referido. Por outro lado, convém ter presente que as condições de acesso eram as próprias de uma época em que as mesmas eram incipientes e arcaicas. Não desprezando, igualmente, os condicionamentos ao abrigo da inexistência de segurança, num ambiente marcado pelo medo advindo do poder exercido pelas classes dominantes, reflectido, entre outras coisas, pela negação de alguns prelados em prestarem as suas declarações. Como adiante poderá ser confirmado, algumas das povoações omissas tê-lo-ão sido por motivos que não será possível aclarar a uma distância de mais de sete séculos, já que a sua existência, à data das Inquirições, poderá ser atestada pelo recurso a outra documentação histórica proveniente, nalguns casos, de entidades exteriores ao poder régio, nomeadamente as eclesiásticas. Ainda assim, nos casos em que não é, de todo, possível aferir a existência por via documental, o recurso à toponímia, ao paralelismo com a ocorrência de designações semelhantes em âmbito territorial diverso ou a deduções provenientes do confirmado palimpsesto de assentamentos populacionais desde épocas que podem remontar à Idade do Ferro ou anteriores, permite conjecturar, com algum grau de certeza, que as actuais 38 sedes de freguesia do concelho de Macedo de Cavaleiros já existiriam, com bastante segurança, nos primeiros séculos da nacionalidade, ainda que, nalguns casos, de forma incipiente.

ARCAS

Vulgarmente, o vocábulo “arca” transmite-nos, quase de imediato, a ideia corroborada por diversos dicionários ou enciclopédias: “caixa de grandes dimensões” (cf. Grande Dicionário da Língua Portuguesa) ou “móvel de arrumação paralelepípedo cuja face superior é uma tampa móvel” (cf. Nova Enciclopédia Larousse).

Contudo, seria redutora a limitação a estes significados para justificar a existência de uma povoação com a designação “Arcas” no concelho de Macedo de Cavaleiros. Especialmente porque o topónimo não tem a sua limitação territorial ao concelho em questão. Para lá da sua difusão por quase todo o território nacional, o topónimo “Arcas” e seus derivados, encontram-se, de igual forma, difundidos por todo o território da Galiza (onde o expoente máximo é a possibilidade de a antiga designação de Santiago de Compostela ser Santiago de Arcas). Este topónimo possui, inclusive, extensão ao sul e sudeste da Península onde, na Andaluzia é possível verificar a existência de uma “Sierra de Arcas” e, na “Comunidad Valenciana”, de povoações com a designação de “Arcas” ou “Sinarcas”. Numa restrição ao território actualmente nacional, é ainda possível verificar que “Arca” ou “Arcas” não surgem, exclusivamente, de forma isolada, aparecendo, inúmeras vezes, associadas a outros vocábulos, como são exemplos, entre outros, os seguintes: Monte-de-Arcas, Pedra d’Arca, Arca d’Água, Chã de Arcas, Vale de Arca, Portela de Arca, Arca de Samigosa, Arcas de Susãs, Torre das Arcas. A partir desta proliferação toponímica, acrescida do fenómeno de associação a acidentes topográficos, é possível antever que a origem do topó-

nimo “arcas” residirá num outro significado que não o vulgarmente utilizado.

O Abade de Baçal, ao abrigo dos seus estudos toponímicos, avança com a hipótese que faz corresponder o vocábulo “arcas” a designações antigas atribuídas a monumentos funerários megalíticos, como antas ou mamoa, ou, alternativamente, a marcos divisórios cujas reminiscências se encontram no período de dominação romana da Península. Já no séc. XVIII, o Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, no seu *Elucidário*, faz corresponder o termo “arca” a “mamoas”.

De facto, os *Diplomata et Chartae*, contidos no *Portugaliae Monumenta Historica*, mencionam, nos diversos títulos de propriedade que aí constam, particularmente a partir do séc. IX, que as demarcações das propriedades são efectuadas *per suos terminos antiquos*. Algo semelhante se pode constatar na consulta às *Fontes Hispaniae Antiquae* ou à *España Sagrada*. As referências a limites antigos vêm, invariavelmente associadas a expressões como *petras fictas* ou *scriptas*, *terra tumeda* ou *archa petrinea*. Estas mesmas expressões remetem-nos para o *Liber Decimus, Titulus III (De terminis et limitibus)* do *Liber Iudiciorum sive Lex Visigothorum* que nos faculta a constatação de que, em casos de litígio sobre a propriedade se deveria recorrer aos marcos antigos, na forma, entre outras de “*aggeries terrae, sive archas*”. A partir destas referências, torna-se fácil a percepção, remetendo-nos de novo ao Grande Dicionário da Língua Portuguesa, da atribuição a “arca”, para além do significado vulgarizado actualmente, o de “em Roma, marco que, nos quadrilínios, se formava de quatro paredes”. Os marcos antigos referidos nas leis constantes do Código Visigótico serão, portanto, uma herança dos antecessores ocupantes do território ibérico, ou seja, os Romanos. De facto, para os Romanos, “arca” correspondia a um marco divisório, utilizado pelos agrimensores como delimitação territorial, em forma de uma caixa em quadrilátero, constituída por quatro paredes, recorrendo, talvez, por analogia, ao nome da técnica mencionada, no séc. I a.C. por Vitruvius, no seu “*De Architectura*”. Pela semelhança, detectada pelas populações, nestes marcos territoriais, com o formato dos monumentos megalíticos, não é difícil entender a atribuição da mesma nomenclatura aos dólmenes ou antas que, ainda hoje, subsistem na paisagem de algumas regiões. Por tal motivo, retornando ao já mencionado dicionário, o mesmo contém um outro significado para “arca”: “Monumento formado de uma pedra horizontal sobre outras, menores e verticais. Anta.”.



fig. 2 – Igreja Santa Catarina, matriz da freguesia de Arcas

É possível, face a esta primeira abordagem, atribuir a origem do topónimo “Arcas” a um significado de marco territorial ou, posteriormente, pelas já referidas semelhanças, a monumentos megalíticos na forma de antas. No caso particular em apreço, serão estas as mais que prováveis origens para justificar o aparecimento de uma povoação com o nome de Arcas. A primeira das hipóteses terá, a meu ver, mais viabilidade já que, apesar de a heráldica da freguesia de Arcas conter “*três dólmens de prata realçados de negro*”, a Arqueologia não pôde, até à data, confirmar vestígios da anterior existência de tais monumentos. Da literatura de âmbito geográfico, ao longo dos séculos, também não consta qualquer referência à existência de tais exemplares nas imediações da actual povoação. Contudo, nunca será de descartar a hipótese de a tradição oral, não registada noutras formas que não a própria tradição, tenha transmitido a prévia ocorrência de tais testemunhos da actividade humana no Neolítico/Calcolítico, entretanto desaparecidos pela voragem do tempo ou das próprias pessoas. Como referenciado em subtítulo, a ausência de provas, não é prova da sua ausência...

Os estudos toponímicos possuem o condão de abrir um variado leque de possibilidades. Ao abrigo dos mesmos, a atribuição do topónimo “Arcas” à mitologia grega surge como outra hipótese possível para sustentar a sua génese. Às já mencionadas “Arcas” e “Sinarcas” da província de Valência é atribuída uma origem no povo da Arcádia, região grega do Peloponeso, por derivação do semideus Arcas, filho de Zeus e da ninfa Callisto. Para lá da coincidência, parecendo-me viável, por motivos que se prendem com a própria história, a influência helénica na costa valenciana, não me soa que os cultos da mitologia grega possam ter chegado a um local recôndito do interior transmontano. Todavia, apesar de constituir uma hipótese remota, nada invalida que a invocação a uma figura mítica não possa ter ocorrido de facto. É comum a aparição de locais de culto católico onde, anteriormente, se elevavam cultos pagãos, sendo, contudo, mais vulgar a ocorrência de tais sobreposições em relação a santuários vocacionados a divindades de origem romana. Mas também é sabida a estreita ligação entre o panteão romano com o grego. De qualquer forma, uma vez mais a Arqueologia não comprova a preexistência de indícios que provem a validade desta hipótese. Uma última nota para o “Diccionario Etimológico de Pueblos y Apellidos de España” no qual consta a atribuição do significado de “lugar rochoso ou de onde se extrai bastante pedra” para “arcas”. Não é difícil justificar tal atribuição, sabendo-se que os marcos divisórios ou, ainda de forma mais evidente, os monumentos megalíticos, eram constituídos por pedras de razoáveis dimensões, reutilizadas, inúmeras vezes, em construções efectuadas após a sua destruição.

Abertas todas as hipóteses, a consulta à evolução etimológica de “arca” leva-nos à forma latina idêntica e à grega “arkos”. Os estudos etimológicos fazem derivar este vocábulo do celtibero *arko- / *arka-, os quais, por sua vez, têm origem na raiz Indoeuropeia *areq-, com o significado de proteger ou conter. Na presença do carácter evolutivo do vocábulo “arca”, não será muito arriscado avançar com a suposição de que o topónimo “Arcas” terá resultado de uma evolução a partir da nomenclatura dada pelos Romanos ao formato utilizado para demarcação territorial, sendo atribuída à posteriori, por analogia, a mesma designação às antas e, avançando temporalmente, ao significado que, actualmente, o vocábulo possui.

Se atentarmos num conjunto aleatório de evolução cronológica da presença de vocábulos associados a “arca”, verificamos que no Concílio de Lugo do ano 569, a propósito de delimitações, surge a expressão “*vel archarum confinia*”. Avançando no tempo, no ano 775 confrontamo-nos com “*...per alia petra ficta q. stat in montem super Tabulata per ipsa strata q. esclude terminas usq. In locum qui dicitur Arcas...*”; em 877, “*... inde per Petras fictas quae ab antiquo fuerunt constructae, & inde per viam quam dicunt de vereda quae discurrit de Bracara... & petras fictas usque Arcam sculptam in petra, & inde ad terminum de Petunes, & inde per aggeres, & arcas principales quae dividunt inter Dumio...*”; já em 897, “*...quos Priores nostri interposuerunt, et ageres terrae, sive archas...*”; Pelos exemplos dados se infere, facilmente, da vulgarização do termo

“arcas” como marco delimitador territorial. Este mesmo fenómeno, como já referido anteriormente, vulgariza-se, a partir do séc. IX nos inúmeros exemplos constantes dos *Diplomata et Chartae (Portugaliae Monumenta Historica)*. Ainda em pleno séc. XIV, numa Carta de D. Dinis datada de 1310, a propósito dos limites de Moncorvo e Mós, é referido “*... come vaj per par d’aquem de Dona e dessi aas arcas...*”. Para lá dos exemplos provenientes da atribuição do vocábulo a delimitações, em 1059 já é possível constatar a existência de uma “*uilla Arca*” e, nas próprias Inquirições, surge uma “*Archa*”.

Face ao exposto, não é difícil aventar a hipótese de que o local no qual se viria a erguer a actual povoação de Arcas tenha servido, em tempos remotos, de marco separador de freguesias ou delimitador de territórios, tendo adquirido a categoria de aglomerado populacional de alguma relevância num período posterior àquele em que decorreram as Inquirições. Esta hipótese tem fundamentação na já mencionada ausência de vestígios arqueológicos que apontem para a pré-existência no local de monumentos megalíticos, aliada ao facto da inexistência de qualquer tipo de referência na literatura a tal ocorrência. Por outro lado, contrariamente ao ocorrido noutras freguesias do concelho, a área actualmente abrangida pela freguesia das Arcas não possui registos arqueológicos relevantes que demonstrem a ocorrência de povoamento remoto, o que poderá excluir o nascimento de Arcas sobre qualquer assentamento populacional anterior. Podemos exceptuar daqui a referência constante na obra de Francisco Sande Lemos, que refere a existência de um “Castro de Mogrão”, com equivalência provável no povoado fortificado da Idade do Ferro referido na base de dados do IGESPAR com a designação de “Mogrão/Caúinha” e localizado, na mesma base de dados, como pertencente à freguesia de Ferreira. Ou ainda num outro povoado fortificado do mesmo período, que se terá prolongado pela época romana, designado por “Castrilhão”, que o Abade de Baçal atribui a Arcas, constando, porém, o mesmo na já mencionada base de dados como pertencendo a Vilarinho de Agrochão. Não obstante a ausência de provas que evidenciem um povoamento ancestral na actual localização de Arcas, o mesmo não é aplicável às freguesias limítrofes, particularmente as situadas em semelhante âmbito geográfico, como são os casos de Lamalonga ou Vilarinho de Agrochão, o que justifica a permanência de comunidades humanas na região desde tempos remotos. Na abrangência da primeira das freguesias são de realçar os vestígios da passagem da romanização, com particular evidência para os miliários existentes, bem como para testemunhos ainda presentes do que resta de vias romanas. Por fim, a povoação de Nozelos é a única das três constituintes da actual freguesia de Arcas a merecer referência nas já aludidas Inquirições. É às informações resultantes da história de “Sancte Marie de Nuzelos” que é possível ir beber dados adicionais, auxiliares na percepção do que terá sido a evolução da actual povoação de Arcas. Para lá das suposições advindas que abrem a possibilidade de Arcas poder já constituir um aglomerado populacional rudimentar por altura das Inquirições, fazendo parte, geograficamente, do que era mencionado como “*termho de Nuzellos*” e, como tal, incluída na abrangência das propriedades de que a Ordem do Hospital e Afonso Lopes de Baião eram detentores na vasta região noroeste do actual território concelhio macedense, a comprovação documental da existência efectiva da povoação remete-nos ao séc. XV e, consequentemente, ao reinado de D. Duarte. De facto, numa “Carta de Sentença sobre os foros e direitos do concelho de Nuzelos”, emitida em Porto de Mós e datada de 7 de Fevereiro de 1438, é mencionado um “*Braz Gonçalves, morador das Arcas, termo de Nuzellos*”. Ainda no mesmo século, em 30 de Maio de 1484, numa doação de D. João II a João Teixeira de Macedo, é mencionada “*Nozellos com a aldeias de Arcas, Vilarinho do Monte e Vilarinho de Agrochão*”. No final do mesmo século, no rascunho da nova carta de foral a ser atribuída a Nozelos (que não se viria a efectivar), é descrito que “*...porquanto os moradores do dito lugar de Nuzellos e das Arcas e Vilarinho d’Agrochão...*”. Deste conjunto de exemplos se depreende que, em termos efectivos e comprovados documental-mente, a povoação de Arcas só assumirá tal posição em pleno séc. XV, não servindo, contudo, tais factos de prova para a sua inexistên-

cia em período anterior. No entanto, as probabilidades apontam para a verificação dessa ausência em termos de aglomerado populacional, podendo, contudo, conjecturar-se sobre a prévia existência na actual localização de algum assentamento na forma de quinta ou pequeno vilarejo, aproveitando as condições edafoclimáticas da região ou, em alternativa, a presumível posição de separação de termos territoriais. Outros factos paralelos poderiam servir de argumentação em defesa do surgimento de Arcas em período posterior às Inquirições. Para lá da já referida ausência no rol de povoações mencionadas nas Inquirições, a omissão é extensível à carta de foro que D. Dinis concede, a 1 de Abril de 1284, aos moradores de Nozelos. Sem desvalorizar em demasia a evidência dos factos, não é de desprezar a suposição que uma leitura alternativa do texto do documento pode despertar. Não é de todo ilógico que nos *“hominibus moratoribus de Nuzelus et suis terminis et de locis suis”* ou, mais adiante, nos *“...allis locis de circa Nuzelos et terminos suos...”* possam já estar, eventualmente, incluídos moradores de Arcas. Uma avaliação atenta permite detectar a utilização do plural em referência aos locais de Nozelos. Na mesma carta de foro é especificado um carácter de excepção relativamente ao *“vilarejo que iaz sobre Nuzelus”*, o qual, pela proximidade e posição geográfica, se deduz com facilidade que corresponda ao actual Vilarinho do Monte. Desta observação pode excluir-se esta povoação dos *“locis”* a que faz referência o documento. Por extrapolação a partir de documentos posteriores, os locais pertencentes a Nozelos seriam, para além de Vilarinho do Monte, o de Agrochão e Arcas. Na eventualidade de Arcas ainda não existir à data da carta de foro, haveria necessidade de mencionar *“locis”*? Pela já explicada exclusão de Vilarinho do Monte deste conjunto, não seria suficiente fazer menção ao outro Vilarinho do termo de Nozelos, sendo redundante a utilização do termo *“locis”*? O mesmo só encontrará justificação na existência de, pelo menos, mais uma povoação na jurisdição de Nozelos. Na ausência de outras referências, é lícito inferir que a mesma se trataria já de Arcas, ainda que com uma importância reduzida e, como tal, secundária em relação a Nozelos e às outras duas povoações. Esta secundarização, a crer na possibilidade de Arcas já existir como tal, encontra eco na inexistência de igreja na dita povoação por alturas de 1320/21, período do qual resulta o “Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros do Reino de Portugal”. Um factor mais é acrescentado a este papel de reduzido relevo quando se atenta no orago de Arcas. Ao percorrer as Inquirições relativas ao distrito de Bragança uma particularidade salta à vista: a enormíssima percentagem de oragos provenientes do universo de santos. Dos restantes, de invocação a santas, assume particular relevância a proeminência de “Sancta Marie”. No entanto, outras há merecedoras do culto das povoações, como são exemplos Santa Eulália, Santa Eufémia ou Santa Comba. A atribuição da protecção de uma povoação a uma entidade divina ou caracterizada com santidade obedece não só à necessária canonização por parte da Igreja Católica, mas também a um fenómeno que se verifica possuir uma tendência regional e cronológica, tal a repetição de santos ou santas que é possível verificar na atribuição de oragos nas diversas povoações mencionadas ao longo das Inquirições, dentro do âmbito territorial do actual distrito de Bragança. Ora, o orago de Arcas é Santa Catarina. Numa leitura aos oragos constantes das Inquirições, Santa Catarina está omissa, não coexistindo com as santas anteriormente mencionadas. Este facto é denunciador da erecção tardia de igreja em Arcas e, consequentemente, da já aludida pretensão menor importância da povoação relativamente às suas congéneres da área abrangida por Nozelos e seus termos. No que respeita especificamente à sua posição perante Nozelos, a mesma foi-se mantendo ao longo dos séculos. Em finais do séc. XVII, segundo o “Promptuario das Terras de Portugal”, “a villa de Nuzellos tem os seguintes lugares: Arcas, Villarinho de Agrochão e Villarinho do Monte”. Em 1706, já é feita menção à existência de “Igreja Parochial de invocação de Santa Catharina” sendo que “o parochio he cura da apresentação do Abade de Nuzelos”. Esta secundarização, não obstante os dados de evolução populacional apontarem para um crescimento de Arcas face à sede concelhia, subsistirá até meados do séc. XIX, altura em que o

concelho de Nozelos é extinto e a povoação de Arcas lhe retira o lugar como sede de freguesia, facto que persiste até à actualidade.

Em jeito de síntese, os dados disponíveis indiciam a existência de Arcas na época em que as Inquirições decorreram, ainda que com um papel subalterno em termos de agregado populacional. É seguro que a mesma tem existência efectiva a partir, pelo menos, da primeira metade do séc. XV. A ausência de vestígios arqueológicos relacionados com monumentos megalíticos, em conjugação com a extensa utilização do vocábulo “arca” e seus derivados como delimitadores territoriais, desde o tempo de permanência dos Romanos até, pelo menos, ao séc. XIV, podem levantar legítimas dúvidas sobre a heráldica apresentada para a freguesia de Arcas.

CORUJAS

À semelhança de Arcas, também Corujas está ausente do rol constante das Inquirições. A limitação à percepção dessa ausência transportar-nos-ia à redução a uma avaliação da eventual evolução histórico-temporal da actual povoação, desleixando factores que podem assumir especial preponderância para a compreensão histórica da freguesia. Ainda à semelhança de Arcas, o topónimo desta



Fig 3 – Imagem (pintura sobre madeira) de Santo Tiago existente na Igreja de Santo Tiago, matriz de Corujas

povoação não oferece, aparentemente, dificuldades transcendentais, já que é um vocábulo perfeitamente entendível no Português corrente e, consequentemente, detentor de uma aparente facilidade de sinonímia. Quedando-nos pelo facilitismo de fazer corresponder a toponímia ao mundo ornitológico, não seria hercúlea a tarefa. A

própria heráldica da freguesia de Corujas remete-nos para o já citado mundo ornitológico, por apresentar “*quatro corujas de prata*” no seu brasão. Não é de espantar tal fenómeno já que, na fauna do Nordeste Transmontano, é vulgar a detecção de aves da ordem das Strigiformes, particularmente as das Famílias *Tytonidae* (*Tyto alba*, a coruja-das-torres) e *Strigidae* (*Strix aluco*, a coruja-do-mato e *Athene noctua*, o mocho-galego).

Acresce que, em território português, é comum a existência de topónimos “coruja” e seus derivados: Corujas, Corujal, Corujido, Corujeira, Corugeiras, Corugeiro ou Corujo. É de salientar o fenómeno da vulgarização da alternância entre as letras “o” e “u”, bem como a da letra “g” com o “j”, surgindo, apenas a título exemplificativo, as formas “Corujeira”, “Curujeira”, “Corugeira” e “Curugeira”. Existe ainda uma freguesia de Torres Novas com o nome de Alcorochel, a qual ostenta uma coruja no seu brasão, justificada toponimicamente por constituir um sinónimo árabe para a referida ave, e a vila de Coruche que, de igual forma apresenta duas corujas na sua heráldica, apesar das reservas levantadas relativamente à associação.

Fora do âmbito territorial nacional, é possível detectar uma proliferação semelhante em Espanha, restringindo-se aqui a área de dispersão, no entanto, às Comunidades Autónomas da Galiza e das Astúrias, onde são abundantes exemplos como “Las Curuxas”, “Coruxas”, “Coruxeira”, “Coruxeyra”, “Curuxeira”, “Curuxeyra”, “La Curuxona”, “Curuxeo”, “El Curuxiu” ou “La Coruxera”.

Na presença deste desfile de topónimos associados, naturalmente de forma primária, a uma ave, poderiam dar-se por encerradas as tentativas de justificação para a origem de Corujas. Contudo...

Fora da abrangência das duas setentrionais Comunidades Autónomas espanholas, o designativo para a ave em questão não é “coruja” ou “coruxa”, mas sim, em castelhano, “lechuza”. Olhando para a proliferação de um pretenso zootopónimo numa abrangência territorial que não se restringe à região norte de Portugal, estendendo-se para latitudes mais meridionais, acrescida de idêntico fenómeno na Galiza e nas Astúrias, seria com toda a naturalidade que deveríamos verificar uma distribuição com grande amplitude, pelo resto da península, de topónimos derivados de “lechuza”. No entanto, tal não se verifica, isto se exceptuarmos a existência de uma “La Lechuza” na Gran Canaria. Numa tentativa de uma melhor compreensão desta ausência, foi feita uma extrapolação para o mundo hispanófono, verificando-se um reduzido número de exemplos, como o são duas “La Lechuza”, respectivamente, na Argentina e no Chile, e idêntico número de “Las Lechuzas”, uma nas Honduras e outra no México, o que comprova a quase inexistência de tradição na utilização do zootopónimo em causa. Se extravasarmos esta análise ao restante mundo latino, não se encontram exemplares em Itália e poderão detectar-se, de forma muito remota, alguns poucos exemplos em França. Sendo o vocábulo mais vulgar para designar “coruja”, em Francês, “hibou”, as “homenagens” de índole toponímica à ave nocturna só são passíveis de detecção em Caouënnec e Chavan ou Chavanne. No primeiro dos casos fazendo derivar a provável atribuição à forma bretã para designar “coruja”, ou seja, “kaouen”. No segundo, adaptando o nome alternativo, na Língua Francesa, para coruja-do-mato, “chat-huant”. Dada a quantidade de topónimos derivados de “coruja” ou “coruxa” nas áreas já referenciadas, soa a ilógica a completa omissão no restante território peninsular, bem como nas regiões com as quais partilhámos a língua-mãe, particularmente porque a área de dispersão das aves Strigiformes não fica limitada à faixa peninsular ocidental. O ilogismo não permanece, no entanto, nesta aparente limitação geográfica de topónimos derivados de “coruja”. Dentro do território abrangido pelos mesmos há designativos em locais não identificados como habitat de corujas e em relação aos quais não há registos de que em algum período o tenham sido, particularmente os que respeitam à forma mais difundida, “Corujeira”. Segundo Viterbo, no seu Elucidário, “Curujeira” corresponderia a um “pardieiro, povoação vil, sítio penhascoso e só próprio para criar corujas”. Ora, na verdade, esta descrição não corresponde à localização da povoação de Corujas. Tal como não tem correspondência em bastantes

“Corujeiras”, situadas em zonas baixas e planas e rodeadas, bem proximamente, de outros aglomerados populacionais (basta pensar nas que se situam no Ribatejo).

Por outro lado, este significado que associa as “Corujeiras” com locais inóspitos, deixando antever um sentido depreciativo para a coruja, é incompatível com a imagem de sabedoria que, desde o mundo clássico, vinha em associação com esta ave. Convém relembrar que a deusa grega da sabedoria e da justiça, Athena, possuía como símbolo uma coruja. A “gláuks” (coruja em grego) é frequente, como imagem, nas cunhagens de moeda desde o séc. VI a.C., o que atesta as características superiores que lhe eram atribuídas. Posteriormente, o panteão romano apresenta Minerva, a equivalente de Athena, associada, de igual forma à sabedoria e tendo como símbolo uma ave da mesma família da coruja. Contudo, o carácter iminentemente nocturno desta ave haveria de ser, já em período cristão, o veículo para a criação de lendas em seu redor, como a de rapinar o azeite das lamparinas acesas, durante a noite, no interior das igrejas (a verdade é que rapinava, sim, os insectos que se abeiravam da luz). Estes factores, aliados à mentalidade medieval, haveriam de criar a imagem que ainda hoje vigora relativamente à coruja, como ave de mau agouro. A conjugação dos hábitos nocturnos, com as lendas e com o habitat destas aves, associado a locais ermos e penhascos (ainda que tal não corresponda inteiramente à verdade), terá sido a base para a transformação de conceitos e para o significado constante no Elucidário. Acresce que a justificação para tal atribuição reside numa passagem da Crónica de D. João I relatando um facto do séc. XIV, em relação ao qual ocorre a adjectivação de Gibraltar como “curugeira”. A julgar correcta esta apreciação, seria expectável a extensão da mesma às designações geográficas que aparecem, um século antes, nas Inquirições de 1258, nas formas de “Curugeira”, “Corugeira”, “Curugeiro” e “Curugera”. Recuando ainda mais temporalmente, o termo mais antigo com afinidades em relação aos expostos provém de um documento do Mosteiro de Celanova, datado de 1063, onde é mencionada uma povoação de nome “Corugiario”. Posteriormente, em 1085, num outro documento proveniente do Mosteiro de Arouca, surge-nos “Curugios” para, já no século seguinte, concretamente em 1152, nos depararmos com um “Curugio” num documento de Afonso VII. Já com Afonso IX nos aparece na documentação um “Corugium”, em 1227. Ainda no século XIII, na compilação dos milagres de S. Pedro Telmo, mandada efectuar pelo Bispo Egídio de Tuy, entre o rol de testemunhos vêm declarados “Petrus Petri de Corugio”, “Petrus Mariola” e “Major Laurentii”, ambos de “Curugio”. Não desvalorizando o Frei Joaquim Viterbo, não parece de todo aceitável que as povoações cuja toponímia deriva, pretensamente, de “coruja”, se situem em locais pouco prazenteiros, não invalidando, contudo, a eventual derivação a partir da ave nocturna. Estudos recentes sobre a toponímia Asturiana corroboram, de alguma forma, esta evolução, quando sugerem que a mais provável origem da nomenclatura do rol de povoações já mencionadas residirá no vocábulo do baixo-latim, “corugia”, que teria dado “coruxa”. Ainda que, etimologicamente, não seja tarefa fácil obter explicação plausível para a nomenclatura de uma ave que, em latim era designada por “noctua” e em grego, como já mencionado, por “gláuks”, a evolução de “coruja” a partir de “corugia” não levantaria grandes obstáculos. Porém, os Glossários de Latim da Idade Média mostram outra face, apontando que o termo “corugia” é uma corrupção de “corrigia”, cujo significado pode ser “tira, cordão ou correia”, “cíngulo” ou... “faixa de terreno”. Os exemplos em documentos medievais abundam: entre outros, “...concedo ecclesiae...duas marchas auri et duas Corugias auri et unam argenti...” ; “...pro una Corrigia de auro et argento pró Domino...” ; “...quae est quase duae Corrigiae de terra, una juxta aliam conjuncta...”.

Este dado vem, sem dúvida, abrir uma nova possibilidade de interpretação toponímica. Se lhe acrescentarmos que, no ano de 1228, nos surge um D. Heidenricus Corugia como signatário de um reconhecimento de propriedade em território actualmente alemão, afastado, portanto, dos limites da região onde imperam os topónimos derivados de “coruja”; e ainda, igualmente fora desses limites,



Fig 4 – Pia, Igreja matriz de Corujas

o facto de a actual cidade de Correggio, situada em Itália na província de Reggio-Emilia, cuja etimologia deriva de “corrigia” mas que surge documentada, em época medieval, como “Corigio” e “Corugio”; ficamos na presença de legítimas dúvidas acerca da origem do zootopónimo “coruja”, limitado, em território ibérico, à longa faixa atlântica que se abre desde a Galiza ao sul de Portugal.

Às anteriores observações podem ainda acrescentar-se aquelas que apresentam características de homofonia e que abrem ainda mais o leque de possibilidades. A começar pela existência, na Língua Portuguesa de um vocábulo com pronúncia igual ao “coruxo” asturiano e galego: “corucho”, um termo que pode designar a parte mais alta das árvores ou, como regionalismo, a croça (ou palhoça, capa tradicional feita de palha ou colmo, usada pelos camponeses para se resguardarem da chuva). Para lá da coincidência e do facto de a croça (ou corucho), substituída em situações solenes pela capa de burel, constituir uma indumentária que faz parte da etnografia transmontana, esta associação reside apenas, e a meu ver, numa curiosidade que permite atestar as possibilidades da toponímia e do surgimento de nomenclaturas à mesma associada. Mais arrojada que esta possibilidade é, pelo mesmo fenómeno de semelhança fonética, avançar com a possibilidade de os topónimos derivados de “coruja” ou “coruxa” possuírem alguma correspondência com “Carouge” e outros topónimos do centro europeu legados pelos designativos da rede viária romana, nomeadamente, o “quadruvium” (cruzamento de duas estradas ou vias importantes) do qual derivam.

Independentemente das conjecturas que possam advir do exposto, é um facto que os designativos potencialmente derivados de coruja ocorrem, pelo menos, a partir do virar do primeiro milénio da Era Cristã. É, de igual forma, inquestionável que as Inquirições não fazem referência a Corujas. Contudo, o foral de Ervedosa, dado por D. Dinis a 5 de Julho de 1288 faz menção à existência de uma “Curujas”. Nas especificações dos limites geográficos constantes do documento, surge “...e de sy por esse cerro dantre Penas Juntas e Curujas...”. Não é possível determinar se esta anotação se refere à Corujas aqui tratada, pelo enquadramento geográfico. Contudo, não há outras hipóteses toponímicas que a associem a uma localização distinta. Por outro lado, os primeiros documentos que fazem referência específica à actual povoação de Corujas são provenientes do Mosteiro de Castro de Avelãs e, consequentemente, da Arquidiocese de Braga. Na primeira relação de aldeias na posse dos Beneditinos, datada de 1319, não surge o nome de Corujas. Este facto torna-se,

de alguma forma, irrelevante, a partir da constatação de que Lamas também dessa lista não faz parte. Lamas já tinha existência comprovada por alturas das Inquirições, no entanto, os monges só eram aí detentores de cinco casais, não sendo donatários de toda a aldeia, o que pode justificar plenamente a omissão. Será necessário esperar pelo séc. XV para, num documento de 8 de Julho de 1435, onde constam as decisões de D. Duarte sobre as possessões de Castro de Avelãs, vir mencionado: “...havia em Lamas sette cazaas, e em Crastelos hum cazal, e em Curujas outro...”. Já em 1462 surge um documento de confirmação do abade e reitor de “Santa Maria de Lamas e Curujas com sua anexa Santiago”. A grafia utilizada em ambos os documentos (Curujas) remete-nos para a coincidência de idêntica utilização no anteriormente mencionado foral de Ervedosa. Ao longo dos séculos, se exceptuarmos a forma como a povoação é designada no início do séc. XVIII (Santiago de Crujas), passou-se, paulatinamente, da forma “Curujas” para “Corujas”, particularmente a partir do séc. XVI. Em face disto, pode supor-se que, no período em que decorreram as Inquirições de 1258 (trinta anos antes do foral de Ervedosa), já existiria uma povoação no local onde hoje se localiza Corujas ou, em última instância, nas suas imediações. Anteriormente já existiria, contudo, um outro assentamento populacional, tal como se poderá inferir dos relatos da existência de um anterior aglomerado denominado Guimbrias. Os registos para a sua existência encontram eco na lenda que refere que a povoação teria sido abandonada devido a uma incursão muçulmana. Tal a invasão de lendas que povoa o imaginário popular transmontano, dada a ausência de provas arqueológicas e de registos escritos que mencionem a existência do topónimo “Guimbrias” no cadastro da freguesia, não seria de relevar a provável existência de um ancestral povoado. Contudo, no séc. XVIII é mencionada a reedificação da actual Capela de Santo Amaro, situada a noroeste da aldeia, a qual, à data, se situaria, segundo o documento guardado no “Museu Regional de Bragança”, na Quinta das Quimeras, Guimbras ou Gimaras (ao longo do documento a designação surge de três formas distintas). As “Memórias Paroquiais” corroboram esta informação, referindo a existência de “...hua Capella de Santo Amaro sita em hua quinta arruindada que se chama as Gimbras...”. Num outro documento com a mesma proveniência, do século anterior, é anotada a existência de diversos moradores na referida Quinta. Não fosse o topónimo associado, “Guimbrias”, “Guimbras” ou “Gimbrias” não passaria de mais uma povoação morta a acrescentar à lista das que, comprovadamente, já existiram no concelho de Macedo de Cavaleiros e, entretanto, se extinguíram. Todavia, este topónimo remete-nos para o período anterior à própria nacionalidade, dada a sua associação antroponímica ao nome Wímaro ou Vímara, o mesmo que daria origem ao nome Guimarães. A partir deste dado é possível aferir a quase certa existência de um agregado populacional bastante remoto em Corujas, dada a sua proveniência num antroponímico de origem germânica.

Face ao exposto, é legítimo questionar a aparentemente óbvia justificação para a toponímia de Corujas, bem como o é em relação ao apuramento da antiguidade da povoação ou de uma eventual antecessora. A conjugação de dados poderá apontar para a origem do topónimo “Corujas” a partir de factores externos ao universo da ornitologia, assim como a ausência da povoação das Inquirições poderá não significar a sua inexistência, ainda que mantendo um carácter de sufragânea da vizinha povoação de Lamas, pelo menos até ao séc. XVIII.

LOMBO E OLMOS

Na mesma senda das povoações anteriores, omissas das Inquirições, Lombo encontra-se, igualmente, ausente. Contudo, e uma vez mais, este predicado não é sinónimo da sua inexistência como aglomerado populacional no séc. XIII.

O vocábulo “lombo”, com proveniência no latim “*lumbus*”, à semelhança de outros existentes na Língua Portuguesa, possui significados múltiplos. Destacam-se os que se relacionam com a anatomia, possua a mesma vínculo com a morfologia humana ou com o restan-

te mundo dos vertebrados, e os que, em sentido figurativo, associam esta designação a acidentes topográficos. Os documentos históricos reflectem a primeira das opções desde o período que antecede a efectivação da nacionalidade, como é exemplo o foral concedido por D. Teresa à Vila de Ferreira das Aves, em 1126: “...de venado qui mortuo fuerit in peia, aut in baraza, uno **lombo**; de porco, quatuor costas; de urso, una manu...”. Tal designativo se mantém, já em período posterior, como é visível no foral de Moimenta da Serra, em 1189: “...corça **lonbo**... ceruo **lonbo**...”. Com significado distinto nos surge o mesmo vocábulo, num privilégio de Afonso II das Astúrias concedido à Igreja de “S. Maria de Valle-Posita” no ano 804: “...de Piniella **lombo** usque summum Pozos...”. Ou ainda, nas Inquirições de Afonso III de Portugal: “...que os vales de Cheeyras assi como uay ao **lonbo** de Cervade...”. A crer no clérigo que elaborou as respostas ao questionário que haveriam de constituir as “Memórias Paroquiais de 1758”, respeitantes à freguesia de Lombo, a atribuição da nomenclatura à actual povoação sede de freguesia do concelho de Macedo de Cavaleiros deve-se a que a mesma “Está situada em hum Lombo, de cujo original tomou o seu apelido...”. Nada de transcendente, atendendo à proliferação de topónimos da mesma família, quer em Portugal, quer na vizinha Espanha. No território continental, apenas a título exemplificativo, podemos detectar “Lombo d’Égua”, “Lombo do Muro”, uma “Ilha do Lombo” em plena Albufeira de Castelo de Bode ou, inclusive, uma “Capela do Senhor do Lombo” na Vila de Pampilhosa. Este fenómeno é extensível às Regiões Autónomas, particularmente à da Madeira, onde abundam topónimos em que marca presença o vocábulo “lombo”, como são exemplos, “Lombo do Facho”, “Lombo do Foro” ou “Lombo da Atouguia”. Ainda dentro do território continental é comum o surgimento de vocábulos familiares, como “Lomba” ou “Lombada”, sendo o primeiro bastante vulgar em terras transmontanas, particularmente no que ao concelho de Vinhais e às “Terras de Lomba” diz respeito. Esta existência torna-se extensível a território espanhol, onde é possível atestar a ocorrência, entre muitos outros, de “Lombo del Berezal”, “Santibañez de La Lomba”, “A Lomba” ou “San Miguel de Lomba”. Pelo exposto, bem como pela própria situação geográfica, não se revela uma tarefa particularmente difícil o entendimento do topónimo “lombo” aplicado à actual freguesia. Numa restrição ao território confinante com a mesma, já o foral concedido por D. Dinis a “Crasto Viçente de Balsamon”, em 3 de Dezembro de 1305, nos é dado a saber que, da delimitação dos seus termos, consta “...e dali pelo **lonbo** acima de Montemel...”, o que corrobora a extensa utilização da expressão “lombo”, na sua dupla variante, com “n” ou “m”, com significado orográfico. No entanto, a toponímia, ainda que concordante com a posição geográfica, não nos aclara sobre a existência ou, pelo contrário, sobre a inexistência, da povoação de Lombo por altura das Inquirições. A dissipação da dúvida surgir-nos-á já no decorrer do séc. XIV quando, a propósito das usurpações intentadas pelo Infante João Afonso, filho bastardo do Rei D. Dinis, entre as aldeias “filhadas”, nos aparece “Lombo”, o que atesta a sua existência, com toda a certeza, em 1319, ou seja, cerca de 60 anos transcorridos desde as Inquirições de D. Afonso III, ou 30 desde as do próprio D. Dinis. Não saindo do universo das suposições, não é de crer que a povoação não detivesse já uma existência anterior. Não desprezando, obviamente, os dados que apontam para a sua posição de subalternidade perante a pujança apresentada por São Cristóvão (Malta), Santa Comba de Chacim e Santo André de Morais, as únicas da região incluídas no Catálogo das Igrejas de 1320, como contribuidoras para o décimo das rendas eclesiásticas do reino, ao abrigo da Bula Apostolice Sedis concedida por João XXII a D. Dinis, como auxílio na luta marítima contra os mouros. Obviamente, exclui-se do papel de contribuidora efectiva a Igreja de S. Cristóvão, integrada como estava no universo de rendimentos da Ordem do Hospital. É ainda de relevar a já clara existência das vizinhas Peredo e Lagoa, bem como da vila de Castro Vicente, dentro de cujo alfoz se incluía o território de Lombo. Não esquecendo “Balsamão” e “Paxõ”, cuja existência é relembra, na actualidade, respectivamente, pela existência do Convento Mariano de Balsemão e pelo Cabeço da Paixão.

Na mesma abrangência geográfica, encontramos, na actualidade,



fig. 4 – Imaginária da Igreja Matriz do Lombo

a freguesia de Olmos. Ainda que separada em termos fronteiriços da vizinha Lombo, esteve umbilicalmente ligada à mesma no final do século XIX, quando uma reorganização territorial provocou a anexação da segunda pela primeira. Daí, também, a inclusão de ambas as freguesias no mesmo apartado.

Tal como para Lombo, a sinonímia de Olmos não apresenta dificuldades de maior. De facto, olmo (do latim *ulmu*) é o nome genérico de várias espécies do género *Ulmus*, cuja designação pode, alternativamente ocorrer sob a forma de ulmeiro. Trata-se de uma espécie autóctone do continente europeu, ocorrendo em território português uma maior incidência da espécie nativa da Península Ibérica, *Ulmus minor*.

A utilização do vocábulo “olmos” como topónimo ocorre desde épocas recuadas. No documento atribuído ao rei visigodo Vamba (marcado pela suspeita de apócrifo), datado da Era 704 (ano 666), relativo à divisão dos termos das dioceses, no apartado referente a “Portucalle”, surge a passagem “...de **Olmos** ate Sola...”. Já no séc. XII, no *Chronicon Regum Legionensium*, na parte respeitante a Afonso VI e na listagem das terras conquistadas aos mouros surge um “**Olmos**” para, na *Chronica Adefonsi Imperatoris*, referente ao mesmo século nos depararmos com “...fregit muros de Magerit et de Talauera et de **Olmos**...”. Estas passagens atestam a frequência da utilização do fito-topónimo, facto comprovado na actualidade pela ocorrência na toponímia, particularmente em território espanhol, de “Olma”, “Olmos”, “Los Olmos” ou “Olmeda”.

À semelhança de Lombo, a primeira documentação relativa à real existência de Olmos acontece no já mencionado documento do início do séc. XIV relativo às usurpações do Infante João Afonso, no qual surge mencionada a aldeia de Olmos. Pela proximidade temporal com as Inquirições, e decorrendo este litígio no reinado de D. Dinis, é legítimo inferir, como já foi adiantado em relação à povoação de Lombo,

a existência da povoação de Olmos já no decorrer do séc. XIII. A ser assim, o que terá conduzido à sua omissão nas referidas Inquirições?

Como já referido anteriormente, o reinado de D. Sancho II foi marcado por convulsões internas, um pouco à semelhança do sucedido com o seu antecessor, D. Afonso II. No que respeita particularmente a Trás-os-Montes, as mesmas tiveram reflexo no quase total alheamento destes dois monarcas em relação à região mais a nordeste do território. Este facto conduziu a um interregno de quase meio século de “abandono” pelo poder real, desde que, em 1187 foi concedido foral a Bragança por D. Sancho I, ou quando, em finais do século, o monarca incluí no seu itinerário régio Mirandela, Chacim e Bragança. Este longo período originou o desenho territorial marcado pela concentração de propriedade num reduzidíssimo conjunto de Nobres e de Instituições do Clero, reflectido nas Inquirições levadas a cabo nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis. Ao tempo do reinado do primeiro destes monarcas, o território correspondente ao actual concelho de Macedo de Cavaleiros não fugia à regra. No que respeita, de forma restrita, à área abrangida pelas actuais freguesias de Lombo e Olmos, não sendo possível determinar com precisão em que senhorio se incluíam, a análise ao que ocorria nas freguesias limítrofes permite levantar algumas suposições legítimas.

Como já foi observado, a propósito da Bula Apostolice Sedis, S. Cristóvão (Malta) incluía-se nas propriedades da Ordem do Hospital. Esta antiga freguesia encontra-se, no presente, anexa à freguesia de Olmos. Não será despropositado assumir, pela posição geográfica, que os Hospitalários fossem, de igual forma em 1258, detentores da área abrangente onde, presumivelmente, já existia um assentamento populacional que, ou já tomara a designação de Olmos, ou viria a tomá-la mais tarde. Se considerarmos que nas freguesias de Morais e Salselas, imediatamente a leste e fronteiras de Olmos, a mesma Ordem do Hospital era detentora de bens, não custará admitir a suposição avançada. Considerando ainda que as Inquirições tinham como objectivo repor os direitos régios usurpados no decorrer dos anteriores reinados, não é descabido admitir a ocorrência de omissões propositadas, com o intuito de salvaguardar as “conquistas” territoriais.

Uma observação ao mapa do actual concelho de Macedo de Cavaleiros, e à configuração territorial que assume a distribuição das actuais freguesias, permite verificar que entre as que aqui são retratadas (Olmos e Lombo) se encontra encravada a freguesia de Chacim, que inclui a área onde hoje se implanta o Convento de Balsemão onde, à data das Inquirições, existia a povoação de “*Balsamõ*”. Esta freguesia, com uma história antiquíssima e com registo de nomenclatura assegurado, como referido anteriormente, desde o reinado de D. Sancho I, tinha, entre os seus detentores, a família Cogominho. O expoente dos seus representantes, Fernão Fernandes Cogominho, para lá dos títulos de Senhor de Chaves e Alcaide-Mor de Coimbra, era um dos membros do novíssimo Conselho do Rei, sendo, simultaneamente, um dos privados de D. Afonso III. Ainda que os objectivos de D. Afonso III se centrassem na reposição de direitos régios, não é de crer que as suas investidas provocassem dano na estirpe Cogominho. À semelhança, aliás, do ocorrido na região noroeste do actual concelho, onde a família Baião, também ela intocável através de Afonso Lopes, possuía bens, fruto primário da sua passagem pela Tenência de Bragança entre 1248 e 1253, antes de lhe ser atribuída a das Terras de Sousa e, posteriormente, ter agregado ainda a de Ribaminho. No entanto, o expoente máximo das usurpações e abusos territoriais reside, precisamente, na família de Chacim.

Martim Pires, pelo seu casamento com uma filha bastarda de Nuno Pires de Bragança, membro dos Braganções, a família transmontana mais poderosa do início da nacionalidade, tomou o nome da povoação da qual recebeu Honra, ou seja, Chacim. Entre os frutos deste matrimónio saíria Nuno Martins de Chacim, o grande senhor das terras de Bragança, das quais assumiu a Tenência entre 1265 e 1284. As suas usurpações, ao abrigo de representante da estirpe Bragança, permitiram-lhe granjear poder e relações privilegiadas, não apenas com a Nobreza e Cavaleiros-Vilãos, mas também com o Clero, particularmente com os Beneditinos de Castro de Avelãs, grandes proprietários no território actualmente ocupado pelo distrito de Bragança, e mos-

teiro do qual os Braganções eram os patronos. Como corolário desta ascensão, Nuno Martins de Chacim foi o primeiro a ocupar o cargo de Meirinho-Mor no reinado de D. Afonso III, entre 1261 e 1276. Tendo sido o aio de D. Dinis, tal facto permitir-lhe-á manter a sua posição na corte através do cargo de Mordomo-Mor entre 1279 e 1284. Na presença destes factos, o referido relativamente aos Cogominho e aos Baião terá ainda mais impacto no que aos Chacim diz respeito. A sua vasta lista de propriedades seria, por esta altura, inexpugnável, já que D. Afonso III não iria violar os direitos adquiridos (ainda que por meios ilícitos) pelo seu Meirinho-Mor nem, posteriormente, D. Dinis o faria em relação ao seu Mordomo-Mor.

Será irreal supor que, dentro desta vasta abrangência territorial, não se incluíssem os vizinhos territórios onde estariam implantados Olmos e Lombo? E que os mesmos fossem, propositadamente, omitidos nas Inquirições? Não deixa também de ser revelador que sejam parcas as referências às freguesias mais a sul, Peredo e Lagoa, confrontantes com Lombo. Uma outra questão se levanta, no entanto: porquê esta proeminência de Chacim relativamente às freguesias de idêntico âmbito geográfico, visível na omissão de Olmos e Lombo



Fig 5 – Parte retabular da Igreja de S. Antão, Matriz dos Olmos

nas Inquirições e na quase imperceptibilidade de Peredo ou Lagoa?

A tentativa de resposta a esta questão conduz-nos a uma incursão a períodos bastante anteriores à existência da própria nacionalidade. A área onde se implanta actualmente a freguesia de Chacim possui vestígios arqueológicos de assentamentos humanos desde, pelo menos, a Idade do Ferro, prosseguindo pelo período Romano até à Idade Média. O mesmo se aplica à vizinha freguesia de Olmos, e particularmente à aldeia de Malta, de onde provém, inclusive, uma das marcas de excelência da passagem do povo Zoela pela região, a ara votiva ao “*Deo Aerno*”. Já no que respeita a Lombo, não há, por enquanto, notícia de registos de vestígios arqueológicos. Na vizinha Peredo, os registos limitam-se a uma única localização, e para além de escassos, não permitem atribuir-lhes um período cronológico. Nesta longa faixa territorial, no sul do actual concelho, só voltamos a encontrar vestígios de assentamentos populacionais na actual freguesia de Lagoa, nas imediações do rio Sabor. Desta pequena apreciação se apreende que, desde tempos imemoriais, o território compreendido pelas actuais freguesias de Chacim e Olmos foi detentor de características indutoras de povoamento ancestral.

O recurso às disciplinas auxiliares da História permite ainda retirar outras ilações. Algumas das quais nos dão permissão para terminar com alguns mitos e, em simultâneo, trazer clareza para o entendimento de uma região e das particularidades que contribuíram para que a mesma tenha assumido relevância em relação a territórios limítrofes. Uma rápida observação à toponímia, permite verificar que, na região



Fig. 6 – Brasão d'armas de Nuno Martins de Chacim, coevo das Inquirições

em apreço predominam fitotopónimos, como sejam Olmos, Peredo ou Morais, existindo um hidrónimo, Lagoa, e um toponónimo, Lombo. Não sendo muito reveladores, não dão acesso à possibilidade de derivação a partir de anteriores “villas” romanas ou da passagem dos germanos por estas terras, facto que permite concluir tratarem-se de povoações com provável génese no repovoamento levado a cabo pelo processo vulgarmente chamado de Reconquista. Quanto a Balsemão e Chacim, se em relação ao primeiro, a lenda o faz derivar da conjugação de “bálsamo na mão”, ao segundo vem sendo atribuída a origem num zootopónimo, fazendo derivar o termo “chacim” da nomenclatura do Português arcaico para “porco”, reforçando este significado com o timbre usado na heráldica dos Chacins. A atribuição da conotação suína como significado para “chacim” ocorreu no final do séc. XIX, por via do “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” de Cândido de Figueiredo. É um facto que a novidade representada por tal tem vindo a ser seguida por todos os dicionários que se lhe seguiram. É também um facto que o pioneirismo representado pela original atribuição não teve a companhia da respectiva abonação. Posteriores estudos sustentam a familiaridade do vocábulo “chacim” com “cochino”, uma palavra portuguesa herdada do castelhano, ou com o francês “cochon”. O termo “cochon” tem a sua vulgarização a partir do séc. XIII, particularmente nas Línguas Galo-Românicas faladas na região setentrional francesa, onde designa, contudo, o porco juvenil, ou seja, o leitão. A etimologia de ambos os termos é incerta, não sendo possível detectar a sua génese nos idiomas que mais contribuíram para as actuais línguas latinas. Existe a possibilidade de uma derivação onomatopéica, a partir da forma “cocho”, utilizada, presumivelmente, como chamamento do animal (esta forma ou derivação semelhante, é utilizada em Trás-os-Montes no chamamento, no entanto, de seres caninos). De realçar que os documentos medievais portugueses utilizam já a forma “porco”, como é visível no já citado foral concedido por D. Teresa à vila de Ferreira das Aves. Particularmente, não negando a utilização do termo “chacim”, a verdade é que não me foi possível detectar a sua existência, dentro do universo de documentação medieval percorrida, para lá da sua ligação geográfica à povoação de Chacim ou como nominativo da família dos Chacins. Relativamente a esta família, parece-me bizarro que, tal a proeminência que atinge nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis e tal a forma como se assume como herdeira da estirpe dos Braganções, persistisse na utilização de um apelido associado ao porco, por muito que o dito animal nos proporcione iguarias. Mas, obviamente, que esta última abordagem não passa do universo da subjectividade.

Menos subjectiva é a eliminação de “chacim” como zootopónimo e a sua transformação em antropónimo, o que servirá para atestar a já mencionada proeminência da povoação de Chacim na região aqui considerada, nomeadamente em período Romano. Uma observação ao acervo de epígrafes funerárias provenientes de Conímbriga, permite verificar na sua leitura, entre outras, “... Valéria Flacina, falecida aos 23 anos, Flacino o pai...”. Já no Museu do Fundão se encontra a epígrafe onde se lê “...a Flacino, filho de Flaco...”. O nome Flacino, interpretação do equivalente latino *Flaccinus*, o qual, por sua vez, é uma das representações evolutivas de *Flaccus*, é um nome vulgar no

mundo romano. Esta vulgarização possui extensão em épocas posteriores, sendo o expoente máximo a existência de um Bispo de Oviedo, no início do séc. X, de nome Flacinus. Este conjunto de observações tem como objectivo fundamentar a atrás mencionada eliminação de um zootopónimo como génese da povoação Chacim. Esta terá sido, antes, uma “*villa Flaccini*”, ou seja, a “quinta de Flacino”. A evolução de “Flaccini” a “Chacim” não oferece grandes dificuldades. A transformação do conjunto “FL” em “CH” é vulgar na passagem da forma latina para o português, bastando pensar em Chaves ou Chama, vocábulos com origem em “*Flaviae*” ou “*Flamulla*”. A evolução do restante vocábulo é por demais óbvia, atendendo à natural evolução de *-inus*, por via do genitivo *-ini*, para a terminação *-im*, em Português. Contudo, a toponímia não limita a existência de “villas” romanas na actual freguesia de Chacim à sua sede. Contrariando a lenda de mouros associada ao Monte Carrascal, ou do Caramouro, o local onde hoje se ergue um convento e onde existiu um anterior assentamento populacional de nome “*Balsamô*”, conforme retratado nas Inquirições e em documentos posteriores, como é exemplo o já mencionado foral de “*Crasto Viçente de Balsamon*”, terá tido origem, com reservas, numa “*villa Balsami*”. À semelhança de *Flaccinus*, os nomes *Balsamius* (CIL, III, 8571), *Balsamaeus* (CII, I, 656), *Balsamonis* (CIL, VIII, 12331), *Barsamis* (CIL, II, 3130) ou *Balsamo* (CIL, XIII, 10024), abundam em inscrições e na literatura. A história religiosa regista a existência de *Saint Balsemius* (St. Baussange ou Balseme), um diácono mártir, perseguido no séc. V pelos Vândalos.

As reservas levantadas relativamente à “*villa Balsamii*” residem na distinção visível em relação à origem do nome *Flaccinus*, já que este se restringe ao étimo latino *Flaccus*, como já referido. No caso particular de *Balsamius* e das restantes derivações, é apontada uma origem grega a partir de *Balsamus*, prosseguindo para a raiz *-blsm* de origem púnica ou semítica, tendo seguimento, no período pós-romano na raiz gótica *balths*, com o significado de “*audax, fidens, fortis*” (aquele que é audaz, fiel e forte), gerando nomes germânicos como *Balsimius*, *Balsmus*, *Balsimia*, *Balsemia*, *Balsmund* e *Balsoidis*. A arqueologia prova a ocorrência de assentamentos populacionais em Balsemão desde a Idade do Ferro, prosseguindo por época Romana, até à Idade Média. A conjugação de factores, aliada à lenda que persiste sobre uma eventual ocupação árabe, não deixa grande margem de manobra para avançar com a génese da nomenclatura de Balsemão. Derivará a mesma de uma “villa” romana ou da permanência de um “*audax, fidens, fortis*” dos germanos? Olhando para a ocorrência de topónimos semelhantes no norte de África, terá fundamento a lenda na existência de algum emir de nome “*Balsamon*”?

Para baralhar um pouco os dados, um dos documentos que tem gerado mais controvérsia é o *Parochiale Sueuum* e a sua relação de dioceses e paróquias cristãs-hispânicas do séc. VI. De entre as constantes na constituição da Diocese de Braga, algumas referem-se a antigas paróquias existentes em território transmontano. Se parece haver consenso em relação à atribuição de *Pannonias* às Terras de Pannóias (Vila Real), de *Laetera* às Terras de Ledra (Mirandela/Macedo de Cavaleiros) ou de *Brigantia* a terras de Bragança (Castro de Avelãs/Bragança), o mesmo não acontece relativamente às presumíveis paróquias transmontanas *Astiatico*, *Auneco* e *Tureco*. Centremo-nos nesta última...

Tureco, vigésima terceira paróquia *in pago* da Diocese de Braga tem constituído fonte de controvérsias. Almeida Fernandes remete a localização deste *pagus* para a área abrangida pelas terras de Chacim. Por sua vez, Jorge de Alarcão contraria esta localização, apontando-a com maior probabilidade mais para sul, para a antiga terra dos *Banienses*, levantando a hipótese de a mesma se tratar, inclusive, da sua própria capital (talvez na extinta Santa Cruz da Vilariça). Baseia-se o insigne autor na ocorrência de toponímia a partir da raiz *Tur-* em território *Baniense* (apesar de, como o próprio refere, o mesmo ser extensível a outras regiões). Acrescenta ainda duas inscrições a partir das quais, por teonímia e antroponímia da mesma raiz *tur-*, para fazer tal correspondência.

No reinado do Visigodo Sisebuto (séc. VII), já em período, portanto, posterior à passagem dos Suevos, existiu uma cunhagem de

moeda em localização identificada como *Turico* e, ainda que podendo gerar alguma margem para dúvidas, provavelmente a *Tureco* dos Suevos (basta lembrar que a *Laetera* dos Suevos não perdeu a importância durante a hegemonia dos Visigodos, existindo aí cunhagens de moeda). Retomando a raiz *Tur-* mencionada por Jorge de Alarcão... Em Irlandês antigo e moderno, assim como em Gaélico Escocês, a palavra para designar porco-montês ou javali é *torc*. Trata-se de um vocábulo com evolução a partir, precisamente da raiz *Tur-* ou *Tor-*. De facto, a palavra *torc* provém do antigo celta **torcos* ou **turicos*! *Turico*... *Tureco*... Esta conclusão, mesmo que geradora de polémica, terá alguma ligação à comprovada existência da cultura dos berrões na área abrangida pelos Zoelas, pelos Banienses e pelos Vetões? E, dúvida suprema, estaria mesmo *Tureco* na área de Chacim, originando o tão propalado timbre das armas dos Chacins? Será *Tureco* a justificação para a existência, como provincianismo transmontano, tal como é mencionado nos dicionários, do termo *reco* para designar os suínos? E será um outro provincianismo transmontano, *larego*, uma corrupção da forma *Tarego* com a qual é designada, em alguma literatura, *Tureco*? A verdade é que, em relação a ambos os termos, não existe qualquer proposta de etimologia.

Pelo exposto, talvez seja possível entender a hegemonia geográfica, ao longo dos séculos, de Chacim e, porque não, também de Balsemão. A percepção da sua antiguidade, bem como do polémico derrube dos mitos às mesmas associadas, permitirá, com alguma amplitude, justificar as ausências de Lombo e Olmos nas Inquirições, bem como avançar com a hipótese de as mesmas já terem existência ao tempo em que as mesmas decorreram.

MURÇÓS

Se há freguesia, aparentemente ausente das Inquirições, que se revela como um quase insolúvel desafio etimológico e toponímico, Murçós é uma delas. Não pela ausência em si, mas pelo leque de possibilidades que se abrem a partir da proliferação de literatura que versa, se não exclusivamente acerca deste topónimo, sobre nomenclaturas de mesmo âmbito fonético, ainda que, lexicalmente, não comprovadamente familiares. Particularmente a que respeita à meridional cidade espanhola de Murcia ou à bem vizinha Murça. Não desprezando, como adiante se verá, pelas semelhanças detectadas, povoações como Mouçós, Bouçoães, Bouçó ou Bouçós.

Porém, previamente a qualquer avanço na tentativa de apurar uma origem para a proveniência da nomenclatura, faça-se um breve recuo no tempo. Os vestígios arqueológicos na freguesia de Murçós revelam a presença de povoamento desde, pelo menos, a ocupação romana. Assim o comprova o “Cabeço”, um pequeno povoado fortificado no qual, para lá dos vestígios de uma linha amuralhada, foi possível, à superfície, encontrar objectos de cunho romano, como restos de materiais de construção, nomeadamente tegulas, bem como cerâmica, particularmente sigillata. Reza a tradição que, neste local, terá aparecido um sino de ouro e um tesouro, frutos mais que prováveis do imaginário das populações criadoras de lendas. Não será de estranhar o aparecimento destes testemunhos de presença romana nas imediações de Murçós, região que se caracteriza, até tempos bem recentes, ou seja, meados dos anos 70 do século passado, pela actividade mineira. As Minas do Vale Escuro, das quais se extraía, essencialmente, estanho e volfrâmio, tiveram um papel de actividade económica preponderante na área em questão. De tempos mais recuados será, seguramente, a Mina de Vale Grande, em relação à qual surge associada a extracção de ouro, não sendo, no entanto, possível estabelecer uma cronologia para a sua exploração, por limitações de acessibilidade à pretensa entrada da galeria. Pela já anteriormente mencionada importância da actividade mineira para os Romanos, não custa a crer na exploração, desde tempos remotos, das potencialidades do subsolo da região de Murçós e, consequentemente, do seu efectivo povoamento. Existe ainda menção à existência de vestígios de exploração mineira no sítio de Ferradal. Coincidentemente, nas Inquirições levadas a cabo no reinado de D. Afonso III é feita referência a um “*locus qui vocatur ferradal*”. Será curioso verificar que

o topónimo Ferradal se encontra presente na freguesia de Murçós. Contudo, na área geográfica abrangida pelo actual concelho de Macedo de Cavaleiros, o mesmo é extensível às freguesias de Talhinhas, Vale de Prados e Podence. Uma leitura mais atenta da passagem das referidas Inquirições conduz-nos, todavia, pela associação a “*vallis de Aziveiro*” e a “*homines de podincj*”, a um mais que provável enquadramento geográfico na última das freguesias sem, contudo, constituir uma leitura definitiva. Ainda que com as evidentes reservas, é perfeitamente aceitável a ocorrência de assentamentos humanos na área abrangida pela actual freguesia de Murçós desde a época romana. Contudo, as referências efectivas à génese da actual povoação são praticamente nulas. É provável que, à semelhança de situações equiparadas, a mesma tenha tido derivação em prévios aglomerados que, com o decorrer do tempo, terão evoluído, deslocando-se até à actual situação geográfica. Na presença desta constatação, e na ausência de outros vestígios arqueológicos que atestem a antiguidade de Murçós, recorra-se ao apoio prestado pelas disciplinas auxiliares da História, de forma a trazer alguma luz sobre a mesma. Como já referido anteriormente, subsiste uma inquestionável similitude fonética entre Murçós, Murcia e Murça.

Abra-se o leque de possibilidades... Não descartando por completo a possibilidade, porque nestas situações nada é definitivo, a atribuição toponímica a uma origem árabe parece infundada e fruto, uma vez mais, do imaginário popular, quando, na ausência de explicações plausíveis, povoou a tradição com conexões mouriscas. Todavia, as afinidades com o antropónimo “Muça” são por demais evidentes. Terá sido a partir deste pressuposto que à cidade do levante espanhol foi, durante décadas, atribuída uma origem árabe. Contudo, escavações levadas a cabo nos últimos anos revelaram os vestígios romanos de Myrtea, nas proximidades de Murcia, cidade que terá sido a abastecedora da conhecida Cartagena. A posterior presença árabe mais não terá feito que adaptar o anterior nome de proveniência latina. Mantém-se a discussão acerca da original derivação do topónimo, surgindo a possibilidade de um fitotopónimo com raiz na murta (*Myrtus L.*), ou seja, Murcia seria uma terra onde proliferaria a forma arbustiva, atendendo aos seus designativos antigos de *Myrtea* ou *Murtea*. Por outro lado, a forma alternativa *Murtia* poderá levantar a suspeita de um antropónimo de origem latina, a partir do nome *Murtius*, vulgar na época da romanização. Desta forma, Murcia seria



fig. 7 – Igreja de S. Lourenço, Matriz da Freguesia de Murçós

a *villa de Murtius*. Não saindo ainda da abrangência romana, o nome Murcia era, de igual forma, aplicado a uma divindade romana, na alternativa forma de Vénus. Constituindo uma remota hipótese, não deverá deixar de ser considerada. Extrapolando para a micro-região do concelho macedense, e atendendo ao já referenciado povoado romano do “Cabeço”, qualquer uma das hipóteses seria perfeitamente viável. Murçós, como diminutivo de Murça ou Murcia, atestado pela terminação em *-ós*, característica de uma anterior forma em *-olas* ou *-olus*, sufixos latinos designativos de “pequenez” ou “tamanho diminuto”, à semelhança de “*ecclesiola*”, forma inicial da evolução até “Grijó”, ou seja, “pequena igreja”. Teríamos, assim, uma pequena terra onde proliferariam murtas ou, alternativamente, uma povoação de tamanho diminuto fundada por alguém de nome Murtius. Contudo, em pleno séc. XIX, duas anotações podem retirar alguma validade ao enunciado anteriormente. Pinho Leal, no seu “Portugal Antigo e Moderno”, na entrada correspondente a “Murçós” remete-nos para “Mouçós”, na qual podemos ler “...*freguesia, Traz-os-Montes, antiga comarca e concelho de Chacim, e actual comarca e concelho de Macedo de Cavaleiros... Tinha, em 1757, 40 fogos. Orago S. Lourenço, martyr... esta freguesia já não existe, por estar unida à dita freguesia de Castellões...*”. No mesmo século, a “Corografia Portuguesa” refere a existência de “S. Lourenço de Muços”. Recuando um século, o manuscrito correspondente às “Memórias Paroquiais” refere o “*Lugar de Muzos*” ou, alternativamente, “*Muços*”. Levando o recuo até ao séc. XVII, ainda num manuscrito, referido como “*Promptuario das Terras de Portugal*”, surge-nos “*Mussos*” como pertencendo ao termo de Bragança. Não é difícil, perante estes dados, particularmente o retirado das “Memórias Paroquiais”, elaborados pelo prelado da povoação, alguém que, *in loco*, conhecia a sua designação, avançar com a hipótese de uma corrupção do topónimo inicial, tendo o designativo Murçós surgido já em pleno séc. XX, em última instância, em finais do séc. XIX. Aceitando como válida a ausência da letra “R” até ao séc. XX, acrescida da constatação de que os documentos medievais relativos a Murça a designam, alternadamente, como “Muça” ou “Mussa”, conduz-nos, com relativa facilidade, à busca de alternativas que excluam as prováveis justificações para a génese do nome “Murçós”.

A primeira delas reside na probabilidade de um antropónimo de origem germânica *muss*, derivado da forma gótica *mōds*, com significado latino *animus* (espírito, energia, coragem, paixão), evoluída para *moda*, em cujas imensas variáveis surge *mozo*, da qual, por sua vez, derivam *mooz*, *motz*, *mutze*, *mütze* e o já mencionado *muss*. De forma que parecerá óbvia, esta será sempre uma opção com uma elevada percentagem de arrojo, contrabalançada, porém, pela acumulação de antropónimos germânicos em todo o distrito de Bragança, com extensão ao território do actual concelho de Macedo de Cavaleiros, testemunhos da passagem de Suevos e Visigodos pela região.

Uma outra pode ser buscada retomando Pinho Leal, mesmo que assumindo uma validade relativa para a probabilidade de “Murçós” poder ter uma anterior designação de “Mouçós”, idêntica, aliás, à freguesia do mesmo nome do concelho de Vila Real. Considerando, ainda, a semelhança entre a já referida forma “Muços” com “Mouçós”, recuperando os textos das Inquirições e recuando até às levadas a cabo no reinado de D. Afonso II, em 1220, verificamos que a actual freguesia de Mouçós surge de três formas distintas: *Boucoos*, *Baucoos* e *Bouzoos*. Quase quatro décadas depois, nas correspondentes ao reinado de D. Afonso III, o “B” inicial sofre a transformação em “M”, aparecendo-nos como *Mouzoos*, para, nas mandadas tirar por D. Dinis, já surgir como *Mouçoos*. Relevando ainda o facto de nestas mesmas Inquirições, a povoação de Bouçoães, do concelho de Valpaços, surgir com a forma de *Bouzoos*, com grafia igual a uma das alternativas para Mouçós, no referente às inquirições de 1220, deparamo-nos com a séria hipótese de o original nome da freguesia de Murçós poder pertencer à alargada família de topónimos derivados do vocábulo “bouça”. O mesmo é extensível a todo o norte e centro de Portugal, a começar pelo vizinho concelho de Mirandela, passando por toda a região transmontana, duriense e minhota, alcançando, de igual forma as regiões da Beira Interior, bem como a re-

gião mais setentrional da Galiza, onde perdura na forma de “Bouza”. Observando a zona onde se implanta, actualmente, a povoação de Murçós, não é descabida a atribuição, atendendo ao significado de bouça como terreno inculto ou onde existe mato. É um facto que, em época medieval, se procedeu a arroteamentos de forma a conquistar terrenos cultiváveis, podendo enquadrar-se a actual localização de Murçós nesse âmbito.

Não desprezando o leque de possibilidades abertas anteriormente passíveis de justificação da existência de uma povoação que haveria de tomar o definitivo nome de Murçós, uma outra se abre ao percorrer as Inquirições de D. Dinis. Aquando do inquérito levado a cabo na “*freguesia de Santa Maria de Ferreira*”, para lá da própria “*aldeya que chamam ferreira*”, aparece a “*aldeya que chamam spadanedo*”, bem como ainda uma outra “*aldeya que chamam de monçoaões*”. Uma rápida observação à distribuição das actuais povoações nesta área geográfica faculta a coerente hipótese de “*monçoaões*” corresponder à actual Murçós, parecendo não existir controvérsia em relação a Ferreira e Espadanedo. A distância relativa entre as três povoações, formando um triângulo, fá-las distar pouco mais de 6 km umas das outras. O topónimo “*monçoaões*” é uma evolução da forma latina “*montianus*” (latim bárbaro, no dizer de Leite de Vasconcellos), ou seja, “relativo ao monte”. De facto, a actual Murçós localiza-se numa região de relevo bastante irregular, nas faldas da Serra da Nogueira, em altitudes médias que variam dos 600 aos 800 metros, o que corresponde, de forma absoluta, à toponímia atribuída. Realce para o facto de “*montianus*” servir, de igual forma, como nome ou, na forma como actualmente o usamos, de apelido, alternando com a forma “*montanus*” (*Caius Pompius Montianus*; *Caius Iulius Montianus*). Apesar de não ser recorrente a forma nominativa, é de registar a possibilidade, ainda que bastante remota, de “*monçoaões*” representar um antropónimo. Assumindo como bastante válida esta forma como clara designação arcaica da actual Murçós, não só pelo significado perfeitamente enquadável geograficamente, mas também pelas poucas dificuldades que oferece a evolução de “*monçoaões*”, passando por “*mussos*”, “*muços*” (é de recordar o processo inverso ocorrido com Bouçoães, evoluído a partir de Bouzoos), até chegar à forma definitiva actualmente conhecida, ficará clara a existência de Murçós, pelo menos, em finais do séc. XIII, altura em que decorreram as Inquirições de D. Dinis.

SOUTELO MOURISCO

Se existe um inconfundível rasto de uma pretensa presença moura por bandas transmontanas, o mesmo encontra-se nas proximidades da serra da Nogueira. Contudo, a tal corresponder à verdade, pareceria uma incongruência a ausência explícita de Soutelo Mourisco nos textos das Inquirições. Outros factores terão conduzido a tal porque, como se verá, a povoação em referência possuirá uma ancestralidade que a remeterá, com bastante probabilidade, para períodos anteriores ao decorrente das próprias Inquirições.

Assumindo, por enquanto, como válida a mencionada ausência, efectue-se um pequeno recuo na história. Se exceptuarmos a imprecisão relativa à presumível existência de um monumento megalítico, pela referência ao “Cabeço da Anta”, o povoamento na região onde se enquadra geograficamente Soutelo Mourisco está comprovada desde, pelo menos, a Idade do Ferro. Tal facto é atestado pela existência de vestígios arqueológicos de povoados fortificados, a começar pela “Terronha”, na actual freguesia, ou na “Pena Mourisca”, limite com a vizinha freguesia de Espadanedo. Nesta mesma freguesia, a continuidade de povoamento, já em período romano, é visível nos vestígios da “Vila dos Mouros”. Será desta presença a herança toponímica da freguesia de Soutelo Mourisco, ainda que adulterada no seu original nome a partir do séc. XX. De uma forma muito genérica, a divisão romana era constituída, considerando tal a partir do aglomerado populacional, *polis*, por *ager*, o campo ou as terras cultiváveis, *saltus*, bosque para pastagens e *silva*, monte para corte e abastecimento de lenha. É precisamente à penúltima das mesmas que se vai encontrar a génese para o vocábulo “soutelo”, a partir do latim vulgar “*saltellus*”,



Fig. 8 e 9 – Igreja de S. Miguel, matriz da freguesia de Soutelo Mourisco

diminutivo do já referido “*saltus*”. Contrariamente ao vulgarmente utilizado na actualidade, um soto não se restringe, exclusivamente, a um nome colectivo designador de um conjunto de castanheiros. Essa adopção deu-se a partir do nome genérico para qualquer agrupamento de árvores da mesma família, a partir da designação latina para bosque. De facto, ainda é possível utilizar expressões como “soto de carvalhos”, isto é, bosque maioritariamente constituído por exemplares do género *Quercus*.

Na presença desta evolução a partir do latim vulgar fica a saber-se que o nome da actual povoação possui reminiscências no legado romano, não equivalendo o mesmo a qualquer afirmação inequívoca de que Soutelo Mourisco possuía a sua origem num qualquer assentamento populacional romano, bem como não o faz relativamente a qualquer peremptória negação para tal hipótese. Como referenciado anteriormente, o actual nome da freguesia sofreu evolução ao longo do tempo, sofrendo uma corrupção através da amputação de um termo da designação original. Se recuarmos até meados do séc. XVIII, e se nos detivermos nas “Memórias Paroquiais”, verificamos que o nome da freguesia surge como “Soutelo da Pena Mourisca”, acompanhado da anotação de que o seu anterior nome era “Soutelo da Penha Mourisca”. No segundo dos constituintes da nomenclatura, “Penha”, ou na respectiva evolução para “Pena”, é possível detectar uma influência mais do legado romano. Penha, ou Pena, derivam, por via do castelhano *peña*, do latim *pinna*, com o significado de rocha ou rochedo. Assistimos, portanto, à criação de um topónimo com marcadas influências latinas, isto se exceptuarmos o vocábulo final, o qual, ainda que filologicamente derivado do latim, assume, de forma clara, uma conotação com a passagem de outro povo pelo actual Portugal, posterior à romanização. Pelo exposto, encontraremos o actual Soutelo Mourisco em presumível anterior localização de um bosque que se situaria nas imediações do rochedo que, provavelmente pelas lendas associadas ao imaginário, tomou a designação de mourisco.

Contudo, não terá sido sempre esta a designação do povoado. Ainda que o mesmo se encontre, aparentemente, omissa no texto das Inquirições, é um facto documentado que a povoação já existia em finais do séc. XIII, atestado pelo acordo de 1287 entre o arcebispado de Braga e o Mosteiro de Castro de Avelãs no qual, na listagem das povoações sobre as quais o Mosteiro possui direitos, surge “*Sancti Michaelis de Soutello*”. Algo corroborado em 1319, onde Soutelo surge na comprovação, por parte de D. Dinis, de direitos do Arcebispado de Braga.

Não descurando os já enunciados factores condicionantes, decorrentes do período em que decorreram as Inquirições, nomeadamente

no que aos acessos e distâncias relativas diz respeito, não será de estranhar a omissão aqui tratada. Constituindo Soutelo uma das aldeias sobre as quais o Mosteiro de Castro de Avelãs detinha direitos, não espantará, à semelhança de situações análogas, a tentativa de preservação de direitos por parte dos monges beneditinos.

Uma análise mais detalhada ao texto das Inquirições revela-nos a existência de um rol de povoações centradas, geograficamente, no actual território concelhio e que, entretanto, se extinguíram. Se para algumas das mesmas é possível, por documentação proveniente de séculos posteriores, atribuir-lhes uma localização aproximada, outras há que por enquadramento geográfico ou semelhanças fonéticas, à semelhança do anteriormente explanado para “*monçoaões*”, com provável atribuição a Murçós, poderão ser atribuíveis a actuais povoações sobreviventes. É o caso da passagem que refere “*villar qui vocatur pena chaque*”. Não existindo, na actualidade, nenhuma povoação no concelho de Macedo de Cavaleiros cuja nomenclatura se aproxime do designativo “*villar de pena chaque*” e atendendo à anterior designação de Soutelo Mourisco a qual, como já mencionado, incluía o vocábulo “Pena”, permite reflectir sobre a coincidência. Por outro lado, a passagem aqui referida surge, nas Inquirições, imediatamente a seguir a observações acerca do “*villar de Boyzendo*”, designação que parece não oferecer dúvidas acerca da sua atribuição à actual Bousende. Pelo mesmo âmbito geográfico em que Bousende e Soutelo Mourisco se incluem, não será infundada a suspeita de que “*pena chaque*” possa ter constituído uma antiga designação para a segunda das povoações. Contudo, não se revela tarefa fácil efectuar a correspondência entre essa presumível anterior designação e a actual, ainda que também não o seja relativamente à atribuição a qualquer outro aglomerado populacional. De facto, trata-se de uma menção isolada, não se repetindo em qualquer posterior documento. Pessoalmente, apesar das probabilidades de despovoamento posterior à realização das Inquirições de D. Afonso III, algo comum nesta época e constantemente verificado pelo poder real, não creio nesta opção. E não creio porque, comprovadamente, como já demonstrado, “*Sancti Michaelis de Soutello*” existiria cerca de 30 anos após a realização destas Inquirições. A ser assim, e caso a sua origem tivesse ocorrido apenas posteriormente às mesmas, seria lógico que o mesmo surgisse mencionado nas Inquirições de D. Dinis. A realidade é que nas mesmas não aparecem reflectidos “*pena chaque*” nem “*Soutello*”. No documento do séc. XIV anteriormente referido, a povoação aparece já com a designação de “*Soutello da Pena Mourisca*”. Terá sido uma forma de o diferenciar da “*villa de Soutelo que est in terra de vinaes*” e na qual o Arcebispado de Braga detinha, de igual forma, direitos?

Terá “*Sancti Michaelis de Soutello*” evoluído para “*Soutello da Pena Mourisca*” através da incorporação de um dos vocábulos da presumível anterior designação, “*pena*”? Não é difícil conjecturar nesse sentido. Porém, resta o “*chaque*”, completamente descontextualizado deste processo evolutivo. Trata-se de um vocábulo de origem obscura, apesar das evidentes semelhanças com um dos muitos provincianismos transmontanos, neste caso particular, “*chaquiço*” ou “*chaquiça*”, termos utilizados para designar a “parte inferior das estevas, giestas e outras plantas, a qual compreende a raiz e parte do caule” ou, em alternativa, “árvore pequena, que se desenvolve pouco”. Em ambos os casos, com uma conotação de acendalhas ou material combustível de apoio à criação de uma fogueira. Sendo a sua origem uma incógnita, poder-se-á detectar neste vocábulo uma corrupção de “*chamiço*”, com o mesmo significado. Estaria o “*villar de pena chaque*” situado nas cercanias de um rochedo onde proliferavam estevas, giestas ou arbustos? Seria a partir da presença arbustiva, eventualmente associada a pastagens que derivaria, posteriormente, a evolução para Soutelo? Não é improvável que assim possa ter acontecido.

Uma outra alternativa abre-se com a possibilidade de, à semelhança do já explanado para Chacim, o termo “*chaque*” possuir antecedentes num antropónimo de origem latina. Como já visto, a evolução de “*fl*” para “*ch*” é comum, nomeadamente na toponímia portuguesa. Não será descabido pensar-se que semelhante fenómeno possa ter ocorrido no topónimo “*chaque*”. A ser assim, facilmente seríamos conduzidos para o nome latino “*Flaccus*” ou “*Flacco*”, com evolução para “*Chaco*” e, à posteriori, para “*Chaque*”. Não passando, obviamente, de uma base hipotética, com reduzidas hipóteses de confirmação (até pela dificuldade que apresenta o próprio vocábulo), poderíamos ter como génese de Soutelo Mourisco uma “*villa*” que teria tomado o seu nome do “rochedo do Flaco”.

Independentemente do que pode ser inferido, seja o mesmo proveniente de “*Soutelo da Penha Mourisca*” ou de “*villar de pena chaque*”, a realidade é que a povoação, apesar de ausente das Inquirições, tem existência comprovada a partir de 1287.

VILAR DO MONTE

A última das freguesias ausente dos textos das Inquirições é também a que oferece menor dificuldade em termos toponímicos. O longo período posterior à Reconquista e à implantação da Nacionalidade, inclui a imposição, por parte do poder régio, do repovoamento de antigos aglomerados que, dadas as conturbações próprias da época, teriam ficado desertos ou parcialmente despovoados. Este facto é perfeitamente visível na imposição a Bragança, por parte de D. Sancho I, da revitalização dos “*villares veteros*” incluídos no alfoz do abrangente concelho. Estes “*villares*”, antigos núcleos de povoamento, haveriam de coexistir com a criação de novos aglomerados, adoptando os mesmos a mesma designação de “*vilar*”, ou seja, pequenos núcleos de povoamento, equivalentes a aldeolas ou lugarejos.

Apesar da existência de ancestralidade de povoamento na freguesia de Vilar do Monte, reflectida pelo ícone da 1ª Idade do Bronze representado pelo povoado da Fraga dos Corvos, a actual povoação terá tido a sua génese no processo de repovoamento levado a cabo no decorrer dos primeiros reinados de Portugal. A sua ausência no constante das Inquirições será reflexo do seu diminuto tamanho e, provavelmente, da sua localização, seguramente de difícil acesso em pleno séc. XIII. Contudo, apesar desta limitação e da reduzida importância inerente a um “*Vilar*”, a verdade é que “*S. Martinho de Villar do Monte*” surge no rol das Igrejas da Terra de Lampaças que, no reinado de D. Dinis, como já referido anteriormente, deram a sua contribuição ao abrigo da Bula Apostolice Sedis. Pelo valor da contribuição se conclui da relativa pequenez da povoação, apenas suplantada neste aspecto particular, pelas homólogas de Santa Combinha ou da extinta Banreses. Facilmente se conclui, a partir deste dado, que Vilar do Monte, ou já teria existência em pleno séc. XIII, período no qual decorreram as Inquirições, ou passou a tê-la, comprovadamente, no início do séc. XIV.



fig-10 Imagem em pedra de ança séc. XIV/XV
Igreja de S. Miguel, Matriz de Vilar do Monte.



fig-11 – Pé de coluna com inscrições góticas

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise ao constante nos textos das Inquirições levadas a cabo a mando de D. Afonso III e D. Dinis reflecte o chamariz que o território que, actualmente, compõe o concelho de Macedo de Cavaleiros, constituiu para as ancestrais populações transmontanas. De facto, 31 das 38 actuais sedes de freguesia constam dos referidos textos de forma inquestionável. Para as restantes 7, com maior ou menor grau de segurança, ficou provada a sua existência, não obstante a sua omissão. Para a mesma ficaram expostas tentativas de justificação, passíveis, obviamente, num ou noutro ponto, de discórdia. Contudo, assumindo como válida a existência das 38 sedes de freguesia em pleno séc. XIII, a constatação é, sem dúvida, o corolário dos estudos que vêm provando que a História do actual concelho de Macedo de Cavaleiros, nomeadamente no que à fixação de populações diz respeito, possui contornos que ultrapassam, largamente, a incipiência do que, durante largas décadas, foi veiculado. Isto é, o concelho de Macedo de Cavaleiros não só é detentor de uma história única, como a mesma possui uma riqueza incomensurável. Reflexo disso é termos 38 (garantidamente 31) sedes de freguesia com uma história, na pior das hipóteses, a caminho dos 800 anos.

Bibliografia

- Abellán**, Carmen Arias
“Latin vulgaire, latin tardif VII (Vol. 54)”
 Universidad de Sevilla – 2006
- Alcantara**, Jose Godoy
“Ensayo Histórico Etimológico Filológico sobre los Apellidos Castellanos”
 BiblioBazaar, LLC – 2008
- Alves**, Francisco Manuel
“Memórias Archeologico-Historicas do Districto de Bragança – Tomo III”
 Typ. Empreza Guedes – 1911
- “Idem – Tomo IV”**
 Imprensa da Universidade de Coimbra – 1911-1918
- “Idem – Tomos IX e X”**
 Tip. Empresa Guedes – 1934
- “Idem – Tomo XI”**
 Tip. Empresa Guedes - 1948
- Argote**, Jeronymo Contador de
“Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga”
 Of. Joseph Antonio da Sylva – 1732-1734
- Baptista**, João Maria
“Chorographia Moderna do Reino de Portugal”
 Typographia da Academia Real de Sciencias – 1874
- Barros**, Henrique Gama
“História da Administração Pública em Portugal”
 Typographia Castro Irmão – 1922
- Bascuas**, Edelmiro
“Estudios de hidronimia paleoeuropea gallega”
 Univ. Santiago de Compostela - 2002
- Becker**, Lidia
“Hispano-romantisches Namenbuch (Patronymica Romanica)”
 Ed. Walter de Gruyter – 2009
- Cardoso**, Luis
“Portugal Sacro-profano – 3 Vol.”
 Of. Miguel Manescal da Costa – 1767
- Cortesão**, A. A.
“Onomástico Medieval Português”
 Imprensa Nacional – 1912
- Costa**, António Carvalho da
“Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal (Tomo I)”
 Of. Valentim da Costa Deslandes – 1706
- Du Cange**, Domino
“Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis”
 L. Favre - 1886
- Fernandes**, A. Almeida
“Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas”
 Arouca – 1997
- Ferreira**, Pedro Augusto
“Tentativa Etymologico-Toponymica ou investigação da etymologia ou proveniência do nome das nossas povoações 3 vol”
 Typ. Pereira / Typ. Mendonça – 1907-1915
- Figueiredo**, Candido de
“Nôvo Dicionário da Língua Portuguesa (Vol. I)”
 Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão – 1899
- Florez**, Enrique
“España Sagrada (Tomos IV, XIV, XVIII, XXII, XXIII, XXVI, XXXVII)”
 La Real Academia de la Historia / Of. Pedro Marin - 1767, 1771, 1786, 1789, 1859
- Förstemann**, Ernst
“Altdeutsches Namenbuch”
 Bonn – 1900
- Garcia**, Alberto Canto; **Escudero**, Fátima Martin; **Monteoliva**, Jesus Vico
“Monedas visigodas”
 Real Academia de Historia – 2002
- González**, A.; **Cunchillos**, J. L.; **Molina**, M.
“El mundo púnico: historia, sociedad y cultura (Vol. IV)”
 Editora Regional de Murcia – 1994
- Leal**, Augusto S. A. B. de Pinho
“Portugal Antigo e Moderno (Vol V)”
 Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia - 1875
- Machado**, José Pedro (Coord.)
“Grande Dicionário da Língua Portuguesa”
 Círculo de Leitores – 1991
- Madoz**, Pascual
“Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus posesiones de Ultramar”
 Estab. tip. P. Madoz y L. Sagasti – 1847
- Marques**, José
“A Arquidiocese de Braga no séc. XV”
 INCM – 1988
- Mattoso**, José
“História de Portugal – A Monarquia Feudal (1906-1480)”
 Círculo de Leitores – 1993
- Mendes**, Carlos
“Macedo de Cavaleiros - Cultura, Património e Turismo - Contributos para um Programa Integrado”
 C. M. Macedo de Cavaleiros - 2005
- n.**
“Acta Palaeohispanica IX”
 Institución Fernando El Católico – 2005
- n.**
“Liber Iudiciorum sive Lex Visigothorum (in Monumenta Germaniae Historica – Tomus I)”
 Hannoverae et Lipsiae - 1902
- n.**
“Memorias de Litteratura Portuguesa (Tomo VI)”
 Academia Real das Sciencias de Lisboa - 1796
- n.**
“Nova Enciclopédia Larousse”
 Círculo de Leitores – 1997
- n.**
“Portugalliae Monumenta Historica : o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum”
 Academia Scientiarum, 1867-
- Nègre**, Ernest
“Toponymie Générale de la France”
 Librairie Droz – 1991
- Neto**, Joaquim Maria
“O leste do território bracarense”
 A União, Lda.- Torres Vedras – 1975
- Pellegrini**, Giovan Battista
“Toponomastica italiana”
 Hoepli Editore – 1990
- Pires**, Armando
“O Concelho de Macedo de Cavaleiros”
 Junta Distrital de Bragança – 1963
- “Chacim”**
 C. M. Macedo de Cavaleiros – 1990
- Pizarro**, José Augusto Sotto Mayor
“D. Dinis”
 Círculo de Leitores - 2005
- Requejo**, P. Valeriano
“Thesaurus Hispano-Latinus”
 Tipographia Sierra - 1831
- Rohlf**, Gerhard
“Antroponímia e Toponomastica nelle lingue neolatine”
 Gunter Narr Verlag - 1985
- Sampaio**, Alberto
“Estudos Históricos e Económicos – As vilas do Norte de Portugal”

- Vega – 2ª edição – s/d
San Martín, Julián A.
“Pueblos y apellidos de España: diccionario etimológico”
 Editorial Club Universitario – 2006
- Serrão**, Joel; **Marques**, A. H. de Oliveira (Dir.)
“Nova História de Portugal – Portugal em definição de fronteiras – Do Condado Portucalense à crise do século XIV”
 Editorial Presença – 1996
- Shaw**, William
“A Gaelic and English dictionary”
 W. and A. Strahan – 1780
- Smith**, William
“Diccionario of Greek and Roman Biography and Mythology”
 Little, Brown & Company – 1867
- Toutain**, J.
“Bibliothèque des Écoles Françaises d’Athènes et de Rome (Tomo LXXII)”
 Librairie Thorin – 1896
- Vasconcellos**, J. Leite de
“Religiões da Lusitânia”
 Imprensa Nacional – 1897
- Ventura**, Leontina
“D.Afonso III”
 Círculo de Leitores - 2006
- Viana**, Gonçalves A. R.
“Apostilas aos Dicionários Portugueses (Tomo I)”
 Livraria Clássica Editora – 1906
- Vicente**, António M. Balcão
“Macedo de Cavaleiros – Da Terra de Lapaças ao Concelho – Os forais e a sua época”
 Âncora Editora - 2004
- Villar**, Francisco
“Estudios de celtibérico y de toponimia prerromana”
 Universidad de Salamanca - 1995
- Villar**, Francisco; **Álvarez**, María Pilar F.
“Religion, Lengua y Culturas Prerromanas de Hispania”
 Universidad de Salamanca – 2001
- Viterbo**, Joaquim de Santa Rosa de
“Elucidario das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usaram (Tomo I)”
 Ed. A. J. Fernandes Lopes – 1865
- Voragine**, Tiago de
“Legenda Aurea”
 Civilização Editora - 2004

FONTES ELECTRÓNICAS

<http://www.terrasquentes.com.pt>
<http://www.igespar.pt>
<http://www.cm-macedodecavaleiros.pt>
<http://dgarq.gov.pt>

De Meirinho-Mor de D. Afonso III ao esquecimento, com passagem pela tenência de Bragança, pela Rico-Homia e por Mordomo-Mor de D. Dinis.

D. Nuno Martins de Chacim – Um Macedense como caso singular na História Medieval Portuguesa.

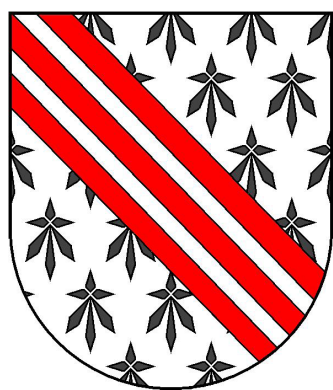


Fig. 1 – Brasão dos Chacim

Introdução

A segunda metade do séc. XIII assiste a um virar de página no esboço do primeiro século da nacionalidade. Contornadas as dissensões geradas pelo conluio em que foram intervenientes diversos sectores da nobreza e do clero, tendo à cabeça o Conde de Bolonha, cujo epílogo ficou registado pela luta fratricida entre D. Sancho II e o futuro D. Afonso III, os anos que se seguem a 1248 revelar-nos-ão uma nova faceta, através do redesenho de uma política de centralização régia já intentada, no início do mesmo séc. XIII, por Afonso II. De entre as alterações surgidas com o advento ao trono do irmão de Sancho II, realce para as que emergem a partir de uma nova configuração no estatuto da nobreza, com o ocaso ou extinção das estirpes que assinalaram o início da nacionalidade, e com a consequente emergência de novos senhores nobres. De entre os mesmos, destaque para um personagem que marcará, de forma indelével, os reinados de D. Afonso III e de seu filho, D. Dinis. Um destaque merecido pela posição altaneira que assumirá na condução dos destinos do reino durante quase um quarto de século mas, acima de tudo, por poder ser considerada a primeira grande figura de proa gerada em actuais terras macedenses. Uma figura ímpar, a meu ver, injustamente tratada pela História, não obstante os atropelos que terá cometido. Afinal, é indesmentível que dois dos mais marcantes monarcas medievais depositaram a sua inteira confiança em Nuno Martins de Chacim.

A abordagem à vida e obra de Nuno Martins de Chacim já foi levada a cabo, magistralmente, por vários insígnis autores, na sua grande maioria integrados no rol bibliográfico que serviu, também, de alicerce a este trabalho. Contudo, ao percorrer as diferentes obras de carácter histórico, possuam as mesmas, uma alargada abrangência à História geral, ou remetam-nos para temas tão específicos como a nobreza medieval, pode sentir-se um vazio de injustiça histórica perante um personagem, como dito anteriormente, marcante no séc.

XIII português. Este mesmo vazio é extensível à estirpe de cuja proveniência procede Nuno Martins, aplique-se à singularidade dos Chacins ou, de forma mais generalizada, aos Bragançons. Contrariamente à exaltação visível em relação a personagens descendentes de outras estirpes, é perceptível uma certa levandade com que são mimoseados personagens que, desde os primórdios da nacionalidade, ajudaram a construir um reino independente, permitiram a integração das Terras de Bragança nesse mesmo reino, ocuparam cargos palatinos de máxima importância, estiveram ao lado dos monarcas em momentos decisivos para a construção do país que hoje somos.

Dever-se-á ficar indiferente perante esta aparente secundarização histórica de personagens tão marcantes? Não deverão honrar-se todos os que desenharam o território que hoje somos, procurando garantir, em simultâneo, que alguma da parcialidade histórica se transforme no inverso?

Existirá uma dívida histórica a essa gente “bárbara” que fez parte integrante do desenrolar dos primórdios da nacionalidade, acompanhou as vicissitudes da primeira dinastia e contribuiu para integrar a região bragançana no país que hoje somos. E que, afinal, também ajudou a construir “Sam Pedro de Maçaedo”.

Antecedentes históricos.

As aparição e proeminência de Nuno Martins de Chacim no reinado de D. Afonso III não são fruto, contrariamente ao perceptível através de diversa literatura, de um qualquer acaso histórico. Antes se podem considerar como o culminar de um conjunto de factores que encontram a sua génese em épocas recuadas, com reminiscências no próprio período anterior à nacionalidade. De facto, este personagem acabará por ser, ao séc. XIII, o legítimo representante de uma estirpe que acompanha os desígnios da nação desde o período em que a mesma não passava de um Condado. A legitimidade da representação tem sido colocada em causa, pelos meios utilizados para a mesma ter sido alcançada. Algo da mesma igualha se aplica ao valor da própria estirpe dos Bragançons. Ao longo desta exposição, procurar-se-ão



Fig. 2 – D. Afonso III



Fig. 3 – D. Dinis

escalpelizar esses mesmos meios, tentando demonstrar, ao abrigo da época em que os mesmos decorrem, que os actos pretensamente ilícitos, a serem-no, sê-lo-ão tanto como a ilicitude com que os mais altos dignatários do reino conduziram algumas das suas políticas régias.

A percepção da amplitude da imagem e legado históricos de, Nuno Martins de Chacim só é passível de ser alcançada através de uma viagem temporal que facilite a compreensão dos efeitos e do desenho familiar que antecederam a plenitude da sua efectivação como membro de incontestável importância no seio dos reinados de D. Afonso III e D. Dinis.

Este recuo cronológico terá início numa breve referência aos incontornáveis Livros de Linhagens, marcadores intemporais do conhecimento acerca dos intérpretes dos primórdios da nacionalidade. Referir Nuno Martins de Chacim é, também, olhar para o cordão umbilical que o liga aos Braganças. Esta ligação é indissociável. A mesma já foi por demais demonstrada e analisada nas diversas obras que versam sobre o tema. Contudo, o procedimento a uma avaliação distinta permite reter alguns factos interessantes. A começar pela forma como a estirpe dos Braganças é exposta ao longo dos Livros de Linhagens. É de uma evidência clara o acumular de narrativas acerca da rudeza desta estirpe, bem como do seu carácter violento, assim como da prática de irregularidades matrimoniais, nalguns casos com recurso ao incesto. Avaliados os factos narrados ao abrigo das actuais concepções, não restarão dúvidas acerca do seu carácter impróprio. No entanto, a visão alterar-se-á se olharmos a oito ou mais séculos de distância. Efectuar este recuo conduzir-nos-á a uma época em que o conceito de matrimónio era detentor de características completamente distintas das que marcam a actualidade. De facto, as alianças matrimoniais, particularmente as da nobreza reflectida nos Livros de Linhagens, bem como as dos próprios monarcas, mais não eram que acordos tendentes à manutenção e acumulação de poder, assim como à preservação da estrutura linhagística. Segundo os parâmetros actuais, o adultério é um acto condenável. Todavia, por esta época, era uma vulgaridade. Os fenómenos de barregania e consequente bastardia, assim como matrimónios ilegais, eram uma constante. Não será necessário escalpelizar em demasia o tema, bastando pensar em Afonso III, casado com a Condessa Matilde de Bolonha, consumando um novo matrimónio com D. Beatriz de Castela. Ou em D. Dinis e na sua colecção de barregãs e filhos bastardos. Perante esta vulgarização de actos matrimoniais e extra-matrimoniais ilícitos, espantará que os mesmos sejam reflectidos negativamente no que concerne aos Braganças. Por outro lado, o carácter de ferocidade que lhes é atribuído, não sendo negável, não será admissível à época? Seguramente que sim. É conveniente não descuidar que os primeiros séculos da nacionalidade são marcados por um carácter de belicismo, com constantes avanços e recuos na definição de fronteiras. Uma vez mais, restringindo-nos apenas à própria monarquia, são recorrentes, inclusive, os conflitos familiares, a começar pelo que opôs Afonso Henriques à sua mãe, com continuação no movido por Afonso II às suas irmãs, por Afonso III ao seu irmão ou, inclusive, pelo que colocou como oponentes D. Dinis e o seu filho, futuro Afonso IV. Na presença destes dados, é de estranhar que a ascensão da nobreza medieval teria que ser também marcada, precisamente, pelo carácter feroz e violento com que são denegridos os Braganças? Esta

imagem menos positiva, contida nos Livros de Linhagens e em posteriores análises aos mesmos, tem o seu início na forma como nos é apresentado o, reconhecidamente, primeiro representante da estirpe dos Braganças e, consequentemente, antepassado de Nuno Martins de Chacim.

«D. Mendo Alam de Bargaça filhou por força huma filha d'elrey d'Armenia que hia em romaria a Santiago...» ou, à posteriori, «D. Alam que foi clerigo filho d'algo, e filhou a filha d'elrey de Armenia quando foi em oração a Santiago e foi sa hospeda em Sam Salvador de Castro de Avelãs, e ficou elle com ella, e fege nella dous filhos donde vieramos linhagens dos Braganças.»

De ambas as passagens, resultantes, respectivamente, do *Livro Velho* e do *Livro do Deão*, há alguns factos importantes a reter. Em primeiro lugar, a repetição da forma verbal “filhou”, isto é, roubou ou apropriou-se por meios ilícitos. Para lá do aspecto negativo inerente à expressão, é claramente mencionado que a pretensa princesa iria em louvável acto de peregrinação a Santiago, o que reforça o negativismo da imagem transmitida, juntamente com o facto de o raptor ser um “clerigo”. Por outro lado, e em contraponto, resulta evidente a tentativa de ligação da estirpe dos Braganças a uma família real, pela dupla menção a “elrey”. Posteriormente e, penso, ao abrigo do mesmo objectivo, novas ligações reais serão sublinhadas nos mesmos Livros de Linhagens. Por último, a referência a “filho d'algo”, passagem que demonstra uma origem nobre deste Mendo Alão. Estudos recentes dão-no como descendente do Conde de Nantes, refugiado em Leão e provável fundador do Mosteiro de Castro de Avelãs, a que me referirei mais adiante, juntamente como o seu presumível sogro, o Conde Odoário, presor de Chaves. O enaltecimento da estirpe proveniente de Mendo Alão não se resume, porém, a esta passagem. Do *Livro Velho* se pode retirar este excerto, do seu início: «Agora, amigos, se vos place vos contaremos os linhagens dos bons homens filhos d'algo do reino de Portugal dos que devem a armar e criar e que andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal. E eles, meos amigos, foram partidos em cinco partes. A primeira parte foi el Uffo Belfager, donde vem directamente os Sousãos. A segunda parte, dom Alam [...] donde vieram os linhagens dos Braganças [...]. A terceira geraçom foram os da Maia [...]. A quarta geraçom foram os de Baião [...]. A quinta geraçom [...] os que ora chamam de Riba de Douro».

Tendo os Livros de Linhagens como principal função a exaltação da nobreza à qual a nação devia a sua existência, nenhum dos mesmos foi elaborado com o intuito de elevar, directamente, os Braganças. Paradoxalmente, ao mesmo tempo que nos é transmitida a aqui já referida imagem menos positiva desta estirpe, não é menos verdade que a mesma é aproveitada como veículo de exaltação doutras linhagens, particularmente a da Maia. Este paradoxo é de fácil entendimento a partir do momento em que, mais adiante, se explorar a forma como os Livros de Linhagens, escritos nos séculos XIII a XIV, serviram para denegrir a figura pouco pacífica de Nuno Martins de Chacim, através, entre outras coisas, de uma menorização da sua ascendência. Retomando a passagem transcrita, torna-se evidente uma hierarquização das cinco estirpes que, segundo os linhagistas, constituíram os alicerces do reino independente. Se é indubitável que a família que assume maior protagonismo é a de Sousa, não deixa de parecer estranha a aparente secundarização dos da Maia, apresentados em posição inferior à dos Braganças. Resulta daqui que algo de transcendente terá conduzido à elevação dos de Bragança a um segundo lugar na hierarquia da nobreza dos séc. XI-XII. A transcendência reside em dois aspectos, a meu ver, de extrema importância. O primeiro deles, reflectido nas ligações régias dos Braganças. Para lá da já referida união do seu patriarca a uma princesa da Arménia (ainda que pareça haver aqui muito de lendário), o seu mais directo descendente, Fernão Mendes de Bragança, o *Velho*, terá sido, a crer nos linhagistas, casado com uma filha bastarda de Afonso VI de Leão e Castela («...este casou com filha d'elrey D. Affonso de Castella, o que ganhou Toledo...»). Este facto, a ser verídico, colocaria este Braganção num mesmo patamar que o próprio Conde D. Henrique, casado, como se sabe, com D. Teresa, ela igualmente



Fig 4 – Mosteiro de Castro de Avelãs



Fig. 5 – Mosteiro de Moreruela

filha bastarda de Afonso VI. A História regista, de facto, a proximidade de Fernão Mendes com D. Henrique, pela presença na sua corte. Terá sido governador do território de Chaves, o que se pode depreender da primeira notícia que há sobre o mesmo, datada de 1072: «...*princeps ipsius terre Ferrandus Menendiz...*». Este mesmo Fernão Mendes terá acompanhado o Conde D. Henrique no seu último período de vida, em Astorga. A descendência de Fernão Mendes, o *Velho*, na pessoa de Mendo Fernandes de Bragança, mantém a tradição de ligação à corte, não só através da atribuição do cargo de governador das Terras de Bragança como também pela posição de alferes de D. Afonso Henriques, provavelmente entre 1146 e 1147. A ser verdade esta função, coincidente com a conquista de Santarém e Lisboa, a mesma é reveladora do protagonismo da linhagem, quer através da confiança depositada num seu representante pelo nosso primeiro monarca, quer pela demonstração de bravura militar, reflectida, aliás, pelos Livros de Linhagens. Talvez daí tenha resultado, efectivamente, o cognome de “*o Bravo*” para o descendente de Mendo Fernandes, portador da mesma nomenclatura de seu avô. Não valorizando em demasia o carácter colérico evidenciado pelas narrativas dos nobiliários, a História regista o casamento deste Braganção com D. Sancha Henriques, transformando-o em cunhado de D. Afonso Henriques. A acrescer a este facto revelador das ligações régias dos Braganços, há ainda o registo de um provável matrimónio entre um irmão de Fernão Mendes, no caso em apreço, Rui Mendes, com uma filha bastarda do nosso primeiro monarca, Teresa Afonso. Seria um descendente de *o Bravo*, Pero ou Pedro Fernandes, a continuar a ligação à corte, tendo sido governador de Bragança e atingindo o mais alto cargo da corte de Afonso Henriques, tendo sido seu mordomo-mor entre 1169 e 1175 e estando documentado até, pelo menos, 1194. Esta figura ímpar constitui, nada mais, nada menos, que o bisavô de Nuno Martins de Chacim. Já no que respeita ao avô, Nuno Pires de Bragança, a documentação que subsiste é escassa. Sendo Nuno Pires o quarto filho de Pedro Fernandes, a tradição relativa à tenência de Bragança e à consequente permanência na corte foi assumida, naturalmente, pelos seus irmãos mais velhos, e posteriormente, pelos seus descendentes, à semelhança do característico para a época em questão. No entanto, a proeminência dos Braganços na corte, mesmo considerando um curto interregno verificado a partir, sensivelmente, de 1205, é uma nota sempre evidente. A proximidade à primeira dinastia é inegável e traçada pelos sucessivos cargos palatinos ocupados pelos Braganços, bem como pela assumpção de tenências de terras, exteriores, nalguns casos, à própria jurisdição de Bragança, como são exemplos, as de Panóias ou as de Seia. Terá sido, seguramente, a relevância atingida pelos Braganços, nomeadamente no que respeita à proximidade régia, o primordial aspecto para a sua colocação num lugar de destaque nos Livros de Linhagens, ainda que esse mesmo lugar seja, em simultâneo, denegrido, algo que parece incongruente com a real importância desta estirpe no evoluir da nacionalidade.

Um outro aspecto de realce reside no poder territorial adquirido pela família de Bragança. Não sendo de interesse dissecar aqui toda a conjuntura que tornou esta estirpe ambivalente, isto é, simultaneamente poderosa dos dois lados da “fronteira”, a verdade é que, consecutivamente, foi jogado um papel de obtenção de favores e

privilégios junto dos monarcas dos dois reinos. Neste jogo tem inclusão o desempenho de cargos palatinos de ambos os lados da “fronteira”. Obviamente que, neste xadrez de interesses, o património familiar foi sendo consolidado, ao mesmo tempo que os leoneses iam, de igual forma, obtendo favores por terras do norte transmontano. Reflexo dessa partilha de conveniências é encontrado, já em pleno séc. XIII, no texto das Inquirições, onde se pode verificar que mosteiros como o de Moreruela ou o de S. Martinho da Castanheira possuíam bens em território português. Um outro reflexo, não menos importante, é o jogado pelo Mosteiro de Castro de Avelãs onde, mais não fosse pela arquitectura, se constata a influência leonesa em terras bragançanas. Talvez este conjunto de factores tenha contribuído para uma certa posição marginal dos Braganços relativamente à nobreza de Entre Douro e Minho. Contudo, isso não impediu que a sua importância transpusesse a fronteira natural representada pelas serras do Marão e Alvão, conduzindo a matrimónios com a mais importante nobreza senhorial, exceptuando da mesma, por litígios essencialmente de âmbito geográfico, a família de Sousa.

Pelo exposto, parece evidente que, não obstante a forma como nos surge caracterizada a família de Bragança, a mesma assumiu um papel de enorme relevância no período correspondente à fase inicial do cimentar da nacionalidade. Haveria, por diversos factores, de perder a sua preponderância, chegado o séc. XIII. No entanto, é inegável que toda a epopeia familiar que antecedeu a chegada de Nuno Martins de Chacim, foi um contributo para a preponderância que o mesmo viria a assumir no reinado de D. Afonso III, prolongando-se pelo de D. Dinis.

Uma visão alternativa acerca das usurpações retratadas nas Inquirições de 1258.

Ficou atrás dito que Nuno Martins de Chacim teve como bisavô a incontornável figura de Pedro Fernandes de Bragança. Na sucessão da chefia da linhagem dos Braganços surgir-nos-á um neto seu, Fernão Fernandes de Bragança, filho de Fernão Pires de Bragança. Como rico-homem, atravessou três reinados, os de D. Sancho I, D. Afonso II e D. Sancho II, atingindo, neste último o patamar de alferes-mor, entre 1225 e 1226. Fernão Fernandes morreria sem descendência, tendo o seguimento da governação das Terras de Bragança sido assumido por Fernão Garcia de Bragança, igualmente neto de Pedro Fernandes, filho do seu primogénito Garcia Pires de Bragança. Será este o último representante dos Braganços, por via directa e legítima, a ocupar um cargo de destaque. Do seu descendente directo, Pero Fernandes de Bragança, restam poucas notícias, para lá do seu provável exílio para Marrocos, onde terá falecido sem haver conhecimento de descendência. Dos quatro filhos varões de Pedro Fernandes de Bragança, ficam, desta forma, excluídos dois dos mesmos com sucessão na linhagem, por ausência de descendência varonil, Garcia Pires e Fernão Pires. No que respeita ao terceiro dos mesmos, Vasco Pires de Bragança, surge-nos o registo de descendência na pessoa de Gonçalo Nunes de Bragança, o qual, por alturas da chegada de Afonso III ao trono, seria o legítimo representante da linhagem da família de Bragança. Contudo, é fácil perceber-se, pelos cargos curiais ocupados pela família durante a regência de Sancho II, de alguma proximidade da mesma relativamente ao monarca. De forma que parece óbvia, Afonso III, salvo raras excepções, tratou de promover os que o apoiaram, desprezando aqueles que, no confronto que o opôs a seu irmão, Sancho II, se posicionaram como apoiantes deste. Gonçalo Nunes, terá assumido uma postura de apoiante de Sancho II. O mesmo se pode depreender do seu exílio em Castela, local onde tomará parte na conquista de Sevilha, constando do respectivo *repartimiento*. Esta conjuntura, onde se alia a ausência de descendência varonil com o apoio a Sancho II, criará um vazio relativamente ao extenso património adquirido e consolidado ao longo de 6 gerações de Braganços. Será neste contexto de ausência de sucessão e de extinção da estirpe dos Braganços por via masculina, que surgirá Fruilhe Nunes, neta de Pedro Fernandes de Bragança

a reclamar o vasto património familiar. Esta Fruilhe Nunes, filha bastarda de Nuno Pires de Bragança, resultante da sua ligação com Maria Fogaça (*“Este Nuno Pirez de Bragança seemdo casado com dona Elvira Meemdez...leixoua e nom curou mais della, e roussou dona Maria Fogaça e tevea por barregãa depois da morte de Fernão Guedaz seu marido, e fez em ella Ruy Nuniz e dona Froilhi...”*), teria o seu domínio territorial centrado em terras de Chacim. O mesmo ter-lhe-ia chegado, provavelmente, como herança de seu pai, a crer nas referências constantes das Inquirições de 1258 onde, nas passagens referentes à abrangência geográfica de Chacim, surge mencionado o *“avolus de nuno martinj de chasin”*. Creio que esta referência é, com toda a segurança, de atribuição a Nuno Pires de Bragança, o que deixa implícito que os seus domínios se situariam naquela região. Dada a já mencionada escassez de documentação relativa a Nuno Pires, é de crer que os domínios dos Braganços estivessem, essencialmente nas linhagens provenientes dos seus irmãos mais velhos, os anteriormente referidos Garcia Pires, Fernão Pires e Vasco Pires. Dada a extinção da sua descendência, abrir-se-ia uma questão de difícil resolução: quem poderia reivindicar a posse de tão abrangente domínio territorial? Parece óbvio que a legitimidade desta reivindicação teria, logicamente, que recair em alguém pertencente à mesma estirpe. Atendendo ao já abordado abandono de Gonçalo Nunes, restava Fruilhe Nunes, já que o seu irmão, Rui Nunes havia sido morto por um primo seu. Para a consecução de tal reivindicação, muito terá contribuído o beneplácito de Afonso III, conjugado com outro factor de não menos importância. De facto, um dos validos de Afonso III, seu *“dilecto e fiel vassalo”*, membro permanente do Conselho Régio, Fernão Fernandes Cogominho, era, por via de sua mãe, Maria Fogaça, meio-irmão de Fruilhe Nunes. Esta haveria de casar com Martim Pires, que acrescentaria o topónimo Chacim ao seu nome, dando início à linhagem dos Chacins. Fruto desta ligação surgiria Nuno Martins de Chacim e, consequentemente, a reivindicação, por parte deste, do vasto património pertença dos Braganços, seus ancestrais.

A literatura histórica faz referência à forma ilícita como Nuno Martins de Chacim se apropriou dos bens pertencentes aos Braganços. Não desvalorizando os atropelos que terão sido cometidos, caso Nuno Martins de Chacim não tivesse levado a cabo a agregação do património familiar, quem teria legitimidade para o fazer? Afinal, quem, no presente, deixaria em mãos alheias a herança dos seus antepassados? Da leitura dos diversos textos que mencionam a usurpação de bens por parte de Nuno Martins poderia, com toda a facilidade, depreender-se que a mesma terá sido extensível aos bens familiares. Poderá, sem dúvida, tal ter ocorrido. Todavia, não parece poder afirmar-se que os relacionamentos de âmbito familiar apresentassem qualquer tipo de tensão. Repare-se que foi, precisamente, Fernão Garcia de Bragança a armar cavaleiro Nuno Martins de Chacim, presumivelmente, entre 1237/1238, período durante o qual exerceu o cargo de governador de Bragança. Note-se, ainda, que apesar do já referenciado exílio do que seria, à época, o legítimo sucessor dos Braganços, Gonçalo Nunes de Bragança, o mesmo mantém, segundo as Inquirições de 1258, bens em parceria com Nuno Martins de Chacim, nomeadamente no julgado de Montenegro. Não será muito arriscado, na ausência de referências a conflitos de ordem familiar e na presença destes sinais, afirmar que a apropriação de bens familiares, por parte de Nuno Martins, terá decorrido, exclusivamente, da inexistência de sucessores que reclamassem os mesmos e da conjuntura que conduziu à extinção, por via varonil, da estirpe dos Braganços. Não restam dúvidas, porém, acerca dos desmandos conduzidos contra a propriedade régia. As Inquirições de 1258 retratam fielmente a forma ilícita como foram adquiridos bens reguengos. Não sendo de enaltecimento os actos de usurpação referidos ao longo das Inquirições, a quem atribuir, efectivamente, a responsabilidade de tais actos? Ao(s) representante(s) da família que dominou a região desde os primórdios da nacionalidade ao aos monarcas e ao seu alheamento relativamente ao território transmontano? A partir do reinado de Sancho I cumpre-se um hiato temporal de ausências régias por terras transmontanas. Em conjunto com as constantes doações efectuadas

à família dos Braganços, como forma de retribuição pelos cargos desempenhados, este género de governação à distância não terá, ele mesmo, fomentado, as usurpações aos bens régios?

O percurso e a ascensão de Nuno Martins de Chacim.

A forma meteórica como um representante dos Chacins alcança posições de destaque no decorrer dos reinados de D. Afonso III e D. Dinis deixa margem para o lançamento de suspeitas e para o levantar de dúvidas em relação aos meios, para tal, eventualmente utilizados. Os Livros de Linhagens são os precursores da menorização de Nuno Martins de Chacim. Para lá da referência à bastardia de Fruilhe Nunes, sua mãe, os mesmos referem o seu *“casamento desaguisado”*, isto é, uma clara manifestação de menosprezo pela imagem de Martim Pires de Chacim, figura sem antecedentes históricos de relevo e, como tal, de indubitável posição social inferior. O facto é que, embora desigual, o matrimónio se efectivou, em período em que a linhagem dos Braganços ainda não tinha encontrado o seu ocaso. Da já referida elevação de Nuno Martins a cavaleiro, por mão de Fernão Garcia de Bragança, pode supor-se a sua protecção à linhagem dos Chacins, através de uma mais que presumível ligação de vassalagem. Portanto, a consumação deste casamento terá tido a *“bênção”* dos chefes de linhagem dos Braganços. Não poderá inferir-se que essa *“bênção”* terá tido seguimento num eventual papel de protegido em que poderá figurar Nuno Martins, ao abrigo da sua cerimoniosa passagem a cavaleiro pelo digno representante da linhagem?

Retomando as menções menos elogiosas contidas nos Livros de Linhagens relativamente à ascendência de Nuno Martins... A bastardia de Fruilhe Nunes é um facto inegável. Contudo, como já referenciado, a existência de filhos bastardos era um fenómeno bastante comum na época que está a ser analisada. O próprio Conde D. Pedro, autor do último dos nobiliários da época, era, ele próprio, filho bastardo de D. Dinis. Sublinhar a bastardia de Fruilhe Nunes não será desvalorizar, em simultâneo, o intrínseco e indesmentível valor da primeira dinastia, ela própria tendo como *“madre”* D. Teresa, filha bastarda de Afonso VI? Caracterizar o matrimónio de Fruilhe Nunes com Martim Pires como *“desaguisado”*, de forma nitidamente depreciativa, não será um meio de nos lembrar, para não recuar muito cronologicamente, idêntica situação nos matrimónios de Sancho II com Mécia Lopes de Haro ou, inclusive, no primeiro de Afonso III com Matilde de Bolonha?

Fora da abrangência dos Livros de Linhagens, as primeiras notícias que nos chegam e que reportam a existência de Nuno Martins de Chacim estão reflectidas nos textos das Inquirições de 1258. Estas mais não são que um dos reflexos da política de centralização régia seguida por Afonso III, uma vez chegado, efectivamente, ao trono em 1248, após uma guerra civil sustentada contra Sancho II e seus partidários, e da qual haveria de sair triunfante. Parece iniciar-se, neste reinado, um efectivo processo que haveria de ter o seu epílogo no seguinte, ou seja, uma oposição à nobreza senhorial e ao seu poder, particularmente a enraizada no Entre Douro e Minho. Ao abrigo do conflito que opôs Afonso III a Sancho II, alguns dos seus mais dignos representantes já se haviam refugiado em Castela, quer limitando-se a acompanhar o segundo no seu desterro, quer participando activamente nas acções militares de Fernando III, quer permanecendo na corte, particularmente a do reinado seguinte, de Afonso X. Conjugando este aparente vazio de poder senhorial com a política de afrontamento à expansão do poder restante, surgem os inquéritos que darão origem aos textos das já aludidas Inquirições. O objectivo das mesmas não se resumia a um cadastro territorial, antes era mais abrangente. Havia a vertente económica, através do registo dos rendimentos a que a coroa deveria ter direito, assim como a identificação dos bens que, ao abrigo da conjuntura do reinado anterior, haviam ficado sem proprietário e reverteriam para os bens régios. Por outro lado, surgia a vertente legal, pela listagem das ilegalidades cometidas, quer pela nobreza, quer pelo clero, relativamente a apropriações indevidas de bens reguengos. É a partir destes registos

incidência lógica na área abrangida pelo Entre Douro e Minho. A História regista exemplos de atropelos à própria lei, com invasões a propriedades coutadas, execução arbitrária de sentenças ou prática de extorsões, factos que poderão ser reveladores de um carácter presumivelmente detentor de poucos escrúpulos. A verdade, porém, é que permaneceria no cargo até 1276, não obstante as críticas geradas no seio da nobreza senhorial, reflectidas no desprezo a que foi votada a figura de Nuno Martins nos já referidos nobiliários, as quais haveriam de condicionar, no futuro, uma visão dotada de imparcialidade perante um personagem histórico que permaneceu à frente de uma entidade precursora da polícia moderna, tal como bem referiu José Mattoso, no decurso de 15 anos consecutivos. Mas a actividade e importância de Nuno Martins de Chacim, no decorrer do reinado de Afonso III, não se esgotou no desempenho do cargo de meirinho-mor. Apenas quatro anos volvidos sobre a sua nomeação, Nuno Martins haveria de alcandorar-se à rico-homia, ao lhe ser atribuída a tenência de Bragança, cargo que ocuparia até à sua morte, transformando-se, em simultâneo, na última pessoa a ocupar este cargo, extinto já no decorrer do reinado de D. Dinis.

No decurso do reinado de Afonso III são inúmeros os exemplos demonstrativos da confiança depositada pelo monarca no seu meirinho-mor. A título meramente exemplificativo, saliente-se o papel desempenhado no conflito fronteiriço que opôs Afonso III a Afonso X, culminando na nomeação de pessoas, em número igual, por parte de ambos os reinos, para estabelecimento das respectivas delimitações. Foi o perímetro dividido em duas regiões distintas: da foz do Caia até ao Sabugal, e daqui até ao Minho. Para esta segunda demarcação fronteiriça, a escolha recaiu em quatro pessoas, das quais três faziam parte do clero e um da nobreza. Este último tratava-se do meirinho-mor do reino, Nuno Martins de Chacim. Todavia, haverá maior sinal que a confiança depositada por Afonso III na entrega da educação de seu filho, futuro D. Dinis, nas mãos do seu meirinho-mor, após um período em que a mesma esteve entregue a Lourenço Gonçalves Magro? Por pouco escrupulosa que a História tenha registado a figura de Nuno Martins de Chacim, e por muito que essa mesma caracterização pudesse ir de encontro à execução de tarefas que exigiriam, seguramente, alguma ausência de escrúpulos, não soará a paradoxo a entrega da educação de um futuro monarca a tão vil figura? Mais paradoxal poderá parecer esta entrega à luz da efervescência cultural com a qual Afonso III conviveu aquando da sua estadia em França. Para além de executor de políticas de centralização régia, Afonso III sofreu enorme influência desta sua passagem pela corte francesa, incentivando a cultura, reflectida, entre outras coisas, pela permanência junto da corte de trovadores. A própria corte afonsina era um local privilegiado de cultura, ambiente no qual D. Dinis cresceria e cujos reflexos nos legaria, ao assumir-se como um monarca-poeta e no incentivo que deu ao conhecimento. Que papel terá exercido o aio Nuno Martins de Chacim nesta aparente esmerada educação? A ser o personagem sem escrúpulos que a história nos retrata, que influência poderia ter exercido num futuro monarca cujo progenitor incentivou a cultura cortesã? E como seria a sua convivência na corte com personagens tão marcantes como Afonso Lopes de Baião, Martim Anes do Vinhal ou João Soares Coelho? Não teria Nuno Martins de Chacim, ele próprio, uma educação não reflectida nos Livros de Linhagens, particularmente pelos seus atritos com a nobreza senhorial, cujo expoente máximo se revela nos confrontos políticos com os Riba de Vizela? Afinal, sabe-se das suas ligações muito próximas ao centro espiritual dos Braganços, o Mosteiro Beneditino de Castro de Avelãs. Que reflexos, em termos culturais e educacionais, poderá ter tido esta proximidade? E que reflexos terá tido a convivência com uma corte onde pontuava um nível cultural não condizente com alguém cuja imagem é a uma pessoa sem princípios? Tê-los-á adquirido Nuno Martins através dessa convivência? De facto, é visível, ao longo do reinado de Afonso III, a confiança que o monarca depositou, através de inúmeras situações, neste cavaleiro proveniente de Trás-os-Montes. Para além das já mencionadas, quando, em Março de 1277, faleceu Fernão Fernandes Cogominho, Nuno Martins de Chacim

que é possível verificar a abrangência territorial dos bens detidos por Nuno Martins de Chacim, particularmente no que à região de Bragança respeita. Remetendo-nos, exclusivamente, ao território actualmente compreendido no perímetro do concelho de Macedo de Cavaleiros, facilmente se detecta a extensão das suas propriedades: Bornes, Grijó, Bousende, Castelãos, Lamas e Macedo constituem exemplos das mesmas. A crer nos testemunhos que das Inquirições constam, a sua apropriação ter-se-ia dado, maioritariamente, “*in tempore Regis donni Sancci fratris istius*” e nem sempre da forma mais lícita, tal como servem de exemplos “*moraes, peredo e tealas*”, povoações em relação às quais é afirmado que foram “*filliaverunt eos Nunus martinj de chasin et alij milites*”. Não terão sido estes abusos territoriais a inviabilizar a chegada de Nuno Martins de Chacim à corte, à rico-homia e à ascensão a cargos de inquestionável importância na consecução das políticas de Afonso III. Este monarca não terá ficado indiferente ao poder territorial detido por Nuno Martins de Chacim. Como excelentemente observado por Leontina Ventura, para isso terá contribuído, quase com toda a certeza, a figura de Fernão Fernandes Cogominho, como já referido anteriormente, meio-irmão de Fruilhe Nunes e, como tal, tio de Nuno Martins de Chacim. Este personagem constituiu uma das excepções de Afonso III relativamente aos partidários de Sancho II. De facto, há notícia da sua permanência em Toledo, junto do monarca deposto, em 1248. A verdade, porém, é que regressa a Portugal onde, a partir de 1252, passa a integrar a corte, e na qual desempenhará um papel de relevo como membro permanente do novíssimo Conselho Régio de Afonso III, para lá da ocupação, em simultâneo, de cargos militares como a tenência de castelos, nomeadamente os de Chaves e Coimbra. A proximidade entre Fernão Fernandes Cogominho e Nuno Martins de Chacim terá existido para lá dos laços familiares que os uniam. Não deixa de ser nota digna de referência o facto de, por alturas do seu casamento, Fernão Fernandes Cogominho, presumivelmente criado em Trás-os-Montes, por terras de Panóias e Chaves, ter recebido, de Afonso III, a herdade de Chacim reflectida nas Inquirições e vendida, curiosamente, em 1265 a Nuno Martins de Chacim. Terão sido a proximidade e a confiança depositada por Afonso III em Fernão Fernandes Cogominho os precursores da chamada de Nuno Martins de Chacim aos meios cortesãos, precisamente por alturas das Inquirições, em 1258. Talvez, fruto do seu posicionamento de efectivo senhor das terras anteriormente pertença dos Braganços, bem como dos meios para alcançar tal posição, tenha chamado a atenção do monarca. A sua política de confronto com os poderes senhoriais exigiria vassallos fiéis que não receassem a afronta à nobreza senhorial. Neste sentido, ao que tudo indica, nas Cortes de Coimbra de 1261, foi (re)criado o papel de meirinho-mor do reino. A atribuição desta função recairia em Nuno Martins de Chacim, três anos volvidos sobre a sua integração nos meios da corte. Subsiste a dúvida sobre o que terá contribuído decisivamente para esta nomeação. Poder-se-á especular a partir da já referida ligação a Fernão Fernandes Cogominho e, por inerência, a uma eventual proposta que tenha dele partido no sentido do desempenho deste cargo por Nuno Martins. É sabida a confiança que nele depositava Afonso III. Todavia, as características de Nuno Martins de Chacim terão, sem dúvida, exercido influência no monarca para a respectiva nomeação. Fosse pelo inquestionável poder territorial adquirido no decorrer do reinado de Sancho II, pela forma como essa supremacia foi alcançada, fosse ainda pelas próprias características de Nuno Martins de Chacim, a verdade é que a escolha recaiu neste personagem. Na génese da recriação deste cargo (convém relembrar que, ainda que de forma efémera, Pero Lourenço de Gundar, tinha sido, em 1235, nomeado para semelhante cargo por Sancho II) estará a política de centralização régia levada a cabo por Afonso III, reflectida, entre outras coisas, pela repressão aos abusos da nobreza senhorial, nomeadamente os visíveis e detectáveis como resultado das Inquirições de 1258. As atribuições deste cargo, para além da superintendência dos meirinhos regionais, possuíam, nitidamente, um cunho onde se misturavam funções policiais, judiciais e fiscais. A sua área jurisdicional estendia-se a todo o reino, com especial



Vista lateral do túmulo com brasão

foi nomeado como tutor dos seus filhos. Não se registam quaisquer exemplos de falta de escrúpulos na execução de mais esta tarefa. Será este um indicador de que o meirinho-mor teria, afinal, alguma dignidade?

Independentemente das suposições advindas da chegada e ascensão de Nuno Martins de Chacim à corte, a História deixou-nos factos de uma inegabilidade absoluta. Poder-se-á apontar a Nuno Martins uma personalidade menos escrupulosa, caso nos detenhamos apenas no reflectido nos textos das Inquirições, nalguns procedimentos menos comuns ou na forma como é retratado nos Livros de Linhagens. Todavia, tratar-se-á sempre de avaliações carregadas de subjectividade. O que é inegável é que um monarca com o carisma de Afonso III nele depositou, em vários sentidos, a sua confiança. O que é inegável, de igual forma, é que D. Dinis recompensou o seu aio e figura de proa na corte de seu pai, atribuindo-lhe, logo que ascendeu ao trono, o mais alto cargo da cúria régia: o de mordomo-mor. O que é, ainda, inegável, é que o final dos cinco anos em que privaram, sendo D. Dinis rei, fica marcado por duas situações dignas de nota. A primeira delas, fruto do incremento da política de centralização régia por parte de D. Dinis, reflectida no finar das tenências de terras. De facto, para a História, Nuno Martins de Chacim fica registado como o último tenente de Bragança. A segunda das mesmas possui reflexo no hiato

que se seguirá à morte de Nuno Martins de Chacim, com um vazio de 13 anos no cargo de mordomo-mor.

A descendência.

Conhecem-se 16 descendentes de Nuno Martins de Chacim, fruto de 3 ligações, das quais uma por barregania. Do primeiro matrimónio, com Sancha Pires Correia houve 3 descendentes, dos quais apenas a mais velha, Maria (ou Marinha) Nunes de Chacim, contraiu matrimónio. Da sua descendência haveria de surgir um ramo dos “Pimentel”. Já o segundo matrimónio, com Teresa Nunes Queixada, foi o mais profícuo em termos de descendência, havendo o registo de 12 filhos. Realce para o mais velho, Heitor Nunes de Chacim, meirinho-mor de Entre Douro e Minho em 1299, casado com uma descendente dos Soverosa, matrimónio do qual não surgiram filhos. Será com este Heitor Nunes que D. Dinis terá uma contenda, no início do séc. XIV, a propósito da posse de Castro Vicente e Balsemão. Existe o registo de um descendente bastardo de Heitor Nunes, Diogo Nunes de Chacim, sobre o qual nada se sabe a partir de 1320. Realce ainda para dois dos irmãos de Heitor Nunes, Álvaro e Gil Nunes de Chacim, mencionados como fazendo parte da Casa do Infante D. Dinis. Do primeiro sabe-se que terá morrido sem descendência. Já relativamente a Gil Nunes, terá casado, resultando do matrimónio duas filhas. Dos restantes descendentes deste segundo casamento de Nuno Martins de Chacim, maioritariamente filhas, apenas uma nota digna de realce. Da sua oitava filha, Sancha Nunes de Chacim, resultaria um matrimónio com um dos senhores de Valadares. A terceira filha deste casamento, Aldonça Lourenço de Valadares, fruto da sua ligação ilegítima

com Pedro Fernandes de Castro, seria a mãe de uma das figuras que marcaria o reinado de Afonso IV e que, ainda hoje, povoa o imaginário da nossa História. Desta forma, Nuno Martins de Chacim foi um dos bisavós da lendária Inês de Castro.

Conhece-se, ainda, uma barregã de Nuno Martins de Chacim, uma das senhoras de Briteiros, ligação da qual surgirá Rui Nunes de Chacim, pai que será de Maria Rodrigues de Chacim, uma das muitas barregãs registadas para D. Dinis.

A ausência de descendência varonil haverá de conduzir a linhagem dos Chacins à extinção, à semelhança, aliás, do sucedido com os Bragançons. Por linha feminina, como é o exemplo anteriormente referido de Inês de Castro, a linhagem haveria de continuar por outras vias. Contudo, a posição dominante dos Bragançons e, posteriormente, dos Chacins por terras de Bragança haveria, logicamente, de ser diluída.

Conclusão.

D. Nuno Martins de Chacim, rico-homem, meirinho-mor de D. Afonso III entre 1261 e 1276, tenente de Bragança entre 1265 e 1284, aio e mordomo-mor de D. Dinis entre 1279 e 1284, faleceu neste último ano, repousando no túmulo que se encontra no Mosteiro



Túmulo de Nuno Martins de Chacim no mosteiro de Castro de Avelãs

de Castro de Avelãs. O abandono a que o sarcófago está votado é assaz representativo do esquecimento em que caiu um personagem histórico tão marcante no conturbado séc. XIII português.

Talvez esta omissão da História resulte do facto de a mesma ter registado uma série de atropelos legais, de apropriação indevida de património e de ascendência menos honrosa para este personagem do séc. XIII. A verdade, porém, é que nenhum destes factores foi óbice para a sua posição privilegiada nas cortes de D. Afonso III e D. Dinis, talvez, parece unânime, os dois monarcas mais marcantes da Baixa idade Média portuguesa. A verdade, ainda, é que Afonso III nele depositou a sua inteira confiança para levar a cabo as reformas com que ajudou a transformar um reino, até então, marcado pelo poder da nobreza senhorial e por alguma anarquia. Segundo José Mattoso, “*o registo por escrito dos foros e direitos devidos à coroa dotava o soberano de uma força incomparável. A escrita foi a arma com que feriu de morte o feudalismo.*” O papel jogado por Nuno Martins de Chacim no apoio à abertura desta ferida parece inquestionável.

Maior confiança depositou Afonso III ao entregar-lhe a educação do Infante D. Dinis, futuro rei de Portugal. A mesma confiança, simultaneamente com a devida gratidão, foi prestada pelo monarca que consolidou as fronteiras do país que hoje somos. No decorrer do reinado dionisino terá sido prestada uma rara homenagem a este homem transmontano e, porque não, macedense: “*Este Nuno Martins de Chacim... foy homem muito homrrado e privado delrrey dom Dinis de Portugall...*”. Já em pleno séc. XIX, no *Arquivo Heraldico-Genealogico* se pode ler: “*A família dos Chacins foi illustradissima...*”. Estes dois exemplos representam o muito pouco que este país fez para homenagear o “primeiro polícia do Reino” e um dos educadores de D. Dinis.

Revela-se uma tarefa ingrata procurar reescrever a História. É impossível ressuscitar o que em tempos repousou no abandonado túmulo de Castro de Avelãs. A ser possível, talvez pudéssemos perceber melhor o que terá motivado D. Afonso III e D. Dinis a privarem com este homem. Mas é possível resgatar a sua memória e prestar-lhe uma merecida homenagem, não apenas pelos cargos de relevo através dos quais atravessou dois reinados, mas essencialmente pela contribuição decisiva que deu na consolidação das políticas régias e, porque não, das próprias fronteiras nacionais.

No caso particular do actual concelho donde é originário, Macedo de Cavaleiros, talvez a dívida de gratidão esteja expressa nas Inquirições mandadas tirar por D. Dinis, em 1290: “*A aldeya de maçaedo foy de dom nuno e doutros filhos dalgo. E disem as testemunhas que a virom trager por honrra des que se acordam. Estee honrrada por que he de filhos dalgo. E em qaunto ffor de filhos dalgo*”.

Fontes Bibliográficas consultadas**Almeida, Fortunato****“História de Portugal (Vol. I)”**

Imprensa Universidade de Coimbra – 1922

Alves, Francisco Manuel**“Memorias Archeologico-Historicas do Districto de Bragança – Tomo I”**

Typ. Empreza Guedes – 1910

“Idem – Tomo III”

Typ. Empreza Guedes – 1911

“Idem – Tomo IV”

Imprensa da Universidade de Coimbra – 1911-1918

“Idem – Tomo VI”

Tip. Empreza Guedes – 1928

Barroca, Mário Jorge**“O túmulo de D. Nuno Martins de Chacim, no Mosteiro de Castro de Avelãs”**

Revista da Faculdade de Letras - História, série II, XIII, pp. 595-614 - 1996

Barros, Henrique Gama**“História da Administração Pública em Portugal”**

Typographia Castro Irmão – 1922

Chagas, Manuel Pinheiro**“História de Portugal (Vol.I)”**

Empreza da História de Portugal – 1899

Costa, Ana Lúcia Pereira ; Santana, Maria Olinda Rodrigues**“Documentação foraleira dionisina de alguns concelhos do Alto Trás-os-Montes”**

Revista Galega de Filologia, 7, pp.117-141 – 2006

David, Henrique ; Pizarro, José A. Sotto Mayor**“Nobres Portugueses em Leão e Castela (Século XIII)”**

Revista de História, vol. 07, pp.135-150 - 1986-1987

Duarte, Luís Miguel**“A justiça medieval portuguesa (Inventário de dúvidas)”**

Cuadernos de Historia del Derecho, 11, pp.87-97 – 2004

Fernandes, Fátima Regina**“A recepção do Direito Romano no Ocidente Europeu medieval: Portugal, um caso de afirmação régia”**

História: Questões & Debates, 41, pp 73-83 - 2004

Filho, Flávio F. Paes**“A praxis político-administrativa nos textos legais dos monarcas portugueses (Séculos XIII-XIV)”**

Tese de Doutoramento, Porto – 2008

Gaio, Felgueiras**“Nobiliário de famílias de Portugal”**

Officinas Gráficas da Pax. 1938-1941

Gomes, Paulo Dordio**“O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro.****Primeiras impressões e hipóteses de trabalho”**

Arqueologia Medieval, 2, pp.171-190 - 1993

Herculano, Alexandre**“História de Portugal (Tomo V)”**

Livraria Ailland & Bertrand – s/d

Homem, Armando Luís de Carvalho**“Dionisius et Alfonsus, dei gratia regis e communis utilitatis gratia legife”**

Revista da Faculdade de Letras : História, série II, 11, pp.11-110 - 1994

Lencart, Joana**“O Costumeiro de Pombeiro – Uma comunidade beneditina no séc. XIII”**

Ed. Estampa - 1997

Machado, José Carlos L. Soares**“Os Braganções - História Genealógica de uma Linhagem Medieval - (Séculos XI a XIII)”**

Associação Portuguesa de Genealogia – 2004

Marques, A.H. de Oliveira**“A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana”**

Liv. Sá da Costa - 1981

Marques, José**“A Arquidiocese de Braga no séc. XV”**

INCM – 1988

Mattoso, José**“Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros – A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII”**

Guimarães & Cia. Editores - 1982

“Identificação de um País – Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325) – Vol.I – Oposição”

Ed. Estampa – 1985

“Portugal medieval – Novas interpretações”

INCM - 1985

“História de Portugal – Tomo II - A Monarquia Feudal (1906-1480)”

Círculo de Leitores – 1993

“Fragmentos de uma composição medieval”

Ed. Estampa - 1993

“A nobreza medieval portuguesa – A família e o poder”

Ed. Estampa - 1994

“A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular”

Revista da Faculdade de Letras : História, série II, XV (2), pp.1019-1044 – 1998

“O triunfo da monarquia portuguesa: 1258-1264. Ensaio de história política”

Análise Social, vol. XXXV (157), pp.899-935 – 2001

Mendonça, Manuela**“Cidades, vilas e aldeias de Portugal – Estudos de História Regional Portuguesa”**

Ed. Colibri – 1995

Moreno, Humberto Baquero**“Os municípios Portugueses nos séc. XIII a XIV – Estudos de História”**

Ed. Presença - 1986

n.**“Portugalliae Monumenta Historica : o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum”**

Academia Scientiarum, 1867

n.**“Estudos de História de Portugal – Vol. I – Séc. X-XV – Homenagem a A. H. de Oliveira Marques”**

Ed. Estampa - 1982

n.**“Liber Fidei Sanctae Bracaraensis Ecclesiae (Ed. Avelino J. Costa)”**

Assembleia Distrital Braga - 1965-1990

Peres, Damião**“História de Portugal (Vol. II)”**

Portucalense Editora - 1929

Pita, Isabel Baceiro**“Los poderes señoriales en los territorios fronterizos al norte del Duero (siglo XIII – inicios del XIV)”**

Revista da Faculdade de Letras : História, série II, XV (2), pp.1085-1100 – 1998

Pizarro, José A. Sotto Mayor**“D. Dinis e a nobreza nos finais do século XIII”**

Revista da Faculdade de Letras : História, X, pp.91-102 - 1993

“Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325”

Tese de Doutoramento, Porto – 1997

“A nobreza portuguesa no período dionisino. Contextos e estratégias (1279-1325)”

En la España Medieval, 22, pp.61-176 - 1999

“D. Dinis”

Círculo de Leitores - 2005

“O regime senhorial na fronteira do Nordeste Português, Alto Douro e Riba Côa (Séculos XI-XIII)”

Hispania – Revista Española de Historia, vol . LXVII, 227, pp.849-880 – 2007

Rau, Virgínia

“Estudos de História Medieval”

Ed. Presença – 1986

Santos, Maria Alcina A.

“Alguns quadros medievais da História do Nordeste Transmontano”

Edição de Autora – 1996

Santos, Maria Leonor F. O. Silva

“A onomástica, o indivíduo e o grupo”

Arquipélago, História, Série II, VII, pp.229-242 - 2003

Serrão, Joel; Marques, A. H. de Oliveira (Dir.)

“Nova História de Portugal – Portugal em definição de fronteiras – Do Condado Portucalense à crise do século XIV”

Editorial Presença – 1996

Sousa, Bernardo Vasconcelos

“Linhagem e identidade social na nobreza medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)”

Hispania – Revista Española de Historia, vol . LXVII, 227, pp.881-898 – 2007

Ventura, Leontina

“A nobreza de corte de Afonso III”

Tese de Doutoramento, Coimbra – 1992

“A fronteira Luso-Castelhana na Idade Média”

Revista da Faculdade de Letras do Porto. História, XV (1), pp. 25-52. – 1998

“D.Afonso III”

Círculo de Leitores - 2006

Vida e Obra de Bento Coelho da Silveira

Frederico Oliveira Matos *



Foto 1- Imaculada Conceição, Igreja Matriz de Vinhas.
Quadro atribuído a Bento Coelho da Silveira, em fase de restauro na oficina da Associação Terras Quentes.

Introdução

Este trabalho visa centrar-se na obra ou numa época da história da arte portuguesa. Embora a ideia inicial fosse fazer um trabalho acerca de um escultor ou um mestre entalhador português, pois a área em que me pretendo especializar é essa, optei por falar neste trabalho sobre um pintor do século XVII, poucas vezes falado, mas que no entanto teve um contributo importante numa época em que não houve muita produção artística de grande qualidade, como no resto da Europa daquele tempo. A sua extensa produção e a qualidade dos seus trabalhos são quase únicos neste período, salvo raras exceções como o de Josefa de Óbidos, André Reinoso e José do Avelar Rebelo, por exemplo. O meu interesse por este artista português surgiu durante este ano, quando me surgiu um trabalho numa tela, cujo estado de conservação era muito mau e que havia sido

encontrada há cerca de 2 anos por trás de um retábulo. Após o tratamento de limpeza química da mesma tela, esta começou a revelar alguma da sua cor e do seu brilho originais, mas também o seu muito provável mestre pintor, sendo quase certo que pela sua qualidade e características seria da oficina de Bento Coelho da Silveira.

Com este trabalho pretendo apresentar parte da vida e da obra deste grande artista português e tentar mostrar a sua importância para o panorama artístico português da época em que ele realizou o seu trabalho.

Biografia

Sobre os primeiros anos de vida de Bento Coelho da Silveira pouco se sabe. Supõe-se que tenha nascido em Lisboa, em 1620, segundo o que consta no manuscrito da *Statistica dos Pintores* da Biblioteca de Évora (1834). O mesmo documento afirma que o pintor faleceu a 3 de Março de 1708, porém, sabe-se que dois meses e meio depois dessa data, ele ainda recebeu o pagamento de uma quadro, na Fraternidade de Jesus do Hospital da Ordem Terceira de Lisboa.

* Licenciado em Conservação e Restauro pela Escola das Artes do Núcleo do Porto da Universidade Católica Portuguesa; Colaborador da Oficina de Conservação e Restauro da Associação Terras Quentes



Fig. 1 – Bento Coelho da Silveira – Adoração dos Magos. c. 1655. Óleo sobre tela 123x100 cm

Terá iniciado a sua aprendizagem por meados dos anos 30, possivelmente com o pintor Marcos da Cruz, devido a semelhanças existentes entre as cabeças de figuras de ambos os artistas. Supõe-se também que tenha passado por Espanha, existindo até uma teoria, embora infundada, que tenha tido contacto com Rubens, o que seria quase impossível, pois da última vez que este artista esteve nesse território foi em 1629, ou seja, menos de 10 anos após o nascimento de Bento Coelho. Porém, sabe-se que o artista tinha conhecimentos de castelhano, podendo até ter viajado por Espanha nos anos 50, durante as Guerras da Restauração, pois não há registos da vida do artista durante este período, ou poderá ter aprendido em Lisboa, pois era muito comum nesta época aprender-se esta língua na capital portuguesa. De qualquer forma, a sua influência rubeniana só seria notada mais para o final do século.

A sua primeira referência ocorre em 1649, sendo mencionado nos papéis da Irmandade de S. Lucas. Porém, a sua primeira obra assinada, data de 1656, uma *Lamentação*. Entre 1665 e 1670 exerceu a sua actividade no seio da Academia dos Singulares, como poeta e como artista. Este período foi importante para a sua carreira, pois adquiriu conhecimentos e cultura impossíveis de obter durante a aprendizagem profissional, tal como contactos com representantes das elites intelectuais e artísticas da época. Isso fez com certeza que tivesse ganho acesso a uma grande quantidade de clientes abastados, que ajudaram a contribuir para o seu sucesso e vasta produção artística. Toda esta promoção, certamente ajudou na sua ascensão profissional, pois em 1678, por morte de Domingos Vieira, o Escuro, foi nomeado Pintor Régio de D. Pedro II.

Desconhece-se a data do seu casamento e o número de filhos que deixou, sabendo-se porém que o seu sucessor com Pintor Régio, Lourenço da Silva Pais, refere na sua carta de nomeação que este não deixara filhos pintores. Há a referência porém de um único filho de Bento Coelho, o monge agostinho Fr. José de Jesus Maria, a quem é dirigida a “Dedicatória” de 1706 da *Homenagem dos Singulares*, o que poderá indicar que o seu filho tenha atingido um certo grau de estatuto dentro da sua Ordem religiosa. A partir dos anos 80, as informações do arquivo do artista escasseiam, voltando a aparecer registos nos livros da Irmandade de S. Lucas em 1690, 1694, 1698 e 1701. Sabe-se também o nome de um dos seus aprendizes em 1682, António Francisco. O seu trabalho entre 1683 e 1708, data do seu falecimento, é bastante abundante, tendo pintado dezenas de quadros para igreja e encomendadores particulares por quase todo o país e até para a Índia. Sabe-se também que a sua última grande encomenda data de 1706, para os Grilo, um mosteiro agostinho.¹

O artista e a sua obra

A aprendizagem do artista deverá ter terminado por volta de 1640. Neste século houve um reafirmar da função da arte como instrumento importante para a divulgação do catolicismo, havendo grandes empreitadas por quase todas as nações católicas e um aparecimento de novas instituições religiosas. Na pintura assiste-se a uma

¹ BARROS, Mafalda Magalhães. PAIS, Ana Cristina – *Bento Coelho e a cultura do seu tempo*. Lisboa: IPPAR, 1998



Fig.2 – Bento Coelho da Silveira – Baptismo de Santo Agostinho. 1706, Óleo sobre tela, 200x222 cm

tendência para simplificar e tornar mais naturalista as composições e as estruturas narrativas, tornando a arte mais acessível para a maioria das pessoas, sendo a maior parte das temáticas sobre a vida de Cristo, da Virgem e da hagiografia. Até à segunda metade do século assiste-se ao desenvolvimento da arte tenebrista em Portugal, muito devido à influência espanhola, que por esta altura controlava os destinos do país, até ser restaurada a independência em 1640, Quando D. João IV sobe ao trono, a influência espanhola na pintura portuguesa é bastante nítida, porém existem ainda alguns exemplares de pintura flamenga no nosso país e que muito eram apreciadas por este governante, que acabou por mandar vir de Antuérpia para a Capela Real, algumas pinturas dessa região.

O início da carreira de Bento Coelho da Silveira é difícil de ser datado, muito devido à escassez de documentos. A primeira vez que aparece referenciado na Irmandade de S. Lucas é em 1649, porém, “a sua primeira obra conhecida, a *Lamentação* de 1656, é uma obra eclética e algo desconcertante nestes meados do século. A plasticidade do corpo de Jesus claro que se relaciona com modelos conhecidos desde o maneirismo espanhol (Morales, Llanos y Valdés), mas os expressionistas anjos carpidores com as mãos contorcidas de desespero parecem saídos dos finais da Idade Média ou dos flamengos de começos de Quinhentos.”² Este tipo de pintura está certamente relacionada com as primeiras obras de Josefa de Óbidos, muito apreciada pelo artista. Outra influência importante foi a de Fernão Gomes e a sua obra *Encarnação* (1594), que serviu de base para quase todas as suas *Anunciações*. Entre ambas as referências não se sabe que obras terá o artista realizado e supõe-se que existem obras que possam estar relacionadas com outros artistas, que sejam deste autor, ou até da geração anterior maneirista, não sendo porém possível esclarecer-se essas dúvidas, devido à escassez de informações, como já foi referenciado anteriormente. Quando o artista é referenciado em 1670 nos *Singulares*, conta já com grandes encomendas e tem já um grande prestígio, criando obras que abordam quase todos os

temas da altura. Por esta altura, o artista já se encontra longe da sua primeira obra conhecida, aparecendo já nas suas obras as formas largas e amplas e as fisionomias cheias. A *Anunciação*, a *Adoração dos Magos*, a *Adoração da Madre de Deus* e a *Adoração dos Pastores*, podem marcar a transição entre os seus começos e a fase madura do artista, que acabaria por se manter quase inalterada até à sua morte.

Entre 1665 e 1670 não surge qualquer referência ao artista, pelo que se desconhece por onde tenha andado. Supõe-se que possa ter estado em Espanha, porém, não existe qualquer registo em documentos espanhóis da época, da sua presença por lá. Existe uma tábua de pequenas dimensões no Museu Nacional Machado de Castro, denominada *Degolação de Baptista*, com um fundo muito escuro e figuras pequenas e nervosas, esboçadas rapidamente. Na espada do algoz, aparece de forma pouco clara um monograma que pode corresponder às iniciais BC. Devido a isso, poderá afirmar-se que esta obra pertença a este mesmo artista, não sendo no entanto conclusivo, visto não existirem outras obras deste mesmo período que permita fazer a comparação. Em meados dos anos 60, iniciou-se a decoração

dos interiores do Palácio de Santos, obra de grande importância para a história da pintura portuguesa deste período, sendo a sua autoria atribuída a Marcos da Cruz, o pintor de quem se diz ter sido mestre de Bento Coelho. A sua vida e a sua obra estão envolvidos em mais mistério que a do seu aprendiz. Até há pouco tempo conheciam-se apenas algumas obras conservadas no Palácio de Vila Viçosa e na igreja de Jesus em Lisboa. Recentemente descobriu-se um ciclo de seis santos terceiros de S. Francisco na Capela da Fraternidade de Jesus, em Lisboa, documentados em 1673-1674. Estas obras mostram um artista de personalidade vincada e que certamente foi o ela de transição entre o naturalismo da primeira metade do século e a plasticidade barroca do seu predecessor. Este era o artista mais naturalista de toda a pintura portuguesa, com uma plasticidade dura, própria dos começos do século, mas que manifesta uma abertura para tonalidades claras e o uso de fundos com paisagens que anunciam a arte de Bento Coelho.

Devido a descobertas recentes de pinturas do mestre lisboeta, anteriores a 1670, de uma encomenda para a Capela dos Enfermos, descobriu-se um artista que era um “(...) excelente desenhador, com ótimos apontamentos realizados com rapidez e facilidade, o que contraria muito do que sobre o artista se tem dito – ou que confirma a sua fundamental irregularidade de acordo com a importância e o montante da encomenda... As pinturas, de óptima qualidade geral, fluidas, com fundos de paisagem, marcam um momento importante de evolução para uma pintura propriamente barroca, o que se verifica portanto antes do que se pensava, já por volta dos anos de 1670. As figuras dos quadros de Coimbra, no tipo hispânico das fisionomias e no tratamento geral das carnações, denunciam ainda, efectivamente, a lição de Marcos da Cruz.”³ Existe um outra pintura, pertencente a um particular, de um Jesus servido pelos anjos, em que a figura de Cristo surge atrás da mesa, ao centro, em atitude de quem se prepara para abençoar a refeição, bem resolvida, com a cabeça e as mãos solidamente desenhadas e com tratamentos fluidos e vaporosos das

² BARROS, Mafalda Magalhães. PAIS, Ana Cristina – *Bento Coelho e a cultura do seu tempo*. Lisboa: IPPAR, 1998, pp.29-30

³ BARROS, Mafalda Magalhães. PAIS, Ana Cristina – *Bento Coelho e a cultura do seu tempo*. Lisboa: IPPAR, 1998, pp.33-34.

roupagens, tendo também por cima da mesa uma natureza-morta de excelente qualidade.

No último terço do século, Bento Coelho torna-se sozinho no maior nome da pintura portuguesa, após a morte de Domingos Vieira e Marcos da Cruz. Mesmo António de Oliveira Bernardes, que por esta altura ainda tinha grande produção, estava baixo da notabilidade de Coelho da Silveira, tendo-se dedicado à pintura de azulejos. É de salientar também que o mestre pintor, após se tornar Pintor Régio, cumpriu efectivamente o seu papel, fazendo obras para todo o país, de vários encomendadores. É neste terço do século que se realiza a fenomenal quantidade de ciclos as igrejas da capital e de outras cidades, sendo os seus principais clientes a Coroa e as instituições religiosas. É nesta que surge D. Fr. Luís da Silva Teles (1626 – 1703), amigo e protector do pintor. Foi nomeado bispo de Lamego em 1677, da Guarda em 1685 e arcebispo de Évora em 1691. O seu grande interesse pelas artes, fez com que este patrocina-se muitas das obras de Bento Coelho para as igrejas destas dioceses. Supõe-se até, que em Montemor-o-Novo, a obra Calvário de 1695, poderá ter incluído o retrato do seu amigo e protector, segundo Túlio Espanca.

Por esta altura e devido a uma série de reformas que surgem na organização dos templos e na concepção dos retábulos, começa-se progressivamente a abandonar a pintura nos retábulos e a dispor-se as telas pelas paredes das igrejas, segundo modalidades de narrativas lineares, distribuídas em séries. Este tipo de disposição, leva posteriormente à introdução de novas formas decorativas, como séries de caixilhos de talha dourada, panos de azulejos ou de mármore embutidos, estuques, entre outros, que progressivamente se combinam uns com os outros num todo orgânico, plástica e iconograficamente coerente, denominando-se esta época a “obra de arte total” barroca, ou o “bel composto”. Dessa forma, os quadros passaram a ser executados para serem colocados nestas composições não isoladamente, sendo importantes as poses das figuras, o sentido da acção, o tipo de iluminação, as proporções e os escorços, assim como o carácter mais ou menos acabado de certos pormenores e o ângulo de visão previsto para o espectador. Neste contexto, Bento Coelho desempenha um papel importante, tanto na quantidade, como na qualidade das suas obras. Em 1706, no prefácio do manuscrito da *Homenagem*, António Leitão de Faria, eles demonstra um profundo respeito pelo velho artista, salientando que apesar de ter tido um início de carreira algo obscuro e ter tido um percurso irregular, que o seu legado monumental de meio século de exercício da sua arte, não tem paralelo em toda a história da arte portuguesa.

No final da sua carreira, Bento Coelho demonstra já algum cansaço na execução dos seus trabalhos, sendo esse facto compreensivo pela sua avançada idade e que poderá ter sido a causa de não deixar seguidores. António Machado Sapeiro tentou imitar a arte do mestre lisboeta, de maneira franca e presteza de execução, não tendo porém atingido a qualidade e o sucesso do seu modelo, acabando por ser no início do século XVIII ultrapassado pela pintura anunciada por António de Oliveira Bernardes e continuada ao longo do século.

Entre as obras mais emblemáticas de Bento Coelho da Silveira, podem se destacar a *Anunciação* e as histórias de S. Bento da Encarnação, a *Estigmatização de S. Francisco* da Madre de Deus, os *Desposórios* de Vila Franca de Xira e a *Morte da Virgem* de Braga.

Conclusão

Artista com um início de vida e de carreira algo obscuro, acabou por se tornar um artista de grande nome e sucesso, com uma obra vastíssima e quase sem paralelo na história de arte portuguesa. Teve uma primeira fase apegada à tradição nacional maneirista e aos naturalismos hispânicos, para depois enveredar por um informalismo mais colorista da segunda metade do século, fortemente marcadas por Rubens, Velásquez e pintores venezianos. Tendo tocado em todos os géneros e colaborando com diversos artistas da sua época na criação do “bel composto” do primeiro barroco português, iniciador da hagiografia plástica nacional, poeta, artista e músico, fez com que esta figura apresente uma estatura invulgar na história da cultu-

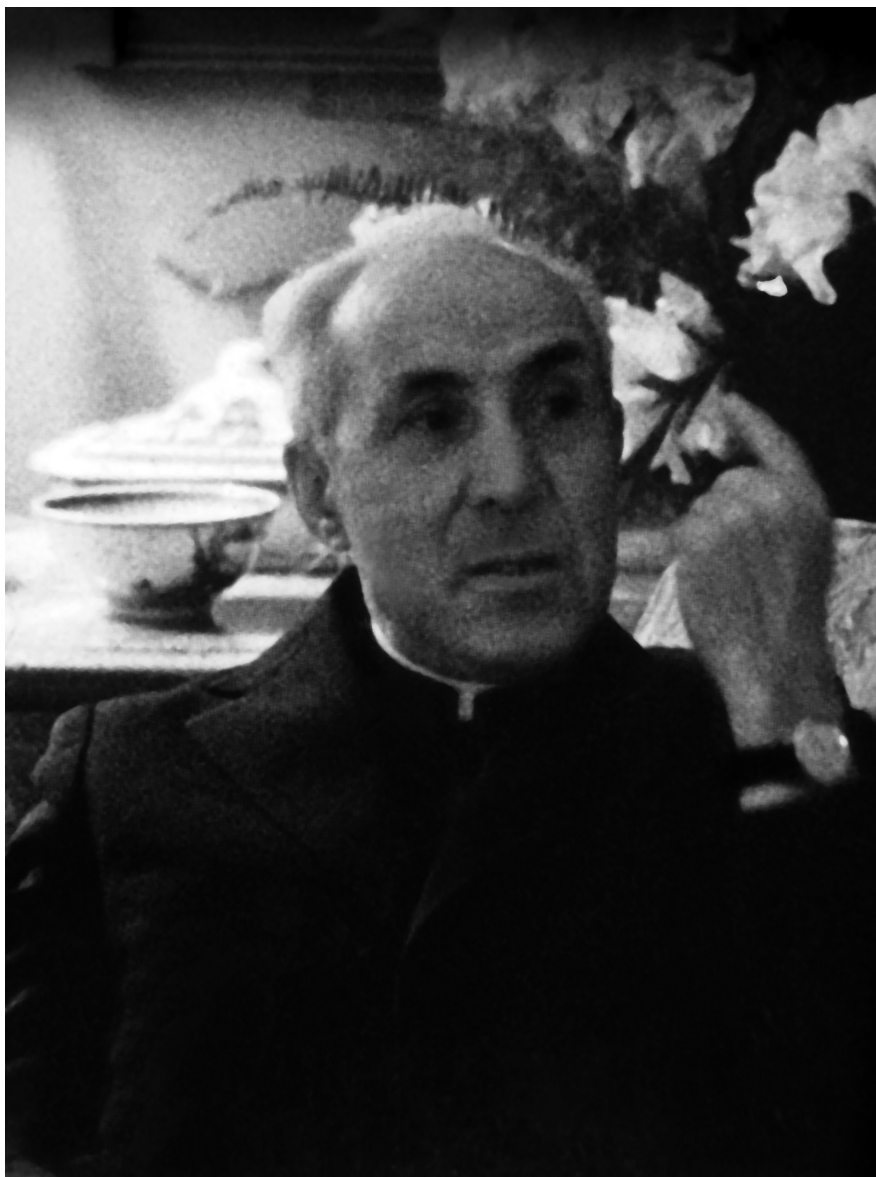
ra portuguesa do Barroco. Foi o introdutor da maneira barroca em Portugal, na modalidade rubeniana, “malerisch” ou “pictural”, no auge da sua carreira. No final da sua carreira e muito devido a um certo cansaço, a sua obra começou a desvanecer-se, mas é no entanto importante salientar que nos quadros de Alhandra, aparece uma tentativa de levar ainda mais longe a desmaterialização das formas, o dinamismo expressionista e a abertura das cores.

Bibliografia e Fontes Computorizadas

- BARROS, Mafalda Magalhães. PAIS, Ana Cristina – *Bento Coelho e a cultura do seu tempo*. Lisboa: IPPAR, 1998
- CRUZ, António João – *Da luz para a sombra. Materiais e técnicas da pintura de Bento Coelho da Silveira*. Lisboa: IPPAR, 1999
- http://www1.ci.uc.pt/artes/6spp/oef-bento_coelho-adoracao_dos_magos.html
- <http://blogvisao.wordpress.com/2007/08/28/893-a-vida-de-santo-agostinho/>

Cónego António Figueiredo

Manuel Cardoso*



Fotografia de Alexandre de Carvalho Neto - 1967
Em casa do Sr. Eng. José Aires de Santa Clara Gomes,
na Rua da Escola Politécnica n.º 268 em Lisboa.

Mais do que por objectos e obras de arte em si, a vida das pessoas é tocada pela vida de outras pessoas. De uma forma intensa e que, por vezes, se torna indelével. Quando as pessoas que nos tocam têm essa faculdade. O Cónego António Figueiredo tinha-a.

Conta o escritor António Pires Cabral que, quando em férias em Grijó e era visitado pelo Senhor Cónego, ambos conversavam e este se interessava primeiro por saber dos seus trabalhos literários e só depois divagava na conversa, falando de um *modo bondoso, sereno e fidalgo*. Pires Cabral não diz bem só isso: diz *no seu modo bondoso, sereno, fidalgo*, como se fosse uma característica rara e quase exclusiva do seu interlocutor. E acrescenta: “quando saía, tinha deixado comigo um pouco mais de sabedoria, um pouco mais de bondade”. É uma forma eloquente de resumir todo um homem. E o escritor ainda me veio a confidenciar que a bonomia do senhor Cónego lhe fora inspiradora.

*mcardoso.mmacedo@gmail.com

Foi um dos homens que mais sabedoria e bondade manifestaram na vida, entre aqueles que nasceram em Trás-os-Montes. Um homem que não se deixava ficar por compreender “os mínimos segredos da sabedoria popular – mas de amar”.¹

António Henrique de Figueiredo Sarmiento nasceu no Vilar do Monte em 11 de Outubro de 1902. Frequentou a escola primária em Castelões e no Vilar do Monte, e fez exame na escola da Praça das Eiras, em Macedo. Em Bragança, estudou no liceu até ao 5º ano, concluído o qual declarou em casa que iria deixar de estudar.

Tanto os pais como os avós maternos tentaram dissuadi-lo da desistência. Não o conseguindo por palavras, usaram de uma pedagogia experimentada por outros. Durante um ano foi encarregado de executar tarefas agrícolas na casa de lavoura da família tendo, no fim desse período, retomado os estudos por vontade própria. Terminado o liceu, foi estudar direito para Lisboa.

Conheceu nesse tempo uma série de pessoas que havia de acompanhar pelo resto da vida: João Ameal, Manuel Aguiar, Pires



Foto 2 - O Senhor Cônego Figueiredo na celebração dos 37 anos de Patriarcado do Cardeal Cerejeira.

Avelanoso, Marcelo Caetano. Contudo, não se integrou perfeitamente no ambiente da faculdade e mudou-se para Coimbra.

Nesta cidade encontrou Manuel Gonçalves Cerejeira, então professor universitário, que o impressionou pela sua inteligência e capacidade de ver mais além. Passou a fazer parte do seu círculo de alunos e a participar em encontros. Veio a descobrir e a sentir-se bem com o ambiente e as novas ideias do CADC – Centro Académico da Democracia Cristã, uma associação de estudantes que, sob inspiração católica, personificava a ordem e era a resposta aos problemas e desafios que o século XX trazia consigo. Foi o seu refúgio estudantil num tempo em que a espuma da maré trazia os abundantes escolhos com que a primeira república deixava o país: à beira do caos, da ingovernabilidade, da cultura do anticlericalismo. Se a vida do dia-a-dia o obrigava ao contacto com a cultura vigente, as ideias do CADC punham-no mergulhado na onda da doutrina social da Igreja, na moral cristã e no pensamento político católico.

Concluiu o curso de direito em Coimbra e iniciou uma carreira de magistratura, despachado como delegado para Miranda do Douro e, depois, para Mogadouro.

É neste momento que se dá uma viragem decisiva para o seu futuro. A sua mãe morrera entretanto, amortalhada com o hábito da Ordem Terceira, e o ambiente vivido nessa época por alguém que era uma pessoa informada da sua circunstância e do mundo em geral, vieram reacender em si um fortíssimo desejo de ir muito para além da sua vida de magistrado. A própria vida familiar lhe impôs um constrangimento que o obrigaria a uma intensa introspecção.

De facto, a primeira vez que se sentira tocado pelo sobrenatural fora ainda em Coimbra, aquando de um retiro espiritual de estudantes católicos ligados ao CADC, no Luso. Agora, anos trinta, era com outra convicção, mais madura, sobretudo acesa pela desilusão com a justiça humana, que encontrava algumas respostas na religião que a vida jurídica se lhe recusava a dar.

O sentido de justiça/injustiça das decisões e dos actos foi algo que o preocupou toda a vida. Então, talvez que o seu impulso fosse de fuga, de algum modo. Escreveu a Marcelo Caetano dando-lhe conta da sua decisão de ir para Singeverga. O imponderável desequilíbrio da justiça humana tornara-se-lhe insustentável a ponto de sentir, por ela, quase uma repulsa. Poderia com esta linha de pensamento cair num pessimismo estéril mas, em vez disso, procurava uma outra via, um desiderato. Marcelo Caetano percebeu

perfeitamente o alcance da decisão do amigo. Pediu-lhe que fosse a Lisboa antes de ir para o convento, despedir-se dos companheiros de estudo. Ele foi, sem estar à espera que os amigos lhe tinham previsto outro destino que não o do convento beneditino. Queriam que ele ficasse em Lisboa. Ficou. Assinou, com isso, o resto da sua vida.

Ingressou no Seminário dos Olivais onde foi ordenado sacerdote pelo Cardeal Cerejeira em 19 de Dezembro de 1942. A partir daí, havia de marcar gerações de sacerdotes como guia espiritual. As suas palavras eram especiais, sempre de uma força enorme na simplicidade e na delicadeza, tal como era a sua companhia, o saber estar presente tanto na vida de pessoas dos mais elevados estratos sociais como na de prostitutas ou de quaisquer proscritos pela vida, de quaisquer uns que se lhe dirigissem. Ainda há bem pouco tempo, numa Assembleia Plenária do Clero do Patriarcado

assim nos há-de edificar com o fulgor da Fé, da Caridade e da Fortaleza sobrenatural. Peço muito, e pena tenho de não ter méritos que valorizem os meus pobres pedidos, que o divino Espírito Santo una profunda e indissolivelmente V.Ex.^a Rev.ma a Nosso Senhor Jesus Cristo e o encha dos seus dons. Esperando melhores dias, beija o sagrado anel de V.Ex.^a Rev.ma” [10.10.1959]².

Anualmente, nalguns dias de férias no Vilar do Monte fazia excursões de investigação pelas aldeias, silhueta inconfundível de negro e branco, em busca do património tão desconhecido dos nossos templos, num trabalho de inventariação fotográfica, pioneiro no género, com a ajuda do seu sobrinho-neto Alexandre de Carvalho Neto que conduzia e disparava a objectiva. Percorreu o distrito de Bragança como, provavelmente, nenhum outro antes dele. Escreveu textos sobre este tema que ainda hoje são lapidares. E apesar de tão grande esforço, que acompanhava com vasta

	DESIGNAÇÃO: <u>Casa Paroquial</u>
	LOCAL <u>Vilariado de Agio- Chão - Mac. de Cav²</u>
	PROPRIETÁRIO _____
	FOTOGRAFIA DE: _____
	NEGATIVO N.º <u>575</u>
	TIRADA EM: <u>1961</u>
OBSERVAÇÕES <u>Parte traseira, rampa de acesso para o quintal. A casa está totalmente arruinada. Tem ainda uma sala com o tecto em madeira pintado.</u> <u>Com varias figuras de musica e caça. Meu. Arq. Hist. vol VI pg. 199</u>	

Foto 3 - Exemplo de ficha de trabalho do Cónego Figueiredo

de Lisboa, D. Manuel Clemente o indicou como modelo: “o Cónego Figueiredo Sarmento, com a sua profundidade espiritual e o seu sentido de humor foi o grande orientador de muitos sacerdotes”.

O seu elevado sentido de justiça, sensível à posição dos que ele entendia como injustiçados, actuou como uma mola a fazê-lo escrever palavras de solidariedade ao Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, que, após a tomada de posse nesse cargo, se vira impossibilitado de regressar do estrangeiro à sua diocese por causa de Salazar ter discordado do conteúdo das suas Cartas Pastorais. Sem se preocupar, ao de leve que fosse, com as consequências que sobre si tal acto poderia verter – e que terão obstado a que pudesse posteriormente ter sido designado Bispo – escreveu: “Não estou ainda refeito da dolorosa surpresa que me causou a notícia ontem publicada nos jornais”. [fora a de que o Porto passara a ter, em vez do Bispo, um Administrador Apostólico] “Venho apresentar a V.Ex.^a Rev.ma os protestos da minha profunda veneração e dizer do meu desejo, que é também convicção, de que assim como V.Ex.^a Rev.ma nos encantou e instruiu com o brilho de inteligência culta,

erudição e trabalho de casa³, mantinha uma postura de grande humildade ao divulgar a outros estes seus conhecimentos a que acrescentava, num acentuado cariz pedagógico, a preocupação prática de salvaguarda do património: “Ponhamos termo às considerações de um analfabeto mas não sem apontar, agora já com mais segurança, alguns dos inimigos da arte. O primeiro é a ignorância. (...) O segundo é o apetite do ‘novo’ e o fastio do ‘velho’ (...)” O terceiro é o de que “a mania do ‘novo’ leva às restaurações que em regra desvalorizam quando não inutilizam uma obra de Arte.(...) São incalculáveis os estragos das purpurinas e nova ‘encarnação’ de imagens. O quarto são as ornamentações das Zeladoras.(...) O quinto, a avidez do dinheiro”⁴.

Como me lembro bem de com ele conviver no arquivo do então Registo Civil de Macedo de Cavaleiros, lendo página a página os velhos livros de assentos e comentando os detalhes mais pitorescos de alguns. Por exemplo o do turco Alvenvisar, capitão de mar e guerra de três naus, derrotado na Biscaia e que fugira até

aqui onde se fez baptizar em 1716 com o nome de João Baptista, motivo para um dos seus artigos na revista Brigantia⁵. Deixou-nos, aliás, uma série de artigos na revista Brigantia ainda de um outro âmbito, compilados posteriormente num livro intitulado *Ambiência do Ano*⁶, que são um fresco vivo da vida de lavoura que ele conhecia e, como diz Pires Cabral, *era capaz de amar*.

É recordado amorosamente pelas pessoas do Vilar do Monte, de Grijó, de Castelãos, de tantos sítios.

Morreu no dia 11 de Abril de 1991, sendo então Decano do Clero do Patriarcado e Arcipreste Jubilado do Cabido da Sé Patriarcal. Está a decorrer um processo de beatificação deste mais do que ilustre macedense, trasmontano e português: um homem tão especial e tão santo.

Notas

¹ In Nota Introdutória de A.M.Pires Cabral, *Ambiência do Ano*, Cónego António Figueiredo, Edição da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

² In Manuel de Pinho Ferreira, *A Igreja e o Estado Novo* na Obra de D.António Ferreira Gomes, Fundação Spes, UCP-Porto, página 68, nota.

³ A biblioteca constituída pelo Senhor Cónego Figueiredo era vastíssima e eclética, tendo sido parcialmente doada ao Convento de Balsamão. A sua cultura era vastíssima, para lá da componente religiosa.

⁴ Extraído e resumido de um artigo notável de oito colunas: Breves apontamentos sobre algumas manifestações de Arte Sacra no concelho de Macedo de Cavaleiros, in *Mensageiro de Bragança*, 22 de Agosto de 1964, ano XXV, nº. 1030.

⁵ Edição do Arquivo Distrital de Bragança.

⁶ Edição da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Notícias da Associação Terras Quentes, ano 2009

O ano de 2009, apesar das dificuldades sentidas, decorrentes da grave situação económica e financeira, vivida no país, que afectou de forma constringente as Autarquias Locais e os Institutos Públicos dos quais a Associação Terras Quentes está dependente, conseguiu-se cumprir com rigor todo o programa previsto para o ano em análise. O Trabalho de campo do Inventário da Diocese de Bragança-Miranda, decorreu sobretudo em três Concelhos do Distrito, Freixo de Espada à Cinta, Carrazeda de Ansiães e Torre de Moncorvo.

A arqueologia, já como tinha acontecido, por causa dos constrangimentos financeiros em 2008, foi somente possível a intervenção em dois arqueosítios, O povoado da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos e deu-se continuidade, abertura da área escavada em 2008, ao trabalho realizado no povoado Calcolítico de Xaires, situado na freguesia de Talhas, confirmando-se a importância do arqueosítios.

A História esteve bem presente no ano de 2009 nas actividades da Associação Terras Quentes, Os acontecimentos da crise 1383-1385, foram recordados pela primeira vez em Macedo de Cavaleiros, com a inauguração de um memorial à presença das tropas de D. João I e

de Nuno Álvares Pereira, no campo do Pereiro na Freguesia de Castelhães, Tendo-se incluído nas comemorações a santificação de Nuno de Santa Maria e recordados em várias comunicações a Figura do Macedense Martim Gonçalves de Macedo.

Um outro momento alto na página cultural de Macedo de Cavaleiros, aconteceu no dia 18 de Maio, com a inauguração do Museu de Arte Sacra do Concelho, acto a que esteve presente o Sr. Ministro da Cultura.

O nosso site viu ultrapassar no final do ano de 2009 as 100.000 visitas, em pouco mais de 2 anos de existência, o que reflecte não só a sua qualidade, como o seu interesse, mormente para a comunidade académica.

A Sala-Museu de arqueologia registou em 2009 ultrapassou os 1.500 visitantes, um pouco aquém de 2008, pois não foi possível pelas razões já expostas dar continuidade ao programa de visitas com a comunidade escolar como desejaríamos.

A seguir dá-se conta mais resumidamente das principais acções levadas a cabo durante o ano de 2009 pela Associação Terras Quentes.

Janeiro

Continuação dos trabalhos de inventariação aos locais de culto da Diocese de Bragança-Miranda levados a cabo no Concelho de Vila Flor.

No último fim-de-semana deste mês esteve a Associação Terras Quentes presente na Feira da Caça e do Turismo que se realizou no parque Municipal de exposições em Macedo de Cavaleiros.



Aspecto do espaço expositivo ATQ

Fevereiro

O Mês de Fevereiro trouxe-nos a boa notícia, já esperada, a confirmação pela Assembleia do Município de Macedo de Cavaleiros, da classificação de 5 arqueosítios propostos pelo IGESPAR.

Foi uma medida que muito nos honrou e que veio reconhecer o esforço e empenhamento de mais de um milhar de alunos e técnicos superiores, que tem colaborado com a Associação Terras Quentes, que apoiada pela edilidade Macedense, tem vindo desde 2003 a desenvolver o projecto “Evolução crono-cultural do Concelho de Macedo de Cavaleiros, tendo-se intervencionado, com rigor científico, desde então, 15 sítios arqueológicos.

Esta distinção que, se por um lado, honra todo o Concelho, por outro veio colocar à Associação Terras Quentes e à Câmara Municipal uma responsabilidade acrescida, no cuidado e preservação dos arqueosítios classificados.

São as seguintes as classificações atribuídas:

Arqueosítio Classificado de Interesse Público



Povoado da Idade do Ferro e Idade Romana da Terronha de Pinhovelo

Arqueólogos Responsáveis:

Mestre Carlos Mendes, Mestre João Tereso,
Dr.ª Helen Barranhão e Dr.ª Lúcia Miguel

Arqueosítios Classificados de Interesse Municipal



Forno Romano de Salselas

Arqueólogo responsável
Mestre Carlos Mendes



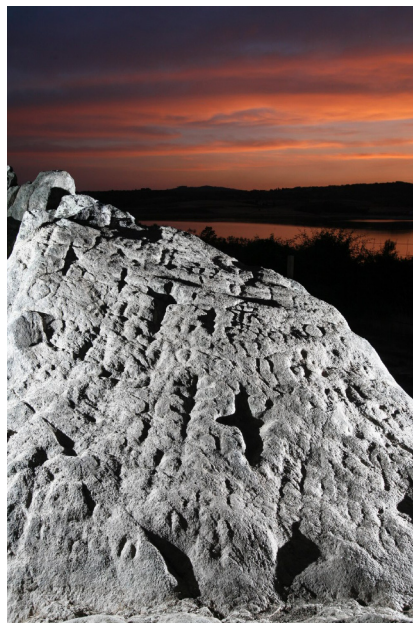
Povoado Romanizado do Cramanchão

Arqueólogos responsáveis :
Mestre Carlos Mendes, Mestre Miriam Arranz Gozalo



Povoado da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos

Arqueólogos responsáveis:
Prof. Doutor Senna-Martinez; Mestre José Ventura, Dr. Hélder Carvalho, Drª Elsa Luís.



Arqueólogos Responsáveis:
**Mestre Carlos Mendes; Dr.ª Sofia Figueiredo;
Dr.ª Fátima Bento.**

Reconhecendo o seu valor intrínseco dos arqueosítios, mas, devido à figura de excepcionalidade da classificação, entendeu, a tutela, não estarem reunidos, os conhecimentos suficientes de excepcionalidade, para se atribuir uma classificação aos seguintes sítios propostos. Recomendando todavia ao município a sua integração no inventário patrimonial do Plano Director Municipal, a fim de garantir a protecção do imóvel e o reconhecimento do seu valor patrimonial.

Estão neste grupo os seguintes arqueosítios:

-Necrópole do Sobreirinho – Freguesia de Ferreira. Despacho Igespar 31.03.08

-Forno de Cal de 2ª Geração – Freguesia de Vale da Porca. Despacho Igespar 31.03.08

-Forno de Telha do Pradinho – Freguesia de Salselas. Despacho Igespar 31.03.08

Aos arqueólogos responsáveis pelos arqueosítios bem como a todos aqueles que participaram até ao momento nas campanhas arqueológicas levadas a cabo pela Associação Terras Quentes uma nota muito especial de agradecimento. A todos vocês se deve este reconhecimento. Muito obrigado.

A Direcção da ATQ.

Março

Continuação dos trabalhos de inventariação aos locais de culto da Diocese de Bragança-Miranda existentes no Concelho de Vila Flor.

Abril

A pedido da Câmara Municipal por sugestão do Bispo de Bragança, D. António Montes Moreira, durante o Mês de Abril procedeu-se a um pré-inventário aos locais de culto do Concelho de Vimioso, tendo em vista a escolha de peças para a inauguração do museu concelhio de Arte Sacra. Assim procedeu-se à inventariação das seguintes freguesias:

Algozo; Angueira; Argozelo; Avelanoso; Caçarelhos; Campo de Vóboras - Vale de Algozo; Carção; Matela - Avinhó, Junqueira; Pine-lo - Vale da Pena; Santulhão; Uva - Mora, Vila Chã; Vale de Frades – São Joanico, Serapicos; Vilar Seco; e Vimioso.

Maio

O mês de Maio foi preenchido de acontecimentos que produziram grande orgulho à Associação Terras Quentes, dando visibilidade a três eventos de grande importância para a História do Concelho e porque não dizer para a História deste país.

No dia 8 de Maio. Comemorou-se pela primeira vez e com grande dignidade as figuras do Rei D. João o primeiro, D. Nuno Álvares Pereira e de Martim Gonçalves de Macedo. Três figuras que irão perdurar para todo o sempre no apor cultural e identitário Macedense.

Com o descerramento de uma lápide no monumento erguido a Nuno Álvares Pereira numa das principais avenidas da cidade, comemorou-se sobretudo o facto da sua beatificação, ordenada uns dias antes pelo Papa Bento XVI.



Nesse mesmo dia inaugurou-se um memorial alusivo à presença das tropas do reino em 8 de Maio de 1386 no campo do Pereiro na Freguesia de Castelãos, onde estiveram presentes o Rei D. João I, Nuno Álvares Pereira e o Cavaleiro e escudeiro real Martim Gonçalves de Macedo.

Nesse mesmo dia 8 de Maio realizou-se um workshop na escola secundária de Macedo de Cavaleiros, onde o Presidente da Associação Terras Quentes, apresentou uma comunicação sobre o tema “Martim Gonçalves de Macedo, um herói Nacional, Macedense”

No final da tarde e após a realização de uma missa, na Igreja Matriz de Macedo, celebrada pelo Bispo da Diocese de Bragança, Sua Eminência D. António Montes Moreira, no Centro Cultural, fez-se uma alocução sobre a figura do Santo Nuno de Santa Maria “O militar e o Santo” que esteve a cargo do Professor Dr. Miguel Sanches Baêna, Secretária da Mesa da Assembleia-geral da Associação Terras Quentes.

Paralelamente decorreu uma exposição de armamento medieval, mostra organizada e montada pela A.T.Q. em colaboração com o Museu Militar de Lisboa e a Câmara Municipal. O evento realizou-se entre os dias 7 e 14 de Maio no atrium do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.

Museu de Arte Sacra



No dia 18 de Maio, com a presença do Ministro da Cultura, inaugura-se na Casa Falcão, o museu de Arte Sacra, velho sonho do Município que se veio a concretizar devido aos trabalhos efectuados pela Associação Terras Quentes, no âmbito do projecto de Inventariação a todos os locais de culto pertencentes a Diocese Bragança-Miranda.

Museu com características inéditas somente possível pela existência de um forte clima de entendimento entre as Paróquias, o Município e a Associação Terras Quentes, que souberam reunir e dividir esforços no sentido de emprestar à cidade e a região uma unidade museológica de rara qualidade e beleza.

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

COORDENAÇÃO

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros
“Terras Quentes”, Associação de Defesa do Património do Concelho de Macedo de Cavaleiros

COMISSÃO CIENTÍFICA

Professor Doutor Vitor M. Guimarães Veríssimo Serrão
Mestre Carlos Alberto Santos Mendes
Dr. Lécio da Cruz Leal
Dr.ª Lília Pereira da Silva

RESPONSÁVEL PELO PROJECTO DE INVENTÁRIO DA DIOCESE BRAGANÇA-MIRANDA

Mestre Carlos Alberto Santos Mendes

MONTAGEM DA EXPOSIÇÃO

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros
“Terras Quentes”, Associação de Defesa do Património do Concelho de Macedo de Cavaleiros

EQUIPA DE INVENTÁRIO

Dr.ª Ana Patrícia Santana, Colaborador “Terras Quentes” IH-ADB-M
Dr. Carlos Morgado, Colaborador “Terras Quentes” IH-ADB-M
Dr.ª Cláudia Cláudio, Colaborador “Terras Quentes” IH-ADB-M
Dr.ª Isabel Lopes, Colaborador “Terras Quentes” IH-ADB-M
Dr. Lécio da Cruz Leal, “Terras Quentes”
Dr.ª Lília Pereira da Silva, “Terras Quentes”
Dr.ª Madalena Costa Cabral, Colaborador “Terras Quentes” IH-ADB-M
Dr.ª Margarida Cerdeira, Colaborador “Terras Quentes” IH-ADB-M
Dr.ª Maria da Graça Rodrigues, Colaborador “Terras Quentes” IH-ADB-M
Dr.ª Mónica Maurício, Colaborador “Terras Quentes” IH-ADB-M
Dr. Pedro Simões, Colaborador “Terras Quentes” IH-ADB-M
Dr. Ricardo Naito, “Terras Quentes”
Dr. Sérgio Abelha, Colaborador “Terras Quentes” IH-ADB-M

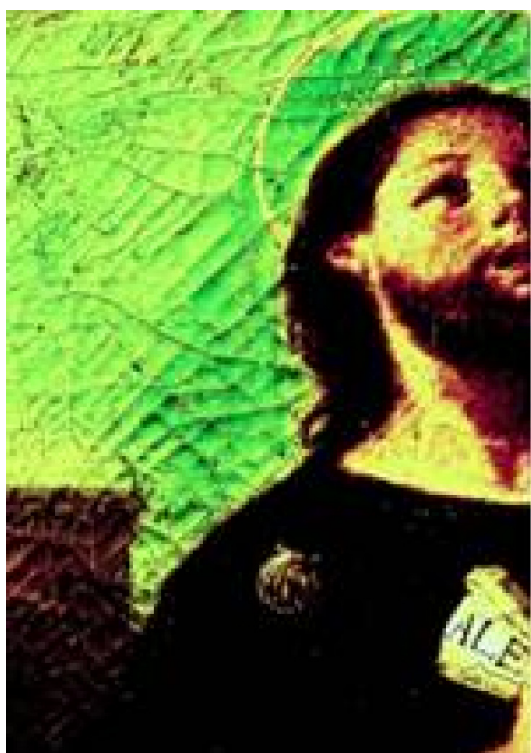
INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Maria Belmira Mendes, responsável pela oficina de Conservação e Restauro da ATQ
Professora Mestre Carolina Barata, Escola das Artes da Universidade Católica do Porto
Dr.ª Bárbara Maia, Oficina de Conservação e Restauro “Terras Quentes”
Liliana Rio, Oficina de Conservação e Restauro “Terras Quentes”
Dr. Tiago Peres Oliveira, Oficina de Conservação e Restauro “Terras Quentes”
Alunos do estágio de verão, da Escola das Artes da Universidade Católica.

AGRADECIMENTOS

Eminência Reverendíssima D. António Montes Moreira, Bispo de Bragança-Miranda
Padre Delfim Jorge Esteves Gomes, Presidente da Comissão Diocesana de Arte Sacra
Padre António Augusto Ferreira Pires, Secretário da Comissão Diocesana de Arte Sacra

Padre Paulo Amílcar Lourenço Pimparel, Vogal da Comissão Diocesana de Arte Sacra
 Arquivo Distrital de Bragança
 Dr. Joaquim Inácio Caetano (Conservador -restaurador na área de pintura mural)
 Marianos da Imaculada Conceição (MIC)
 Centro de Dia de Morais
 Todas as Comissões Fabriqueiras das Paróquias do Concelho de Macedo de Cavaleiros
 Párcos: Padre Abrandino Augusto Cordeiro (Olmos)
 Padre Acácio Manuel Fernandes (Salselas)
 Padre Aníbal do Nascimento Quina (Lombo)
 Padre António Alberto Neto (Bagueixe e Vinhas)
 Padre António Augusto Ferreira Pires (Lamalanga e Vilarinho do Monte)
 Diácono Armindo Augusto Alves (Peredo □ MIC)
 Padre Basileu dos Anjos Pires (Chacim – MIC)
 Padre Carlos Duarte Ventura Fonseca (Castelãos, Lagoa, Morais, Salselas, Vale da Porca)
 Padre Casimiro Komor (Chacim e Lombo – MIC)
 Padre Eduardo Alexandre Esteves Novo (Macedo de Cavaleiros – MIC)
 Padre Fernando Licínio Alves Fontoura (Taldas e Talhinhas)
 Padre Hérmino Alfredo Ferreira (Grijó)
 Diácono Ilídio Manuel Fernandes Alves Mesquita (Macedo de Cavaleiros)
 Padre João Augusto Alves (Vilarinho de Agrochão)
 Padre José António de Almeida Machado (Corujas, Edroso, Lamas, Santa Combinha, Vale de Prados)
 Padre José Maria Vilaça de Magalhães Barbosa (Arcas, Espadanedo, Ferreira, Murçós, Soutelo Mourisco, Vilarinho de Agrochão)
 Padre Júlio da Costa Gomes (Bornes, Carrapatas, Grijó, Olmos, Vale Benfeito, Vilar do Monte)
 Cónego Manuel Inácio de Melo (Amendoeira e Macedo de Cavaleiros)
 Padre Manuel João Lemos Marques (Lamas, Podence, Corujas)
 Padre Stanislaw Kostka Szymanski (Chacim – MIC)
 Padre Valentim dos Santos Bom (Carrapatas)



Exposição “Do espírito à imagem”

Jornadas da Primavera

O Mês de Maio terminou como já vem sendo hábito, com as Jornadas da Primavera. 2009, viu a sua 7 edição, onde se comunicaram todos os avanços científicos verificados no ano transacto, que verteram das iniciativas levadas a cabo pela Associação Terras Quentes.

Programa:

VII Jornadas da Primavera

Sábado, 30 de Maio de 2009 – Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros

14,15 – Sessão de Abertura

14,30h - **Marta Duarte e Tiago Oliveira**, (*Duo de Flautas de Bisel*)

Interpretam obras de G.P. Telemann e J.C. Naudot.

15h00h – Duas figuras notáveis do Concelho de Macedo de Cavaleiros

a) Martim Gonçalves de Macedo, séc. XIV/XV

b) Nicolau Pereira Campos Vergueiro, séc. XVII/XIX

Mestre Carlos Alberto Santos Mendes

15h30h – Os brasões no Concelho de Macedo de Cavaleiros

Dr.ª Catarina Isabel Carabineiro Gonçalves

15h50 – A Fraga dos Corvos, um povoado da 1ª Idade do Bronze do Nordeste Transmontano.

Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez,

16h10 – O Povoado Calcolítico? de Xaires, Freguesia de Taldas

Mestre José Manuel Quintã Ventura e Dr. Hélder Carvalho

16h30 - A Fonte dos metais: Uma perspectiva geoarqueológica

Prof. Doutor Miguel Gaspar

16h50 – Notas sobre o Inventário da Diocese Bragança-Miranda

Dr.ª Lília Silva e Dr. Lécio Leal.

17h10 – Actividade da Oficina de Restauro da ATQ. Obras de referência.

Dr.ª Bárbara Maia e Dr. Tiago Oliveira

17h30 – Lançamento da revista nº 6 “Cadernos Terras Quentes”,

Dr. Manuel Cardoso

Caderno “Terras Quentes” nº 6



Artigos contidos no Caderno 6

EDITORIAL

Dr. Manuel Cardoso

HISTÓRIA

- Apostilas sobre a presença de D. João I, Nuno Álvares Pereira e Martim Gonçalves de Macedo em Castelãos (Macedo de Cavaleiros).

Doutorando Carlos Mendes

- Nicolau Pereira Campos Vergueiro - Algumas Notas Biográficas

Doutorando Carlos Mendes.

-Os Brasões no Concelho de Macedo de Cavaleiros

Dr.ª Catarina Isabel Carabineiro Gonçalves

HISTÓRIA DE ARTE

- Relação de novos casos de Pintura Mural resultantes do Inventário da Diocese

AROELOGIA

Horácio Maia e Costa, Professor Catedrático (Jubilado) da FEUP

Prof. Dr. Senna Martinez e Dr^a Elsa Luís

Mestre João Pedro Tereso

Dr. Hélder Alexandre Carvalho, Mestre José Manuel Quintã Ventura, Dr.^a Patrícia Andreia Pinheiro.

-A Conservação Preventiva do Património

Dr.^a Bárbara Maia e Dr. Tiago Peres

Dr.^a Carolina Barata, Dr.^a Bárbara Maia e Dr. Tiago Peres.

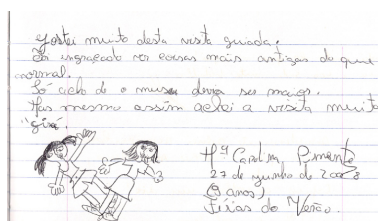
- Dr.^a Bárbara Maia e Dr. Tiago Peres

-Notícias ATO 2008

Doutorando Carlos Mendes

Início dos trabalhos de inventariação aos locais de culto do Concelho de Torre de Moncorvo

As Visitas à Sala-Museu de Arqueologia decorriam em bom ritmo, assim o dizia a Maria Carolina Pimenta de 9 anos.



Realizou-se durante todo este mês, nas instalações da Oficina de Restauro da Associação Terras Quentes o II estágio de verão dos alunos finalistas da Escola das Artes do Núcleo do Porto da Universidade Católica Portuguesa.



Fig. 1- Foto inicial “Anunciação”

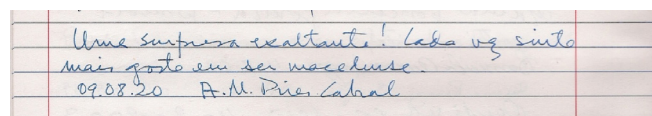


fig. 2 – “Anunciação” após limpeza e colocação de massas

Agosto

No dia 16 de Agosto iniciaram-se os trabalhos de escavação nos arqueosítios do Fraga dos Corvos e no Povoado Calcolítico de Xaires, com as equipas lideradas pelo Sr. Professor Doutor Senna-Martinez e Dr^a Elsa Luís e pelo Mestre José Ventura, Dr. Helder Carvalho e Dr^a Patrícia Pinheiro, respectivamente.

20 de Agosto; Um ilustre Macedense de visita à Sala-Museu de Arqueologia exprime-se assim:



-Continuação das intervenções arqueológicas, iniciadas em Agosto.



-Início dos trabalhos de inventariação aos locais de culto da Diocese de Bragança-Miranda, no Concelho de Carrazeda de Ansiães.

Continuação dos trabalhos de Inventariação às freguesias de Felgares, Açoreira, Felgueiras, no Concelho de Torre de Moncorvo. E, nas Paróquias de Carrazeda de Ansiães e Samorinha, Concelho de Carrazeda de Ansiães.

Início dos trabalhos de Conservação e Restauro às peças escolhidas para a remodelação do espólio do Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros.

Continuação dos trabalhos de Inventariação às freguesias de Larinho e Maçores, no Concelho de Torre de Moncorvo. E, continuação dos trabalhos nas Paróquias de Carrazeda de Ansiães e Samorinha. Concelho de Carrazeda de Ansiães.

Continuação dos trabalhos de Conservação e Restauro às peças escolhidas para a remodelação do espólio do Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros, Paróquias de Grijó e Balsemão.

Continuação dos trabalhos de Inventariação às freguesias de, Peredo dos Castelhanos e Urros, no Concelho de Torre de Moncorvo. E, continuação dos trabalhos nas Paróquias de Carrazeda de Ansiães e Samorinha, Concelho de Carrazeda de Ansiães.

Continuação dos trabalhos de Conservação e Restauro às peças escolhidas para a remodelação do espólio do Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros, Paróquias de Grijó e Balsemão.

Ficha Técnica

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes”

Editor e propriedade

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes”

Núcleo Central da Paisagem Protegida do Azibo, apartado 110

5340-900 Macedo de Cavaleiros

Tel. 278448007

Endereços electrónicos

E-mail: administracao@terrasquentes.com.pt

E-mail: arqueologia@terrasquentes.com.pt

E-mail: patrimonioartístico@terrasquentes.com.pt

E-mail: restauro@terrasquentes.com.pt

E-mail: antropologia@terrasquentes.com.pt

Site: www.terrasquentes.com.pt

Director

Carlos Alberto Santos Mendes

Conselho de Redacção

João Carlos Senna-Martinez

Carlos Alberto Santos Mendes

José Manuel Quintã Ventura

Hélder Carvalho

Vitor Veríssimo Serrão

Colaboradores

Carlos Alberto Santos Mendes

João Carlos Senna-Martinez

José Manuel Quintã Ventura

Manuel José de Sousa Cardoso

Rui Sousa

Hélder Carvalho

Vitor Veríssimo Serrão

António Cravo

Belmira Mendes

Frederico Matos

Capa

Projecto Museu Martim Gonçalves de Macedo, aspecto sala
séc. XIV

Design e grafismo

Pedro Coelho

Carlos Mendes

Várzea da Rainha, Impressores

Impressão

Várzea da Rainha, Impressores

Depósito Legal

??????????

Edição

n.º 7, Maio 10